

RUTH SOSA

**CRISE DO FORDISMO OU CRISE DO CAPITAL? PARA UMA
ANÁLISE GRAMSCIANA DOS APARELHOS DE HEGEMONIA NO CAPITALISMO
CONTEMPORÂNEO.**

**Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento
de Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação do
Prof. Dr. Edmundo Fernandes
Dias.**

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
21/12/98.

BANCA:

Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias (orientador) *Edmundo Fernandes Dias*

Profa. Dra. Angela Maria Tude de Souza *Angela Maria Tude de Souza*

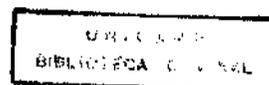
Prof. Dr. José Paulo Netto *José Paulo Netto*

Prof. Dr. Ricardo Antunes (suplente)

Dezembro de 1998

So71c

37416/BC



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
V.	Ex.
TOMBO	BC/37416
PROC	229/99
	<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	28/04/99
N.º CPD	

CM-00122697-3

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Sosa, Ruth
So 71c **Crise do fordismo ou crise do capital? para uma análise gramsciana dos aparelhos de hegemonia no capitalismo contemporâneo / Ruth Sosa. - Campinas, SP : [s. n.], 1998.**

Orientador: Edmundo Fernandes Dias.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Taylorismo. 2. Capital. 3. Trabalho. 4. Crise econômica. 5. Hegemonia. I. Dias, Edmundo Fernandes. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

"A economia clássica deu lugar a uma 'crítica da economia política', mas não parece que seja possível até agora uma nova ciência ou uma nova colocação do problema científico. A 'crítica' da economia política parte do conceito da historicidade do 'mercado determinado' e do seu 'automatismo', ao passo que os economistas puros concebem estes elementos como sendo 'eternos', 'naturais'. A crítica analisa, de uma maneira realista, as relações de força que determinam o mercado, aprofunda as suas contradições, valoriza as variabilidades relacionadas com o aparecimento de novos elementos e com a sua intensificação e apresenta a 'caducidade' e a 'substitubilidade' da ciência criticada; estuda-a como vida, mas também como morte, encontrando em seu interior os elementos que a dissolverão e substituirão inapelavelmente, bem como apresentando-lhe o 'herdeiro' (que será presuntivo enquanto não der provas manifestas de vitalidade), etc." (Gramsci, *Concepção Dialética da História*).

AGRADECIMENTOS

Sou imensamente grata, em primeiro lugar, ao meu orientador, Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias, por todo o apoio nesta fase da minha formação, por ter-me ajudado a aprofundar nesta linha de pesquisa que, praticamente, iniciei com ele. Muito obrigada pela sua paciência, pela sua dedicação, pelo seu exemplo de militância e de compromisso político, pelo diálogo aberto e livre de formalidades absurdas.

À estimada Profa. Dra. Angela M. Tude de Souza, a quem devo agradecer, de coração aberto, por socializar, generosa e permanentemente, sua criatividade intelectual. Muito obrigada por suas sugestões que pretendi acolher na medida do possível.

Ao Prof. Dr. Reginaldo Moares, agradeço sua participação na banca de meu exame de qualificação e quem considero deu sugestões sumamente pertinentes e que tentei assimilar com esmero.

Ao Prof. Dr. Ricardo Antunes, por quem sinto grande apreço e que, através de suas aulas e reflexões críticas da ordem do capital, contribuiu para esta pesquisa.

Ao Prof. Dr. José Paulo Netto, que além de todo requisito acadêmico ensinou-me o valor da reflexão teórica clara e abertamente comprometida com a realidade.

A Ruy Braga pelo esmero na tarefa de revisão desta dissertação e pelas suas indicações.

Aos colegas que conformam a Rede de Pesquisadores Marxistas, obrigada pelas discussões e debates tão valiosos para nossas pesquisas.

A Eduardo, meu companheiro íntimo de todas as horas, obrigada por seu amor incondicional e pela convivência cotidiana. A você devo mais do que meras palavras poderiam dizer.

Muito injusto seria não registrar nossos amigos e amigas de Argentina, que torceram para que tudo dê certo em nossa estada no Brasil. Obrigada pelo apoio tanto material do início quanto pela permanente companhia e solidariedade nesse tempo todo. Injusto seria mencioná-los, pois, certamente esqueceria de alguém. Imensamente GRACIAS!

A nossas famílias, obrigada pelo acompanhamento incondicional à distância e pelo amparo afetivo; isso todo, tornou mais leve estar longe da nossa terra.

A Cida e a Pedro, os donos da casa onde vivemos em Campinas; obrigada pelo afeto, pela simplicidade e pela generosidade assídua que têm demonstrado conosco.

Aos colegas do CISMOP, agradeço por ter-nos acolhido como companheiros e companheiras de militância.

Ao pessoal da secretaria da pós-graduação e da secretaria de pesquisa, assim como, ao pessoal do núcleo de informática e da biblioteca, sou grata pelo apoio e pelo atendimento brindado neste tempo todo.

Finalmente, agradeço o apoio financeiro concedido pela FAPESP, sem o qual não teria condições de realizar essa pesquisa.

*Dedico este trabajo,
a Eduardo,
por compartir, juntos,
una vida llena de sentido.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
I- NOTAS JUSTIFICATIVAS DO NOSSO OBJETO DE ESTUDO.....	7
II- A PROPOSTA DE PESQUISA.....	11
III- APROXIMAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA: A PROBLEMÁTICA CONCEITUAL.....	18
CAPITULO I	
SOBRE ALGUMAS CATEGORIAS GRAMSCIANAS EM TORNO DO PROBLEMA DA HEGEMONIA.	28
I.1 - CRISE ORGÂNICA, REVOLUÇÃO PASSIVA, GUERRA DE POSIÇÃO.....	30
I.2- ESTADO-SOCIEDADE CIVIL, INTELECTUAIS, BLOCO HISTÓRICO.....	40
CAPITULO II	
PARA UMA RECONSTRUÇÃO DO PAPEL DO FORDISMO NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA.....	54
II.1 - O CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DO TAYLORISMO.....	55
II.2- TAYLOR E A GERÊNCIA CIENTÍFICA.....	62
II.3 - A AVENTURA FORDISTA NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA.....	78
II.4 - A RESISTÊNCIA HISTÓRICA DOS TRABALHADORES AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: LUTA DE CLASSES E SUBJETIVIDADE OPERÁRIA.....	87
II.5 - FORDISMO E APARELHOS DE HEGEMONIA.....	97
II.6 - AMERICANISMO E FORDISMO DE A. GRAMSCI.....	120
CAPITULO III	
A CRISE CONTEMPORÂNEA E A DECORRENTE “REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA” DO CAPITALISMO NAS ARGUMENTAÇÕES “PÓS-FORDISTAS”.	132
III. 1 - NOTAS PRELIMINARES.....	133
III.1.A - CRISE CONTEMPORÂNEA E REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL NA CONCEPÇÃO DA TEORIA FRANCESA DA REGULAÇÃO.....	137
III.1.B - CRISE E REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL NA CONCEPÇÃO DA “SEGUNDA DIVISÃO INDUSTRIAL” DE PIORE E SABEL.....	159
III.1.C - A “NEO-INDUSTRIALIZAÇÃO” E O FIM DA DIVISÃO DO TRABALHO DE KERN E SCHUMANN.....	168
III.1.D - O MODELO JAPONÊS: COERÇÃO E CONSENTIMENTO; ENGAJAMENTO PARTICIPATIVO OU SUBALTERNIDADE POLÍTICA?.....	173
III.2 - NOTAS PARA UMA CRÍTICA AO ECONOMICISMO E AO DETERMINISMO TECNOLÓGICO IMPLÍCITO NAS ARGUMENTAÇÕES “PÓS-FORDISTAS”.....	191
III.2.A- CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES: NOTAS SOBRE OS ASPECTOS INERENTES AO ECONOMICISMO E AO DETERMINISMO TECNOLÓGICO.....	191
III.2.B - O ECONOMICISMO E O DETERMINISMO TECNOLÓGICO IMPLÍCITO NAS ARGUMENTAÇÕES “PÓS-FORDISTAS”.....	196
CAPITULO IV	
CRISE DO FORDISMO OU CRISE DO CAPITAL? DA CONTRADIÇÃO CAPITALISMO E COLETIVISMO DE ESTADO AOS CONTORNOS DA CRISE ORGÂNICA CONTEMPORÂNEA.....	217
IV.1 - A DIALÉTICA ENTRE CAPITALISMO E COLETIVISMO DE ESTADO: A GUERRA FRIA COMO FATOR RELEVANTE DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO DO SÉCULO XX.	218

IV.2- O PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO EUROPÉIA E O FORTALECIMENTO DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA	224
IV.3 - A CRISE CONTEMPORÂNEA COMO SÍNTESE DE MULTIPLAS DETERMINAÇÕES	230
IV.4 - AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS COMO ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA CRISE CONTEMPORÂNEA	240
IV.5- CRISE ORGÂNICA E REVOLUÇÃO PASSIVA NA NOVA (DES)ORDEM MUNDIAL.....	247
CAPITULO V	
OS APARELHOS DE HEGEMONIA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	254
V.1- A GLOBALIZAÇÃO E SEUS SUPOSTOS IDEOLÓGICOS	255
V.2 - -DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL À CONFIGURAÇÃO DA NOVA (DES)ORDEM MUNDIAL	258
V.3 - DA CRISE DO CHAMADO “SOCIALISMO REALMENTE EXISTENTE” À OFENSIVA NEOLIBERAL	266
<i>V.3.A - A DERROCADA DOS PAÍSES DO BLOCO COLETIVISTA DE ESTADO E A PRETENSA CRISE DO MARXISMO</i>	<i>266</i>
<i>V.3.B - NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA COMO DIMENSÕES DA ATUAL HEGEMONIA DO CAPITAL</i>	<i>271</i>
V.3.B.a - NOTAS SOBRE ALGUNS ASPETOS INERENTES À DOCTRINA NEOLIBERAL.....	271
V.3.B.b- O MARCO CATEGORIAL DO PENSAMENTO NEOLIBERAL.....	273
V.3.B.c - O ANTI-UTOPISMO SOCIALISTA E A ÉTICA DO MERCADO DE HAYEK.....	277
V.3.B.d - O ANTI-INTERVENCIONISMO ESTATAL E O MERCADO COMO CONDIÇÃO DA LIBERDADE.....	279
V.3.B.e - O AVANÇO GLOBAL DA OFENSIVA NEOLIBERAL.....	284
V.3.B.f- A REESTRUTURAÇÃO PASSIVIZADORA DAS FORÇAS PRODUTIVAS.....	300
V.3.B.g- A SUBALTERNIDADE OBJETIVA E SUBJETIVA DAS CLASSES TRABALHADORAS DECORRENTES DA RESTAURAÇÃO CAPITALISTA	303
CONSIDERAÇÕES FINAIS	314
BIBLIOGRAFIA.....	328

INTRODUÇÃO

“Pois, embora tenham ressurgido alguns dos aspectos característicos daquela época (extrema centralização e concentração do capital, interpenetração das finanças e da indústria, etc.), o sentido e o conteúdo da acumulação do capital e dos seus resultados são bem diferentes: o capitalismo parece ter triunfado e parece dominar todo o planeta, mas os dirigentes políticos, industriais e financeiros dos países do G7 cuidam de se apresentarem como portadores de uma missão histórica de progresso social. O que é significativo é a quantidade de variações sobre o tema do ‘fim da história’ e do ‘fim das utopias’, incluindo-se nestas as promessas de uma vida decente para todos, no quadro do capitalismo” (Chesnais, *A Mundialização do Capital*).

i- NOTAS JUSTIFICATIVAS DO NOSSO OBJETO DE ESTUDO

O século XX foi cenário, certamente, das maiores transformações ocorridas na modernidade. Século que paradoxalmente, começa com a Revolução proletária, isto é, com uma forte carga utópica socialista internacional e termina com a consolidação da ordem burguesa. O colapso do chamado “socialismo realmente existente” contribuiu decisivamente para que hoje a burguesia - a mesma que desde o início deste século buscou intensificar os métodos de produção e redistribuir os ganhos de produtividade para preservar o capitalismo - realize, por fim, - e não significa que seja para sempre - sua hegemonia. Neste fim de século, parece que a hegemonia do capital, mais uma vez, ganhou a batalha.

Século, ao mesmo tempo, emblemático e promissor no seu começo. Emblemático, na medida em que sua dinâmica começou com o triunfo da Revolução de Outubro de 1917

inaugurou a possibilidade das classes subalternas superarem a ordem burguesa. Foi a cristalização da tensão permanente entre capitalismo e coletivismo de Estado, entre mercado e planejamento, entre reforma e revolução. Promissor, porque o triunfo da revolução de 1917, que instituiu um Estado de operários e camponeses, proclamou abertamente sua vocação de tornar-se em detonante da ordem burguesa e construir uma nova civilização através da passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade. Assim, a experiência russa aparecia como o prelúdio de uma revolução socialista mundial. Século dinamizado por uma dialética dos extremos, de lutas entre hegemonias e utopias - tanto no nível nacional, quanto no nível internacional - movimentados pela alternativa socialista e os desafios colocados por ela.

Um século de contratendências promovidas pela ordem do capital para contrarrestar o avanço da alternativa socialista como aspiração hegemônica das classes subalternas. O chamado “capitalismo com face humana” busca, como estratégia, passivizar as forças antagônicas instalando um “Estado de Bem-Estar”, visando velar, obscurecer e neutralizar as contradições e as desigualdades entre classes sociais, assim como os conflitos antagônicos entre dois blocos hegemônicos, quais sejam: capitalismo e socialismo.

Século simbólico em termos de ter expressado a idéia de modernidade afirmada pela superioridade das sociedades ocidentais, de produção e de consumo de massa, em relação às formas revolucionárias que conduziram o acesso das massas à política, que tiveram lugar no chamado Oriente. E, porque no decorrer da tensão permanente entre estes dois projetos que a modernidade gestara, chegamos a um peculiar estágio do capitalismo, nesse fim de século, apresentado como “mundialização” ou “globalização”, mediante um processo de remoção das fronteiras nacionais donde, o fim do chamado “socialismo real” foi peça chave para o apagamento das diferenças classistas e para o aparente “fim da história”.

Todavia, o século XX foi o século da crise orgânica do capital e o da revolução passiva como resposta do capital as suas crises. É possível constatar, pelo menos, três grandes conjunturas que marcaram os desdobramentos dos diferentes períodos de crise orgânica no percurso do modo de produção capitalista neste século: aquela identificada pelo triunfo da Revolução Bolchevique e duas contratendências bem definidas, como foi o caso da difusão do taylorismo assim como a emergência do fascismo; aquela estruturada pelo Estado de direitos

sociais - sob a figura do *Welfare State* norte-americano ou sob a forma da social - democracia européia de inspiração keynesiana - como resposta à crise de 29, e em decorrência dos acordos e tratados do pós-Segunda Guerra Mundial; finalmente, a conjuntura que emerge com a crise dos anos 70, estendendo-se até os dias de hoje, onde a chamada reestruturação produtiva e a ofensiva neoliberal são os traços que a peculiarizam.

A tendência transformista/reformista e a permanente tensão negadora dos antagonismos foram os traços marcantes deste longo período. Mudanças na esfera da produção imediata - donde as estratégias patronais começam a se intensificar - adequadas às mudanças na esfera da vida estatal. Século no qual a unidade orgânica entre crise, forças produtivas e aparelhos de hegemonia tornara-se evidente. Hoje, em resposta à crise gestada no pós-guerra e tornada visível nos 70 é possível constatar uma “nova” coordenação entre forças produtivas e aparelhos de hegemonia que vai renovando a ordem hegemônica do modo de produção capitalista. Daí a nossa insistência em desenvolver - ao longo da nossa pesquisa - a atual e histórica ligação/coordenação entre crise do capital, processos de trabalho, subjetividades classistas e aparelhos de hegemonia, como unidade orgânica dinamizadora do capitalismo.

A destruição/reconstrução do trabalhador coletivo a que assistimos hoje, em função dos “novos” processos de trabalho ditos “flexíveis”, demanda profundas transformações na esfera da política, na medida em que se colocam a universalidade da chamada flexibilização dos direitos trabalhistas e a reformulação do papel social dos Estados. É esse, justamente, o eixo que, dotado de um contexto histórico marcado por profundas contradições, pretendemos abordar ao longo deste estudo, visando superar a visão economicista cristalizada, por exemplo, no determinismo tecnológico que propala a inexorabilidade das mutações em curso, pressupondo o desenvolvimento das forças produtivas como uma força propulsora autônoma do movimento histórico. Um economicismo reducionista que propugna a neutralidade, a autonomia e uma forte positividade do desenvolvimento atual da ciência e da tecnologia velando e obscurecendo - através do mito do progresso universal do ser humano - o contexto histórico, as condições e as intencionalidades sob a qual esse progresso técnico se desenvolve.

Enfim, entendemos que a análise do momento atual do capitalismo dá mostras de validade da atualização das formas do embate entre capital e trabalho, entre subjetividades

classistas e estratégias de hegemonia, da guerra de movimento à guerra de posição. Processo recorrente na história do capitalismo e que hoje deve ser concebido como uma estratégia de longo período que objetiva a absorção e a passivização do potencial revolucionário e emancipatório das classes trabalhadoras como sujeitos na história, através da revolução/passivização permanente do processo de produção real no interior do qual são condicionadas por novas formas de subalternidade política.

Portanto, a hipótese central desta pesquisa, é que todo processo de reestruturação no interior das relações de produção (leia-se, por exemplo, a reformulação dos métodos de controle do trabalho na esfera da produção imediata, como foi o caso do taylor-fordismo e como é o caso da reestruturação produtiva em curso) pressupõe a necessidade - por parte do capital - de dar respostas sistemáticas ao amadurecimento consciente dos antagonismos entre capital e trabalho que afloram em um determinado período; processo que exige, por sua vez, uma reformulação nas formas de organização da vida estatal (sociedade civil + sociedade política). Com efeito, na medida em que entendemos que tanto a esfera da produção imediata como a esfera estatal são espaços privilegiados onde se manifestam as contradições entre classes, entre diferentes racionalidades e subjetividades, pretendemos mostrar a correspondência entre as formas de controle que o capital assume no interior da esfera da produção real e as estratégias de hegemonia criadas pelo capital para legitimar tais processos de trabalho.

A história, neste fim de século, parece estar nos revelando que o capitalismo está dominando o Planeta e que já não tem adversários geopolíticos a quem aniquilar. Mais, até quando o capitalismo vai sobreviver às suas contradições intrínsecas? Podemos reduzir este “triunfo” do capitalismo neste fim de século ao pretense “fim da história”, ou a história ainda está grávida da sua negação? Será que a história já disse a última palavra? Longe de pretender responder estas perguntas, achamos que devemos estar atentos em relação aos “imprevistos” que a história tem “demonstrado”, transformando esses “imprevistos” em conhecimento crítico e ativo.

O processo conhecido sob o nome de “globalização” ou “mundialização do capital”, muito utilizado para designar o curso atual do capitalismo, traz novos desafios para construir

uma hegemonia estruturada sob uma racionalidade radicalmente diferente da capitalista, na medida em que o desenvolvimento tecnológico dos meios de difusão têm conduzido a um processo que poderíamos designar como de “internacionalização da sociedade civil” - para apropriarmos os termos colocados por Acanda (1997a e 1997b). Conforme este autor, a verdadeira força hegemônica do capitalismo contemporâneo radica no fato de que, nos dias de hoje, os Estados nacionais já não contam com a possibilidade do controle monopólico dos códigos éticos-culturais que se difundem e consomem entre os diversos estratos sociais de seu território. Este é um grande desafio a enfrentar na medida em que a esta ameaça da dominação total, só é possível opor a mobilização total de sujeitos sociais plenos. Gramsci destacou que a burguesia, enquanto classe dominante, recompõe constantemente o bloco histórico que serve de sustento a sua hegemonia, ali onde a mudança das circunstâncias o exigem. Portanto, para possibilitarmos a emancipação das classes subalternas torna-se preciso compor/recompor permanentemente um bloco histórico inédito ao que a burguesia não possa, nem queira aspirar. Um bloco histórico constituído por sujeitos individuais e coletivos que aprenderam a pensar e a agir de forma crítica e autônoma. Este é o fundamento de uma nova hegemonia e de uma nova civilização radicalmente diferente da barbárie contemporânea.

ii- A PROPOSTA DE PESQUISA

Como já salientado, o objeto da nossa Dissertação de Mestrado pretende ser um estudo de caráter histórico-teórico constituído pela unidade orgânica entre processos de trabalho e aparelhos de hegemonia. Visando apreender as atuais mutações do chamado “mundo do trabalho” e seus mecanismos políticos legitimadores absolutamente necessários a ela, nos propusemos fazer uma reconstrução histórica das duas “grandes” reestruturações do capitalismo deste século: a saber, o taylor-fordismo, mediado pelas estratégias de classes que configuraram a chamada ordem hegemônica fordista keynesiana, passando por uma análise da crise que começa por volta dos anos 60/70 e se estende até os dias de hoje, e a reestruturação produtiva em curso dela decorrente. Nesse sentido, embora o foco de nosso estudo seja as mutações em curso tanto na esfera produtiva quanto na esfera da organização da vida estatal, em resposta à crise contemporânea do capital, ele se objetiva num esforço reflexivo que não pode prescindir de historicizar as mudanças, considerando-as como produto de correlações de

forças constituída, fundamentalmente, a partir da conjuntura que caracterizara a ordem hegemônica fordista-keynesiana.

A partir desta reconstrução histórica o que nos propusemos foi trabalhar o conceito de hegemonia em Gramsci e seus desdobramentos fundamentais para tentarmos tornar inteligível a fase atual do capitalismo.

Se no período do segundo pós-guerra (1945-1975), (período que identificamos como fordista *lactu senso*) a condição de preservação e de expansão do capital estava intimamente associado a uma forte necessidade de um “círculo virtuoso” entre os quais as principais forças políticas (leia-se: capitalistas, assalariados - via sindicatos - e Estado) negociavam a distribuição das riquezas para compensar, por uma parte, as formas despóticas do fordismo (*strictu senso*, isto é, o fordismo enquanto método específico de controle do trabalho no interior dos processos produtivos) e, por outra parte, para seguir legitimando a hegemonia do capital perante a ameaça de uma nova ordem constituída pela Revolução Russa, que virara referência classista internacional, nos dias de hoje, as condições de preservação e de acumulação do capital precisam prescindir de todo tipo de regulamentação trabalhista instalando normas “flexíveis” de controle de trabalho e um caráter mais amplamente manipulatório sobre a subjetividade do trabalhador e da trabalhadora. Com o fim do chamado “socialismo real” aparentemente desaparece a ameaça latente de uma nova ordem alternativa à capitalista e o capital impõe suas represálias objetivando uma nova ofensiva às classes subalternas. Portanto, hoje a afirmação gramsciana sobre o fenômeno de “americanismo e fordismo” onde afirma que “a hegemonia nasce da fábrica” mostra uma atualidade impressionante. Na medida em que os processos de trabalho são determinantes na expansão da lógica do capital, tanto da lógica material quanto da sua lógica “espiritual” e simbólica, a hegemonia ainda que restrita, continua, sem dúvida, nos dias de hoje, sendo exercida no seio do espaço de trabalho.

Com efeito, o mundo do trabalho está atravessando uma fase sumamente crítica em termos do custo dessas transformações que o capital está implementando para o coletivo de trabalhadores e trabalhadoras. Falar em termos de uma crise em torno do mundo do trabalho - longe de pretender apontar para uma perda da centralidade do trabalho - implica falar da crise

do capitalismo e de suas estratégias de recomposição, isto é, de restauração da ordem do capital.

O capitalismo, como sistema mundial de produção, vem presenciando, aproximadamente, a partir dos anos 70, profundas transformações. O decênio dos 80 assistiu, no contexto dos países centrais do capitalismo, significativas mudanças no nível da sua organização político-econômica e, no interior dela, em torno do mundo do trabalho; mutações tanto nos processos de produção e de trabalho e em suas estratégias de organização e inserção na estrutura produtiva, como também, nas formas de representação sindical e política da classe trabalhadora. Estas reformulações nos espaços concretos de trabalho associaram-se a mutações na relação Estado-Sociedade Civil que estão dando sustentação a uma tentativa de hegemonia mais sistemática e efetiva do capital, neste final de século. Os modos de acumulação taylorfordista -que foram os padrões de acumulação dominantes no século XX- deixam de sê-lo exclusivamente e começam a coexistir com o chamado modo de “*acumulação flexível*”, a partir de uma descentralização do processo produtivo e de novas exigências em torno dos novos sistemas de produção, tendo em vista a demanda do mercado internacional. O papel do Estado tem sido reformulado visando uma reordenação entre forças produtivas e aparelhos de hegemonia, e assim é possível visualizá-lo tanto no nível dos Estados nacionais, quanto em escala global.

Se o fordismo estava muito ligado à economia nacional, e estamos falando de economias já em processo de internacionalização (imperialismo) embora sob controle dos Estados nacionais e como possibilidade - em alguns casos - de capitalismo relativamente autônomo, o chamado padrão de acumulação flexível está ligado, necessariamente, à internacionalização da economia e a uma clara reformulação do papel social do Estado. A década dos 80 presenciou a ampliação de oligopólios internacionais e a criação de redes informatizadas de gestão que possibilitaram as formas globais de interação a que estamos assistindo atualmente, e que constituem a nova configuração do sistema mundial de produção. E estamos falando em processos de trabalho reordenados e re-adequados com a esfera da política, visando a legitimação de uma nova hegemonia do capital.

O mercado de trabalho operou uma significativa reformulação na composição orgânica da força de trabalho, renovando as formas de subalternidade das classes trabalhadoras, em especial, a operária. O traço mais significativo deste processo, que começa a se fazer presente a partir de meados dos anos 70, é que a partir da incorporação da automatização e da robotização produz-se um enorme crescimento da produtividade e, simultaneamente, uma forte redução de demanda de força de trabalho, o que contribuiu para fragilizar e desconcentrar o movimento operário, criando e favorecendo condições para uma nova subalternidade política capaz de neutralizar o seu potencial emancipatório. Isto se viu agravado com o desaparecimento dos países do Leste Europeu o que trouxe como efeito uma crise do referencial classista internacional para o conjunto das classes subalternas.

Para muitos intelectuais estaríamos perante uma “Terceira Revolução Científico-Tecnológica”. Ela se caracterizaria fundamentalmente pela substituição da eletromecânica pela microeletrônica; pela “tecnologia da informação” como fundamento do processo de automação. Estas mudanças invadem o mundo da produção e instalam-se como um “novo paradigma”. Ao repararmos o caráter mitificador deste “novo paradigma produtivo” é possível constatar elementos-chaves sobre as novas formas de difusão de direção intelectual e moral que as classes dominantes objetivam impor ao conjunto das classes subalternas. Isto se dá, basicamente, a partir da reorganização dos processos produtivos e a decorrente reformulação da composição de classe, visando reverter a correlação de forças anteriormente estabelecida, dando lugar desta maneira, à construção de uma renovada hegemonia do capital.

Entendemos que a análise elaborada por Marx na sua célebre obra *O Capital*, e retomada por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* no que diz respeito à recomposição da base técnica do capital a partir da lei tendencial da queda da taxa de lucros, continua sendo o ponto de partida fundamental para a compreensão dos mecanismos que visam revolucionar, permanentemente, as bases de dominação do modo de produção capitalista. Gramsci defende a tese de que o taylorismo e o fordismo são métodos de produção e de trabalho que ocultam a intencionalidade progressiva de superar a lei tendencial, eludindo-a graças à multiplicação das variáveis nas condições do aumento progressivo do capital constante¹. Nesse sentido, as inovações que o

¹ Para maiores detalhes, ver Gramsci, 1995: 242 - 245.

capitalismo incorpora como “reestruturação produtiva” têm a mesma lógica na medida em que visam introduzir variáveis necessárias que garantam a sua preservação; são novas estratégias e métodos de produção para contrarrestar essa “lei tendencial da queda da taxa de lucro”. O capitalismo precisa revolucionar permanentemente as condições da produção, entre elas a tecnologia. Sua tendência intrínseca é sua valorização; a superexploração dos trabalhadores é, aqui, essencial.

Hoje, o conjunto de conquistas históricas e reivindicações da classe trabalhadora são submergidas pelas novas/velhas estratégias de acumulação do capital. Mudam as condições de produção e reformulam-se as condições de reprodução dos assalariados. O mundo do trabalho caracteriza-se por um acelerado progresso tecnológico e por uma reformulação no nível organizacional e - decorrente do modo de uso dessas novas tecnologias e dessa nova racionalidade capitalista na esfera organizacional -, produz-se uma notável destruição das condições da classe operária e uma constante e progressiva ameaça à cultura do trabalho. Com efeito, no contexto da reestruturação produtiva em curso, a tendência à reformulação da composição orgânica da força de trabalho expressa-se não apenas em um progressivo aumento de apropriação - por parte do capital - da subjetividade e do saber-fazer do trabalhador, das faculdades psico-intelectuais do trabalho e de um paradoxo que é ao mesmo tempo qualificação, por um lado, e desqualificação, por outro, mas também, acima de tudo, o capital está mostrando uma capacidade tendencialmente crescente, sem precedentes na história, de prescindir do trabalho vivo.

Perante essa realidade, uma boa parte de intelectuais do universo acadêmico enfatiza que o trabalho estaria perdendo a centralidade. Alguns autores defendem a tese, segundo a qual, a classe operária está deixando de existir e, desta maneira, *o trabalho deixa de ser o fator principal de socialização; que a “abolição do trabalho” é um processo em curso e que está se acelerando. A sociedade estaria se tornando uma sociedade de “tempo livre”* (Gorz, 1982:11). Outros afirmam que, nesta fase do capitalismo, a categoria “trabalho” já não tem mais relevância para o sentido da *práxis humana*, e que “(...) a utopia de uma sociedade do trabalho perdeu sua força persuasiva. (...) A nova ininteligibilidade é própria de uma situação na qual um programa de Estado Social, que se nutre reiteradamente da utopia de uma sociedade do

trabalho, perdeu a capacidade de abrir possibilidades futuras de uma vida coletivamente melhor e menos ameaçada. (...) As condições de vida emancipada e digna do homem já não devem resultar diretamente de uma reviravolta nas condições de trabalho” (Habermas, 1987: 106-107). Outros sustentam que “(...) a controvérsia social e histórica que até agora dominou a modernidade, compreendida pelo marxismo como luta de classes, apoiou-se em um fundamento comum, a sociedade do trabalho, fundamento que deixa agora transparecer sua limitação e, caído em crise, aguarda sua dissolução” (Kurz, 1992: 20-21). Uma abordagem com traços mais teórico-metodológicos, coloca que o trabalho deixa de ser categoria-chave nas pesquisas sociológicas, nesse sentido, haveria um “declínio do modelo de pesquisa social centrado no trabalho” (Offe, 1995: 171).²

Embora não abordemos nesta dissertação a problemática das teses que defendem a perda da centralidade do trabalho, não podemos deixar de mencioná-las nesta introdução na medida em que entendemos que estas teses negam o papel das lutas de classes, considerando a ciência e a técnica como uma saída para resolver o antagonismo entre capital e trabalho assalariado. Com efeito, essas teses deixam cristalizar uma clara concepção economicista e de determinismo tecnológico.

Os autores que focalizam suas análises da reestruturação produtiva em curso na tese sobre o chamado “pós-fordismo”, enfatizam um novo tipo de trabalho criativo e qualificado que prescinde da concentração na fábrica. Um trabalho artesanal e de qualidade, feito face a face com o computador. O trabalhador tem a impressão de ter maior autonomia e liberdade. Este trabalhador, considerado “artesão eletrônico”, pelo fato de desenvolver-se no seu local de trabalho, tem a sensação de ser um “cidadão no mundo do trabalho”, sem que ninguém o controle na sua atividade, sendo ele mesmo, aparentemente, o comandante do processo de trabalho. Trata-se de um trabalhador polivalente, preparado para dominar a totalidade do seu ofício e para tomar decisões no cotidiano do processo do trabalho. Segundo esta concepção, assim recupera-se a subjetividade do trabalhador e deconstrói-se o trabalhador mecanicista e repetidor de gestos monótonos.

² Poderíamos incluir, também, dentro das teses que defendem a perda da centralidade do trabalho: Castel, 1998; Rifkin, 1996, entre outros.

Origina-se um leque de concepções que afirmam que já não haveria mais a oposição fundamental entre capital e trabalho; que acabaram as lutas de classes em função desta nova “elite” de trabalhadores que surgem e que se sentem partícipes do processo produtivo. Neste sentido, este novo “paradigma da produção” estaria isento da alienação intrínseca ao modelo fordista.

Com a reestruturação produtiva em curso o trabalhador/trabalhadora que o capital requer é aquele com capacidade de fornecer respostas imediatas e adequadas às situações que, eventualmente, possam acontecer no ato produtivo. Nesse sentido, o capital preconiza o trabalhador/trabalhadora polivalente. Na medida em que o processo de trabalho, marcado por estas mudanças, conduz à desqualificação do trabalhador ao máximo e caracteriza a sua dispensabilidade, tem a aparência de recuperação da subjetividade e reintegração do saber operário. O objetivo do capital nesta direção é neutralizar a atividade sindical classista e, através disso, possibilitar que a hegemonia capitalista nasça, mais uma vez, na cotidianidade do processo do trabalho. Este mecanismo de cooptação, por parte do capital, tem como finalidade, em grande medida, a desestruturação da identidade de classe dos trabalhadores.

A chamada Revolução Científico-Tecnológica traz mudanças radicais nos próprios métodos de trabalho. São os novos métodos de controle do trabalho alternativos ao modelo Taylor-Fordista. A tese fundamental deste novo padrão de acumulação indica caminhos para a consolidação de uma produção flexível com capacidade de responder à variabilidade e à complexidade crescentes de uma demanda criada pela abertura ao mercado internacional. Exemplos deste tipo de métodos “flexíveis”, originados no Japão, são os denominados “Círculo de Controle de Qualidade” (CCQ), “Sistema *Just In Time Kan Ban*” entre outros. No contexto destes novos sistemas, o objetivo fundamental é fazer com que os trabalhadores se sintam partícipes do processo produtivo, conseguindo maior produtividade e, conseqüentemente, reduzindo os custos da produção. Neste sentido, poderíamos afirmar que a autonomia do trabalhador só existe em função do capital, isto é, “autonomia para o Capital e não para o Trabalho” (Dias, 1995:1). Neste sentido, poderíamos perceber como este “novo projeto” constrói a “solidariedade pela produtividade” e deconstrói a “solidariedade da classe” que tem um caráter reivindicativo.

Se o fordismo representou, para Gramsci, um instrumento político contra as organizações de hegemonia da classe trabalhadora, no chamado padrão de “acumulação flexível” este problema aprofunda-se e complexifica-se. A fragmentação das classes trabalhadoras, e a decorrente complexificação que traz este novo patamar de racionalização do capital, representa, para elas, o desafio de evitar que suas organizações - com o envolvimento manipulatório e sutil que vem com este novo padrão de acumulação - vejam inibida a sua capacidade de exercício hegemônico.

Da mesma forma que a introdução dos métodos taylor-fordistas, nos primórdios do nosso século, afetou a subjetividade da classe trabalhadora, a sua forma de ser e de agir, a reestruturação produtiva em curso volta a atingir a subjetividade dos coletivos de trabalhadores e trabalhadoras, determinando assim, novas formas de sociabilidade e novas formas de resistência.

Portanto, desvendar e desmitificar as mutações em curso da nova conjuntura do capitalismo no que diz respeito à unidade orgânica entre crise, forças produtivas e aparelhos de hegemonia constitui o foco central da nossa dissertação. Dentro dessa unidade orgânica prestamos especial atenção ao conjunto de mutações que estão configurando a realidade contemporânea do chamado “mundo do trabalho”, na medida em que entendemos esta esfera como a fundamental na determinação da valorização e acumulação do capital e, simultaneamente, na expansão do modo de produção capitalista como um todo.

iii- APROXIMAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA: A PROBLEMÁTICA CONCEITUAL

Vamos partir da análise fundamental de Marx que se encontra no Livro I de *O Capital*, ou seja, a descoberta em torno ao duplo caráter do trabalho representado no duplo caráter das mercadorias. Essa análise nos ajudará a desvendar a forma como o trabalho aparece sob o capitalismo.

Marx começa sua análise afirmando que a mercadoria é um objeto externo que tem a propriedade de satisfazer necessidades humanas. Nesse sentido, a utilidade de uma coisa faz dela um *valor de uso*. Mas, na sociedade capitalista, os valores de uso constituem, ao mesmo

tempo, os portadores materiais do *valor de troca*. Como valores de uso, as mercadorias são de diferentes qualidades, como valor de troca só podem ser de quantidades diferentes.

Ora, Marx vai afirma que ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de se diferenciar um do outro para reduzir-se em sua totalidade a *igual trabalho humano*, a *trabalho humano abstrato*.

Portanto, a mercadoria aparece como algo dúplice, valor de uso e valor de troca. O trabalho, à medida em que é expresso no valor, já não possui as mesmas características que lhe advêm como produtor de valores de uso. Do caráter dúplice da mercadoria infere-se o caráter dúplice do trabalho que produz a mercadoria. Nesse sentido, todo trabalho é, por um lado, *dispêndio de força de trabalho* do homem no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano *igual* ou *trabalho humano abstrato*, gera o *valor da mercadoria*. Todo trabalho é, por outro lado, *dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim*, e, nessa qualidade de *trabalho concreto* útil, produz *valores de uso*.

Portanto, sob o capitalismo, temos que o trabalho tem um duplo caráter: ele é, ao mesmo tempo, trabalho concreto e trabalho abstrato. Mas, sob o capitalismo, a forma abstrata do trabalho é dominante no processo de produção imediata.

Partimos do pressuposto que as relações entre capital e trabalho constituem-se como elemento dinamizador do desenvolvimento do capitalismo. A partir desta inferência é que privilegiamos, como objeto de estudo, a unidade orgânica entre processos e aparelhos de hegemonia em curso. A partir dos métodos de controle do trabalho taylor-fordista, conforme veremos, é que podemos vislumbrar mais claramente como a expansão do capital encontra seu fundamento no próprio processo de trabalho. Mas, na medida em que entendemos que não é suficiente abordar os processos de trabalho de forma isolada, compreendemos que uma verdadeira e efetiva crítica para entender os processos em curso do capitalismo, passa necessariamente por um olhar totalizante, no interior do qual acontecem estas mutações. Com efeito, pensar a reestruturação produtiva em curso em íntima inter-relação com a recomposição do papel do Estado torna-se uma tarefa urgente para uma análise de conjuntura mais precisa. É este, justamente, o eixo que pretendemos abordar ao longo desta dissertação. Longe de querer

fazer uma análise de conjuntura do capitalismo contemporâneo como um todo - pois seria uma tarefa demasiado pretenciosa e impossível para qualquer empreendimento desta natureza - o que privilegiamos como foco de estudo é a unidade orgânica entre reestruturação produtiva em curso e aparelhos de hegemonia, na medida em que estas duas dimensões indissolúveis tornam-se, hoje, a condição de expansão do próprio capital.

Começar a pensar e a problematizar o complexo de múltiplas determinações que, nos dias de hoje, atinge o capitalismo e, principalmente, o mundo do trabalho, implica pensar historicamente, isto é, pensar a maneira como o capitalismo foi criando e estabelecendo estratégias para sua recomposição e preservação.

Historicamente, o capitalismo desenvolve-se no embate permanente do conflito capital-trabalho e exerceu um papel fundamental em termos de buscar aumentar progressivamente seu controle sobre o processo de trabalho. A consequência histórica do capitalismo foi um contínuo processo de degradação do trabalho humano. As formas de controle do trabalho, historicamente, se adequaram às necessidades de valorização e acumulação do capital. O conflito capital-trabalho é uma luta constante, produto também da disputa cotidiana na esfera produtiva pelo controle do processo do trabalho e pelo aumento de sua produtividade. Com esta luta, os trabalhadores têm realizado a resistência histórica cristalizada no objetivo de ter o controle e domínio do seu próprio trabalho. Durante a Revolução Industrial, a ofensiva do capital, atingindo esse objetivo, cristalizou-se na destruição do artesanato. Com a implantação da chamada Organização Científica do Trabalho, proposta por Taylor, a ofensiva atinge aos trabalhadores qualificados e desenvolve-se através da degradação geral dos ofícios. As inovações contemporâneas de caráter tecnológica e organizacionais da reestruturação produtiva em curso têm a mesma lógica: buscam apropriar-se do saber e da subjetividade do trabalhador. Quem entra em jogo, agora, é o operariado fabril tradicional. Mais uma vez, a ofensiva do capital entra na cotidianidade do trabalhador determinando as condições de existência e a condição mesma de trabalhador/trabalhadora, atingindo a subjetividade e a identidade de classe. A introdução do fordismo precisou de uma mudança radical na composição da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, um Estado regulador em termos de garantir a redistribuição das riquezas produzidas para neutralizar o potencial emancipatório das

classes subalternas, compensando assim, em grande medida, a forma despótica destes métodos de controle da força de trabalho - condição essa indispensável para garantir a expansão do capital. Hoje, com a chamada “reestruturação produtiva”, estamos assistindo novamente, a uma reformulação na estrutura das classes trabalhadoras, combinada, também, com uma forma de Estado desregulamentado em termos de direitos trabalhistas e de garantias de “bem-estar” social para o conjunto das classes subalternas. Tal reformulação, sem dúvida, responde a mesma razão: a valorização do capital como o fim último do capitalismo. Com efeito, esta nova conjuntura tem sido capaz de repor as bases da dominação, do fetichismo, questionando também, os horizontes de intervenção política das classes subalternas.

A rapidez com que as transformações vêm-se sucedendo no mundo do trabalho, isto é, a forma como as inovações tecnológicas de base microeletrônica, assim como também aquelas de caráter organizacional na esfera produtiva, vêm se propagando nas últimas décadas nos países centrais do capitalismo, vêm suscitando uma grande atenção no conjunto das Ciências Sociais no sentido de tentar desvendar, de desmitificar as particularidades desse processo. Nos últimos tempos têm-se produzido, a partir de pesquisas tanto teóricas como empíricas, interessantes e controvertidos debates em torno dos impactos que as novas tecnologias, assim como as novas formas de organização do processo do trabalho vêm causando sobre o mundo do trabalho. Assim, têm-se levantado inúmeras discussões relacionadas às novas condições de trabalho, à subjetividade dos trabalhadores e das trabalhadoras, às novas formas de sociabilidade possíveis no novo quadro da estrutura produtiva, às formas de representação sindical e política das classes trabalhadoras, aos problemas em torno do emprego e da relação salarial e, especialmente, a uma questão que hoje torna-se relevante, o tema da qualificação no trabalho. No entanto, uma dimensão quase ausente nas pesquisas que abordam as mutações no chamado “mundo do trabalho”, tem a ver com o papel dos Estados e a dinâmica totalizante do capitalismo como sistema mundial de produção - como por exemplo, a luta entre blocos hegemônicos no nível global. Nesse contexto, é possível fazer uma outra leitura das mutações dos processos de trabalho, na medida em que eles são o fundamento da expansão do capital e dinamizam a lógica material e “espiritual” do modo de produção capitalista. Nesse sentido, entendemos que não é possível apreender as mutações em curso, se não considerarmos que as

transformações no chamado mundo do trabalho estão coerentemente combinadas a reformulações no papel dos Estados, reconfigurando assim, a dinâmica das relações entre sociedade civil e sociedade política, no sentido gramsciano, na medida em que as classes dominantes impõem uma subalternidade renovada ao conjunto da sociedade.

Nossa Dissertação de Mestrado pretende se situar no contexto dessas questões. Tomando como preocupação central a coordenação entre processos de trabalho, na esfera das forças produtivas, e aparelhos de hegemonia, na esfera da organização do conjunto da vida estatal materializada na esfera da política, construímos o nosso objeto de estudo. Este, por sua vez, pode ser desdobrado, resumidamente, no esforço que visa demonstrar que a história do capitalismo é uma história de contratendências, veiculadas pelo capital, visando neutralizar as possibilidades emancipatórias das classes trabalhadoras. O capitalismo criou mecanismos capazes de neutralizar a intervenção revolucionária das classes subalternas na história. Nas palavras de Balibar:

“As ‘reestruturações’ do capitalismo do século XX foram respostas e contra-ataques aos ‘desafios’ da revolução soviética (filho rejeitado legítimo ou dado por legítimo do marxismo) e sobretudo de seus prolongamentos nos movimentos operários, nas lutas de liberação nacional” (1996:17).

Assim, o fordismo, conforme mostrou o próprio Gramsci, foi aquela forma de hegemonia, caracterizada especificamente como Revolução Passiva, que através dos mecanismos combinados de coerção e consentimento que implementou, possibilitou a própria expansão do capital e o recuo das classes trabalhadoras para o terreno econômico-corporativo. Hoje, a reestruturação produtiva em curso, com uma estratégia diferente, aponta no mesmo sentido: o capital, através de um envolvimento manipulatório e cooptador faz o discurso, segundo o qual, deve-se recuperar a subjetividade do trabalhador, que se torna, assim, um partícipe ativo do processo produtivo. As potencialidades emancipatórias das classes trabalhadoras, desse modo, são neutralizadas. O discurso do fim dos conflitos entre capital e trabalho e a total rejeição ao método de análise de Marx parece que virou moda neste final de século.

Estaríamos, atualmente, perante uma realização da hegemonia do capital, neste final de século, embora ela seja produto de uma clara estratégia de passivização. Assim, a restauração

do capital está sendo efetivada em função da realização dessa hegemonia. Nesse sentido, conforme a pretensão na abordagem da construção-deconstrução do nosso objeto de estudo, resgatamos o pensamento de Antonio Gramsci, visando analisar a unidade orgânica entre reestruturação produtiva em curso e aparelhos de hegemonia, a partir dos seus fundamentos analítico-estratégicos.

Como já salientado, o recurso do conceito gramsciano de hegemonia é chave em nosso estudo. No primeiro capítulo, trabalhamos em detalhe esta categoria e, resumidamente, a identificamos como a capacidade de uma classe conferir direção intelectual e moral, e apresentar seu projeto como de interesse para o conjunto da sociedade civil. Enfatizamos a necessidade de distinguir entre hegemonia e dominação, na medida em que esta última implica, fundamentalmente, mero exercício de coerção. A hegemonia, por sua vez, é entendida como o *poder adicional* que é conquistado por um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de colocar num plano “universal” todas as questões que geram conflito.³

O conceito “aparelho de hegemonia” é central para especificar um modo particular do exercício hegemônico. Em Gramsci, a hegemonia, especificada pelo conceito “aparelhos de hegemonia”, refere-se, sobretudo às práticas da classe dominante:

“O aparelho de hegemonia qualifica e precisa a hegemonia, entendida como hegemonia política e cultural das classes dominantes. Conjunto complexo de instituições, ideologias, práticas e agentes (entre os quais os ‘intelectuais’), o aparelho de hegemonia só encontra sua unificação através da análise da *expansão* de uma classe. Uma hegemonia não se unifica como *aparelho* a não ser por referência à classe que se *constitui em e através* da mediação de múltiplos subsistemas” (Buci-Glucksmann, 1985: 70).

Também, ao longo deste estudo, quando tratamos sobre a luta entre os blocos hegemônicos do século XX, trabalharemos o conceito de hegemonia no nível mundial tentando recuperar a referência gramsciana deste conceito analisada para o plano nacional. Aqui,

³ “É verdade que o Estado é visto como instrumento de um grupo particular, destinado a criar condições favoráveis para a máxima expansão deste. Mas o desenvolvimento e a expansão do grupo específico são concebidos e apresentados como sendo a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’” (Gramsci, 1971; citado por Arrighi, 1997:28).

retomamos a forma como é re-trabalhada, a partir da teoria gramsciana, a concepção de Arrighi. De acordo com este autor, o conceito de *hegemonia mundial* refere-se especificamente

“(…) à capacidade de um Estado de exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Em princípio, esse poder pode implicar apenas a gestão corriqueira desse sistema, tal como instituído num dado momento. Historicamente, entretanto, o governo de um sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema” (Arrighi, 1997: 27-28).

Nesse sentido, se analisarmos, a forma que o capitalismo assume na contemporaneidade, podemos vislumbrar os aparelhos de hegemonia, tanto no nível nacional quanto no nível mundial, e como há países chaves que têm liderança intelectual e moral onde estruturam sua hegemonia⁴.

Um aspeto relevante que objetivamos nesta pesquisa tem a ver com a necessidade fundamental de fazer uma crítica ao economicismo e ao determinismo tecnológico que perpassa uma notável parte do discurso acadêmico, na abordagem dos estudos concernentes ao *trabalho*. As teses que defendem a perda da centralidade do trabalho, por exemplo, assim como as que estão identificadas com as argumentações “pós-fordistas” estão impregnadas deste traço economicista.

Grande parte do debate acadêmico que trata sobre a questão das inovações tecnológicas e organizacionais do capitalismo e seu impacto sobre o mundo do trabalho pressupõe o progresso técnico e o decorrente desenvolvimento das forças produtivas como uma força

⁴ Arrighi identifica dois problemas em torno da categoria de hegemonia: “O primeiro concerne ao duplo sentido de ‘liderança’, sobretudo quando aplicada às relações entre Estados. Um Estado dominante exerce uma função hegemônica quando lidera o *sistema* de Estados numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando um interesse geral. É esse tipo de liderança que torna hegemônico o Estado dominante. Mas um Estado dominante também pode liderar no sentido de atrair os demais para sua própria via de desenvolvimento. Tomando de empréstimo uma expressão de Joseph Schumpeter (...), esse segundo tipo de liderança pode ser designado como ‘liderança contra a própria vontade’, porque, no correr do tempo, aumenta a competição pelo poder, em vez de aumentar o poder do Estado hegemônico. Esses dois tipos de liderança podem coexistir, ao menos por algum tempo. Mas só a liderança no primeiro sentido define uma situação como hegemônica. O segundo problema concerne ao fato de que é mais difícil definir um interesse geral no nível do sistema interestatal do que no plano dos Estados individualmente considerados. Neste segundo nível, o aumento do poder do Estado perante outros Estados é um componente importante e, por si só, constitui uma medida da busca exitosa de um interesse geral (isto é, nacional). Mas o poder, nesse sentido, não pode aumentar para o sistema de Estados como um todo, por definição. Pode aumentar, é claro, para um grupo particular de

propulsora autônoma do movimento histórico. Assim, conforme esta visão, as forças produtivas são tomadas independentemente das relações sociais de produção, e, portanto, do conjunto das determinações histórico concretas ao qual estão sujeitas.

O desenvolvimento tecnológico não pode ser concebido como determinante ou como condicionante direto e autônomo que influencia a organização do trabalho independentemente de quem o implementa; ele precisa ser situado no contexto histórico, político, cultural, conjuntural e estrutural que determina a escolha de uma tecnologia, as estratégias de sua implementação e as formas de organização do trabalho. Com efeito, nossa compreensão da realidade é elaborada a partir dos recursos analíticos gramscianos que possibilitam uma leitura anti-economicista dos processos de trabalho e das mutações de caráter tecnológicas e organizacionais. Recursos analíticos e estratégicos que, por sua vez, visam superar as análises restritas ao mundo produtivo *strictu senso*; especialmente no que se refere às alterações no chamado “mundo do trabalho”, sob o modo de produção capitalista.

O economicismo integra a concepção do mundo burguesa. Concepção do mundo que se referencia, fundamentalmente, no mascaramento dos antagonismos, na tentativa de perpetuar, mediante novas roupagens, as formas de subalternidade política, na medida em que a racionalidade capitalista - através de seus intelectuais orgânicos - consegue construir um universo ideológico comum às classes dominantes e às classes subalternas. Apontando nesta direção, entendemos, portanto, que é preciso desvendar o discurso que defende a neutralidade da ciência e da técnica. O desenvolvimento delas estão mediadas por embates classistas. As mudanças da base tecnológica obedecem ao próprio processo de acumulação do capital.

* * * * *

No *primeiro capítulo*, ainda que provisoriamente, apresentamos algumas das categorias gramscianas necessárias para a elaboração desta investigação. Entre elas ganha relevância a análise da hegemonia e da revolução passiva. Estas categorias demonstraram sua eficácia na

nações à custa de todas as outras, mas a hegemonia do líder desse grupo é, quando muito, ‘regional’ ou ‘de coalizão’, e não uma verdadeira hegemonia mundial” (Arrighi, 1997: 29).

compreensão das crises do capital e suas tentativas de resolução, bem como da intervenção estratégica das classes subalternas no processo de construção de sua hegemonia.

No *segundo capítulo*, analisamos a forma como o fordismo tornou-se hegemônico e, nesse sentido, como ele estabeleceu-se como dinamizador do capitalismo monopolista.

Aqui, recorremos também às formulações presentes nos *Cadernos do Cárcere* do marxista italiano, que nos permite superar a visão economicista acerca do fordismo, assim como das mutações em curso no chamado “mundo do trabalho”. Ainda neste capítulo, pretendemos mostrar como os novos métodos de controle do trabalho - no caso do fenômeno de *americanismo e fordismo* - estão intimamente ligados, no dizer de Gramsci, a *um novo modo de viver, de pensar e de sentir a vida*. Mais ainda, como se materializa, de forma clara, a unidade orgânica entre forças produtivas e aparelhos de hegemonia.

Já no *terceiro capítulo*, procuramos fazer um esboço das chamadas “argumentações pós-fordistas” que concerne à concepção do nexo orgânico existente entre crise contemporânea e reestruturação produtiva. Aqui trabalhamos, fundamentalmente, os supostos básicos da Teoria Francesa da Regulação, a “Segunda Divisão Industrial” de Piore e Sabel, a tese sobre o “Fim da Divisão do Trabalho” de Kern e Schumann e os traços distintivos do chamado “Modelo Japonês”. A partir de elementos críticos fornecidos por Gramsci, trabalhamos a hipótese de que, nestas teses, aparece implícito um claro traço economicista e de determinismo tecnológico, na medida em que sobrevaloram os elementos “inovadores” dos processos de trabalho e obscurecem o caráter antagonico das relações sociais, sob o capitalismo reestruturado.

No *quarto capítulo*, visando abordar logo o eixo fundamental do nosso objeto de estudo, retomamos o conceito de crise orgânica de Gramsci e tentamos atualizar esta categoria para o momento do capitalismo pós-1970. Longe de pretender identificar a crise contemporânea com uma suma de fatos isolados e fragmentados, reconhecemos como relevante o contexto de múltiplas contradições, especialmente, aquele determinado pela permanente tensão entre capitalismo e coletivismo de Estado, que contribuiu decisivamente para sua configuração.

A partir daí, passamos a analisar, no *capítulo quinto*, os “aparelhos de hegemonia” que, como resposta à crise contemporânea, atualizam o capitalismo de nossos dias. Aqui

identificamos, basicamente, duas estratégias do capitalismo contemporâneo que se interpenetram mutuamente e que são a chamada “reestruturação produtiva em curso”, combinada com o avanço global da hegemonia neoliberal. O que tentamos mostrar, fundamentalmente, neste capítulo é que a ofensiva neoliberal se consubstancia à reestruturação produtiva em curso, na medida em que determina uma nova configuração das relações entre classes dominantes e classes subalternas. Assim, a reestruturação produtiva em curso, na esfera das forças produtivas, e a ofensiva neoliberal, na esfera da organização da vida estatal, constituem, fundamentalmente, os traços constitutivos da ordem hegemônica contemporânea.

CAPITULO I

SOBRE ALGUMAS CATEGORIAS GRAMSCIANAS EM TORNO DO PROBLEMA DA HEGEMONIA.

“Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um ‘gênio filosófico’, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais” (Gramsci, *Concepção Dialética da História*)

Em princípio, consideramos necessário trabalhar algumas categorias de análise fundamentais para vislumbrar de que maneira elas operam, recriam-se e especificam-se na análise sobre americanismo e fordismo e como podem ser atualizadas para a compreensão do capitalismo reestruturado “pós-70”. Para isto, entendemos que se torna importante estudar a concepção gramsciana de *hegemonia*, razão pela qual vamos recorrer as formulações presentes nos *Cadernos do Cárcere*.

Poderíamos começar dizendo que o marxista italiano constrói a sua teoria da *hegemonia* em torno de cinco conceitos fundamentais, a saber: *crise orgânica*, *revolução passiva - guerra de posição*, *Estado-Sociedade Civil*, *bloco histórico* e a questão sobre a função dos *intelectuais*. Estas são categorias intermediárias que servem para pensar a afirmação da hegemonia. Categorias que são, ao mesmo tempo, analíticas e estratégicas, na sua forma concreta de historicidade.

1.1 - CRISE ORGÂNICA, REVOLUÇÃO PASSIVA, GUERRA DE POSIÇÃO

Para compreender a estrutura metodológica de “Americanismo e Fordismo” - tema que abordaremos no próximo capítulo - é preciso levar em conta os textos relativos às “Análises de Situações, Relações de Força”. Gramsci colocara, nesse sentido, que os elementos de observação empírica deveriam situar-se nos vários graus da relação de forças, a começar pela relação das forças internacionais, passando logo às relações sociais objetivas, ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, às relações de força política e de partido (sistemas hegemônicos dentro do Estado) e às relações políticas imediatas (potencialmente militares).

É preciso saber distinguir na estrutura os *movimentos orgânicos* (considerados relativamente permanentes) e os *conjunturais* (que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais)⁵. Os movimentos de conjuntura, sem dúvida, dependem de movimentos orgânicos. Para Gramsci, esses fenômenos de caráter orgânico, são os que possibilitam uma “crítica histórico-social, que investe os grandes agrupamentos, acima das pessoas imediatamente responsáveis e acima do pessoal dirigente” (Gramsci, 1976: 46). Não obstante, nessas “(...) análises histórico-políticas, freqüentemente incorre-se no erro de não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional” (Ibid.: 46). Por isso, é preciso que “(...) o problema das relações entre estrutura e superestrutura seja situado com a maior exatidão e resolvido para assim se chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e à definição da relação entre elas” (Ibid.: 45)

E, nesse ponto, Gramsci vai precisar sua compreensão sobre *crise orgânica*:

“Verifica-se uma crise que, às vezes, prolonga-se por dezenas de anos. Esta duração excepcional quer dizer que se revelaram (amadureceram) contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas que atuam positivamente para conservar e defender a própria estrutura esforçam-se para saná-las dentro de certos limites e superá-las. Estes esforços incessantes e perseverantes (pois nenhuma forma social jamais confessará que foi superada) formam o terreno do ‘ocasional’ sobre o qual se organizam as forças antagonistas, que tendem a demonstrar (demonstração que, em última análise, só se realiza e é ‘verdadeira’

⁵ É preciso esclarecer que estes tipos de distinções, tais como, estrutura-conjuntura, assim como, por exemplo, Estado-Sociedade Civil, estrutura-superestrutura, etc., em Gramsci, são puramente de nível metodológico e operacional. O conjunto deste e de outros conceitos constituem, para Gramsci, uma unidade orgânica.

- quando se torna nova realidade, quando as forças antagonistas triunfam; mas imediatamente desenvolve-se uma série de polêmicas ideológicas, religiosas, filosóficas, políticas, jurídicas, etc., cuja concreção pode ser avaliada pela medida em que conseguem convencer e deslocam o preexistente dispositivo de forças sociais) que já existem condições necessárias e suficientes para que determinados encargos possam e, por conseguinte, devam ser resolvidos historicamente, (e devem, porque qualquer vacilação em cumprir o dever histórico aumenta a desordem necessária e prepara catástrofes mais graves)” (Ibid.: 46).

Portanto, as contradições engendradas no terreno da economia, isto é, no campo da produção imediata, vão configurando, conseqüente e necessariamente, crises e problemas na esfera da política e do Estado.

Os períodos de crise orgânica são objetivados, fundamentalmente, pelo afastamento de determinados grupos sociais em relação a seus representantes e, nesse sentido, conformam-se situações de crescente contraste entre representados e representantes. Verifica-se uma crise de autoridade que, na realidade é uma crise de hegemonia da classe dirigente ou, melhor formulado, é uma crise do Estado no seu conjunto que pode vir:

“(…) ou porque a classe dirigente faliu em determinado grande empreendimento político pelo qual pediu ou impôs pela força o consentimento das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (especialmente de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram repentinamente da passividade política a um outro nível de atividade apresentando reivindicações que, no seu complexo desorganizado, constituem uma revolução” (Ibid.: 55).

A distinção entre movimentos e fatos *orgânicos* e movimentos e fatos de *conjuntura* ou *ocasionais* pode ser aplicada - segundo o marxista italiano - a todos os tipos de situação tanto aqueles em que se manifestam um processo regressivo de crise aguda quanto aquelas situações de prosperidade ou aquelas nas quais se verifica uma estagnação das forças produtivas.

Uma questão fundamental a ser levada em conta é que toda situação de crise orgânica abre novas possibilidades de embates entre as classes e, conseqüentemente, novas possibilidades de hegemonia. A situação de crise orgânica atualiza os movimentos da estrutura através de novas conjunturas, isto é, atualiza as forças em presença e as formas dos antagonismos. Ao atualizarem-se novas formas de embates classistas, a classe dominante realiza, por efeito de medidas de contratendência, novas formas de intervenções de caráter

técnica, política e econômica. A classe dominante, com o objetivo de diferenciar as tendências das contratendências, deve controlar, acionar e desviar a contratendência - por exemplo, em resposta à queda da taxa de lucro - para assim recompor a unidade de forças produtivas e aparelhos de hegemonia, de governo da economia e do governo das massas. A situação de crise orgânica abre períodos de grandes alterações históricas como, por exemplo, a passagem de um padrão de acumulação para outro, como aconteceu no caso do fascismo na Itália e do fordismo nos EUA. Nesse sentido, torna-se preciso reconstituir aquilo que dá regularidade e estabilidade aos movimentos da estrutura; compreenda-se, neste ponto, as estruturas fundamentais da própria acumulação capitalista. Aqui, entram em jogo formas específicas de revolução passiva, que se cristalizam em estratégias de grande período, estratégias a longo prazo que a classe dominante estabelece com o objetivo de erigir contratendências e, onde os grupos dominantes buscam aniquilar o antagonista que desenvolve uma tentativa de hegemonia.

As estratégias de longo prazo das classes dominantes, objetivam-se em abrir possibilidades (de base real) de saída para a situação de crise orgânica. As classes dominantes travam uma guerra de posição com as classes subalternas, impondo a reprodução do mesmo modo de produção (neste caso, modo de produção capitalista), tentando aniquilar toda tentativa - por parte das massas - de construção de um bloco social, intelectual e moral (fundamento de toda hegemonia), obrigando, desta maneira, o conjunto das classes subalternas a recuar para o terreno econômico-corporativo, inibindo, assim, o aspeto ético-político.

Portanto, um traço fundamental da teoria gramsciana da *hegemonia* constrói-se através da “Análise de Situação e Relações de Forças”. Este conjunto de notas referente a correlações de forças, torna-se reflexão específica sobre o problema da construção da hegemonia. Assim mesmo, estas notas fornecem um subsídio fundamental para compreender a relação entre *revolução passiva - guerra de posição*, na realização da hegemonia.

Em termos analíticos, a correlação de forças dá-se em três momentos: 1) A classe existe objetivamente. Na base do grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, estruturam-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na produção. Esta objetivação permite verificar se na sociedade existem as condições necessárias e suficientes para a sua transformação; permite controlar o grau de

realismo e de viabilidade das diversas ideologias que ela gerou durante o seu desenvolvimento.

2) O momento seguinte é a relação das forças políticas, isto é, a avaliação do nível de coerência, de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Por sua vez, este momento tem vários níveis que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva. O primeiro, é o momento econômico-corporativo, onde o processo de identificação produz-se no nível de corporação e não no de classe. As classes vivem um processo econômico corporativo, em que estão estreitamente limitada aos seus interesses específicos. Um segundo momento é aquele onde a classe, embora ainda não se coloque como objetivo central a questão estatal, consegue ter consciência e identidade de classe. A classe adquire a consciência de solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no terreno meramente econômico. Um terceiro momento, especificamente político, é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o campo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem se tornar os interesses de outros grupos subalternos. Esta é a fase mais abertamente política que indica uma nítida passagem da estrutura para a esfera das superestruturas complexas. É o momento em que as ideologias germinadas precedentemente tornam-se partido, confrontam-se e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação dessas ideologias, tende a prevalecer, a se impor; a se irradiar em toda a área social, determinando além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade de um bloco intelectual e moral.

3) O terceiro momento é o da relação das forças militares. Também neste momento, podem-se distinguir dois níveis: o militar, num sentido estrito, ou técnico-militar; e o que pode ser denominado de político-militar. Este momento, manifesta-se, fundamentalmente, em duas situações bem diferenciadas: o da criação de um novo bloco histórico (a Revolução Francesa, a Revolução Russa) e a de libertação nacional.⁶

Gramsci coloca que “(...) o desenvolvimento histórico oscila continuamente entre o primeiro e o terceiro momento, com a mediação do segundo” (Ibid.: 51). Nesse sentido, a realização de um novo bloco histórico, de uma hegemonia, traduz “a consecução de uma possibilidade inscrita na totalidade social” (Dias, 1996 b: 14).

⁶ Para melhor aprofundar a questão de “Análise de Situação e Correlações de Forças”, ver Gramsci (1976:43-63)

É preciso levar em conta que o conceito de *crise orgânica* é chave para reconstruir a relação *revolução passiva-guerra de posição*. Cabe-nos fazermos algumas perguntas, como por exemplo: toda hegemonia é decorrente de uma situação de crise orgânica?; a estratégia de revolução passiva é resposta a uma situação de crise orgânica operando, assim, como freio e neutralização de determinadas contratendências que têm como objetivo a construção de uma nova hegemonia?

Para apreender o conceito gramsciano de *revolução passiva*, de modo geral, poderíamos dizer, numa primeira abordagem, que o conceito de *revolução passiva* expressa uma estratégia política de transição. Nesse sentido, compreende-se, a partir da passagem para o capitalismo naquelas formações onde este problema achou uma solução de caráter elitista e antipopular, isto é, processo de modernizações capitalistas que não foram obrigadas a realizar uma revolução democrático-burguesa de acordo com o modelo jacobino, de caráter autêntico, dos franceses. Portanto, a transformação capitalista materializa-se em princípios pactuados entre as classes dominantes, na exclusão da intervenção ativa das massas, na concessão - embora parcial e com caráter reformista - de algumas das "exigências" das classes subalternas, na instrumentalização de dispositivos repressivos e na intervenção econômica do Estado para regulamentar a sociedade⁷. Portanto, a revolução passiva estaria identificada, de acordo com nosso autor, às transformações realizadas "desde o alto", em que se recupera uma parte das demandas das bases, mas subtraindo às massas populares toda iniciativa política autônoma, que se torna um monopólio do grupo no poder.

O conceito de *revolução passiva* foi cunhado por Vincenzo Cuoco fazendo referência aos acontecimentos revolucionários italianos de 1799, focalizado, especificamente, no primeiro

⁷ "A revolução passiva torna-se uma tendência potencial, interna a todo processo de transição: 'o argumento da *revolução passiva* como interpretação do período do Ressurgimento e de toda época complexa de transformações históricas'. É claro que a revolução-restauração não poderia ser um programa de intervenção política para a classe operária, no sentido em que os liberais italianos o utilizaram para o Ressurgimento. Na mesma medida em que toda revolução passiva desenvolve um 'conservadorismo ou reformismo temperado', que rompe a livre dialética política das contradições entre as classes e neutraliza, orienta a iniciativa popular, buscando satisfazer muito parcialmente algumas das exigências 'em pequenas doses, legalmente, de modo reformista'. Enfim, na medida em que a revolução passiva tende a resolver os problemas de transformação e *direção* da sociedade (a hegemonia) pelo Estado (domínio), pelos seus aparelhos administrativos e policiais. A partir do momento em que o conjunto da reprodução social passa através do Estado, 'a direção política torna-se um aspecto da dominação' e as massas são finalmente tratadas como 'massa de manobra' " (Buci-Glucksmann, 1978: 120 -121).

período do *Risorgimento*.⁸ Gramsci incorpora a categoria de *revolução passiva* como um recurso teórico-metodológico com o objetivo de apreender as particularidades do processo de conformação da questão nacional na Itália, assim como, também, para tentar compreender as condições que, ali, originaram o desenvolvimento capitalista. O *Risorgimento*, portanto, constitui-se no momento inicial da consolidação do capitalismo italiano.

Tanto no desenvolvimento de “Análise de Situação, Correlações de Força”, quanto no conceito de *revolução passiva*, Gramsci, estabelece uma relação com o “Prefácio de 1859” da Introdução à Crítica da Economia Política, de Marx :

“O conceito de ‘revolução passiva’ deduz-se rigorosamente dos dois princípios fundamentais de ciência política: 1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram encontrarem lugar para um ulterior movimento progressista; 2) a sociedade não assume compromissos para cuja solução ainda não tenham surgido as condições necessárias, etc.” (Gramsci, 1976: 75).

E, imediatamente, acrescenta:

“Assim, devem ser reportados à descrição dos três momentos fundamentais que podem distinguir uma ‘situação’ ou um equilíbrio de forças com o máximo de valorização do primeiro momento ou equilíbrio de forças com o máximo de valorização do segundo momento ou equilíbrio das forças políticas e, especialmente, do terceiro momento ou equilíbrio político-militar” (Ibid.).

Portanto, esses dois critérios da ciência política formulados por Marx no “Prefácio de 1859”, constituem o fundamento e o recurso teórico-metodológico da *revolução passiva*.

Uma primeira definição que Gramsci aborda desta categoria é a seguinte:

“Pode-se aplicar ao conceito de *revolução passiva* [documentando-se no *Risorgimento* italiano⁹] o critério interpretativo das modificações moleculares que, na realidade modificam progressivamente a composição precedente das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações” (Gramsci, 1976: 77).

⁸ “Vincenzo Cuoco definiu como *revolução passiva* a que se verificou na Itália como contragolpe das guerras napoleônicas. O conceito de *revolução passiva* parece-me exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas e de guerras nacionais, sem passar pela *revolução política* de tipo radical-jacobino” (Gramsci; citado por De Felice, 1978: 193).

⁹ *Risorgimento* italiano entendido como processo de constituição do Estado burguês na Itália, que culminou com a unidade nacional.

Nesse sentido, o *transformismo* é concebido por Gramsci, como uma das formas históricas da revolução passiva.

Outro aspecto da abordagem de Gramsci a esse respeito é o da dialética *inovação-conservação* como dinâmica do desenvolvimento histórico, onde o fundamental é, além das mudanças que se incorporam, que os elementos da tese são sempre conservados. Nesse sentido, “a inovação conserva o passado ao superá-lo”:

“(…) a força inovadora, enquanto ela própria não é um fato arbitrário, não pode deixar de estar já imanente no passado, não pode deixar de ser, ela mesma, em certo sentido, o passado, um elemento do passado, o que do passado está vivo e em desenvolvimento; ela mesma é conservação - inovação, contém em si todo o passado digno de desenvolver-se e perpetuar-se” (Gramsci, 1995: 251).

Assim mesmo, a revolução passiva é entendida por Gramsci como dialética *revolução-restauração*:

“(…) na oposição dialética só a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até atrair para si os chamados representantes da antítese: exatamente nessa formulação consiste a revolução passiva ou revolução-restauração” (Gramsci, 1976: 77-78).

Portanto, isto seria aquilo que Gramsci chamara de “dialética mutilada”, fazendo referência a essa dialética *inovação-conservação/revolução-restauração*. Daí, deriva a oposição expressa de Gramsci ao reformismo conservador de Croce, conforme uma denúncia teórico-filosófica que tem implicações práticas. Nesse sentido, Croce, assim como Proudhon, opera uma mutilação no método hegeliano, já que a dialética em Croce está fundada numa “dialética dos distintos” e não numa “dialética dos contrários”. Portanto, em Croce, a dialética, busca afirmar um dos pólos da oposição (a tese), assimilando e fragmentando o outro polo (a antítese), para que na síntese possa-se conservar o fundamental da tese. Em conclusão, não haveria dialética no sentido em que a tese não é superada, senão, que ela é reproduzida e desenvolvida, de maneira mecanicista, conservando os elementos fundamentais da tese. A tese, nesse sentido, não se deixa superar pela antítese, não havendo, conseqüentemente, uma síntese fundada na “dialética dos opostos”.

A *revolução passiva* torna-se uma estratégia restauracionista e reformista, onde as forças antagônicas e subversivas são absorvidas pela ordem hegemônica. Esta estratégia cristaliza-se no princípio *mudar para que nada mude* - ou, em outros termos, *revolução sem revolução* - deixando intacto e inalterável os conteúdos da tese, isto é, os interesses do projeto dominante. Com efeito, a *revolução passiva* designa, fundamentalmente, as transformações moleculares das forças em presença; a absorção e o aniquilamento - por parte dos grupos dominantes - das forças antagônicas (antítese), que tentam desenvolver uma tentativa hegemônica. Nesse sentido, Gramsci identifica a estratégia restauracionista como as formas que podem tomar os processos revolucionários, onde, como resposta a essa contradição fundamental que se desenvolve, se implementam-se modificações “moleculares” que estão subordinadas à estrutura econômica, social, jurídica e política dominante.

Portanto, o processo que conforma uma *revolução passiva* compreende dois momentos fundamentais: o da conservação, que consiste numa posição reacionária em relação a uma possibilidade real de transformação radical, isto é, um processo de baixo para cima; o momento da inovação objetiva-se na medida em que a classe dominante tem que fazer algumas concessões reclamadas pelas classes subalternas, para assim obter o seu consentimento ideológico (ou, pelo menos, para neutralizá-las). Acontece, neste sentido, um processo de restauração o qual não anula a possibilidade de modificações reais e efetivas, por parte das classes dominantes. O processo de *revolução passiva* objetiva-se num verdadeiro programa político de longo prazo, encarnado numa moral restauracionista, oposta a qualquer tipo de intervenção ativa das classes subalternas, como motor de desenvolvimento histórico. A estratégia restauracionista revela a inexistência de qualquer iniciativa popular unitária e é, nesse sentido, uma resposta efetiva - isto é, neutralizadora - do processo de luta de classes.

A relação que Gramsci estabelece entre *revolução passiva* e *hegemonia* é mediado pelo conceito-chave *guerra de posição*. Assim como na concepção gramsciana, a *revolução passiva* determina as formas de um processo de transformação cristalizado num processo de caráter reformista e anti-radical, a *guerra de posição* é a que determina as formas da confrontação de classe, em relação a este processo “transformativo”. Nesse sentido, a *guerra de posição*

materializa-se para as classes subalternas enquanto *revolução passiva* para as classes dominantes.

Seguindo as formulações dos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci elabora uma distinção entre *Guerra de Posição* e *Guerra de Movimento*. A categoria *revolução passiva* está estreitamente vinculada à *guerra de posição*. A *guerra de posição* torna-se uma estratégia destinada a contrarrestar qualquer tipo de iniciativa por parte das massas subalternas, assim como, também qualquer tipo de *guerra manobrada*. Uma última manifestação histórica da “guerra manobrada” teria sido a Revolução Russa de 1917. Estes conceitos teriam surgido posteriormente à Revolução Francesa como consequência do medo impregnado nas classes dirigentes, a partir do Terror em 1793, e, depois, com os massacres de Paris em 1871. Portanto, o objetivo explícito é, fundamentalmente, evitar que as classes subalternas realizem um processo com as mesmas características do jacobinismo na França. Nesse contexto, que repousa nessa “formulação teórica de implicações práticas” - expressão gramsciana atribuída à dialética croceana - na qual os elementos da antítese são absorvidos pela tese, tendo como resultado uma síntese que, longe de ser uma superação, constitui um prolongamento dos pressupostos da tese, é que se torna possível considerar a passagem da luta política, de *guerra de movimento* para *guerra de posição*, ocorrida na Europa após 1848. Sem nenhum automatismo, sem eliminar a possibilidade da guerra “manobrada”.

A *guerra de posição* é uma estratégia imposta pela relação das forças em confronto, e portanto, intimamente ligada a processos de revolução passiva, “(...) onde, a ‘sociedade civil’ transformou-se numa estrutura muito complexa e resistente às ‘irrupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.): as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras na guerra moderna” (Ibid.: 73).

O marxista italiano vai formular a distinção entre a estratégia de *guerra de movimento* e a *guerra de posição*, fundamentando que é decorrente da diferença dicotômica entre realidades diferentes. Gramsci coloca este problema nos seguintes termos:

“Parece-me que Ilich (Lenin) compreendeu que se verificara uma modificação da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a guerra de posição, que era a única possível no Ocidente, onde, (...) num espaço

estrito podiam acumular quantidades indiscriminadas de munição, onde os quadros sociais eram de *per si* ainda capazes de se tornarem trincheiras municiauíssimas (...) No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isso exigia um acurado reconhecimento do caráter nacional” (Ibid.: 74 -75).

Em síntese, segundo Gramsci, no Oriente, a partir da estratégia de guerra de movimento, foi viável uma vitória rápida. No Ocidente, por razão da “justa medida” entre o Estado e a sociedade civil, uma vitória conforme esses padrões, seria difícil.

A *revolução passiva* leva as formas de *guerra de posição* às massas; procura uma base de consentimento e de adesão ideológica das massas às classes dominantes. As classes subalternas, nesse sentido, são levadas a permanecer no terreno do econômico-corporativo, suprimindo-se, assim, conseqüentemente, o elemento ético-político da força antagonista, elemento vital para a construção da hegemonia. Decorrente disto, produz-se uma nova forma de subalternidade política das massas. A *guerra de posição* assume, portanto, a forma de *revolução passiva* para a classe dominante e de contra-revolução para as classes subalternas.

Portanto, podemos pensar, em princípio, o processo de *revolução passiva* como - no caso do Ressurgimento Italiano - via antijacobina de transição para o modo de produção capitalista. Por outro lado, como processo de transição, desta vez, no interior do modo capitalista de produção, objetivado em duas individualizações: o regime fascista e o regime fordista ou, em outros termos, na passagem de um regime de acumulação concorrencial para um monopolista. Neste sentido, no caso da transição no interior do modo capitalista de produção teríamos, por assim dizer, uma adequação entre os conceitos de *revolução passiva* e de *hegemonia*, ou em outros termos, a *hegemonia* passaria a tomar a forma da *revolução passiva*.

1.2- ESTADO-SOCIEDADE CIVIL, INTELLECTUAIS, BLOCO HISTÓRICO

A *hegemonia* é vista por Gramsci como a construção de um projeto de classe. É vista, assim mesmo, como uma reforma moral e intelectual. A reforma intelectual e moral passa, necessariamente, por uma crítica ao economicismo e a todo tipo de reducionismo. É a constituição de uma nova personalidade histórica. Toda reforma intelectual e moral deve, também, estar acompanhada de um novo programa econômico. Portanto, o conceito gramsciano de *hegemonia* está revestido de uma grande amplitude, isto é, a *hegemonia* opera sobre os modos de pensar, de fazer e de conhecer assim como também, sobre as orientações ideológicas que movem aos indivíduos e não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade. A *hegemonia* é, nesse sentido, a possibilidade de construção de uma nova civilização cimentada numa nova racionalidade. Uma questão crucial, portanto, é que existe uma estreita relação entre a capacidade de construção de uma visão de mundo e a realização da hegemonia. Nos termos de Dias: “A capacidade que uma classe fundamental (seja subalterna ou dominante) tenha de construir sua hegemonia, decorre da sua possibilidade de elaborar uma visão de mundo própria, autônoma” (1996 b: 10).

Falar em termos de autonomia, isto é, de elaboração de uma visão de mundo específica, apropriada às classes subalternas, significa que elas se libertem da racionalidade capitalista, ou seja, dos mecanismos e da organicidade prático-discursiva promovida e sustentada pelas classes dominantes.

Nesse sentido, Gramsci parte da afirmação de que todo ser humano é filósofo. A necessidade de “destruir o preconceito muito difundido de que a filosofia seja algo de muito difícil” é o ponto de partida de Gramsci para pensar a questão dos intelectuais em relação ao problema da construção da hegemonia. Essa filosofia peculiar a todos os seres humanos está na própria linguagem, no senso comum e no bom senso e em todo o sistema de crenças, opiniões, nos modos de ver e de agir na vida. Todo ser humano participa de uma determinada concepção do mundo, ainda que não consciente, ainda que acrítica e é na própria linguagem que se cristaliza essa concepção do mundo inerente a cada um. Também, a partir da própria linguagem é possível perceber o grau de complexidade da sua concepção do mundo. Pela própria concepção do mundo o ser humano é “conformista de algum conformismo”. O problema é o

tipo histórico do conformismo e do homem - massa do qual o ser humano faz parte. Em todo ser humano estão presentes formas de consciência proposta/imposta pelo ambiente em que ele vive. Gramsci perguntar-se se é preferível *pensar*, sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, participar de uma concepção do mundo *imposta* mecanicamente pelo ambiente exterior a partir dos vários grupos nos quais todos estão automaticamente envolvidos, desde sua entrada no mundo consciente; ou, se é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira crítica, consciente e autônoma e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, do exercício do pensamento, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo - a partir das próprias convicções - para a verdadeira conformação de uma personalidade autônoma e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade conforme a pretensão das classes dominantes (Gramsci, 1995).

Criticar, problematizar, desnaturalizar a própria concepção do mundo significa torná-la unitária e coerente e elevando-a até o ponto atingido pelo pensamento mais desenvolvido. Significa, também, criticar toda filosofia até hoje existente. Nesse sentido, não podemos ter uma concepção do mundo criticamente coerente e unitária sem a consciência da nossa historicidade e do fato de que ela pode entrar em contradição com outras concepções de mundo.

No processo de construção da *hegemonia* é preciso, em princípio, subtrair-se ao domínio ideológico da classe que está no poder. Esta é a primeira condição para desenvolver um processo visando coerência e unidade da nova concepção. Mas é preciso ir além desta condição primeira e necessária. Para concretizar este processo é indispensável construir intelectuais. Uma nova concepção do mundo, uma nova racionalidade, uma nova civilização supõe e exige a criação de um novo tipo de intelectual. Os intelectuais têm, assim, uma missão histórica no processo de construção da hegemonia.

A crítica das ideologias anteriores que a nova hegemonia realiza precisa considerar que

“(...) toda cultura tem seu momento especulativo ou religioso, que coincide com o período de completa hegemonia do grupo social do qual é expressão, e talvez coincida propriamente com o momento no qual a hegemonia real se

desagrega na base, molecularmente, mas o sistema de pensamento, justamente por isto (para reagir à desagregação), aperfeiçoa-se dogmaticamente, torna-se uma ‘fé’ transcendental” (Ibid.: 56).

Os *intelectuais* tem que contribuir em um duplo processo: a desconstrução da antiga racionalidade e a construção da nova. O importante é a crítica à qual o complexo ideológico de uma determinada cultura é submetido pelos intelectuais da nova fase histórica. Assim, os intelectuais do novo projeto hegemônico ao fazer a crítica da racionalidade anterior,

“(...) obtém-se um processo de distinção e de modificação no peso relativo que os elementos da velhas ideologias possuíam: tudo o que era secundário e subordinado, ou inclusive incidental, é considerado principal, torna-se o núcleo de um novo complexo ideológico e doutrinário. A velha vontade coletiva desagrega-se nos seus elementos contraditórios, já que os elementos subordinados contidos nestes elementos se desenvolvem socialmente” (Gramsci, 1976: 90 - 91).

Para efetivar essa crítica é imprescindível conhecer e trabalhar sobre o senso comum que é o “*resumo*” ideológico dessa cultura. Desagregar esse senso comum é condição necessária para quebrar a unidade ideológica vigente; “é separar os ‘simples’, que consentem, dos intelectuais que organizam esse consentimento. Criar, em suma, as bases da ruptura entre as superestruturas vigentes e sua base material” (Dias, 1996 b: 17).

Segundo Gramsci, cada classe fundamental tem os seus próprios *intelectuais*¹⁰.

Gramsci vai abordar a questão dos intelectuais a partir de seu ser social, de seu lugar nas relações de produção; os intelectuais situam-se em um lugar definido na divisão do trabalho, exercem funções. Ele distingue o fato de ser intelectual, do fato de exercer a função de intelectual. Gramsci afirma que “todos os homens são intelectuais mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais”. Nesse sentido, não existem “não-intelectuais”. Pode-se falar de “intelectuais” mas não de “não-intelectuais”. “Não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*” (Gramsci, 1978: 7).

“Todo homem, fora da sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral,

¹⁰ E preciso deixar claro que intelectuais, para Gramsci, podem ser atores individuais ou coletivos.

contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar... O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e conseguindo-se que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torna-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo” (Ibid.: 7 - 8).

O marxista italiano distingue entre o *senso comum* e o *bom senso*. Uma função chave do intelectual, para ele, seria a de desmistificar o *senso comum* e, através de um exercício de crítica àquela, lutar para construir uma visão do mundo mais apropriada à consciência das classes subalternas. O *senso comum* é o folclore da filosofia, isto é, aquela concepção de mundo absorvida acriticamente dos ambientes cotidianos em que o ser humano interage, desenvolvendo a sua individualidade. O traço fundamental do *senso comum* é a de ser uma concepção desagregada, incoerente, conforme a posição social e cultural das massas. O *senso comum* mascara o exercício da dominação dos poderes hegemônicos. Ao contrário, o *bom senso* seria uma filosofia homogênea, coerente, sistemática que um grupo social homogêneo elabora contra o *senso comum*.

O problema fundamental de toda concepção do mundo é o de conservar a unidade ideológica de todo o *bloco social*, o qual está cimentado e unificado justamente, por aquela determinada ideologia. *Ideologia*, é entendida por Gramsci, como uma determinada concepção do mundo e da vida que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, enfim, em todas as esferas da vida individual e coletiva. Nesse sentido, Gramsci vai colocar, apontando para o problema desafiante da construção da hegemonia, que uma das maiores debilidades das filosofias de caráter imanentistas, em geral consiste, precisamente, em não terem a capacidade de criar uma unidade ideológica entre o superior e o inferior, isto é, entre os “simples” e os intelectuais. Se os intelectuais tivessem-se transformado em intelectuais orgânicos das massas e, nesse sentido, tornado coerentes os princípios e os problemas que o povo colocava com a sua atividade prática, deveria ser verificado entre os intelectuais e os simples a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, possibilitando, assim, a construção de um bloco social e cultural, plasmado numa solidez e organicidade cultural e de

pensamento. Portanto, para Gramsci, elaborar um movimento filosófico sistemático, renovado, unitário e coerente, só é possível com o permanente contato cultural com os “simples”. No contato intelectuais-massa encontra-se a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos para que esta “filosofia” não fique restrita a uma minoria de grupos de intelectuais privilegiados. A partir deste contato, é que uma filosofia tem condições de torna-se histórica, depurando-se dos elementos intelectualistas de natureza individual e transformando-se em *vida*, tanto para os intelectuais, quanto para as massas, deixando de ter um caráter arbitrário para transformar-se em uma filosofia orgânica.

Nesse sentido, o papel chave da *filosofia da práxis*, longe de manter os “simples” na sua filosofia primitiva do senso comum, busca, ao contrário e permanentemente, conduzir as massas a uma concepção de vida superior. O fato da *filosofia da práxis* enfatizar o contato intelectuais-massas - longe de limitar-se a atividade científica, mantendo assim, uma unidade no nível inferior das massas - radica fundamentalmente, em forjar um bloco intelectual e moral, que possibilite um processo de crescimento intelectual íntegro no nível de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais.

A partir desse ponto, Gramsci estabelece o conceito de *hegemonia*, nos seguintes termos:

“A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um fato mecânico, mas um devenir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no senso de ‘distinção’, de ‘separação’, de independência apenas instintiva, e progride até a posse real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa - além do progresso político-prático - um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos” (Gramsci, 1995: 21).

Para Gramsci, *hegemonia* traduz a capacidade da classe dominante em monopolizar a produção de sentidos, a produção espiritual, os valores e os princípios. Isto é possível através das instituições socializadoras que formam parte da *sociedade civil* e enquanto tal, são instituições produtoras de sentidos. A *sociedade civil* deve ser entendida no sentido da hegemonia política e cultural de um grupo ou classe social sobre a totalidade da sociedade, isto é, como o conteúdo ético do *Estado*. É no interior da *sociedade civil* que se instaura o aparelho de *hegemonia* da classe dominante, isto é, esse conjunto de instituições vulgarmente chamadas privadas - tais como a família, os sindicatos, a escola, a igreja, etc. - cujo papel central é comunicar, difundir e fazer com que as classes subalternas se apropriem do conjunto de normas, valores, princípios que expressem os interesses do grupo dominante. Desta maneira, a *sociedade civil* torna-se a esfera da produção simbólica, isto é, o lugar onde se produzem os sentidos e os valores.

Com efeito, a *hegemonia* seria o modo como a classe dominante articula os conflitos existentes na sociedade, na medida em que a tarefa da *sociedade civil* é construir o consenso dos dominados com os dominantes e mantê-lo. Isto não significa eliminar os conflitos, mas articulá-los na medida em que em toda *sociedade civil* há produção de sentidos tanto em favor da classe dominante, quanto em favor das classes subalternas. Mas esta “não-eliminação” dos conflitos ou de interesses entre classe hegemônica e classes subalternas não implica um mecanismo de dominação pura e simples. Conforme os termos colocados por Arrighi (1997) e baseado na concepção gramsciana, a *hegemonia* é o poder associado à dominação, ampliada pelo exercício da “liderança intelectual e moral”. Assim, tal como enfatizou Gramsci:

“A supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras, como ‘dominação’ e como ‘liderança intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos antagônicos, que ele tende a ‘liquidar’ ou subjugar, talvez até pela força das armas, e lidera os grupos afins ou aliados. Um grupo social pode e, a rigor, já deve exercer a ‘liderança’ antes de conquistar o poder governamental (essa é, de fato, uma das principais condições para conquistar tal poder); posteriormente, ele se torna dominante ao exercer o poder, mas, ainda que o detenha firmemente nas mãos, também tem que continuar a ‘liderar’” (Gramsci, 1971; citado por Arrighi, 1997: 28).

Por outro lado, a *práxis* política seria, fundamentalmente, o trabalho, no contexto da relação entre o *Estado* e a *Sociedade Civil* de educar o ambiente social em geral, enquanto local onde se estrutura e se consolida a *hegemonia*. A *sociedade civil* é o referente mais significativo do *bloco histórico* que, na medida em que articula de forma orgânica os elementos econômicos com os superestruturais, consolida essa *hegemonia*. É na própria *sociedade civil* que se estruturam as relações de poder, que se desenvolve o processo de formação da vontade coletiva.

Para nosso autor, é chave a definição do *Estado* enquanto combinação entre coerção e consenso; enquanto conjunto de instituições que conformam e asseguram a *hegemonia* da classe dominante, tanto as instituições públicas, encarregadas de ditar as leis e fazê-las cumprir, como aquelas vulgarmente chamadas “privadas”, e que asseguram que esse poder e seus fundamentos adquiram legitimidade para o conjunto das classes subalternas. Desta maneira, a família, a igreja, os sindicatos, os meios massivos de comunicação, as instituições educativas, os partidos políticos, etc., na medida em que jogam um papel na difusão e aceitação das normas de comportamento - são aglutinados por Gramsci no conceito de *Sociedade Civil*, enquanto espaço onde se produzem e se difundem as ideologias, e portanto, enquanto esfera onde se estrutura e se constrói a *hegemonia* de uma classe social cristalizada na capacidade desta em dar direção intelectual, moral e cultural ao conjunto da sociedade. O *Estado* é compreendido por Gramsci em seu sentido orgânico e mais amplo, na medida em que estaria conformado pelas dimensões *sociedade política* e *sociedade civil*. É por esta razão que o binômio *Estado-Sociedade Civil* é inseparável na realidade.

Com efeito, a *hegemonia* é a construção de uma nova civilização. É uma reforma intelectual e moral que só é possível com a construção de uma racionalidade nova, radicalmente distinta da anterior. Neste ponto, é chave discernir onde se colocam os *intelectuais* no campo conflitivo e contraditório da *sociedade civil*, isto é, a serviço de quem os intelectuais vão desempenhar a sua função histórica.

Gramsci vai apontar que “a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é ‘mediatizada’, em diversos

graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’” (Gramsci, 1978:10). Neste sentido,

“(…) poder-se-ia mediar a ‘organicidade’ dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima). Por enquanto, pode-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’¹¹, que correspondem à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia e do governo político, isto é, 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo” (Ibid.: 10 - 11).

Gramsci faz uma distinção fundamental entre dois tipos de *intelectuais*: o *tradicional*, cuja função, no entanto, não critica e não rompe com o *sensu comum*, é contribuir para manter a tradição do sistema dominante. O *intelectual tradicional* já foi, em algum momento do desenvolvimento histórico, *intelectual orgânico*. Por outro lado, o *intelectual orgânico* é aquele criado pela classe no processo da sua formação e desenvolvimento. Os *intelectuais orgânicos* são aqueles que se colocam no lugar daqueles sujeitos que lutam por uma transformação da sociedade. Não obstante, é preciso esclarecer que o *intelectual orgânico* pode estar a serviço das classes subalternas ou das classes dominantes. As lutas ideológicas que operam na *sociedade civil* são articuladas e orientadas pelos *intelectuais*. Para o exercício da *hegemonia* as classes têm que construir, necessariamente, seus quadros *intelectuais*.

¹¹ Esta distinção Estado- Sociedade Civil, em Gramsci, tem finalidades didático-metodológicas, já que, na sua concepção, conforma uma “unidade orgânica”.

Em “Temas Sobre a Questão Meridional” Gramsci propõe uma concepção de intelectual, na que os define por a sua função *organizadora* nas diversas esferas da vida social:

“Por intelectual, cabe entender não somente essas camadas sociais tradicionalmente chamadas de intelectuais, mas em geral, toda a massa social que exerce a função organizadora em um sentido amplo: seja no plano da produção, da cultura ou da administração pública” (Gramsci; citado por Buci Glucksmann, 1985: 46).

Os *intelectuais* são os “persuasores” da classe econômica e politicamente dominante; são os “funcionários” da hegemonia.

Cada grupo social - afirmando uma função específica na produção econômica - forma intelectuais que se tornam os técnicos da produção. Eles contribuem para dar homogeneidade à classe dominante e a sua direção. A nova classe dominante, enquanto forma seus quadros intelectuais orgânicos tenta absorver os intelectuais tradicionais. O problema fundamental, aqui, é a distinção entre intelectuais como categoria orgânica ou tradicional.

Os intelectuais de tipo urbano, que sem dúvida são orgânicos, desenvolveram-se com a indústria e estão ligados à função produtiva, isto é, à função da economia capitalista.

Os intelectuais de tipo rural são, na sua maioria tradicionais. Eles estão ligados à massa social dos campos e à massa pequeno-burguesa das pequenas cidades. Nesse sentido, enquanto os intelectuais orgânicos têm no capitalismo uma ligação mais estreita com a produção, os intelectuais tradicionais têm uma relação mais mediatizada; desempenham um papel de mediação política no sentido que o intelectual tradicional - para Gramsci - põe em contato a massa camponesa com a administração estatal e local. É isso, o que lhes atribui, justamente, uma mediação profissional e política.

Por outro lado, o *intelectual orgânico* do proletariado não é aquele que se crê tal, entendido isto como mera adesão ideológica, senão aquele que se torna realmente político (organizador, dirigente) das classes subalternas. Estas, participam de uma concepção do mundo que lhes é imposta pelas classes dominantes. A ideologia das classes dominantes corresponde à sua função histórica, à legitimação da sua própria *hegemonia*.

As classes subalternas são dominadas pela ideologia da classe dominante que as atinge através de inúmeras vias. Uma delas é a escola. Gramsci vai problematizar isto, indagando uma divisão entre escola profissional e escola ginásial - colegial. Ele vislumbra, no contexto da escola italiana, uma fratura que tem caráter de classe: a escola profissional destinada àqueles que irão trabalhar em posições subalternas; e o ginásio - colégio, destinado aos quadros dirigentes da sociedade. A partir disto resulta a sua proposta da Escola Unitária com um caráter formativo geral.

Outras vias de penetração da concepção do mundo da classe dominante são: a religião, o serviço militar, e as inúmeras formas da sociabilidade humana.

Portanto, o problema está em criticar esta concepção de mundo imposta às classes subalternas, superá-la, a fim de construir uma concepção nova, na qual se estabeleça a unidade entre teoria e prática, entre política e filosofia. Para Gramsci, só a *filosofia da práxis* é uma filosofia capaz de unificar e de elevar as pessoas simples ao nível de uma visão superior, crítica e coerente. Neste sentido, a função dos intelectuais seria homogeneizar a classe e elevá-la à consciência de sua própria função histórica. É organizar a reforma moral e intelectual. O marxista italiano colocará a função dos intelectuais nos seguintes termos:

“Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘por si’, sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria - prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceptual e filosófica. Mas este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de cisões e de agrupamentos; e, neste processo, a ‘fidelidade’ da massa (e a fidelidade e a disciplina são inicialmente a forma que assume a adesão da massa e a sua colaboração no desenvolvimento do fenômeno cultural como um todo) é submetida a duras provas. O processo de desenvolvimento está ligado a uma dialética intelectuais - massa; o estrato dos intelectuais se desenvolve quantitativa e qualitativamente, mas todo progresso para uma nova ‘amplitude’ e complexidade do estrato dos intelectuais está ligado a um movimento análogo da massa dos simples, que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente o seu círculo de influência através de indivíduos, ou mesmo grupos mais ou menos importantes, no estrato dos intelectuais especializados” (Gramsci, 1995: 21 - 22).

A interação entre intelectuais e povo não deve, de modo algum, limitar a atividade científica, nem tampouco manter uma unidade das massas no nível mais baixo; essa relação - que como colocávamos mais acima - é fundamentalmente uma relação pedagógica, tende a construir um *bloco intelectual e moral* que possibilite politicamente um projeto intelectual de massas e não apenas de escassos grupos intelectuais privilegiados. A *hegemonia* é, portanto, a

“(...) capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que - através de sua ação política, ideológica, cultural - consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder” (Gruppi, 1980: 70).

A *hegemonia*, por ser uma reforma intelectual e moral produto de uma nova e integral concepção do mundo, é mais do que política. Em Gramsci, a hegemonia aparece, também, como uma relação pedagógica, por ser ela uma experiência coletiva de emancipação. A *hegemonia* inaugura uma experiência nova entre cultura e massas, entre intelectuais e povo.

Os processos e os mecanismos de construção dos quadros intelectuais das classes fundamentais são essencialmente diferenciados. Para a burguesia, esse processo é sistemático, na escola e na produção material imediata. O intelectual da classe dominante tem seu processo de formação taylorizado, integrado positivamente ao mundo produtivo. A formação dos intelectuais das classes subalternas, tem um processo diferente. Na produção e no conjunto da sociedade, elas e seus intelectuais são elementos organizados a partir da racionalidade dominante. Assim, formados contra essa corrente, devem ser criados para possibilitar a transformação dessa racionalidade. Escolas de vida formadoras da intelectualidade das classes subalternas para o exercício hegemônico são os partidos e, também, os sindicatos. Assim,

“(...) o partido não é senão o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, que se formam assim, e não podem deixar de se formar, (...) diretamente no campo político e filosófico, e já não mais no campo da técnica produtiva. Ele é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil, a mesma função desempenhada pelo Estado, de um modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a fusão entre os

intelectuais orgânicos de um dado grupo, o grupo dominante, e os intelectuais tradicionais; esta função é desempenhada pelo partido precisamente na realização da sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política” (Gramsci, 1978: 14).

Por outro lado, a inserção dos intelectuais não se restringe a um só campo, nem o da produção, nem o do domínio. Mas é preciso levar em conta que, pela própria organização no mundo da produção, as classes dominantes tentam inibir a formação de intelectuais para o conjunto das classes subalternas. Exemplo deste mecanismo é o projeto de Taylor de transformar o operário em um *gorila amestrado*. Assim, o próprio processo fabril, nas condições que, despoticamente, impõe aos trabalhadores, produz uma disciplina capaz de neutralizar ou dificultar a constituição de novas concepções do mundo.

Em decorrência dos elementos colocados acima, podemos inferir que *hegemonia*, para Gramsci, não implica mero “domínio ideológico ou maioria eventual” (Dias, 1996 b: 33).

“Se hegemonia significa crítica real de uma filosofia, a sua dialética real, ela pode ser pensada e articulada como projeto político capaz de construir a identidade da classe hegemônica, ou candidata à, de permanentemente redefini-la, de articular a partir dessa identidade o seu projeto de significação da história, significação que terá que se construir no processo da luta” (Ibid.).

Segundo as formulações do marxista italiano, é possível estabelecer que uma classe fundamental, para se tornar dirigente/dominante, pode se valer de duas estratégias principais: uma, o transformismo ou, dito em outros termos, a estratégia de “revolução - restauração”/ “inovação - conservação”; outra, a da *hegemonia*. Na primeira estratégia estaríamos perante um processo de *subordinação ideológica* ou *consentimento passivo* e, portanto, longe de ser a construção de uma verdadeira hegemonia, seria uma estratégia de *revolução passiva - guerra de posição* na medida em que as classes subalternas recuam para o terreno econômico corporativo e, assim, são absorvidas pelo projeto da classe dominante. Neste caso a *hegemonia* tomaria a forma da *revolução passiva*. A segunda estratégia, está fundada no consentimento ativo, isto é, cimentada na vontade coletiva e popular, fundamentada numa visão do mundo

comum, unitária, coerente e sistemática, na medida em que haveria uma adoção dos interesses do conjunto das classes subalternas por parte da classe que se torna hegemônica. A *hegemonia*, neste sentido, é decorrente de um novo princípio unificador de diversas ideologias para a conformação de um “novo homem coletivo”, de uma nova vontade coletiva, a partir da rearticulação transformadora dos processos ideológicos previamente existentes, possibilitando assim, uma ideologia orgânica e classista através de uma concepção do mundo e da vida, unitária e coerente.

A *hegemonia* envolve todos os níveis da sociedade, isto é, a base econômica, a superestrutura política, social, ideológica. A reforma intelectual e moral deve, necessariamente, estar ligada a um programa de reforma econômica. Projetar uma nova *hegemonia* em termos de transformação das condições de existência das classes subalternas, implica pensar na construção de uma nova forma de sociabilidade, e esta, só se torna possível, se é concebida de maneira conjunta, as formas específicas da sua realização, a um só tempo material e simbólica. Nesse sentido, a estrutura e as superestruturas constituem um *bloco histórico*. A *hegemonia*, portanto, tende a construir um *bloco histórico*. Isto significa que a tendência dela é realizar uma unidade de forças sociais e políticas diferentes, tentando as conservar juntas, através da concepção do mundo que ela mesma perfilou e propagou.

Para Gramsci, todo o processo de formação crítica e, portanto, de intervenção ativa e consciente no desenvolvimento histórico é produto de um processo social, de uma formação de caráter político-ideológico, no qual o partido tem um papel essencial.

O papel do *partido* é fundamental na construção e difusão das concepções de mundo e na criação de intelectuais. Na medida em que elaboram essencialmente uma ética e uma política adequadas a uma determinada concepção do mundo, eles funcionam como *experimentadores* históricos de tais concepções:

“Os partidos selecionam individualmente a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos prático e teórico, com uma relação tão mais estreita entre teoria e prática quanto mais seja a concepção vitalmente e radicalmente inovadora e antagônica aos antigos modos de pensar. Por isso, pode-se dizer que os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades

integrals e totalizadoras, isto é, pedra de toque da unificação de teoria e prática, entendida como processo histórico real” (Gramsci, 1995: 22).

O *partido*, chamado por Gramsci, o Príncipe Moderno, é o reformador intelectual e moral por excelência. Ele é o unificador, o mediador no processo de construção da hegemonia. O partido cria uma vontade coletiva; é o embrião do futuro Estado. O partido contém os “germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais”. Cabe a ele desenvolver todo o sistema de relações intelectuais e morais.

“O partido, para realizar essa tarefa de desconstrução/construção, deve mobilizar as vontades. Organizá-las, dar-lhes homogeneidade e sentido. E não pode deixar de fazê-lo. Quando se fala em homogeneidade não se pensa em apagamento de diferenças, mas, pelo contrário, na construção do referencial teórico-prático que seja, a um só tempo, norte político e instrumento de análise e criação. O próprio das visões de mundo das classes subalternas é fragmentário, errático. Cabe ao partido, entendido como intervenção consciente na história, alterar essa situação, construindo uma nova universalidade, um novo projeto de civilização e de sociedade. Aqui, a relação partido-filosofia da práxis está claramente pensada na sua forma mais universal” (Dias, 1996 b: 11).

Cabe ao partido, como intelectual das classes subalternas, desconstruir todo o velho sistema de relações intelectuais e morais e construir o novo bloco histórico.

CAPITULO II

PARA UMA RECONSTRUÇÃO DO PAPEL DO FORDISMO NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA

“A inteligência é expulsa das oficinas e das fábricas; não devem ficar aí senão braços sem cérebros, autômatos de carne e osso adaptados a autômatos de ferro e aço. Se isto é o que se chama progresso, nós devemos estar contra essa forma de progresso. Mas isto não é o progresso” (Declaração do Secretário da Federação dos Metalúrgicos da CGT Francesa, em 1913).

“A parcelação do trabalho é o assassinato de um povo” (Urquhart; citado por Karl Marx, *O Capital*).

II.1 - O CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DO TAYLORISMO

Desde as últimas décadas do século XIX o capitalismo, como sistema mundial de produção, atingiu um novo patamar do seu desenvolvimento através de uma segunda onda de transformações, identificadas com o surgimento da eletricidade, do motor a explosão, da química orgânica, dos materiais sintéticos, da manufatura de precisão. Este segundo grande ciclo de crescimento industrial e de expansão do modo de produção capitalista foi considerado como a Segunda Revolução Industrial.

A “Grande Depressão” que começa com a crise de 1873, e que se prolonga até aproximadamente 1895, inaugura um novo período do capitalismo conhecido com o nome de imperialismo. A partir de 1910, reforça-se a constituição de monopólios, reformula-se o papel dos bancos no financiamento da acumulação e da fusão do capital bancário e do capital industrial com o capital financeiro; assim conforma-se o sistema imperialista. Nos termos de Beaud:

“O imperialismo é o funcionamento e o desenvolvimento de um capitalismo nacional em escala mundial: extorsão do valor produzido por ocasião da

produção, a realização do valor produzido por ocasião da venda de mercadorias, a exploração econômica, sob a forma de capitais novos, dos lucros anteriormente realizados, já não são pensados e organizados principalmente em escala local/nacional, mas sim de imediato em escala nacional/mundial. Esta nova atitude é fruto de entidades capitalistas de grande porte: oligopólios, assumindo diversas formas, grandes empresas, trustes, grupos; ela repousa cada vez mais na aliança, por vezes interpenetração, de capital industrial e do capital bancário, no capital financeiro; ela é promovida por frações da burguesia que, ultrapassando os horizontes locais/nacionais, empreendem e impulsionam em escala nacional/mundial, e que, nessa dinâmica, obtêm o apoio do Estado, de sua diplomacia, de sua frota e de suas armas” (1989: 238 - 239).

Assim, “as contradições referentes ao movimento de produção ampliada do capital se desenvolvem, daí em diante, no âmbito nacional/mundial” (Ibid.).

A era do imperialismo identifica-se fundamentalmente com um processo de desenvolvimento de uma segunda geração de técnicas industriais e de indústrias; com a afirmação do movimento operário o qual se organiza e chega a ter um peso considerável no nível dos capitalismo nacionais; com uma progressiva concentração do capital e o surgimento do capital financeiro; com uma nova onda de colonização e de expansão em escala mundial.

Entre 1870 e 1880, o modo capitalista de produção consolida-se fundamentalmente na Grã Bretanha e só se afirma em áreas específicas da Europa e da América do Norte. A partir da Grande Depressão de finais do século XIX, a confluência de uma série de tendências, tais como as relações conflituosas entre capital e trabalho, entre os diferentes capitalismo nacionais, sobretudo entre os capitalismo dominantes e regiões dominadas abrem a possibilidade para uma reformulação do comando capitalista mundial. A ascensão dos capitalismo alemão e norte-americano começam a questionar a hegemonia do capitalismo britânico herdado dos primórdios da Segunda Revolução Industrial.

Portanto, dois problemas relevantes caracterizam a crise que marca a virada do século XIX para o XX, período que precede a Primeira Grande Guerra: uma progressiva superação dos capitalismo francês e inglês, até então dominantes, pelos capitalismo alemão e norte-americanos. O capital americano está amplamente interessado em assegurar sua expansão. Neste contexto, é fundamental a afirmação das classes operárias. Este período de crise caracteriza-se por inúmeras e poderosas greves proletárias, assim como também há um

desenvolvimento das organizações operárias. O movimento operário torna-se relevante, justamente, pelo crescente processo de industrialização e de inovação tecnológica e organizacional, no seio do capitalismo. Aliás, este processo de industrialização capitalista provoca uma intensificação da urbanização. Registra-se, nesse período um notável crescimento do proletariado industrial.

A guerra vai contribuir para fortalecer o poder econômico e financeiro dos EUA. No entanto, cabe esclarecer que o processo de consolidação da hegemonia norte-americana só culminará após a crise de 29 e da Segunda Guerra Mundial, com uma reformulação do padrão tecnológico e produtivo até então existente.

Por outro lado, a expansão imperialista dos capitalismo nacionais, na virada do século XIX para o XX, vai desencadear a Primeira Guerra Mundial. Esta crise é produto de múltiplas contradições que estavam latentes em cada quadro nacional. São múltiplas as razões que desencadeiam o conflito mundial. Fundamentalmente, ele é produto da confluência das contradições inter-capitalistas como, por exemplo, a concorrência e a rivalidade entre os diferentes Estados nacionais, e do enfrentamento de interesses industriais e financeiros, marcado por “ímpetus patrióticos e nacionalistas”. Elas impulsionaram a procura acentuada de mercados externos e exportação de capitais, o que gerou ainda novos conflitos. Assim, para atenuar o efeito deste conjunto de contradições,

“(...) cada potência procurou conseguir uma zona de poder no mundo, o que - com a ajuda do nacionalismo, racismo, xenofobia, chauvinismo e proselitismo - contribuiu para transformar os antagonismos econômicos em oposições nacionais, logo, políticas militares; oposições que se alimentam dos ódios e rancores históricos, das certezas de superioridade (britânica, francesa ou alemã), dos mitos de grandeza ou de missão civilizadora. O que foi largamente suficiente para desencadear a guerra mundial que, então, pareceu ser a mais sangrenta, a mais mortífera, a mais bárbara...” (Ibid.: 240).

A Primeira Grande Guerra convulsiona a Europa e, na medida em que acentua o declínio britânico, fortalece o domínio dos EUA, sem resolver, na realidade as contradições de antes de 1914, que desencadearam a Guerra. Ao mesmo tempo, ela abre um novo período de crise que desembocará, vertiginosamente, em 1929.

É no contexto histórico da expansão do capitalismo do início do século XX que nasce uma nova forma na organização do processo de trabalho e da estrutura dos mercados de força de trabalho. É a grande ofensiva do capital contra os trabalhadores qualificados de ofício. Há uma reformulação na composição da classe operária, identificada a um tendente processo de “homogeneização” do trabalho e a relegação da força de trabalho a uma categoria desqualificada e semi-especializada. Isto se fará via inovações de uma segunda onda de industrialização e na busca permanente de associar progressivamente mais-valia absoluta e mais-valia relativa. Na busca dessa “aliança” instala-se o taylorismo e, posteriormente, a linha de montagem.

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, trabalhadores da Europa opunham-se à introdução dos métodos tayloristas de organização do trabalho. As greves de 1913 são significativas. Os trabalhadores recusam abertamente a entrada da cronometragem nas fábricas.

O processo de imigração foi relevante como condição do desenvolvimento do taylorismo nos EUA; processo que provocou uma mudança considerável na composição da classe operária norte-americana. Desde 1815, acontece nos EUA, o maior movimento imigratório da história moderna. Os EUA recebem milhões de imigrantes, principalmente, força de trabalho expulsa do campo europeu, enquanto ali, ia-se desenvolvendo a chamada revolução industrial. Esta revolução, razão fundamental deste deslocamento de população Européia para os EUA, determinará o sucesso do desenvolvimento do capital americano. O fenômeno imigratório vai ser, assim, decisivo e fundamental para favorecer a acumulação do capital.

A primeira onda imigratória tinha se originado no período 1815-1860 com, aproximadamente, cinco milhões de pessoas provenientes de diversos países da Europa do Oeste e do Norte.

Por volta de 1900 desembarcam nos EUA grandes massas de trabalhadores. A extraordinária expansão da indústria automobilística demanda o consumo de quantidade crescente de força de trabalho. No período 1880-1915, uma nova onda imigratória altera mais uma vez a composição da classe operária e, portanto, há uma reformulação no mercado de trabalho norte-americano. O novo perfil imigratório estava composto, no início, por camponeses provenientes da Europa do Nordeste, e mais tarde, originários da Europa do Sul e

do Leste. Neste período, os EUA teve por volta de quinze milhões de novos imigrantes. É oportuno destacar aqui, o que significou semelhante massa de subproletários em termos de reserva de força de trabalho.

A Revolução Industrial que na primeira metade do século XIX havia expropriado milhões de camponeses - moradores da Europa do Nordeste - produz os mesmos efeitos cinco décadas mais tarde, espalhando-se para o Sul e para o Leste.

Para a época da Pré-Grande Guerra, os EUA contavam com uma extraordinária “reserva” de força de trabalho, elemento fundamental para assegurar o processo de acumulação do capital americano.

Segundo Coriat (1982), as características destas duas grandes ondas imigratórias, da Europa para os EUA, não se identificam com uma transferência de “população”, já que a enorme massa de imigrantes tinha de seis a quarenta anos e compunha-se, geralmente, de “trabalhadores já feitos” e, predominantemente, masculinos. Trata-se, portanto, de uma imigração de força de trabalho que libera o capital dos gastos com educação e, freqüentemente, com a manutenção familiar.

A estrutura da classe operária nos EUA, após o fenômeno imigratório, está composta por dois “grandes grupos de trabalhadores”: por um lado, um número relativamente escasso de operários de ofício e artesãos - que conseguiram anular a vigilância das leis européias que proibiam sua imigração - que, havendo pertencido a associações operárias, reconstruíram sindicatos e associações reivindicativas nos EUA. Por outro lado, uma grande massa caracterizada como “desqualificados”, recém expropriados de seus campos, sem especialização nenhuma e sem qualquer conhecimento do trabalho industrial; enfim, uma massa que estava privada de associações de defesa e reivindicações coletivas. Justamente, entre estes dois elementos, que são a composição técnica da classe operária e sua composição “política” (seus instrumentos e meios de defesa e de luta), é onde se pode captar a significação do taylorismo como estratégia de dominação sobre o trabalho. Taylor possibilita a entrada massiva dos trabalhadores não especializados na produção. Com isto, o sindicalismo é derrotado em dois sentidos: pois, quem é expulso progressivamente da fábrica, não é apenas o trabalhador de ofício, mas também, é o trabalhador sindicalizado e organizado. A entrada dos operários

desqualificados na fábrica, não é somente a entrada de um trabalhador objetivamente menos caro, mas, também, a entrada de um trabalhador não-organizado, privado da capacidade para defender o valor da sua força de trabalho. Portanto, a implantação do taylorismo, a instauração do trabalho parcelado e repetitivo aponta para dois objetivos fundamentais: primeiro, acabar com a capacidade de resistência do operário de ofício; segundo, desenvolver um processo de trabalho que permita a entrada, no salariado, dos trabalhadores não-especializados, não-qualificados, não-organizados (Ibid.).

Nesse sentido, é importante destacar que os processos migratórios de massa, quando se trata de uma imigração motivada por trabalho, cumpre uma função econômica fundamental: possibilitar a acumulação do capital ao tornar possível, no seio das concentrações urbanas e industriais de Ocidente, a disposição de uma força de trabalho numerosa e barata; e de um operariado móvel, desorganizado, mantido numa situação infra-jurídica, cujos gastos de manutenção e reprodução só são cobertos em pequena parte por quem consome sua força (Ibid.).

Um aspecto importante concernente à força de trabalho imigrante foram as estratégias de recrutamento destas. Conforme Nelson (1975), um desvio fundamental no contexto da pré- I Guerra Mundial, foram os mecanismos de recrutamento da força de trabalho imigrante expressas na formação de um conjunto de organizações orientadas a promover a assimilação do imigrante à cultura de trabalho americana. Desenvolveram-se diversas campanhas de “americanização” do imigrante, visando - através de treinamento da língua americana, assim como, de programas específicos de treinamento para a produção - assegurar e reter uma adequada reserva de força de trabalho. Uma das estratégias que, por exemplo, os cursos de língua americana implementaram - e que muitas indústrias incorporaram conforme as necessidades da corporação - foi a criação de programas enfatizando certas “ideologias”, usando palavras-chaves e frases tendenciosas, visando inculcar hábitos de trabalho, assim como, fidelidade à fábrica, por parte dos imigrantes e dos negros que provinham como provisionamento de força de trabalho para a indústria americana.

Através de um processo crescente de desqualificação e simplificação do processo de trabalho, os princípios do taylorismo vão ter como objetivo, fundamentalmente, dobrar a

resistência do trabalhador de ofício, fortemente organizado sindicalmente, a fim de substituí-lo pelo “operário-massa”, pelo “operário fabril”, enfim, pelo “trabalhador coletivo”; identificado com o imigrante não-qualificado, desenraizado, e, portanto, com menor capacidade de organização e de resistência. Portanto, ao substituir o operário profissional, qualificado, pelo operário-massa, recém imigrado, não-qualificado, não-organizado, o capital reformula os termos da relação de classes. A hipótese que pretendemos demonstrar, neste ponto, é que o taylorismo, como método de controle do trabalho, origina-se como uma resposta do capital à resistência dos trabalhadores; resistência focalizada no domínio, por parte dos produtores diretos, dos métodos de produção. O capital passa, assim, a comandar e a ordenar os ritmos, os tempos e as formas de controle da produção, subordinando os trabalhadores ao seu controle despótico, quebrando aquele trabalho autônomo exercido sob o próprio controle do produtor direto. O taylorismo e o fordismo desenvolvem-se, assim, primeiramente, naqueles setores que tinham condições de assegurar a produção dos meios de subsistência e dos meios de consumo da classe operária; a taxa social de exploração cresce também em grandes proporções devido ao extraordinário crescimento da intensificação do trabalho. O taylorismo e o fordismo, tornam-se, desta forma, potentes dispositivos de extorsão de mais-valia.

A resistência dos trabalhadores adquire relevância no início da produção fabril e cristaliza-se nos conflitos que são, por um lado, produto do conjunto de medidas, regulamentos e sanções, que visam disciplinar a nova força de trabalho emergente. Por outro lado, a resistência expressa-se nas elevadas taxas de absentismo e rotatividade da força de trabalho (*turnover*) e também no problema com que os capitalistas defrontam-se, da dificuldade para recrutamento de mão-de-obra. Nesse sentido, o eixo dos conflitos que marcam a virada do século XIX para o XX, identificam-se na forte contestação dos trabalhadores às formas de controle do trabalho, emergente nos primórdios da produção da Grande Indústria. Para os trabalhadores, os novos métodos de controle do trabalho, fundamentado no taylorismo, foram vividos como uma ofensiva e, nesse sentido, como um novo patamar do processo de desqualificação e degradação das suas condições de trabalho. Um panfleto da CGT da França em 1913 colocava: “*A inteligência é escorraçada das fábricas. Só devem nelas ficar braços sem cérebro e autômatos de carne adaptados a autômatos de ferro e aço*” (Citado por Beaud,

1989: 244; Leite, 1994: 68). Como resposta à necessidade de institucionalizar o conjunto de reivindicações vinculadas, fundamentalmente, à recuperação da sua autonomia no controle sobre o processo produtivo, os trabalhadores organizam-se e surgem - sobretudo na França, na Alemanha, na Inglaterra e nos EUA - os chamados Conselhos de Fábrica.

Refletiremos, nas notas seguintes, sobre os aspectos mais fundamentais do taylorismo e do fordismo. Logo após, tentaremos indagar o desenvolvimento das lutas de classes e alguns aspectos relativos à subjetividade operária no contexto desta ofensiva do capital.

II.2- TAYLOR E A GERÊNCIA CIENTÍFICA

Nascido em 1856 em Germantown - subúrbio de Filadélfia, Estado da Pensilvânia - nos EUA, Frederick Winslow Taylor vai iniciar o movimento da gerência científica nas últimas décadas do século XIX - mais precisamente, na virada do século XIX para o XX. Aqueles novos métodos relativos a novos mecanismos de controle do trabalho que Taylor, primeiro como operário e logo como capataz, começaria refletir e experimentar, a partir de 1870, nas oficinas da *Midvale Steel Company*, tornar-se-iam os métodos de controle do trabalho dominantes do século XX.

Integrante de uma família de classe média, Taylor decide abandonar os estudos após ter-se preparado para ingressar em Harvard para formar-se em Leis, influenciado por seu pai que era advogado. Aos dezoito anos, decide entrar numa oficina mecânica para fazer um aprendizado, trabalhando em máquinas-ferramentas e na fabricação de modelos. Vê-se obrigado a ingressar como trabalhador comum, e não como mecânico, posto que, na época por causa do período recessivo, estava difícil para os mecânicos obterem emprego. Uma vez que completa seu aprendizado, entra, em 1878, na *Midvale Steel Company*, oficina de construção de máquinas. Pouco após de seu ingresso como funcionário e maquinista diarista, foi nomeado chefe de turma, com a responsabilidade de mestre no departamento de tornos mecânicos. Depois de quase três anos de luta com os operários na procura insistente e obsessiva de obter maiores níveis de produtividade, tornado possível pelo rendimento das máquinas, Taylor foi promovido do cargo de contramestre, até tornar-se chefe da fábrica em 1884 - seis anos após o ingresso como trabalhador e com idade de 28 anos.

A Midvale Steel Company - uma das companhias mais avançadas da indústria siderúrgica - vai se tornar, em princípio, o campo de estudos e de experimentação da “gerência científica” do engenheiro - e, mais tarde, engenheiro-conselheiro em organização - F. W. Taylor.

É pertinente colocar, conforme lembra Sohn-Rethel (1982), que o conjunto de pesquisas e experiências de Taylor, originam-se num contexto histórico marcado por uma profunda recessão econômica: a Grande Depressão que caracterizou as décadas de 1870 a 1890, é produto de mais de vinte anos de impasse e de estagnação econômica quase ininterruptos, bem como, de altas taxas de desemprego em massa. A causa da crise é a queda - neste caso, paralizante - da taxa de lucro, analisada por Marx como condição histórica do capitalismo. Esse período caracterizou-se, também, por grandes e numerosas manifestações populares; marchas e greves reivindicavam melhores condições de vida. Momento das primeiras agitações revolucionárias, donde o socialismo tornou-se a utopia de uma grande parcela da população operária. O socialismo, assim, tornou-se um projeto chave, cuja bandeira era levantada por amplos movimentos políticos que resultaram na fundação dos primeiros partidos socialistas e socialdemocráticos de massa, acompanhados pela organização dos trabalhadores não-qualificados e semi-qualificados, num novo tipo de sindicato: aqueles trabalhadores imigrantes que passavam a conformar a nova composição da classe operária requerida pelo taylorismo. A crise provocada pela Grande Depressão de final de século XIX, atingiu, de modo mais drástico, as indústrias pesadas, indústrias como as do ferro e aço, onde Taylor trabalhava.

Segundo Sohn-Rethel (Ibid.), o capitalismo, visando garantir seu mecanismo de acumulação, tinha necessidades de duas coisas, fundamentalmente: em primeiro lugar, necessidade de expansão dos mercados e abertura de novos territórios, isto é, uma saída para o imperialismo posto em prática pelos países desenvolvidos da Europa então credores. Em segundo lugar, o capital precisava de um aumento substancial na taxa de exploração do trabalho de produção das indústrias nas metrópoles, saída essa que se fazia ainda mais necessária num país na situação dos EUA. Na época, os EUA era devedor, mas em pleno processo de desenvolvimento industrial e onde predominava o mais alto nível salarial do mundo. Estas duas linhas de desenvolvimento - a dinâmica externa do imperialismo e a pressão interna da exploração do trabalho - foram relevantes em termos de conformação do capitalismo

monopolista. Na seqüência dos acontecimentos, a combinação destes dois mecanismos foram indispensáveis para preservar com vivacidade o capitalismo, particularmente, depois da Primeira Guerra Mundial, quando os EUA transformaram-se na mais importante potência capitalista credora, e os debilitados países europeus sentiram-se pressionados a adotar os métodos de produção mecanizada de massa, sobretudo, na Alemanha que, devido à derrota na guerra, foi transformada em país devedor.

Portanto, o taylorismo torna-se uma medida de contratendência que o capital cria para garantir seus mecanismos de expansão e de acumulação. Marx já analisara isto no momento em que se desenvolveu a Grande Indústria: trata-se do processo da subsunção real do trabalho ao capital.

O nascimento do sistema de fábrica requeria métodos de controle do trabalho, visando instaurar um tipo de organização e de divisão do trabalho capazes de garantir a subordinação dos trabalhadores ao capital. Para efetivar o processo de subsunção real do trabalho ao capital, condição indispensável da concorrência e expansão capitalista, era preciso a introdução de um dispositivo chave: a maquinaria. A maquinaria iria desempenhar um papel fundamental, pois ela incorporava parte do saber operário, condição indispensável para expropriar destes, a autonomia e o controle sobre o processo de trabalho.

Vejamos agora, em que consiste a natureza distintiva deste método de valorização do capital.

É o próprio Taylor que irá desvendar a natureza desta nova estratégia de controle do trabalho.

A “gerência científica” vai-se focalizar na aplicação dos métodos da ciência aos problemas do controle do trabalho - a partir do desenvolvimento de novos métodos de organização do trabalho - nas empresas capitalistas em expansão. Embora Taylor enfatize “os dois principais objetivos da administração científica: prosperidade do empregado, acompanhada da prosperidade do patrão” (1980:75)¹², estes novos métodos de gestão de força de trabalho

¹² “O principal objetivo da administração deve ser o de assegurar o máximo de prosperidade ao patrão e, ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao empregado (...). A expressão *máximo de prosperidade* é usada em sentido amplo, compreendendo não só grandes dividendos para a companhia ou empregador, como também desenvolvimento,

vão se preocupar, insistentemente, na adaptação do trabalho às necessidades supremas do capital. Neste sentido, é importante ressaltar que Taylor, na sua teoria, rejeita explicitamente, a concepção das relações de antagonismo entre capitalistas e assalariados, aceitando essa condição como natural e a-histórica. O Taylorismo, torna-se, assim, uma resposta capitalista à luta de classes, problema que ficará mais claro quando analisarmos, com mais detalhes, o fordismo e os aparelhos de hegemonia.

Alguns estudos confirmam que Taylor não incorporou um subsídio inteiramente novo. O que ele fez, realmente, foi sistematizar, a partir de um tratado, um conjunto de idéias e experiências que se tornaram relevante, no contexto da Inglaterra e dos EUA, durante o século XIX. O método de Taylor considera-se “científico”, baseado na única atividade de classificação e sistematização. Neste sentido, ele vai dar uma “filosofia” a uma série desconexa e desorganizada de iniciativas e experiências; uma “filosofia” que vai propor novos métodos de trabalho, tornando-se, explicitamente, contrária à chamada “administração por iniciativa e incentivo”. O taylorismo pretende, dessa maneira, ser uma nova filosofia e uma organização científica do trabalho (Cf., para maiores detalhes; Braverman, 1981).

Os princípios de Administração Científica - publicado em 1911- vão se constituir na base teórico-prática do padrão de acumulação que vai dominar grande parte do capitalismo do século XX. Taylor afirma que a administração científica, em sua essência, consiste em certa filosofia que resulta em uma combinação dos seguintes grandes princípios fundamentais da administração:

no mais alto grau, de todos os ramos do negócio, a fim de que a prosperidade seja permanente. Igualmente, máxima prosperidade para o empregado significa, além de salários mais altos do que os recebidos habitualmente pelos obreiros de sua classe, este fato de maior importância ainda, que é o aproveitamento dos homens de modo mais eficiente, habilitando-os a desempenhar os tipos de trabalho mais elevados para os quais tenham aptidões naturais e atribuindo-lhes, sempre que possível, esses gêneros de trabalho” (Taylor, 1980: 29).

Permanentemente Taylor insiste nesta “prosperidade mútua” para o capitalista e para o assalariado. Entendemos esta insistência de Taylor como um mecanismo de ocultamento do antagonismo das classes fundamentais. Contudo, nunca, no contexto da valorização do capital, o trabalhador pode ter “prosperidade”, de forma radical, como pensava Taylor. Trata-se de uma aparência necessária para a valorização do capital. Já Marx salientou que o capitalismo explora o trabalhador e a instituição “salário” é a condição da subalternidade do trabalho frente ao capital. Portanto, entendemos que a proposta de Taylor está focalizada no problema de como “controlar”, mais eficientemente, o trabalho estranhado.

“1) substituição do critério individual do operário por uma ciência; 2) seleção e aperfeiçoamento científico do trabalhador que é estudado, instruído, treinado e experimentado em vez de escolher ele próprio os processos e aperfeiçoamentos; 3) cooperação íntima da administração com os trabalhadores, de modo que façam juntos o trabalho, de acordo com leis científicas desenvolvidas, em lugar de deixar a solução de cada problema individualmente, a critério do operário” (1980: 105).

Taylor aponta como um dos principais obstáculos à prosperidade, a “*vadiagem no trabalho*”. Para ele o “*fazer cera*” seria uma prática comum entre os operários. E é esse um dos alvos de ataque da Organização Científica do Trabalho:

“Contudo, o trabalhador vem ao serviço, no dia seguinte, e em vez de empregar todo o seu esforço para produzir a maior soma possível de trabalho, quase sempre procura fazer menos do que pode realmente -e produz muito menos do que é capaz; na maior parte dos casos, não mais do que um terço ou metade dum dia de trabalho, é eficientemente preenchido. E, de fato, se ele se interessasse por produzir maior quantidade, seria perseguido por seus companheiros de oficina, com mais veemência, do que se se tivesse revelado um traidor no jogo. Trabalhar menos, isto é, trabalhar deliberadamente devagar, de modo a evitar a realização de toda a tarefa diária, fazer cera, ‘*soldering*’, como se diz neste país, ‘*handig it out*’, como se chama na Inglaterra, ‘*can caen*’ como é designada na Escócia, é o que está generalizado nas indústrias e, principalmente, em grande escala, nas empresas de construção. O autor assevera, sem medo de contestação, que isto constitui o maior perigo que aflige, atualmente, as classes trabalhadoras da Inglaterra e dos EUA” (Ibid.: 32).

O ponto de partida de Taylor - no processo de revolucionarização da força de trabalho - é a constatação de que os operários têm uma produtividade menor à que seriam fisicamente capazes. Neste sentido, para ele, trata-se - nos termos de Linhart (1983) - de um “problema de relação de forças e de saber. Mais precisamente, de relação de forças, no saber”. Desta maneira,

“(…) os operários sentem-se livres para frear a produção porque os patrões e os dirigentes de empresas os deixam praticamente livres para usar os métodos de trabalho que consideram bons, que lhes foram transmitidos por seus camaradas mais experientes. O *know how* profissional é, de certa forma, um capital nas mãos dos operários: os patrões compram o uso deste capital mas não dispõem dele diretamente e, por conseguinte ignoram de que modo o trabalho deve ser feito, qual o tempo ‘justo’ que deve ser designado para cada tarefa. Contando

com esta ignorância de seus empregadores, os operários impõem suas próprias normas, inferiores à produtividade possível. Troquemos esta posição de monopólio dos operários em termos de *know-how* profissional e eles ficarão em nossas mãos, no que diz respeito a normas de tempos e de rendimentos: esta é a conclusão de Taylor, o objetivo explícito de todo o seu sistema de 'direção científica do trabalho'" (Linhart, 1983: 78 - 79).

Nesse sentido, quem domina e dita os modos como o trabalho tem que ser feito se torna também dono dos tempos da produção. A contribuição histórica do taylorismo vai ser, justamente, quebrar o trabalhador de ofício, "libertar" o processo do trabalho do poder que aquele exerce sobre este. Incorporando, assim, no seu lugar, um conjunto sistemático de leis e normas patronais, condição indispensável para assegurar a acumulação do capital através de um extraordinário aumento da produtividade. A implantação do taylorismo surge, desta maneira, como a resposta do capital à resistência dos trabalhadores por dominar o processo produtivo.

Conforme Coriat (1976), Taylor propõe uma técnica revolucionária em matéria de organização do trabalho. Revolucionária no sentido de que, simultaneamente, vai mudar a organização do processo de trabalho, quebrar, em que pese a sua forte resistência, o sindicalismo dos trabalhadores qualificados baseado no ofício; e transformar profundamente a composição técnica da classe trabalhadora. Uma das contribuições do taylorismo vai ser decompor a classe operária em seus diferentes componentes: operários profissionais, operários qualificados e operários "especializados", sem grande qualificação. Assim mesmo, este novo método de controle da força de trabalho vai impor ao conjunto dos trabalhadores todos seus caracteres modernos cristalizados no domínio do operário-massa sem qualificação e do operário da linha de montagem.

Coriat afirma que o primeiro problema que Taylor decide abordar - e que consta no *Scientific Management* - é a "perda de tempo sistemática", por parte dos operários, já que ele aparece como um problema chave em termos de obstáculo fundamental à expansão do capital. Não se trata simplesmente de uma prática sistemática dos operários da indústria, senão também, e, fundamentalmente, de uma política sindical. Neste ponto, focalizam-se as pesquisas e as ações de Taylor, tentando assim, averiguar as causas do seu auge.

A primeira das razões é a “perda de tempo como remédio à greve”. Nas palavras de Taylor:

“A grande maioria dos operários acredita que se eles trabalhassem com a máxima rapidez fariam grande injustiça à classe operária, arrastando muitos homens ao desemprego; mas, a história da evolução dos negócios demonstra que todo aperfeiçoamento, quer pela invenção de nova máquina, quer pela introdução de novo método, resulta no aumento da capacidade produtiva do homem no trabalho e na baixa do preço de custo que, em lugar de levarem os trabalhadores ao desemprego, tornam possível, pelo contrário, o emprego de maior número de homens. (...) Em consequência dessa grande idéia errônea, grande proporção de operários de ambos os países (USA e Inglaterra) trabalham propositadamente devagar, a fim de reduzir a produção. Quase todos os sindicatos organizam ou estão organizando normas, destinadas a diminuir a produção dos operários e os homens que têm grande influência nas classes obreiras, os líderes trabalhistas, bem como pessoas com sentimentos filantrópicos que os ajudam, propagam diariamente este erro, afirmando que os operários trabalham demais” (1980: 34 - 35).

Conforme Coriat, esta resistência operária obedece pelo menos a três razões:

Em primeiro lugar, o maquinismo tem expulsado, e continua expulsando, massas consideráveis de operários manufatureiros; por isso, a luta pelo emprego assume a forma da luta pela delimitação negociada de um número preciso e limitado de tarefas por ofício. Em segundo lugar, pela ausência de toda forma de “salário indireto”(que seriam as formas atuais de prestações sociais) - é a existência física do trabalhador, como força de trabalho, o que o operário arrisca na sua resistência à intensificação do trabalho, tentando fazer fracassar seu desgaste precoce. E, em terceiro lugar, também relacionada com o salário; neste caso não afeta a seu caráter direto ou indireto mas a forma de cálculo e fixação.

Para fundamentar a segunda razão desta “*perda de tempo sistemática*”, Coriat recorre novamente as formulações de Taylor:

“(...) não pode encontrar-se em nenhum estabelecimento moderno importante, qualquer que seja a forma de pagamento dos salários, um trabalhador competente que não dedique uma parte importante do seu tempo a estudar qual é a lentidão limite com a que pode trabalhar, sempre tentando convencer ao seu patrão de que vai em um ritmo normal” (Ibid.).

Segundo Coriat, o salário por peças constitui, do ponto de vista do capital, a forma mais elaborada, mais sofisticada a que tem chegado a forma salarial. Portanto, a resistência operária torna-se, ainda maior, no sentido de que, em um primeiro momento, o salário por peças, pode atuar na direção de exigir maiores níveis de produtividade ao operário. Este, busca uma maior remuneração da sua força de trabalho, na medida em que os melhores tempos são, numa fase ulterior, tomados como base para seu estabelecimento. O resultado para o operário é, finalmente, um aumento da intensificação do trabalho, sem um aumento real de salários. Por esta razão, os operários mais experientes e conscientes, fazem de vigia, com a ajuda dos sindicalistas, para que os ritmos convencionais - negociados para cada ofício - não sejam ultrapassados.

Finalmente, a terceira razão que favorece a “*perda de tempo*” refere-se à grande variedade de formas operatórias e ferramentas utilizadas em cada ofício. Conforme Coriat, esta é a causa principal da resistência operária e, segundo Taylor, além de contribuir para a perda de tempo sistemática, a faz possível e eficaz. Nas palavras de Taylor:

“(...) ocorre que os nossos operários em todos os ofícios têm aprendido o modo de executar o trabalho por meio da observação dos companheiros vizinhos. Assim, há diferentes maneiras em uso para fazer a mesma coisa; talvez quarenta, cinquenta ou cem modos de realizar as tarefas em cada ofício e, por esta mesma razão, há grande variedade de instrumentos usados em cada espécie de trabalho” (Ibid.: 41).

Portanto, esta multiplicidade de práticas e ferramentas, priva assim, os gerentes do controle do trabalho; priva, sobretudo, do controle em termos de tempo de dispensa de força de trabalho em relação aos níveis de produtividade conseguidos pelos operários. Sob estas condições, concebe-se que todas as técnicas de direção precedentes, tenham sido amplamente ineficazes e, por isso, vêm a ser julgadas severamente por Taylor.

“Sob a filosofia da administração por iniciativa e incentivo, o trabalhador é estimulado a exercer o critério pessoal que julga melhor, de modo que realiza o trabalho em tempo mais rápido, daí surgindo grande variedade de formas e tipos de ferramentas, utilizadas em cada tarefa. A administração científica pede, em primeiro lugar, investigação cuidadosa de cada modificação sofrida pelo mesmo instrumento, ainda durante a aplicação dos conhecimentos empíricos; depois estuda o tempo para verificar a velocidade que cada um pôde alcançar e,

- reunindo em instrumento-padrão todos os característicos bons apresentados por eles, permite ao operário trabalhar com maior rapidez e facilidade do que antes. Este instrumento único é, então, adotado como padrão, em lugar das espécies várias, antes existentes, e se torna modelo para todos os trabalhadores, até que seja suplantado por outro que se revele melhor pelo estudo do tempo e dos movimentos” (Ibid.: 108 - 109).

Taylor, rejeita a administração por iniciativa do trabalhador expropriando-lhe, assim, sua autonomia sobre seu processo de trabalho. A partir da padronização dos instrumentos e dos materiais necessários à produção e da padronização de todos os movimentos do trabalhador para cada tipo de serviço, o taylorismo desenvolve-se como um processo crescente de expropriação do saber operário.

O taylorismo converte-se num programa concreto de reorganização e de controle da força de trabalho, o que meio século antes, Marx descrevia como sendo a tendência do modo de produção capitalista, no que concerne ao processo produtivo.

Ele constitui-se num método de controle do trabalho que, na procura de obter ganhos na produtividade, propõe a decomposição de cada processo de trabalho através do controle de todos os tempos e movimentos do operário - isto é, dando um tempo a cada gesto, reduzindo ao máximo os movimentos inúteis - e fazendo do trabalhador um mero executor de tarefas, despojando-o de qualquer tipo de concepção de trabalho. Taylor, neste sentido, veio tentar eliminar as porosidades do sistema de trabalho através do controle despótico do processo produtivo.

O Taylorismo caracteriza-se, portanto, como “o controle do trabalho através do controle das decisões que são tomadas no curso do trabalho” (Braverman, 1981: 98). O princípio fundamental que Taylor propõe para obter eficiência e maior produtividade do trabalhador é a divisão entre o trabalho da gerência e o trabalho dos operários. Taylor acentua consideravelmente a divisão do trabalho. Ele aperfeiçoa com certo caráter transformador, a divisão social do trabalho já introduzida pelo modo capitalista de produção. A separação entre concepção e execução ou, dito em outros termos, a barreira que se traça entre trabalho manual e trabalho intelectual, torna-se um novo patamar de racionalização para o capital.

O cronômetro taylorista torna-se o dispositivo chave neste controle do processo produtivo. O cronômetro torna-se, nos termos de Coriat, um instrumento político de dominação sobre o trabalho:

“Ao acabar com o controle dos trabalhadores sobre os modos operatórios, ao substituir os ‘segredos’ profissionais por um trabalho reduzido à repetição de gestos parcelados - em poucas palavras - ao assegurar a expropriação do saber do trabalhador e seu confisco pela gerência da empresa- o cronômetro é, acima de tudo, um instrumento político de dominação sobre o trabalho. Tecnologia e tática pormenorizada do controle dos corpos no trabalho, o taylorismo vai se transformar em um verdadeiro ‘conjunto de gestos’ de produção, em um código formalizado do exercício do trabalho industrial, com a Organização Científica do Trabalho. Enquanto instrumento essencial desse processo de redução do saber operário à uma série de gestos elementais, o cronômetro é, pela mesma razão, muito mais do que isso. Restituído a sua dimensão social - o estado da relação de força entre classe tanto na oficina quanto na sociedade - o cronômetro (e os métodos de medição de tempo e movimentos que instaura) aparece como a dianteira de um ataque dirigido, não contra o ‘trabalho’ em geral, mas contra a forma organizada e combativa da classe operária: o trabalhador profissional de ‘ofício’ e seu sindicato. O que o cronômetro pretende romper, atacando a confraternidade dos grêmios, é a excelsa e avançada figura da resistência, condição da primeira industrialização, mas também principal obstáculo para a acumulação do capital em grande escala. Porque o trabalhador profissional, apoiado na eficácia de seu sindicato, chega a ‘regatear’ elevadas tarifas e impõe, com sua maneira de atuar, seu próprio ritmo à produção de mercadorias” (Coriat, 1982: 3).

Gramsci vai colocar, de maneira muito explícita, a perversidade de Taylor como um dos inspiradores deste padrão de acumulação:

“Efetivamente, Taylor exprime com cinismo brutal o objetivo da sociedade americana: desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexos psicofísico de trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal” (Gramsci, 1968: 397).

Taylor enfatizou como uma necessidade suprema da gerência a faculdade de impor ao trabalhador a forma pela qual o trabalho deve ser desenvolvido. Neste sentido, o controle com Taylor, eleva-se, condicionando os modos de fazer o trabalho, analisando cada movimento do trabalhador no processo produtivo com a idéia fixa de obter maiores ganhos de produtividade

para o capital. Através da expropriação do saber operário, o capital vai conseguir racionalizar a produção, estabelecendo despoticamente os rendimentos dos trabalhadores mediante as novas formas de controle do trabalho e dos tempos de produção.

Braverman vai explicitar isto da seguinte maneira:

“Mas Taylor elevou o conceito de controle a um plano inteiramente novo quando asseverou como uma necessidade absoluta para a gerência adequada a imposição ao trabalhador da maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado. Admitia-se, em geral, antes de Taylor que a gerência tinha o direito de ‘controlar’ o trabalho, mas na prática esse direito usualmente significava apenas a fixação de tarefas, com pouca interferência direta no modo de executá-las pelo trabalhador. A contribuição de Taylor foi no sentido de inverter essa prática e substituí-la pelo seu oposto. A gerência, insistia ele, só podia ser um empreendimento limitado e frustrado se deixasse ao trabalhador qualquer decisão sobre o trabalho. Seu ‘sistema’ era tão somente um meio para que a gerência efetuasse o controle do modo concreto de execução de toda atividade no trabalho, desde a mais simples à mais complicada. Nesse sentido, ele foi o pioneiro de uma revolução muito maior na divisão do trabalho que qualquer outra havida” (Braverman, 1981:86).

A separação entre concepção e execução é o princípio chave do taylorismo¹³. Através desse princípio chave, o taylorismo vai conseguir realizar, em termos de expropriação técnica dos operários, tudo o que o maquinismo não havia logrado.

Taylor, e posteriormente Ford, levam às suas últimas conseqüências a divisão entre concepção e execução, que se torna o fundamento deste novo padrão de acumulação.

Vejam, seguindo a análise de Braverman (1981: 103 e ss.), o que significam, realmente, estes princípios traçados por Taylor:

¹³ “Da parte do patronato, faz notar Taylor, o seu método exige mais esforço do que da parte do operário: isto equivale a dizer que o taylorismo utiliza e reforça as distinções entre os membros responsáveis da organização, o patrão e os seus colaboradores, e os membros subordinados, os operários. A direção tem de inventar novos sistemas e métodos de trabalho, que, o operário, entregue a si mesmo, por falta de informação, de conhecimento, ou mesmo de boa vontade, não poderia conceber. Não se trata, assim, tanto de codificar o trabalho do operário, quanto de anular o ofício, a aprendizagem no local de trabalho, o empirismo. A empresa deve controlar a aquisição dos conhecimentos, assegurando a informação do empregado, se possível, ou selecionando os postulantes segundo critérios precisos. Ela deve deixar de ser pensada como uma soma de indivíduos, possuidores de um saber incomunicável, mas como um sistema claro para todos e sempre susceptível de reforma” (Rolle, 1971: 48).

Foi na medida em que negligenciou, ou mesmo atacou, a noção de ofício, e recusou considerar o empregado como portador de um trabalho, cujo preço negociaria com o seu próprio patrão, para o definir como um assalariado, que Taylor abriu a vida às discussões e às investigações da moderna sociologia do trabalho” (Ibid.)

1) *Dissociação entre o processo de trabalho e especialidades dos trabalhadores:*

“O administrador assume ... o cargo de reunir todo o conhecimento tradicional que no passado foi possuído pelos trabalhadores e ainda de classificar, tabular e reduzir esse conhecimento a regras, leis e fórmulas...” (Taylor; citado por Braverman, 1981: 103).

Segundo este princípio, o processo de trabalho torna-se independente do ofício, da tradição e do conhecimento dos trabalhadores. Portanto, já não depende só das habilidades e destrezas dos trabalhadores, passando a ser determinado pelas decisões da gerência.

2) *Separação de concepção e execução:*

“Todo possível trabalho cerebral deve ser banido da oficina e centrado no departamento de planejamento ou projeto...” (Ibid.).

O aspecto essencial que torna a capacidade humana de trabalho superior a do animal é a combinação da concepção e a execução da coisa a ser feita. Marx no seu primeiro volume de *O Capital* é muito explícito nisto, quando coloca o trabalho como atividade exclusivamente humana e relata o exemplo do que *distingue o pior arquiteto da melhor abelha*. O trabalho humano tem uma intrínseca posição teleológica, isto é, o trabalho está orientado a uma finalidade que está previamente ideada na mente do trabalhador. Mas, na medida em que o trabalho vai progressivamente deixando de ser individual, para ser um fenômeno mais social, é que se consegue fazer esta barreira abismal entre concepção e execução. Neste sentido, o método taylorista, traz como consequência, uma maior desumanização do trabalho, no qual se tenta reduzir os seres humanos à condição animal. Esta separação entre concepção e execução é mutilar a humanidade e a capacidade criativa do trabalhador. Nisto, justamente, consiste a obsessão de Taylor de querer conseguir que o trabalhador seja como um “gorila amestrado”.

Decorrente desta separação entre trabalho manual e trabalho intelectual vem um considerável aumento de produtividade para o capital decorrentes do prolongamento efetivo da jornada de trabalho, isto é, através de um desproporcional aumento da taxa de exploração dos operários.

Braverman vai dizer também que:

- “(...) não apenas o capital é propriedade do capitalista, mas o próprio trabalho tornou-se parte do capital. Não apenas os trabalhadores perdem o controle sobre os instrumentos de produção como também devem perder o controle até de seu trabalho e do modo como o executa. Este controle pertence agora àqueles que podem ‘arcar’ com o estudo dele a fim de conhecê-lo melhor do que os próprios trabalhadores conhecem sua atividade viva” (1981:107).

3) *Utilização do monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução:*

“Talvez o mais proeminente elemento isolado na gerência científica moderna seja a noção de tarefa. O trabalho de todo operário é inteiramente planejado pela gerência, pelo menos com um dia de antecedência, e cada homem recebe, na maioria dos casos, instruções escritas completas, pormenorizando a tarefa que deve executar, assim como os meios a serem utilizados ao fazer o trabalho (...) Esta tarefa específica não apenas o que deve ser feito, mas como deve ser feito e o tempo exato permitido para isso (...) A gerência científica consiste muito amplamente em preparar as tarefas e sua execução” (Taylor; citado por Braverman, *Ibid.*: 108).

O taylorismo alcançou seu auge a partir de finais do século XIX, nos EUA, nas indústrias de transformação de metais. Ele constituiu-se num movimento abrangente no sentido em que soube combinar uma nova gestão da força de trabalho à instauração de uma nova filosofia na cotidianidade do trabalhador. O taylorismo pode se definir como o conjunto de relações de produção internas no processo de trabalho que tendem a acelerar os ritmos dos ciclos de movimentos nos postos de trabalho e a diminuir ao máximo os tempos mortos da jornada de trabalho. Estabelecem-se regras de trabalho que fixam a norma de rendimento de cada posto, assim como também a natureza e a ordem dos deslocamentos. Forma-se um pessoal de enquadramento exclusivamente para fazer respeitá-las. Outro tipo de pessoal, reunido nas oficinas de métodos, encarrega-se de concebê-las, de experimentá-las, de aplicá-las e de modificá-las.

O objetivo da separação e a especialização das funções é combater o controle sobre as condições de trabalho que a autonomia relativa dos postos de trabalho pôde permitir aos trabalhadores. A superação deste obstáculo vêm a ser realizada pelo taylorismo na medida em que fornece a informação ao especialista de análise do trabalho através do estudo detalhado dos postos de trabalho, concebido como análise dos movimentos, junto com as pesquisas sobre as

reações psicofisiológicas dos indivíduos submetidos à repetição de diferentes configurações de movimentos. Tal informação, torna-se a base da simplificação dos movimentos. Cada operário tem um ciclo de movimentos mais simples. A aplicação desses esquemas permite conceber novos métodos de produção e novos tipos de máquinas-ferramentas. O “progresso técnico” está completamente determinado pelo endurecimento das normas de rendimento. Refere-se à transformação do conteúdo dos postos de trabalho para ultrapassar a resistência dos trabalhadores, quando não é possível aniquilá-la diretamente (Aglietta, 1979).

Foram múltiplos os efeitos deste movimento sobre a vida dos trabalhadores. A conseqüência mais relevante destes novos métodos de controle do trabalho foi a destruição dos ofícios, assim como, também o aniquilamento dos sindicatos de ofícios. A destituição do conhecimento de ofício do trabalhador e a liquidação (como programa) da sua relativa autonomia, decorrentes dos novos métodos de trabalho, tentaram transformar o trabalhador em um ser autômato e a-cerebral, num mero *aparafusador* encarregado de executar tarefas simples, fragmentadas, parcializadas e monótonas.

Por outro lado, cabe colocar que os princípios do taylorismo propunham, também, que o pessoal da gerência se vinculasse *individualmente* com os trabalhadores visando manter seu isolamento no espaço fabril. Desta maneira, os princípios da administração científica tinham como objetivo desorganizar, fragmentar e isolar os trabalhadores, já que eles só podiam estabelecer contatos com os chefes mais imediatos visando evitar qualquer tipo de comunicação entre os trabalhadores. Não é por acaso que os mecanismos de remuneração estavam identificados com o salário diferencial por peças e dispositivos, tais como, prêmios conforme o rendimento dos operários. Esta norma salarial visava, em princípio, ser uma norma patronal de “estímulo” ao trabalho. Mas também, este mecanismo de controle do trabalho tinha como fim incentivar a competição entre os trabalhadores e destruir a solidariedade de classe. O salário por peça instaura, assim, a prática puramente individual do operário, justamente ali, onde, antes da racionalização taylorista chegar e onde predominava o trabalhador de ofício, a solidariedade de grupo, o trabalho em equipe, a autonomia do trabalhador, eram aspectos vivos, e fortemente referenciais de sociabilidade humana.

Segundo Coriat, o salário diferencial por peças é o método mais sofisticado de salário e, com esta norma introduzem-se preocupações novas. Para ele, o “salário justo” - onde o mesmo salário base depende da maior ou menor quantidade de peças produzidas - vem a cumprir funções novas para o capital; é parte integrante do dispositivo taylorista da luta contra o ofício:

“Conseguir que o trabalhador - e seu sindicato - renuncie à ‘folga’ e às ‘práticas restritivas’ tem esse custo: garantir, mediante o salário, uma ‘garantia’ melhor que aquela que possa oferecer a adesão ao sindicato e a suas práticas de resistência. Mais ainda, é uma dupla vantagem aquela que a empresa capitalista pretende suplantiar mediante o salário: a da ‘tarifa’ e - o que não é menos importante - a do benefício das caixas de socorro e ajuda mútua (em caso de acidente, doença ou greve) levadas até então, única e quase exclusivamente, pelo sindicato” (Coriat, 1985: 53).

Assim, na medida em que esta *garantia* dada pela nova norma salarial favorece o efetivo afastamento do operário em relação ao sindicato, efetua-se um processo de deslizamento, de “objetivação” do salário. Nesse sentido, de simples instrumento de “estímulo” ao trabalho, o salário transforma-se em instrumento de reprodução do trabalhador. A lógica da exploração e a de controle do trabalho assalariado conjugam assim seus efeitos: o novo uso capitalista do salário responde aos mecanismos necessários para permitir o desenvolvimento do novo esquema de acumulação do capital.

O taylorismo tornou-se, além disso, um método de controle da moral e da forma de vida dos trabalhadores. Os efeitos sobre a moral dos trabalhadores, que a gerência científica, explicitamente, colocou como objetivo, foi, sistematicamente, promovida na vida cotidiana do trabalhador. Estes novos métodos de trabalho, sem dúvida, tinham que estar acompanhados por um novo modo de vida, mais disciplinado e com um núcleo familiar estável: o trabalhador não devia ser alcoólatra, mas autocontrolado sexualmente, condição indispensável para manter o ritmo de trabalho que exigiam os novos métodos.

O seguinte parágrafo, relatado por Taylor, pode ser ilustrativo para o problema em questão:

“Talvez, o resultado mais importante obtido tenha sido o efeito favorável do sistema sobre os trabalhadores. Uma investigação minuciosa sobre as condições desses homens revelou que dentre 140 trabalhadores somente dois eram

considerados ébrios. Isso não quer dizer que muitos deles não tomassem um trago, ocasionalmente. O fato é que a um bêbado habitual era impossível manter o ritmo do trabalho planejado e, por isso, a maior parte deles tornaram-se praticamente abstêmios. Muitos, senão quase todos, passaram a economizar dinheiro e viviam melhor do que antes” (Taylor, 1980: 74 - 75).

Neste sentido, era preciso criar uma forma de trabalhador mais racionalizado, mais fragmentado, com menos capacidade de pensar, enfim, mais automatizado e mais produtivo para o capital.

A seguinte passagem, relatada também por Taylor, dá conta dos efeitos que, os novos métodos de trabalho, propõem-se sobre a “*atitude mental dos trabalhadores*”:

“A mudança da administração empírica para a administração científica envolve, entretanto, não somente estudo da velocidade adequada para realizar o trabalho e remodelação de instrumentos e métodos na fábrica, mas também completa a transformação na atitude mental de todos os homens, com relação ao seu trabalho e aos seus patrões. Foram efetuadas, com relativa brevidade, as modificações nas máquinas, para assegurar maior rendimento e o estudo dos movimentos, seguido da minuciosa cronometragem do tempo com relógio de parada automática, para registro do tempo em que cada trabalhador devia fazer seu trabalho; mas a mudança na atitude mental e nos hábitos dos trezentos e muitos trabalhadores, somente pôde ser conseguida devagar e após séries de demonstrações concretas, que, finalmente, esclareceram cada homem a respeito da grande vantagem que a eles adviria, cooperando espontaneamente com a administração. Dentro de três anos, a produção da fábrica foi mais do que duplicada por homem e por máquina. Os homens, cuidadosamente selecionados em quase todos os casos promovidos das mais baixas às mais altas categorias e instruídos por seu inspetor (contramestre funcional), tornaram-se capazes de ganhar salários mais elevados do que nunca anteriormente” (Ibid.: 95).

Os “altos salários”, o controle sobre a moral dos trabalhadores, assim como, também, os processos de disciplinamento da força de trabalho, tornaram-se os fundamentos que precisavam abraçar os princípios do taylorismo para melhor poder controlar o processo do trabalho vivo, para a valorização do capital.

A expansão do capitalismo encontra seu fundamento no próprio processo de trabalho. A partir dos métodos que asseguram um espetacular aumento da produtividade é possível um real desenvolvimento da acumulação do capital.

O foco da nossa análise está numa maior preocupação no entendimento do taylorismo e o fordismo não só como meros mecanismos articuladores de processos produtivos mas, também, em poder perceber estes métodos de controle do trabalho como uma “*ideologia constituidora do real*” (A expressão é de Dias, 1996 b).

Na medida em que incorporemos alguns elementos analíticos de Gramsci a respeito do fenômeno de *americanismo e fordismo*, vamos poder compreender o que significaram estas estratégias de expansão do modo de produção capitalista.

II.3 - A AVENTURA FORDISTA NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA

Filho de fazendeiros, Henry Ford nasce em 1863, em Dearbon, Michigam. Ele vai fazer seu primeiro automóvel em 1893. Em 1903, funda a *Ford Motor Company*, aos quarenta anos de idade. Entre 1903 e 1918, poderíamos dizer que se forma e se consolida o “Império Ford”. Mas, embora o estabelecimento do fordismo tenha sido complexo - tal como nos indica Harvey (1994) - poderíamos ter como sua data referente e simbólica, o ano de 1914, justamente quando Henry Ford implementou a jornada de oito horas e cinco dólares, como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele implantara por volta de 1913, em Dearbon, Michigan.

Ford desenvolve ainda mais os princípios do Taylorismo. Ele, posteriormente, vai utilizar formas preexistentes criadas por Taylor, embora consiga maiores níveis de produtividade, através da racionalização de velhas tecnologias. Mas, sem dúvida, o taylorismo iria assentar as bases para o deslanche da produção de massa. Neste sentido, o paradigma de organização do trabalho do fordismo é o acoplamento do taylorismo com a mecanização (Lipietz, 1991). Como analisamos anteriormente, o taylorismo implica uma estrita separação entre *concepção* do processo de produção - compreendendo-se, por isto, o conjunto de tarefas centradas na oficina de métodos - e *execução* de tarefas estandardizadas e previamente prescritas, no nível da oficina. “A mecanização é, portanto, o modo da incorporação do saber coletivo da oficina de métodos na maquinaria” (Lipietz, 1992: 20). Nesse sentido, a racionalização decorrente dos métodos taylor-fordistas supõe um duplo processo: por um lado, um processo de separação

entre o trabalho de concepção e execução; por outro lado, um processo de parcelarização, fragmentação e repetitividade, nos próprios processos de concepção e execução.

O caráter inovador do fordismo¹⁴ está, fundamentalmente, na introdução das transportadoras que se concretizam na linha de montagem e nessa nova maneira de gestão da força de trabalho.

Colocávamos mais acima que um dos principais efeitos da “gerência científica”, sistematizada por Taylor, foi a expropriação do saber que tinha o trabalhador do seu ofício. Antes do desenvolvimento do industrialismo, era notável a estreita ligação entre arte e trabalho, no sentido que o trabalhador podia imprimir as suas características individuais ao trabalho que fazia. Se Taylor - tal como o demonstramos mais acima - foi capaz de destituir do trabalhador o saber do seu ofício, cabe enfatizar que Ford aprofunda esse problema.

O seguinte parágrafo, extraído de Keith Sward, *The Legend of Henry Ford* (1948), pode ser ilustrativo para o problema em questão:

“Na fábrica Ford e em todas as demais oficinas de Detroit, o processo de montagem de um automóvel dependia ainda do mecânico versátil, que era obrigado a saber de tudo para executar seu trabalho. Os montadores da Ford eram ainda homens competentes. Seu trabalho era muito estacionário, contudo eles tinham que passar para o serviço seguinte a pé, tão logo o carro em construção no seu local próprio assumia a dimensão total - do chassi puro ao produto acabado. É certo que o tempo trouxe alguns refinamentos. Em 1908 já não era mais necessário ao montador deixar seu lugar de trabalho para dar um giro pela fermentaria ou seção de peças. Um almoxarife já havia sido designado para essa função. Nem o próprio mecânico da Ford era o mesmo em 1908 que fora em 1903. No curso desses anos, o serviço de montagem final havia sido parcelado aos poucos. Em lugar do ‘pau para toda obra’ que antigamente ‘fazia de tudo’, havia agora diversos montadores que trabalhavam lado a lado num carro, cada um responsável por operações um tanto limitadas” (Citado por Braverman, 1981: 130).

¹⁴ “Até mesmo a base tecnológica das “inovações” industriais veiculadas pela Ford Motor Company não era em si mesma nova. Segundo Drucker (1950: 19), Ford ‘não fez nenhuma descoberta ou invenção mecânica; todo o equipamento mecânico por ele utilizado era velho e bem conhecido. Apenas seu conceito de organização humana para o trabalho era novo” (citado por Tude de Souza, 1992: 10 -11).

“A imposição das cadências, a direção das tarefas, os prêmios e incentivos à produtividade, bem como o pagamento de bônus e as políticas bem-estar são algumas das características da nova organização do trabalho” (Nelson, 1979; citado por Tude de Souza, *Ibid.*).

O dispositivo chave para esta reorganização do trabalho vai ser a esteira transportadora, onde os carros vão ser transportados e vão ter paradas periódicas para que os trabalhadores possam executar operações simples, sem necessidade de movimentar-se de seu lugar. “*Andar não é uma atividade remunerativa*”, gostava de repetir Ford.

A inovação que traz a linha de montagem conduz o processo de trabalho para dimensões qualitativamente novas, já que a esteira transportadora elimina os “tempos mortos” do processo de trabalho e os transforma em trabalho produtivo. O fordismo logrou, assim, garantir ao capital a determinação autoritária e despótica da cadência de trabalho, mediante a submissão dos trabalhadores à velocidade da linha de montagem. Decorrente disto produz-se um considerável prolongamento da duração efetiva da jornada de trabalho. Há, nesse sentido, um aumento extraordinário da taxa de exploração dos produtores diretos.

Coriat (1985), indica três caracteres específicos do fordismo em relação às técnicas de extorsão do mais-trabalho: 1) economia “geral” de mão de obra de manutenção e conversão do tempo eliminado, em tempo efetivamente produtivo; 2) fixação autoritária da cadência que leva consigo uma “socialização” do ritmo de trabalho dos trabalhadores submetidos à velocidade de um mesmo transportador. Esta “socialização” forçosa, obtida do ritmo de trabalho, distingue-se da norma taylorista, que se baseia no princípio do rendimento individual; 3) recurso sistemático ao maquinismo: a extorsão de mais-valia relativa faz-se, aqui, sobre uma base muito mais ampla do que por meio da gerência científica.

O fordismo, enquanto processo organizado a partir de uma linha de montagem, pode ser entendido como o desenvolvimento da proposta taylorista. Desenvolvimento, no sentido de “que busca o auxílio dos elementos objetivos do processo (trabalho morto), para objetivar o elemento subjetivo (trabalho vivo)” (Moares Netto, 1989: 35).

Vejamos como Ford descreve o trabalho na linha de montagem:

“O carro Ford consta de cinco mil peças, contando parafusos e porcas. Algumas bastante volumosas, e outras tão pequenas como as peças de um relógio. Quando montamos os primeiros carros o sistema consistia em serem as peças trazidas manualmente à medida das necessidades, tal como na construção de uma casa. Depois, ao iniciarmos a construção de peças, vimos que era necessário destinar uma seção especial da usina para o fabrico de cada uma

- delas, mas em regra um só operário fazia todas as operações exigidas por uma pequena peça. O aumento rápido da produção nos obrigou a pensar num sistema no qual um operário não estorvasse outro. Operários mal dirigidos gastam mais tempo a correr atrás do material e da ferramenta do que a trabalhar e ganham pouco, porque isso de correr não constitui ocupação remuneradora.

Nosso primeiro passo no aperfeiçoamento da montagem consistiu em trazer o trabalho ao operário em vez de levar o operário ao trabalho. Hoje, todas as operações inspiram-se no princípio de que nenhum operário deve ter mais que um passo a dar; nenhum operário deve ter que se abaixar.

Os princípios de montagem são:

- 1) Trabalhadores e ferramentas devem ser dispostos na ordem natural da operação, de modo que cada componente tenha a menor distância possível a percorrer da primeira à última fase.
- 2) Empregar planos inclinados ou aparelhos concebidos de modo que o operário sempre ponha no mesmo lugar a peça que terminou de trabalhar, indo ela à mão do operário imediato por força do seu próprio peso sempre que isto for possível.
- 3) Usar uma rede de deslizadeiras por meio das quais as peças a montar se distribuam a distâncias convenientes.

O resultado dessas normas é a economia de pensamento e a redução ao mínimo dos movimentos dos operários, que, sendo possível, deve fazer uma só coisa com um só movimento” (1926:78).

É preciso sublinhar que os trabalhadores não ficaram insensíveis ao conjunto destas mudanças implementadas por Henry Ford, de caráter tão radicais nos métodos de trabalho. Muito pelo contrário, isso provocará uma contínua revolta dos trabalhadores que começam integrar o novo quadro da indústria fordizada. A ruptura crescente com o sistema de ofícios qualificados, o disciplinamento do trabalhador num mero fazedor de tarefas rotinizadas e mecanizadas, e a progressiva perda do controle sobre a concepção do trabalho, enfim, todo este conjunto de mudanças alarmantes iniciadas pela fábrica Ford, vão produzir tal descontentamento nos operários que produzirá, como consequência, uma crise de trabalho extraordinária. Na sua autobiografia, Ford deixa entrever que teve que lutar, fundamentalmente, com dois problemas que estavam acontecendo por causa da nova organização do trabalho: o permanente êxodo dos trabalhadores da sua fábrica, isto é, a alta

taxa de rotatividade da força de trabalho, em reação aos novos métodos de trabalho¹⁵ (*turnover*), e a tendência sindicalizadora dos trabalhadores da sua empresa, em 1913, promovida pelos *INTERNATIONAL WORKERS OF THE WORLD (IWW)*.

As condições em que trabalhava a nova classe assalariada: trabalhadores imigrantes, corrupção, insalubridade, a falta de segurança no trabalho (os acidentes de trabalho eram coisas do dia-a-dia) dava lugar a uma crescente sindicalização, assim como, gerava posturas ideológicas de caráter radical em termos de “ameaça à ordem social”. Ante estes fatos, ante a ameaça do conjunto dos trabalhadores e frente a preocupação por assegurar um provisionamento contínuo de força de trabalho, Ford vai reagir, em princípios de 1914, com a famosa proposta do *Five Dollars Day*¹⁶, isto é mais precisamente, o salário de cinco dólares por uma jornada de oito horas de trabalho. Ford anuncia, assim, um “acordo geral sobre os salários”. Formam-se longas filas de espera na frente dos escritórios de recrutamento da Ford. Através desse aumento considerável do salário será possível, para Ford, conseguir combater, ainda que provisoriamente, essas duas ameaças à sua indústria, possibilitando ademais, ter uma gama de opções do trabalho a escolher pelos operários, assim como, também, promover ainda mais a intensificação do trabalho dentro da sua empresa, na qual os operários mostravam-se, agora, interessados em conservar seus postos de trabalho.¹⁷

A hegemonia, tal como previra Gramsci, irá nascer a partir da fábrica. Não é por acaso que o próprio controle social começa na fábrica. O capital continuara seu projeto de expansão através de um conjunto de medidas de contratendência para conseguir o consentimento ideológico das classes subalternas.

¹⁵ “Em 1913, para um efetivo de 15000 operários, 53000 pessoas foram empregadas durante o ano” (Beynon, 1973; citado por Coriat, 1985: 95). “No final desse mesmo ano, para aumentar em 100 pessoas os efetivos de uma fábrica, a companhia teve de empregar 963” (Sward, 1948; citado por Beaud, 1989: 260).

¹⁶ Esse acordo sobre os salários consistiu num considerável aumento do salário nominal (de 2,5 dólares diários por termo médio -2,3 no caso de Ford- 5 dólares)

¹⁷ “O efeito é imediato: o *turnover* cai a menos de 0,5% e o absentéismo segue o mesmo movimento. Formam-se longas filas de espera na frente dos escritórios de recrutamento da Ford. A produção vai poder se elevar rapidamente: duzentos mil automóveis em 1913, quinhentos mil em 1915, um milhão em 1919, dois milhões em 1923, mais de cinco milhões em 1929. O preço de custo baixa e o preço básico do famoso modelo T (produzido até 1927) cai de 1950 para 200 dólares. ‘A fixação do salário da jornada de oito horas para cinco dólares foi uma das mais belas economias que fiz em minha vida, porém, subindo-o a seis dólares, fiz uma mais bela ainda’ (escreveu H. Ford no seu livro); com efeito, Henry Ford, sobe a jornada para seis dólares em 1 de janeiro de 1919 e para sete dólares em 1 de dezembro de 1929” (Beaud, *Ibid.*: 260 - 261).

Portanto, Ford vai implementar na sua empresa, três medidas fundamentais, com o objetivo de melhor controlar sua força de trabalho, no contexto da economia de Guerra dos EUA. Uma primeira medida foi o estabelecimento de sete classes de trabalhadores, classificados em categorias específicas, em que se lhes forneciam, como consequência, salários diferentes, conforme a categoria que pertenciam.

Outra das medidas é o *five dollars day*, tal como colocamos mais acima. O *five dollars day* impõe, através do controle do gasto do salário e, nesse sentido, mediante o controle do consumo, uma reformulação nas condições de existência da população operária.

Esta nova medida, além de assegurar uma mão-de-obra “disciplinada e fiel”, trata também, a partir da criação de uma “aristocracia operária”, de abrir brechas e de ampliar as diferenças no seio da classe operária, isto é, diferenças entre aqueles que trabalham na Ford e outros; e, dentro dos que trabalham na Ford, entre aqueles que se beneficiam dos cinco dólares por dia, e aqueles que não são (ainda) dignos desse salário. Cabe colocar que nem todos eram beneficiários do *five dollars day*. Não podiam ter acesso a ele: os operários que não tivessem pelo menos seis meses de antigüidade (tempo mínimo do período de prova); os jovens abaixo de vinte e um anos; as mulheres, uma vez que elas se casassem.

Na época, introduzem-se sanções sobre o salário em caso de ausência, atraso ou falta de cuidado no trabalho, acompanhadas de cláusulas de dispensa. Estabelecem-se “regulamentos internos” cujo estrito cumprimento é, por sua vez, condição de contratação ou de demissão. Portanto, o *five dollars day* significa o triunfo da cadeia, não apenas no que ela implica desde o ponto de vista da repetitividade e da parcelação do trabalho, senão como princípio despótico que rege as condições de trabalho nos exércitos de trabalhadores que a servem. Nesse contexto, a cadeia é o principal organizador do conjunto da fábrica e das relações que nela se estabelecem entre os diferentes grupos de trabalhadores (Coriat, 1985).

A instauração do *five dollars day* possibilitou - embora parcialmente como veremos mais para a frente - excelentes resultados para a Empresa Ford. O absentismo e o *turnover* diminuíam consideravelmente. A partir de 1914, o *turnover* diminuiu para menos do 0,5%. Como consequência, de um considerável crescimento da intensificação do trabalho e, apesar dos aumentos salariais e da redução da jornada de trabalho de nove para oito horas, o custo de

produção por carro desce por volta de 17%. Garantido o aprovisionamento de uma força de trabalho selecionada e dócil, a expansão da *Ford Motor Company* continua a um ritmo desconhecido até então: 200.000 carros fabricados em 1913, 500.000 em 1915, um milhão em 1919, dos milhões em 1923. Nasce aqui a produção automobilística em massa (Ibid.: 59).

Portanto, esta inovação salarial introduzida por Ford vai permitir “assegurar ao capital uma oferta ininterrupta de mão-de-obra; impedir a ocorrência de rebeliões de trabalhadores em grande escala, que ocorreram regularmente na Europa do século XIX, ‘desinfentando’ a população trabalhadora, e treinando inspetores para controlá-la”. Também vai ter a função de “assegurar com isso o rápido avanço da produção em massa e de acumulação do capital” (Coriat, 1975; citado por Palloix, 1982:88).

Um outro traço que vai caracterizar a Ford em relação às inovações que implementa e que contribuem decisivamente no desenvolvimento do capitalismo monopolista, é o seu reconhecimento explícito de que a produção em massa tinha uma ligação direta com o consumo de massa¹⁸. Neste sentido, o dia de oito horas e cinco dólares tinha dois objetivos: em primeiro lugar, fazer que o trabalhador adquira a disciplina necessária para conseguir altos níveis de produtividade na execução da linha de montagem e nessa nova gestão da força de trabalho. E, em segundo lugar, significava possibilitar aos operários renda e lazer suficientes para que possam consumir os vastos produtos fabricados em massa que as corporações estavam produzindo em quantidades cada vez maiores. Uns dos raciocínios de Ford a respeito dos altos salários era: maior salário, maior o poder aquisitivo do público consumidor. Ora, isso

¹⁸ “Mas se trata também de permitir a esses ‘bons trabalhadores’ acedam a um ‘bom nível de consumo’ (e, portanto, assegurar mercados às fábricas Ford) e fazer ‘belas crianças’ (e, portanto, assegurar para o futuro uma mão-de-obra em ‘boa saúde’ para as fábricas Ford) (Beaud, Ibid.: 261) Nas palavras do próprio Ford: “Ao dar um subpagamento aos homens, nós preparamos uma geração de crianças subalimentadas e subdesenvolvidas, tanto física quanto moralmente; nós teremos uma geração de operários fracos de corpo e de espírito, e que, por esta razão, mostrar-se-ão ineficazes quando entrarem na indústria. Definitivamente, é a indústria quem pagará a conta. (...) Nosso próprio sucesso depende em parte daquilo que pagamos. Se distribuimos muito dinheiro, este dinheiro é gasto. Ele enriquece os negociantes, os varejistas, os fabricantes e os trabalhadores de todas as ordens, e essa prosperidade se traduz por um aumento da procura de nossos automóveis” (H. Ford, citado por Beynon; reproduzido em Beaud, Ibid.: 262).

Segundo Beaud: “Em 1929, havia 23 milhões de automóveis em circulação nos EUA (19 para 100 habitantes, contra 2 por cada 100 habitantes na mesma data na França e na Grã Bretanha); com os pneumáticos e os acessórios, a gasolina, os concertos, mais de quatro milhões de empregos são vinculados ao automóvel. Paralelamente, desenvolvem-se a construção de estradas e auto-estradas e a extração do petróleo; as cidades podem se expandir e a construção de habitações progride a um ritmo sem precedente; o equipamento elétrico e telefônico progride igualmente e a produção de eletricidade dobra em dez anos (Beaud, Ibid.: 262).

também presumia que os trabalhadores soubessem como gastar seu dinheiro adequadamente de acordo a nova lógica destes novos métodos de controle do trabalho. É por essa razão que em 1916, Ford enviou uma turma de assistentes sociais do *Sociological Department* aos lares dos seus trabalhadores para inspecionar a maneira como gastavam seus salários e como era o modo de vida deles¹⁹ e, nesse sentido, para poder se assegurar que esse novo trabalhador tinha forma de vida prudente, relações familiares estáveis, autocontrolado sexualmente e disciplinado no consumo (não alcoólatra), enfim, se esse novo homem da produção respondia às condições racionais e à disciplina que exigia a corporação. O *Sociological Department* é a outra medida implementada por Ford; medida, essa ligada ao *Five dollars Day*. Neste sentido, poderíamos dizer que Ford incorporou um maior controle ideológico sobre o trabalho.

Gramsci, nas suas notas dos *Cadernos do Cárcere* afirmou que as iniciativas “puritanas” dos industriais americanos, assim como também a “humanidade” e a “espiritualidade” que eles propugnavam estavam em função de “conservar”, fora do trabalho, um determinado equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelo novo método de produção:

“O industrial americano preocupava-se em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, da sua eficiência muscular e nervosa; é do seu interesse ter um quadro de trabalhadores estável, um conjunto permanentemente afinado, porque também o complexo humano (trabalhador coletivo) de uma empresa é uma máquina que não deve ser desmontada com frequência e ter suas peças renovadas constantemente sem perdas indigentes. O chamado alto salário é um elemento que depende desta necessidade: ele é o instrumento para selecionar os trabalhadores aptos para o sistema de produção e de trabalho e para manter a sua estabilidade. Mas o salário elevado é um arma de dois gumes: é preciso que o trabalhador gaste ‘racionalmente’ a maior quantidade de dinheiro, para manter, renovar e, possivelmente, aumentar a sua eficiência muscular nervosa, e não para destruí-la ou diminuí-la” (Gramsci, 1976: 397 - 398).

O taylor-fordismo consolidou o processo de subsunção do trabalho ao capital, na sua forma mais pura. O processo de trabalho passou a ser o instrumento do processo de valorização do capital. O processo de produção converteu-se, subordinando-se, no processo

¹⁹ “No tempo em que aumentamos os salários, também aumentamos a vigilância e averiguamos da vida particular de cada um, para saber o destino que davam aos seus salários” (Ford, 1926: 78).

do próprio capital. A subsunção do trabalho ao capital reformula os próprios métodos de produção, as formas de produtividade do trabalho e as relações entre capitalistas e assalariados. A produção torna-se um fim em si mesma. A produção cristaliza-se na produção de mais-valia. Os coletivos de trabalhadores são adequados às novas normas de produtividade e de consumo, regidas pelo capital.

O fordismo, por outro lado, instala-se como a *nova cultura americana, o American Way Life*. O mais assombroso, é que a Empresa Ford não se restringia ao ambiente propriamente da fábrica: instala-se, também, em escolas, em hospitais. É o que ele vai desenvolver na sua autobiografia acerca das experiências da “Escola Ford”, o “Hospital Ford”. Estes, entre outros fatos, dão conta da influência que trouxe o fordismo sobre totalidade da vida americana.

Um novo patamar no processo de disciplinação vem junto com o fordismo; disciplina que irá envolver um conjunto de múltiplas determinações. Para Harvey, por exemplo:

“A disciplinação da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital - um processo a que vou me referir, de modo geral como ‘controle do trabalho’ - é uma questão muito complicada. Ela envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca de identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pelas simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho” (1994: 119).

Assim, o fordismo envolveu uma forma de persuasão que combinou habilmente salários relativamente altos e extensos benefícios sociais, com uma forte campanha propagandística e educativa, com o objetivo de controlar o comportamento moral da nova força de trabalho que exigiam os novos métodos. A fábrica tornou-se, assim, o *locus* social privilegiado onde nasceria

a hegemonia do capital monopolista. No contexto da disputa histórica entre capital e trabalho, o capital encontraria, a partir da fábrica, a sua estratégia de expansão e de acumulação, expropriando, progressivamente, o saber operário do processo do trabalho. Como veremos mais para a frente, vão se criar táticas e estratégias institucionais e estatais efetivando medidas de contratendências que objetivem fazer recuar às classes subalternas ao terreno econômico-corporativo, legitimando assim o capitalismo selvagem nascente.

II.4 - A RESISTÊNCIA HISTÓRICA DOS TRABALHADORES AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: Luta de classes e subjetividade operária.

O processo de racionalização taylor-fordista age como um formidável vetor de transformação da composição da classe operária e das condições de sua reprodução. Para analisar alguns aspectos da nova estrutura da classe trabalhadora é preciso retomar as primeiras décadas do nosso século e tentar entender a lógica das lutas de classes deste período.

As duas primeiras décadas desse século estão marcadas por violentas e contínuas greves em reação aos novos métodos de controle do trabalho; métodos que irão jogar um papel central no desenvolvimento do capitalismo monopolista. Caberá, nesse ponto também, considerar as indicações que vários autores fazem a respeito do componente diferencial entre a classe operária americana e a classe operária européia.

A resistência que os trabalhadores opuseram ao taylorismo, nos vários lugares onde ele foi introduzido, é, sem dúvida, um verdadeiro testemunho de um fenômeno paradoxal que caracterizou fundamentalmente as três primeiras décadas de nosso século: por um lado, ele foi um período de implantação e consolidação da “organização científica do trabalho” e da linha de montagem. Esta inovação organizacional e tecnológica começou caracterizar o trabalho industrial em todos os países capitalistas mais avançados. Por outro lado, foi um período de aberta e explícita luta de classes em reação aos novos métodos de controle do trabalho, sob o comando do capital. Nesta época abrem-se alternativas e projetos classistas de pôr a fábrica sob a direção dos seus produtores diretos, administrativos e técnicos, e, estas alternativas, são defendidas, firme e criativamente, por milhões de trabalhadores em todos os países afetados

pelo crescente controle do capital do processo de trabalho (Montgomery; citado por Leite, 1994:69).

Gilly afirma, a este respeito que

“(...) a classe operária que sofreu os embates do taylorismo foi a mesma que promoveu a primeira grande onda mundial de enfrentamento com o capital, a que organizou entre os anos 10 e os anos 20 deste século os conselhos operários na Alemanha, na Itália, na Inglaterra, a que contribuiu a demolir o império austro-húngaro, a que fez as greves gerais desses anos na América Latina (Argentina, Chile, Peru, México, Brasil), a que, em uma prefiguração do futuro proletariado industrial, organizou os *Industrial Workers of de World* nos EUA, a que na ponta mais avançada desse assalto internacional às posições do capital formou os soviets na Rússia” (Citado por Leite, Ibid.).

É interessante como Bologna (1980) reconstruiu a história do movimento dos Conselhos dos Trabalhadores, desde sua dimensão política, seguindo o ciclo das lutas de classes no nível internacional, analisando, também, a composição de classe, no capitalismo de princípio de século XX. O autor trabalha esse assunto a partir da experiência alemã. Uma dimensão relevante e típica no conselho de trabalhadores alemão é o aspeto auto-administrativo, favorecido pela presença de uma força de trabalho inseparavelmente ligada à tecnologia do processo de trabalho, com altos valores profissionais e inclinada a ressaltar sua função como produtores autônomos. As condições destes trabalhadores altamente qualificados era ligada à quase total participação dos técnicos no processo de trabalho. É preciso esclarecer - conforme relata este autor - que técnicos e engenheiros ainda não eram funcionários da *organização científica da exploração* (ou *organização científica do trabalho*, segundo Taylor), já que os métodos tayloristas só foram implementados na Alemanha no pós-guerra. Nesse sentido, logo no princípio do século XX, a Alemanha desenvolveu, exitosamente, setores industriais como o de maquinaria leve, de instrumentos de precisão, o ótico e o eletromecânico. Nesses setores, onde predominavam na força de trabalho os trabalhadores altamente especializados, o movimento dos conselhos dos trabalhadores adquiriu características políticas e administrativas mais ou menos intensas. A reputação internacional conseguida neste setores - a tal ponto de enfrentar a concorrência britânica e norte-americana, que eram financeiramente mais fortes -, foi possibilitada, justamente, pela existência de um tipo particular de “aristocracia do trabalho”,

isto é, uma força de trabalho altamente qualificada e com notável capacidade profissional. Uma força de trabalho que trabalhava com a mais alta tecnologia e com ferramentas especiais, e interessava-se diretamente pela modificação dos sistemas de trabalho. A figura predominante, nesse setor, era a do trabalhador inventor, trabalhador criativo, assim como o trabalhador que colaborava intimamente com os técnicos e os engenheiros da planificação. Produto dessa situação, a Alemanha teve enorme sucesso na indústria de ferramentas e de máquinas.

Ora, Bologna diz que, embora extremamente dinâmica no sentido em que a indústria de máquinas da época havia produzido um tipo de homogeneidade em toda a força de trabalho das empresas que, num determinado momento, transformou-se numa unidade política, a indústria de máquinas alemã tinha uma estrutura “atrasada” em relação à fase de desenvolvimento industrial e tecnológico representada pelo fordismo nos EUA. Nesse sentido, uma força de trabalho caracterizada por tão alto nível de qualificação e especialização, por seu alto valor profissional, assim como, empresas com estrutura técnica avançada, não tinham as condições que requeria a vanguarda da organização industrial capitalista, cristalizada nos métodos de controle do trabalho de base taylor-fordistas.

No pós-guerra, essa “aristocracia do trabalho” representada pelo artesão, pelo trabalhador altamente qualificado da indústria de máquinas, vai ser substituído pelo trabalhador não-qualificado, sem raízes, por ser, na sua maioria, trabalhador imigrante. Enfim, pelo trabalhador altamente móvel e intercambiável, pelo operário-massa, pelo trabalhador-coletivo da linha de montagem da vanguarda capitalista. Estas transformações na força de trabalho vão reformular radicalmente sua composição orgânica.

Para poder reconstruir politicamente o movimento dos conselhos dos trabalhadores, torna-se relevante seguir o ciclo das lutas internacionais. Segundo Bologna (Ibid.), nos períodos de 1904-1906; 1911-1913 e 1917-1920, apesar de observarmos um capital altamente desequilibrado em áreas adiantadas e atrasadas, encontramos-nos ante uma atividade política de classe extremamente homogênea em todos os países. Neste sentido, conforme o autor, o *atraso do capital* não significa necessariamente *atraso da classe operária*. A organização subjetiva das classes é tão adiantada nos chamados países capitalistas avançados (EUA, Inglaterra, Alemanha), como nos chamados países capitalistas atrasados (Rússia, Itália). No primeiro

período, registra-se um ciclo de lutas internacionais, produto de um conjunto de greves de massa, que traz como consequência ações violentas. E o melhor exemplo acontece nos EUA, onde a partir de 1901, uma série de violentas greves de massa afeta toda a estrutura industrial norte-americana. Essa greve, tem como polo de classe os mineiros das Montanhas Rochosas, expandindo-se, acima de tudo, aos trabalhadores da construção, mas também aos trabalhadores da siderurgia, nas indústrias de têxteis e no setor de transportes. No auge desse primeiro ciclo, em 1905, enquanto os soviets começavam a surgir na Rússia, nos EUA surgia a mais radical organização proletária revolucionária, a *Industrial Workers of the World (IWW)*.

A *Industrial Workers of the World* tinha a particularidade de buscar organizar o proletariado norte-americano respeitando suas características intrínsecas, isto é, um proletariado predominantemente imigrante, que apresentava uma mistura de grupos étnicos que só poderiam ser organizados de uma maneira adequada as suas especificidades. Por outro lado, tratava-se de um proletariado móvel que não queria estar identificado com tarefas específicas, nem mesmo ligados às fábricas individuais. Nesse sentido, a *IWW* favoreceu um grande nível de comunicação e coordenação, permitido por uma luta baseada na mobilidade, recuperando a dimensão de fábrica social. Assim, a *IWW* possibilitou a criação de um novo tipo de ativista caracterizado por trabalhar conforme a corrente das lutas operárias, movimentando-se de um ponto para outro do continente americano. A *IWW*, portanto, possibilitou o mais alto nível de mobilidade geográfica e social para os trabalhadores.

O caminho deste primeiro período de luta nos EUA é, mais ou menos, análogo ao do proletariado europeu e russo.

As duas primeiras décadas deste século caracterizam-se por greves violentas, espalhadas pelo mundo inteiro. Registram-se, nesse período, altas taxas de acidentes de trabalho causadas pelas condições paupérrimas de produção.

A greve dos mineiros alemães foi decisiva na determinação do ritmo das grandes lutas do período dos conselhos dos trabalhadores.

Em 1911, as idéias de Ford limitavam-se simplesmente a brilhantes inovações de um único empresário. Bastou a ameaça de uma derrubada geral das relações de poder na fábrica,

cristalizada na ameaça dos conselhos dos trabalhadores contra o capital coletivo, para que o capital assumira essa estratégia como sua. Ameaça que causava temor às elites capitalistas pelo fato de se tratar de um movimento internacional de classe, de que a classe operária, no seu conjunto, tentava pela primeira vez na história inverter a tendência no processo de desenvolvimento capitalista, tanto nos setores atrasados quanto nos avançados, no nível da fábrica e no nível social. Bologna vai acentuar, a esse respeito, que não foi seu caráter organizacional, político-ideológico ou sociológico, mas sua natureza internacional, que constituiu o aspecto revolucionário do movimento dos conselhos dos trabalhadores.

A razão fundamental do sucesso que tiveram os EUA com a implantação dos métodos tayloristas dá-se a partir da estratégia de transformação radical na estrutura ocupacional e da força de trabalho. Logo após as grandes lutas que caracterizaram os EUA no período 1904-1905, o capital responde com a reformulação radical da composição da classe trabalhadora. Trata-se de uma ofensiva do capital contra os operários qualificados e organizados. As mudanças na composição da classe operária americana tornou-se a condição da conformação e expansão do taylorismo. A partir de 1905 e até 1914, os EUA recebem aproximadamente 10 milhões de imigrantes; uma grande massa de sub-proletários que vão contribuir com o sistema com extraordinária reserva de mão-de-obra. O meio milhão de trabalhadores estrangeiros (principalmente, italianos e poloneses) que tinha a Alemanha era insignificante em comparação com a quantidade extraordinária existente nos EUA. Com as inovações introduzidas por Ford, ligadas, sobretudo, à mecanização, assim como, também a organização do salário em relação ao consumo tornou - nos termos em que Bologna coloca - desnecessária a contra-revolução violenta nos EUA como a única saída. Através de uma modificação maciça na composição orgânica do capital, o fordismo foi, também, capaz de provocar uma grande modificação na estrutura ocupacional da força de trabalho. O trabalhador da linha de montagem da Ford era muito diferente do trabalhador qualificado da indústria de máquinas alemã. Sua mobilidade (podia ser um italiano recém-desembarcado e ainda incapaz de dizer “salário” em inglês) levava-o a desprezar esse apego à fábrica, ainda típico da figura social na Alemanha que deu origem ao movimento de conselhos de trabalhadores, supondo que a auto-administração era suficiente para criar a sociedade socialista.

Mas, conforme lembra Montgomery: “A própria aparição de greves entre eles destruiu o mito da docilidade dos imigrantes e mostrou que a nova disciplina industrial havia fomentado uma sensação de aberta injustiça e uma causa comum entre - assim como dentro de - as distintas comunidades étnicas de estrangeiros” (Citado por Leite, 1994: 66).

Por outro lado, a Primeira Guerra Mundial favorece a implantação dos métodos da organização científica do trabalho. Aliás, o exército os utiliza na unidade central de reparação do serviço automotivo. Cabe, ainda, ressaltar que uns 10% dos trabalhadores industriais foram mortos no decorrer da guerra de 1914-1918.

A guerra afetou a indústria americana em diversos aspectos. Segundo Nelson (1975), o número de trabalhadores assalariados cresceu de 6.500.000 em 1914 a 8.400.000 em 1919, (29%). Assim mesmo, as fábricas dobraram ou triplicaram em tamanho, quando não eram novas fábricas que começavam funcionar. Aproximadamente, dois milhões de novos operários foram recrutados durante a guerra. Trabalhadores ocupados, predominantemente, na indústria automobilística e de produção bélica. O contexto da guerra foi assim, um terreno fértil de difusão dos métodos de organização científica do trabalho.

Enquanto o taylorismo vai se desenvolvendo a passos agigantados, a guerra favorece também, a entrada de mulheres operárias em setores onde ainda não tinha espaço o trabalho feminino. Tradicionalmente, as mulheres tinham sido ocupadas predominantemente na indústria têxtil, mas não era comum elas trabalharem na indústria do aço e da maquinaria. Depois de 1915, os altos salários oferecidos pela indústria da maquinaria e pelo mercado de munições e o respectivo crescimento deste setor favoreceu um considerável crescimento da indústria de metais. Uma quantidade importante de mulheres provenientes de outras indústrias, assim como, também de escritórios, restaurantes, serviço doméstico foram empregadas na indústria de metais.

Não obstante, raramente os patrões adotaram programas de recrutamento para obter mulheres operárias. Em algumas cidades dos EUA, onde o mercado de trabalho era particularmente difícil, campanhas propagandísticas, e, depois de 1917, apelos patrióticos atraíram mulheres. Mas, na maioria dos casos, a grande proporção de mulheres empregadas vinha de famílias onde um ou mais membros masculinos eram operários e, freqüentemente,

trabalhadores da mesma fábrica. Em 1920, um alto salário e os vínculos sociais e familiares dos operários foram os principais mecanismos de atração dos trabalhadores qualificados e semi-qualificados.(Nelson, 1975).

A classe operária agüenta esta ofensiva do capital:

“Durante a guerra, o número de operários americanos passou de 10 milhões para 13 milhões de 1920 (dos quais 5,5 milhões de operários qualificados); atingirá 14 milhões em 1930 (dos quais 6,3 milhões qualificados). De 1913 a 1919, o salário real abaixou; e mesmo com aceitação do princípio da jornada de oito horas, ela ainda está longe de ser geral. A organização do trabalho, os sistemas de remuneração impelem as cadências; fadiga, riscos tomados para ganhar tempo - e é o acidente: 2 milhões de acidentes de trabalho por ano no início dos anos 20, dos quais 20 mil mortais todo ano” (Beaud, 1989: 256).

A grande greve de 1919 marcou o final de um período. Leva-se a cabo uma gigantesca greve, acatada quase pela totalidade dos operários siderúrgicos - sob a base da tradição do sindicato de massa - contra a companhia mais forte, a *United States Steel*. A origem da luta de classes de 1919, havia sido desencadeada pela crescente introdução da racionalização taylorista no período da Grande Guerra. O setor siderúrgico tinha sido o mais prejudicado com este nível de racionalização, favorecendo um grande aumento da taxa de superexploração dos trabalhadores. Mas justamente o nível de racionalização que caracterizava essa indústria foi a causa pela qual fracassariam estas medidas reivindicatórias da classe operária, porque a forma organizativa do sindicato de ofício tornou-se incapaz de enfrentar um setor tão racionalizado como o siderúrgico. A greve foi, assim, fragmentando-se e fracassou. Conseqüência dessa derrota vai ser a “paz social” que vai caracterizar o movimento operário da indústria altamente racionalizada dos anos vinte.

A década de 1920 nos EUA, caracteriza-se por uma relevante ausência de lutas de classes. A taxa de sindicalização cai consideravelmente e nasce uma nova forma de sindicato controlado pelos patrões. As indústrias com operários não sindicalizados vencem neste período. Um período de paz social, enquanto a organização científica do trabalho desenvolve-se de maneira acelerada. Nos anos 20, houve um notável processo de racionalização no setor siderúrgico, no automobilístico, no elétrico e na indústria de produtos químicos.

Uma excepcional prosperidade e um formidável crescimento caracteriza os EUA nos anos 1920. As bases da “prosperidade” americana dos anos vinte pode-se vislumbrar a partir dos seguintes dados fornecidos por Beaud:

- “- um crescimento de 90% de produção industrial entre 1921 e 1929;
- um investimento que ultrapassa, durante esses anos, 20 % do PNB;
- uma produtividade da hora de trabalho que aumenta em 47 % durante os anos vinte (enquanto durante as duas primeiras décadas do século ela aumenta respectivamente em 17 % e 11 %)” (Ibid.: 263).

Os operários americanos conquistaram, nesse período, o mais alto nível de vida já conhecido pela classe operária. Foi, este, um período de bem-estar social, de altos salários produto da escolha estratégica do capitalista individual. Tal é o caso de Henry Ford. A transformação da população de origem rural em operariado industrial deu origem a esse alto nível de vida. No entanto, devemos levar em conta que se os salários reais aumentaram consideravelmente a ponto de atingir tal prosperidade para a classe operária é porque a taxa de exploração aumentou mais que proporcionalmente. Nesse sentido, a prosperidade foi, sobretudo, em função da criação das condições mais favoráveis para a acumulação do capital. Foi este o período de maior expansão do capital americano. Diferente situação é a da Europa naquele período, já que o fordismo só se introduz no pós- Segunda Guerra Mundial.

Conforme coloca Rawick (1980a), com a Primeira Grande Guerra, a expansão na América Latina que havia começado com a guerra Hispano-americana abriu novos espaços no mundo. O governo coordenava as iniciativas com o grupo capitaneado pelos interesses Rockefeller e Morgan Mellon, para estender o controle americano ao petróleo do Oriente Médio. Os produtores americanos de aço e dos materiais elétricos começaram a fazer alianças com as indústrias francesa e alemã. A produção química americana ligou-se muito estreitamente aos interesses alemães, holandeses, franceses e italianos. Estes movimentos aceleraram o desenvolvimento do capital americano e deram aos operários americanos pertencentes ao setor industrial avançado uma certa vantagem econômica em relação a outros operários, tanto dos EUA, como de outros países.

Logo após a Grande Guerra, os EUA tornam-se a primeira potência econômica do mundo.

Na Itália, a crise do capitalismo na década da revolução bolchevique e da Guerra Mundial produz o fascismo. Este torna-se a medida de contratendência em resposta às lutas dos operários. O mesmo fenômeno verifica-se na Alemanha, onde se instala o nazismo. O produto disso foi a pulverização da classe operária alemã. A classe operária italiana, apesar do fascismo, não fora atomizada e emerge combativa na Segunda Guerra. Na França, repete-se, essencialmente, o modelo italiano, com a diferença que o verdadeiro fascismo fortalece-se com o avanço militar alemão, porque a democracia francesa, nos anos 1930, era defendida pelos operários (Ibid.).

Diferente, nesse sentido, apresenta-se a situação norte-americana. Durante os anos vinte, a classe operária americana luta mas não consegue grandes transformações ou nem avanços e descobre a debilidade na sua própria organização. Durante os anos trinta, reverte-se a tendência do movimento dos trabalhadores. A luta dos operários cria potentes sindicatos industriais de massa. Sindicatos em que se conseguiram organizar todos os operários de quase todo o setor industrial no nível nacional (Ibid.).

Segundo Tronti (1982), nos anos 1922-1929, as margens objetivas dos lucros capitalistas estendem-se, espontaneamente, aos trabalhadores. Não entanto, como colocamos mais acima, é preciso lembrar que os benefícios que ganhou a classe operária são extraordinariamente desproporcionais ao lucro conseguido pelos capitalistas neste período. Houve uma alta taxa de superexploração dos trabalhadores em relação aos benefícios conquistados. Entre 1929 e 1933, não há margens para nenhuma das duas partes (nem para capitalistas, nem para os assalariados), isto devido à crise de 29. Aqui, há uma crise para todo o conjunto social envolvido no capital. Esta “ausência” de margens de lucros são, segundo o autor, as razões que explicam a ausência de lutas relevantes naquele período.

Conforme os estudos de Tronti, a luta operária atingiu seu mais alto nível entre 1933 e 1947, nos EUA. Um problema que preocupa o autor é a diferença entre as lutas de classes entre a Europa e os EUA

Objetivando defender uma polêmica hipótese como a de que as lutas de classes foram mais efetivas no contexto dos EUA, Tronti afirma que “as lutas de classes nos EUA são mais sérias do que as européias, porque conseguem mais resultados com menos ideologia” (Ibid.: 133). Segundo o autor, se tomarmos qualquer experiência revolucionária da velha Europa e a confrontarmos com o ciclo das lutas operárias de 1933 a 1947, nos EUA, descobriremos o atraso subjetivo do movimento operário europeu, por ser

“(...) vanguarda sem movimento, generais sem exército, sacerdotes da subversão sem sabedoria política. Fracassou o discurso dos que querem hoje ver os operários europeus a reboque de situações mais atrasadas, porém mais revolucionárias. Se, no terreno da luta de classe, a vitória for medida pelo que, e por quanto se ganhou, então os trabalhadores europeus encontram à sua frente, como o mais avançado modelo de comportamento para suas necessidades presentes, a maneira de vencer, ou, se quiserem, de derrotar o adversário, adotada pelos trabalhadores norte-americanos da década de 1930” (Ibid.: 147)²⁰.

Tronti, faz um roteiro das greves nos EUA:

“Se em 1914-1915 o número de greves foi de 1204 e 1593; em 1916, o número salta para 3.789 e, em 1917, para 4450, com 1.600.000 e 1.230.000 trabalhadores em luta, respectivamente. À parte o fabuloso ano de 1937, temos de ir a 1941 para encontrar outra vez 4288 greves num ano, envolvendo 2.360.000 trabalhadores, 8,4% da força de trabalho empregada, exatamente como em 1916, porcentagem só atingida em 1945, se excluirmos o outro ano fabuloso, 1919. Nos anos de 1943, 1944 e 1945 há um crescimento impressionante: o número de greves passa de 3752 para 4956 e 4750; os trabalhadores em greve, de 1.980.000 para 2.120.000 e 3.470.000. A intensidade da luta operária durante a guerra só é superada num caso, no período imediatamente posterior à guerra, durante a primeira reconversão das indústrias de guerra para indústrias de paz e de bem-estar civil. Dir-se-ia que os trabalhadores abstiveram-se de criar dificuldades a esse empreendimento tão humano. Vamos examinar esse fato. Em 1946 houve 4985 greves, envolvendo 4.600.000 trabalhadores, ou 16,5% de toda a força de trabalho empregada. Em 1919 houve 3630 greves, com 4.160.000 grevistas, ou 20,2% de todos os trabalhadores empregados” (Ibid.: 148).

Tronti vai acrescentar que

²⁰ Tradução refeita.

“(...) do ponto de vista dos operários, a guerra foi uma grande oportunidade para conseguir muito, enquanto a paz era uma grande oportunidade para pedir mais. Assim, a Junta Nacional do Trabalho de Guerra, que adotou as políticas do *New Deal* antes mesmo do *New Deal*, não encontrava melhor maneira de solucionar os conflitos trabalhistas do que deixar que os trabalhadores vencessem. Direito de organização, negociação coletiva através da representação sindical, contratos com empregados sindicalizados ou não, igualdade de salário para as mulheres, salários mínimos, foram essas as conquistas do primeiro período de guerra” (Ibid.).

Posteriormente, nascerá uma estratégia de contratendência às lutas operárias, muito bem sucedida, cristalizada no *New Deal* de Roosevelt.

II.5 - FORDISMO E APARELHOS DE HEGEMONIA

Na presença de um bloco coletivista de Estado, produto da revolução bolchevique, e num contexto mundial marcado pelo movimento histórico da descolonização, o conjunto dos países capitalistas avançados conheceram, uma vez reconstruídas as ruínas da guerra, um excepcional período de prosperidade, nunca visto antes na história. Porém, nas próprias condições dessa extraordinária prosperidade, já se desenvolviam os germes da *crise atual*²¹ do capitalismo como sistema mundial de produção e de consumo.

A luta operária, os constantes conflitos entre o trabalho e o capital reestruturado com o fordismo, obriga o “reformismo” do capital como medida de contratendência. Neste ponto, interessa-nos defender a hipótese que o fordismo, na sua forma mais consolidada, ou seja, enquanto ordem hegemônica fordista-keynesiana - conseguida através do conjunto das políticas keynesianas, através do *New Deal* -, é uma medida de contratendência à luta operária que originou a revolução russa e seu decorrente modo de produção. O outubro russo de 1917 representou - para o conjunto das classes subalternas, assim como, para aqueles que cuidavam dos interesses do capital - um processo de apropriação do elemento político e o descobrimento de uma classe operária autônoma capaz de virar o destino dos fatos. Assim esta experiência revolucionária penetra e incide na consciência do capital. A construção do socialismo aparece - para o capital - como uma ameaça internacional. Este é o contexto no qual se inserem as preocupações do economista John Maynard Keynes e a lógica do *New Deal* de Roosevelt.

Keynes assenta as bases teóricas, político e econômicas para a conformação de um Estado capaz de controlar o movimento de luta de classes. A ofensiva do capital ao movimento operário organizado busca a adesão ideológica das classes subalternas para reconstruir a hegemonia do capital.

Poderíamos conceituar o fordismo como uma etapa muito particular do capitalismo que abrange a sua dimensão restrita, enquanto método de controle e de gestão da força de trabalho (racionalização taylorista do trabalho, produção em massa de bens padronizados, linha de montagem, desenvolvimento da mecanização através de tecnologias especializadas, salários relativamente altos, consumo de massa, etc.), mas não se reduz a este aspecto. A forma aqui trabalhada, quando fazemos referência a este conceito, envolve um sentido mais abrangente e totalizante. Entendemos o fordismo enquanto a emergência de uma nova conjuntura que estabelece uma nova relação entre economia e política. O advento dessa nova conjuntura dá-se no pós- Segunda Guerra, no contexto dos países capitalistas desenvolvidos, e, aqui, convencionamos chamar - essa etapa particular do capitalismo - de ordem hegemônica fordista-keynesiana.

Ao longo de nosso estudo, pretendemos trabalhar com esta noção de fordismo, a que demonstra ser um complexo de múltiplas determinações. Assim, entendemos que há uma diferenciação entre o fordismo antes e depois da Segunda Guerra Mundial. O fordismo correspondente ao primeiro período está mais fortemente identificado aos processos da esfera da produção imediata. Já o fordismo característico do pós- Segunda Guerra Mundial dá conta de como os processos da produção imediata estão intimamente ligados à esfera da reprodução social. O fordismo inaugura, assim, um novo momento da subsunção do trabalho ao capital, ao mesmo tempo que subsume os modos de vida aos primados do capital. Enfim, o fordismo vai extrapolando o espaço fabril e penetrando a totalidade da cultura, redefinindo os modos de viver e de pensar a vida - tal como demonstrou o próprio Gramsci - e é combinado a uma forma de regulamentação estatal, via os “aparelhos” que contribuem para realizar sua hegemonia.

Nas palavras de Harvey:

²¹ Por crise atual, fazemos referência à crise que começa por volta dos anos 60/70, estendendo-se até os dias de hoje.

“O fordismo do pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total. Produção em massa significava padronização do produto e consumo de massa, o que implicava toda uma nova estética e mercadificação da cultura (...). O fordismo também se apoiou na, e contribuiu para a, estética do modernismo - particularmente na inclinação desta última para a funcionalidade e a eficiência - de maneiras muito explícitas, enquanto as formas de intervencionismo estatal (orientadas por princípios de racionalidade burocrático-técnica) e a configuração do poder político que davam ao sistema a sua coerência se apoiavam em noções de uma democracia econômica de massa que se mantinha através de um equilíbrio de forças de interesse especial” (1994: 131).

O fordismo incorpora um conjunto de transformações no processo de produção imediata intimamente ligadas às mudanças nas condições de existência do trabalho assalariado e que originam a formação de uma norma social de consumo, tendendo a institucionalizar a luta econômica de classes na negociação coletiva. O fordismo é, nesse sentido, implica, como princípio, uma articulação do processo de produção e do modo de consumo, que instaura a produção em massa, elemento chave da universalização do trabalho assalariado (Aglietta, 1979).

No pós-guerra, duas grandes potências dominam o mundo esfacelado: os EUA, agora líder predominante do campo capitalista; a URSS, no centro de um novo bloco autoproclamado socialista.

“No essencial, a crise dos anos 1920-1930 resulta das mesmas contradições cuja combinação levou à guerra de 1914-1918: sufocamento das indústrias da primeira industrialização; acirramento da competição entre os capitalismo nacionais; surtos do movimento operário para obter uma divisão menos desigual do valor produzido. E essas contradições intervêm num mundo dividido: com a zona de influência americana, o *Commonwealth* britânico, o império francês (mas também os impérios holandês, belga) e - ao mesmo tempo fechada e voltada para si mesma - a URSS” (Beaud, 1989: 298).

Iniciada na virada do século XIX para o XX, a empreitada do capital que luta, incessantemente, por impor os métodos e as técnicas da gerência científica, estende-se ao longo das décadas. Assim, conhece momentos de aceleração e progresso rápido (sobretudo, no contexto de guerra) ou, pelo contrário, ritmos lentos e momentos de estancamento. A constante na introdução dos métodos taylorizados é a resistência operária com a qual o capital

tem de se enfrentar. O fordismo enfrenta a crise do final dos anos 20 e irá requerer transformações. Ele irá se defrontar, não apenas com a oposição dos trabalhadores que consideravam o processo de trabalho demasiadamente esgotante, como também, com a chamada crise da bolsa de 29 e seus efeitos, acontecimento que obrigará a uma reformulação do papel dos estados nacionais, plasmado em uma série de medidas de contratendência; papel do Estado que se voltará fundamentalmente para conformar as bases de um novo acordo que incorpore a crescente força de trabalho para legitimação de um projeto hegemônico na ordem do capital. Ou, em outros termos, acordo plasmado em medidas de contratendências para fazer as classes subalternas voltarem ao campo econômico-corporativo, problema que desenvolveremos mais para a frente.

No entanto, é preciso sublinhar que o fordismo enquanto ordem hegemônica de pós-guerra, tornou-se uma estratégia dos Estados nacionais com o objetivo de preservação do capitalismo. Nesse sentido, cabe levar em conta que ele foi uma das primeiras *reestruturações produtivas* do capitalismo, neste século, em resposta a sua crise. Só a crise de 29 permitirá ao capital dar um passo adiante na definição da nova figura do Estado. O pós-guerra assentará, definitivamente, as leis keynesianas e o *New Deal*.

No decorrer da década de 30, o fordismo, então conhecido no contexto norte-americano como a tecnologia de montagem para produção em massa, tinha ainda um desenvolvimento muito fraco na Europa. Gramsci dedicou algumas linhas da sua obra para indagar o que significaria a implantação do fordismo americano na Europa. No contexto europeu, predominava uma indústria automobilística quase artesanal de alta habilidade organizada corporativamente. Os carros produzidos - considerados de luxo - destinavam-se a um público consumidor de elite. Só a partir de 1940 o fordismo implanta-se com maior firmeza na Europa e no Japão, e instala-se como parte do esforço de guerra. O fordismo, no pós-Segunda Guerra Mundial, consegue se consolidar e expandir-se naqueles países.

A maneira como o fordismo instalou-se, constitui uma complexa história que se estende por quase cinquenta anos. Para seu funcionamento, foi necessário, um conjunto de decisões políticas, econômicas e corporativas. No final dos anos vinte, o trabalho taylorizado e em linha de montagem continua esgotante, e o efeito das medidas inovadoras de Ford, atenua-se. Era

preciso, do ponto de vista do capital, criar um modo novo de regulamentação para atender às exigências de produção fordista, assim como, também viu-se a necessidade imperiosa de reformular o uso dos poderes do Estado para salvar o capitalismo da Crise de 29.

No segundo semestre de 1929, diminuem os lucros da indústria automobilística. Logo em seguida, exalta-se a especulação na bolsa, inflamada pela ambição de mais ganhos e lucros. Assim, aos poucos, desencadeia-se a crise que se prolongará durante os anos 30. Foi a partir da Grande Depressão de 29, entendida como uma espetacular crise de superprodução, que se começou a centrar a posterior intervenção estatal.

Segundo Coriat (1985), no fundo, tudo provém de que a racionalização dos processos de trabalho é um constante veículo e fator de *crise*. O processo de racionalização taylorista avança progressivamente, mas com certas dificuldades, e a um ritmo e a uma velocidade desigual, segundo os ramos das indústrias. Nesse sentido, os processos de trabalhos tornam-se desigualmente eficazes, do ponto de vista da valorização do capital. Assim, o processo de racionalização taylor-fordista não podia ser efetivado sem provocar um incessante processo de reestruturações industriais. Este desenvolvimento desigual dos novos métodos de trabalho, assim como, os processos de reajuste desigualmente eficazes, vão provocar as quebras industriais, comerciais e bancárias, a eliminação de unidades de produção, concentração e centralização do capital. Com efeito, origina-se o conjunto de quebras e ruínas industriais, em cadeia, que caracterizam a década de 1930. Por outro lado, é importante levar em conta o conjunto de mudanças nas condições de existência das classes operárias que o fordismo provocou. Ao introduzir, na base dos aparelhos de produção, diferenças acentuadas do rendimento e da produtividade do trabalho, ao acelerar a ruína da “pequena” indústria, ao alterar o modo de consumo e de reprodução da classe operária, ao suscitar, mediante o crédito e o consumo forçoso, um processo em cadeia de “pseudo-validação” das mercadorias, a racionalização do trabalho - no nível e em escala em que se tem praticado - prepara o terreno de vulnerabilidade em que uns fatos determinados vão provocar a ruptura brutal e em forma incessante dos “grandes equilíbrios” da economia capitalista.

Conforme coloca Beaud (1989), é uma mesma crise que se desenvolve, sob formas diferentes, em cada realidade nacional, nos anos 1920-1930; e que, sem que tenham

desaparecido as contradições fundamentais, de um lado, com as classes operárias, de outro, com as formações sociais dominadas, são as contradições entre capitalismo nacionais que fornecem a chave da grande crise desse período. Assim, durante o período que foi determinando a grande crise dos 30,

“(…) o sistema econômico internacional foi deixado instável pela incapacidade da Inglaterra e pela reticência dos EEUU em assumir as responsabilidades da estabilização em três setores particulares: a) mantendo um mercado relativamente aberto para as mercadorias que não tinham achado compradores; b) fornecendo, de forma contracíclica, empréstimos a longo prazo; c) minimizando a amplitude da crise. O sistema econômico mundial era instável, a não ser que um país o estabilizasse, assim como o havia feito no século XIX e até 1913 a Inglaterra. Em 1929, os ingleses não podiam se pôr a proteger seus interesses nacionais próprios, o interesse geral mundial foi evacuado e com ele os interesses privados de cada uma das nações” (Kindleberger; citado por Beaud, *Ibid.*: 250-251).

É, justamente, nesse contexto internacional, frágil e complexo, que se desenvolvem, a partir de suas historicidades específicas, os diferentes capitalismo nacionais:

“(…) o britânico, preso entre a combatividade de uma classe operária que recusa os sacrifícios exigidos e a pugnacidade de seus concorrentes industriais estrangeiros; o alemão, concentrado, dinâmico, expansivo, sustentado por uma vontade nacional de superar a humilhação; o francês, mais disparatado do que nunca, conflituado entre a grande indústria e o artesanato, entre a calma da província e a aventura do império; o americano, arrebatado entre o frenesi da produção em massa, do consumo em massa, dos atulhamentos e da especulação, e, depois os outros: os diferentes capitalismo europeus e japonês, as novas produções dos ‘países novos’, a quem a primeira guerra deu uma primeira oportunidade” (Beaud, *Ibid.*: 249).

Nos EUA, desencadeia-se o processo decisivo da Grande Crise. A crise, segundo Beaud, foi crônica na Grã-Bretanha ao longo de todos os anos 20; ela é latente na maioria dos outros países capitalistas, notadamente nos EUA e na França, no final dos anos 20:

“A especulação e o pânico de *Wall Street* constituem o fascinante catalisador da crise econômica americana; o conhecimento desta, suas repercussões bancárias e financeiras no mundo, os efeitos que ela terá através da queda dos intercâmbios comerciais americanos vão precipitar em cada país crises que, na verdade, já estavam em andamento ou em gestação” (*Ibid.*).

Henry Ford, tenta, através de uma série de estratégias no nível das suas fábricas, enfrentar os efeitos da crise que estava-se generalizando no seio do capitalismo. Ele acreditava de tal forma no poder corporativo de regulamentação da economia que implementou nas suas fábricas - na recessão dos anos 30 -, a estratégia de incrementar os salários com a finalidade de aumentar a demanda efetiva e, ao mesmo tempo, restaurar o mercado e a confiança nos negócios, por parte da população. Os altos salários, neste sentido, iriam aumentar o mercado interno através do consumo. Não podendo enfrentar nem superar as leis coercitivas da competição, Ford viu-se obrigado a demitir operários e a cortar salários. Foi necessário o *New Deal* de Roosevelt²² para salvar o capitalismo - possibilitando, através da intervenção do Estado, aquilo que Ford pretendia promover individualmente.

A crise de 1929, assim como, o tipo de Estado que vai resultar dela, deve ser analisado em relação a reestruturação da produção que conformava o novo processo de acumulação do capital, surgida do fordismo. A intervenção estratégica do Estado, através do *New Deal*, que se prolongou por vários anos, tinha como objetivo assegurar os mecanismos de regulação dos novos métodos de trabalho e das novas relações de classes (Coriat, 1985).

Em 1930, o número de desempregados para o conjunto dos setores de atividade atinge três milhões e vai ultrapassar seis milhões em 1931, dez milhões em 1932 e treze milhões em

²² “Em 1932, o presidente [dos EEUU] que está saindo, Hoover, é derrotado pelo candidato democrata Franklin D. Roosevelt. Utilizando largamente a nova audiência do rádio, Roosevelt denunciou a ‘ditadura industrial’, os ‘reis da economia’, o ‘novo despotismo’; ele critica a administração republicana e anuncia uma nova política: ‘Sacrificados pelas filosofias políticas do governo anterior, de um canto a outro da nação, cidadãos e cidadãs voltam para nós suas esperanças. Eles querem equitativamente a parte deles na distribuição das riquezas nacionais. Eu faço o juramento de dar ao povo americano o *New Deal*, o novo pacto, a oportunidade que ele espera’. Eleito graças a um amplo leque de votos heterogêneos - democratas do Sul conservadores, fazendeiros descontentes, sindicalistas, desempregados, negros, minorias étnicas e religiosas -, Roosevelt decerto não sabia qual seria o conteúdo desse *New Deal*. Ele o elabora pouco a pouco, com pragmatismo e tenacidade, apoiando-se sobre as forças sociais que podem ajudá-lo a avançar (especialmente o movimento sindical), chocando-se contra poderosas resistências (cristalizadas notadamente pelas sentenças da Corte Suprema) (...). Podemos distinguir três linhas de força: 1) a reorganização e a reativação de setores de atividade fundamentais (...). 2) uma política visando recolocar os EUA em posição favorável no mercado mundial: abandono do padrão-ouro (19 de abril de 1933), desvalorização progressiva do dólar em relação ao outro e política de acordos comerciais recíprocos com base no *Reciprocal Trade Agreements Act*, de 1934. 3) enfim, e aí está, decerto, o essencial do *New Deal*, a busca de um novo compromisso social sobre o qual possam ficar de acordo as principais forças sociais. Não se trata, certamente, de derrubar o capitalismo: ‘É minha administração’, declara ele durante a campanha eleitoral de 1936, ‘que salvou o sistema do lucro privado e da livre empresa’. Mas se trata de impor às forças mais reacionárias e aos interesses mais egoístas, um conjunto de reformas” (Beaud, 1989: 264 -266).

1933; a produtividade do trabalho cresce, ainda em 23% entre 1929 e 1933; os salários baixam, conforme as fontes, em um terço ou um quarto, entre 1929 e 1933 (Ibid.: 264).

Estabelece-se o *New Deal* de Roosevelt, isto é, um novo compromisso social onde se envolvem os interesses das principais forças sociais em presença. É uma iniciativa política que busca a reconstrução do capitalismo, já que se trata, nessa conjuntura, de resolver o problema da crise; iniciativa política que se desenvolve a partir do Estado e do capital coletivo.

Conforme lembra Tronti,

“(…) o parágrafo 7º do *National Industrial Recovery Act*, compreendendo o direito dos operários de ‘se organizarem e negociarem coletivamente por meio de representantes de sua própria escolha’ e a proibição, para os patrões, de toda e qualquer ‘interferência, restrição ou coerção’, garantindo o princípio do salário mínimo e da duração máxima de trabalho permitido, foi aprovado em junho de 1933, juntamente com o conjunto da lei. Na segunda metade daquele ano, o número de greves foi igual ao total do ano anterior, e o número de trabalhadores grevistas foi três vezes e meia superior ao de 1932” (1982: 151 - 152).

Neste período, aumentam consideravelmente as adesões sindicais, passando o número de sindicalizados de 3 milhões, em 1933; a 4.700.000, em 1936; 8.200.000 em 1939 e 13.500.000 em 1943 (Beaud, 1989: 267).

O *New Deal* não logrou reativar a dinâmica de acumulação que tinha, potencialmente, o capitalismo americano. Só no pós-guerra o capitalismo norte-americano conseguirá acelerar seu potencial expansivo. Mas, a contribuição decisiva do *New Deal* para o capitalismo americano parecia consistir no seguinte:

- Conduziu uma parte do patronato a aceitar concessões que iam permitir a integração do conjunto da classe operária ao sistema de consumo;

- Marcou uma ruptura em relação ao velho princípio republicano: “Menos governo nos negócios e mais negócios no governo”, abriu o caminho para uma “frutuosa cooperação entre o governo e os negócios (Ibid.).

Segundo Tronti,

“O ano de 1935 viu o nascimento e o êxito do *Wagner Act* e da CIO. Isso prova, mais uma vez, um nó indissolúvel entre a iniciativa política do capital e a organização avançada dos operários, um nó impossível de desatar, mesmo se o quisermos. Um *National Labor Relations Board* exerce fiscalização para que os proprietários não empreguem ‘práticas de trabalho injustas’ e não se oponham à negociação coletiva com procedimentos desleais; ordena o “*cease and desist*” unicamente para os industriais, nunca para os trabalhadores, abole os sindicatos patronais, desvincula o sindicato dos ofícios e pela primeira vez coloca-o nas mãos do operário comum. (...) Trata-se de um órgão administrativo com funções judiciais, uma espécie de medida exatamente contrária a toda a tradição norte-americana - uma medida para que o capital e os capitalistas deixem espaço à autonomia de organização operária. E mais: esta junta permite, no interior da parte operária, uma escolha em favor dos setores de ponta da nova produção, a identificação da figura do novo operário -massa, nas grandes indústrias do aço, do automóvel, da borracha e do rádio (...) Se as escolhas avançadas do capital favoreciam as organizações operárias mais avançadas, estas, por sua vez, apoiavam o capital, de modo que as novas preferências predominaram sobre as velhas resistências” (1982: 152 - 153).

Nesse sentido, dirá Coriat, que o *New Deal* traz consigo uma revolução: o direito reconhecido aos operários de negociar coletivamente as condições de trabalho e a remuneração, (Cf., 1982: 100).

No contexto da Grande Depressão de 30 - crise orgânica do capital, no sentido gramsciano - o fordismo teve um papel chave na preservação do capitalismo. Atuou como um poderoso elemento de contratendência à essa crise e à luta dos trabalhadores. Neste sentido, ele objetivou-se no chamado “compromisso fordista”, - fundamentalmente no contexto dos EUA - e o “compromisso social-democrata”, - em vários países da Europa. Tal compromisso consistia num pacto organizado entre patronato, sindicato e Estado, que viabilizou a redistribuição dos ganhos de produtividade aos assalariados. Mas, o que representou o *New Deal*, e o *Welfare State*: uma estratégia de contratendência do capitalismo, ou uma conquista que a luta operária obrigou a burguesia fazer? Entendemos que ambas devem ser analisadas de forma conjunta, porque são dois mecanismos de um mesmo processo. O “compromisso fordista” tornou-se um paradoxo pois, por um lado, foi produto de lutas e conquistas históricas dos trabalhadores e, por outro, este compromisso foi uma estratégia traçada pelas classes dominantes como mecanismo de contratendência à luta por um projeto emancipatório das classes subalternas. Nesse sentido, os benefícios do *Welfare State*, não foram apenas

concessões das classes dominantes. Era preciso essa “manobra” da burguesia de conceder certas reivindicações para as classes subalternas que objetivavam contrarrestar a ameaça à ordem vigente, pelo conjunto dos trabalhadores. Tornava-se urgente, enfim, quebrar e neutralizar - a partir deste *novo pacto* - as possibilidades emancipatórias dos trabalhadores. Com efeito, as instituições capitalistas de pós-guerra que perfilaram o chamado Estado de Bem-Estar Social, obedeceram, sim, a condições internas dos países que hoje chamamos de “desenvolvidos”, mas foi, também, em grande medida, produto das lutas de classes. A Grande Depressão dos anos 30, que desempregou 30% da força de trabalho, constituiu-se em fator-chave que mobilizava e atualizava a ameaça soviética no interior dos países ocidentais. Frente à situação de crise por que passavam os países capitalistas e, perante a alternativa soviética “socialista”, existia uma forte sedução das massas trabalhadoras pela URSS. O curso das lutas de classes, já anunciava um desenvolvimento do capitalismo no sentido em que se efetivou no imediato pós-guerra.

No meio de um caos identificado com a revolta dos trabalhadores pelos novos métodos de trabalho, assim como, pelos graves problemas de desemprego condicionados pela crise que estava se desenvolvendo, um economista britânico será pioneiro em interpretar a crise nos seus vários aspetos; nos elementos recorrentes e nos novos, dessa crise emergente. Nas palavras de Coriat:

“Convencidos de que a crise que se apresenta não é uma simples repetição do passado, mas produto de forças novas, saberá dar um virada, empregando uma linguagem sempre audível por seus colegas, à teoria e à prática do que ainda se chama o “equilíbrio”. Depois de Taylor e Ford, Keynes vem assim a terminar o edifício. *Trás a teoria e a prática da produção em massa na fábrica, a teoria e a prática do tipo de Estado e de regulação que lhe correspondem. (...). Assim, pois, a crise dará origem ao Estado moderno*” (1985: 88).

Perante uma nova eficácia da resistência operária, que age sobre uma estrutura produtiva também quebrada, é possível compreender e interpretar o conjunto de “reformas sociais” e a intervenção do Estado em inúmeros aspetos da vida social. Nesse contexto, insere-se a política econômica keynesiana.

Frente a uma possível saída capitalista para a crise de 30, que impunha enormes sacrifícios à classe operária e traria, decorrentemente, riscos de confrontos classistas, o economista inglês John Maynard Keynes propunha uma outra saída capitalista que, através de uma retomada da atividade, possibilitasse reduzir o desemprego, sem comprometer o poder aquisitivo dos trabalhadores. Portanto, no pós-Segunda Guerra, três décadas depois do *Five Dollars Day* de Henry Ford, a teoria econômica de Keynes será a responsável pela preservação do capitalismo, permitindo justificar o empreendimento de novas políticas, mediante as quais será procurada, e em parte conseguida, através da integração do mundo do trabalho na sociedade capitalista, o que já estava acontecendo nos EUA, mas que parecia ainda utópico no contexto da Europa.

Encontra-se em Keynes, a mesma preocupação que inquietava Ford: a de manter o poder aquisitivo através da distribuição de altos salários e renda, condição indispensável para manter um alto nível de consumo e, portanto, uma possível saída da crise. A eliminação do desemprego em massa, vai se tornar a pedra fundamental da política econômica dos países capitalistas centrais. O argumento keynesiano em favor dos benefícios da eliminação permanente do desemprego em massa era tanto econômico como político. Assim, os keynesianos fundamentavam sua postura afirmando que a demanda a ser gerada pela renda de trabalhadores com pleno emprego teria o mais estimulante efeito nas economias em recessão. Assim, Keynes recomenda uma política vigorosa de consumo (que combata as tendências à poupança) e de investimento público (sobretudo em obras públicas), por parte das coletividades locais.

Nesse sentido, segundo Negri (1982), John Maynard Keynes foi o mais astuto teórico responsável pela reconstrução do capitalismo, daquela nova forma capitalista de Estado que se opôs ao impacto revolucionário operário da Rússia de 1917. Keynes torna-se, assim, no ideólogo das medidas de contratendência que iriam caracterizar o capitalismo no pós-guerra.

O formidável desenvolvimento que o capitalismo, como sistema mundial de produção, opera com Keynes, consiste no reconhecimento da classe operária como momento autônomo, dentro do capital. Com a teoria da *demand a efetiva*, Keynes introduz mecanismos capazes de controlar o movimento de lutas de classes. Estes mecanismos neutralizadores das lutas de

classes são possibilitados através da retomada da legitimidade da reivindicação operária. Esta é a grande estratégia keynesiana no que concerne às medidas que garantam a preservação do capital.

A revolução keynesiana tem duas vertentes: a primeira, é a de estabelecer os novos fundamentos teóricos do “equilíbrio”. A segunda, a de mostrar a necessidade política de uma nova gestão da força de trabalho. Para esta segunda, é imprescindível responder à nova eficácia da resistência operária, através da recuperação da legitimidade da reivindicação dos trabalhadores. Neste ponto, começa a ser conformada a nova intervenção do Estado. Assim, a particularidade do Estado-Plano-Keynesiano não se limita, simplesmente, ao fato de tomar para si a responsabilidade da reprodução da força de trabalho social. Consiste, também, no fato de adequar a gestão da força de trabalho operária aos ritmos e modalidades da acumulação do capital. A partir do *New Deal*, a relação capital-trabalho encontra-se circunscrita por duas novidades: uma, na forma, é o estabelecimento de contratos devidamente negociados que se tenta obter; outra, no conteúdo, é que o contrato revela implícita e explicitamente em fazer que a elevação do nível do salário dependa do incremento da produtividade (Coriat, 1985).

No pós-Segunda guerra, a Europa empreende a sua reconstrução, com o apoio militar e financeiro dos EUA. Os economistas capitalistas caracterizam este período, como a “idade de ouro” do capitalismo americano, ou, como os “trinta anos gloriosos” do capitalismo na Europa. Ambas, as denominações, são relativas ao inigualável crescimento e prosperidade do pós-Segunda Guerra; crescimento e prosperidade nunca antes atingido pelo capitalismo.

A produção em massa, que tinha se iniciado nos EUA, expande-se e consolida-se na Europa. Também, na Europa, acontece uma formidável demanda de força de trabalho. O processo migratório vai entrando progressivamente nos distintos ramos de produção. Na medida que o êxodo rural aprofunda-se, a quantidade de força de trabalho cresce de maneira considerável. Segundo Coriat, para 1975, incluídas suas respectivas famílias, são no total, quatro milhões, na França, e dezesseis milhões, na Europa. Quase 2/3 são homens, operários especializados e “solteiros”, isto é, separados da sua família. Aqui, cabe indicar que, mesmo décadas atrás nos EUA, trata-se de uma migração de força de trabalho e não apenas de uma transferência de população (Ibid.).

Ao contrário daqueles que afirmam que “o imigrante”, por ser força de trabalho móvel, não-qualificada, não-organizada, tem sido e continua sendo um obstáculo para a “modernização” dos aparelhos produtivos, Coriat defende a hipótese contrária, isto é, que foi a própria “modernização” dos aparatos produtivos que tornou cada vez mais necessário o consumo em grande escala de uma mão-de-obra considerada “não qualificada” e, portanto, a organização em massa de uma imigração “forçada” (Ibid.: 106).

Assim, de acordo com Coriat (Ibid.: 106 e ss.), é possível analisar as “novas fontes” constituídas pelos “trabalhadores procedentes da agricultura”, e as “mulheres”, que a grande indústria vai precisar para assegurar seu aprovisionamento de força de trabalho. Nesse sentido, sem pretender entrar no debate em torno de um tema tão problemático e complexo, quanto o da qualificação, é possível comprovar que, na medida em que a racionalização do trabalho avança, o capital precisa, para sua valorização, de força de trabalho considerada “não-qualificada”.

Portanto, os índices do crescimento do emprego “não qualificado” vai ser dado pelo exame dos ofícios ocupados pelos “trabalhadores procedentes da agricultura”, força de trabalho expropriada pela intensa reestruturação que se desenvolve no campo, depois da guerra. Aproximadamente, 80% dos “trabalhadores procedentes da agricultura” trabalham como operários. A segunda categoria - embora de longe - é a dos peões, atingindo 29%. Os outros setores onde trabalham, massivamente, os trabalhadores procedentes da agricultura são: construção, 19,1 % e condutores de veículos de transporte, 13,6 %. Portanto, essas cifras demonstram que o acesso a empregos na indústria permanece limitado, essencialmente, a trabalhos considerados como pouco ou nada “qualificados”.

Outro índice do crescimento do emprego “não qualificado” é fornecido através do exame das condições de ingresso da mulher no salariado. No período compreendido entre 1968-1972, registram-se, nos empregos do setor do operariado industrial, um maior crescimento relativo de mulheres (+ 16,77 %, ou seja, 195.000 novas empregadas) que de homens (8,2 %, ou seja, 420.000 novos empregados). Em 1967, 66,5 % das operárias não tinham qualificação (operárias manuais), contrastado com 41,3% dos homens, e, sendo a porcentagem dos não-

qualificados no total da população operária do 46,1 %, em 1972, estas percentagens haviam passado, respectivamente, para 67,4 %, 40,6 % e 45,9 %²³.

Aliás, se fizermos uma análise dos empregos ocupados pelas mulheres segundo o setor de atividade, ou segundo a categoria socio-profissional, é possível vislumbrar que sua repartição por setores, põe, de manifesto, uma taxa máxima de mulheres (por cima da média geral: 34 % em 1968) em setores de atividade muito específicos. As mulheres representam 61% do total dos empregados, 20% dos operários industriais (destes, 23 % dos especializados, 30% dos não-especializados e 19 % dos aprendizes), e 79 % do pessoal no setor “serviços”. Claramente, pode-se vislumbrar que, o espaço ocupado no mercado de trabalho pelas mulheres está identificado - predominantemente - com aquele dominado por trabalhos penosos e poucos qualificados. O mercado de trabalho ocupado pelas mulheres está identificado, na maioria dos casos, com aquele em que as mulheres ocupam na esfera doméstica. Nesse sentido, reproduz-se, sistematicamente, uma formação adquirida no espaço doméstico. Tal é o caso do emprego no serviço doméstico; espaço onde dominam as mulheres, assim como, também, a indústria têxtil, espaço tradicionalmente ocupado por mulheres.

Portanto, imigrados, trabalhadores procedentes da agricultura, mulheres, jovens, vão constituindo a nova composição da força de trabalho que o capital requer. Na medida em que a racionalização e o trabalho progridem e penetram nos diferentes setores da produção, o capital pede cada vez mais força de trabalho considerada não-qualificada.

Por esta razão, é possível vislumbrar o grau de fragmentação que tinha o mercado de trabalho sob o domínio do fordismo. Produz-se um complexo quadro na estrutura do mercado de trabalho composto, essencialmente, por dois tipos de força de trabalho:

“Em um extremo, distingue-se claramente a figura do *operário-massa multinacional* (imigrantes, mulheres, trabalhadores de procedência agrícola, *jovens*); no outro extremo, distingue-se a figura do operário “homem, branco e profissional”. Por sua vez, essa distinção é, também, a que existe entre os setores sindicalizados e não sindicalizados da classe operária. Até nossos dias, a produção em massa tem vivido desta divisão, sistematicamente alimentada e reproduzida. Mas, no fundo do processo do trabalho e de valorização do valor,

²³ Sobre este ponto, ver Azovvi,; citado por Coriat, Ibid.: 111

a desestabilização da força de trabalho, buscada e obtida, vai mostrar a outra cara da moeda, a transformar-se num ponto de vulnerabilidade dos aparelhos de produção moderna, incluídos os mais sofisticados” (Coriat, 1985: 120).

A expansão do fordismo enquanto ordem hegemônica só se dá no pós-guerra através de um novo uso dos poderes do Estado, isto é, a partir de uma reconfiguração da sua intervenção na vida econômico-social, sobre o conjunto da população. Começa um novo padrão de acumulação e de industrialização combinado com uma condensação do poder do Estado. O crescimento do pós-guerra se transforma no período de maior prosperidade conhecido pelo conjunto dos países capitalistas avançados:

“Mais lento na Grã Bretanha, apreciável nos EUA dado o elevado nível da produção no fim dos anos 1940, ele é particularmente considerável na França e na Alemanha, e mais ainda no Japão. Ele se baseia, relativamente pouco, no crescimento dos efetivos empregados; logo, ele se baseia principalmente na elevação da produtividade do trabalho, que, por sua vez, apoia-se no aumento dos meios de produção postos à disposição de cada trabalhador, e implicando uma intensificação do trabalho solicitado a cada um” (Beaud, 1989: 314).

O fordismo, na sua forma mais “acabada”, foi implementado, a partir de 1945, nos países capitalistas avançados, sob a pressão dos rooseveltianos ou dos social-democratas, como alternativa ao fascismo, ao liberalismo clássico, e à Revolução de Outubro, na Rússia de 1917.

O Estado interveio para salvar o mercado. O fordismo vai consistir em uma estratégia política assumida pelos Estados Nacionais associado a um modo keynesiano de regulamentação estatal. Neste sentido, é que ele soube combinar-se, muito bem, com o Estado de Bem Estar conseguindo que este padrão de acumulação se expandisse no pós-guerra. Por esta razão é que podemos caracterizar este período particular do capitalismo como de ordem hegemônica fordista-keynesiana.

Essa reformulação dos usos dos poderes do Estado vai ser resolvida no pós-guerra, quando um conjunto de estratégias keynesianas consegue concertar - através de dispositivos políticos, institucionais e econômicos - as próprias condições essenciais de reprodução do sistema capitalista de produção. É assim como este padrão de acumulação consolida-se e expande-se a partir de 1945, através de uma contenção das tendências de crise do capitalismo, da preservação da democracia de massas e da implementação do chamado Estado de Bem-

Estar. O chamado Estado-Plano keynesiano, constrói-se simultaneamente entre a coerção e o consenso; entre a polícia e o *welfare*, mas num contexto de prosperidade e de decorrente legitimação político-ideológica por parte das maiorias subalternas. Este tipo de Estado promove uma aliança entre capitalistas, sindicatos e Estado, configurando o que os ideólogos e economistas capitalistas chamaram de “círculo virtuoso”: aliança consubstanciada em que os trabalhadores mantinham e conquistavam esses direitos enquanto tivessem uma atitude cooperativa no concernente ao aumento de produtividade exigida pelas técnicas de controle do trabalho fordista.

Os sindicatos ganharam grande poder de negociação²⁴, conquistaram direitos e reivindicações na área da saúde, seguridade social, educação, salário mínimo, indenizações, leis sociais, etc. A presença da revolução russa foi decisiva nesse processo, tal como mostraremos mais adiante.

A estrutura do quadro de trabalhadores sob o fordismo estava composto, por um lado, por um núcleo central corporativo predominantemente branco, masculino e fortemente sindicalizado. Por outro lado, tínhamos um grupo periférico, integrado por negros e mulheres em condições de subemprego.

Segundo Harvey, “o poder exclusivista dos sindicatos fortalecia sua capacidade de resistir a perdas de habilidades, ao autoritarismo, à hierarquia e à perda de controle no local de trabalho” (1994: 132 - 133). Nesse sentido, na medida em que defendiam interesses corporativos, isto é, serviam aos interesses estreitos de seus membros e abandonavam projetos

²⁴ É fundamental, neste ponto, enfatizar que o conjunto de reivindicações, isto é, “(...) as convenções coletivas e a previdência social não foram ‘conquistas do fordismo’, e sim, conquistas operárias: o preço do sangue de Adalen, na Suécia, das lutas do novo sindicato CIO, sob Roosevelt, o preço de sangue da Resistência francesa ou italiana, da tenacidade da classe operária britânica sob o Blitz. Conquistas estendidas pelos vencedores da guerra, ao Japão e à Alemanha, contra o renascimento do bloco militarista-industrial. O fordismo nasceu do encontro desse avanço social com a reflexão de uma fração do patronato; os pensadores que teorizaram esse encontro (Beveridge, Grã Bretanha; Pierre Massé ou Bloch-Lainé, na França) não foram os criadores do movimento (mesmo que, às vezes, tenham sido os arquitetos da institucionalização desse encontro)” (Lipietz, 1991: 33).

“O novo modo de regulação, apropriado a um novo modelo de desenvolvimento, foi o produto de lutas sociais nacionais, no quadro de uma competição mundial e sangrenta com os modelos fascistas e estalinista. É, aliás, por isso que as instituições reguladoras conheceram graus diferentes de desenvolvimento, segundo os países. Por exemplo, depois da guerra e do período Roosevelt, os EUA sofreram um nítido retrocesso, com a Guerra Fria e o macarthismo. Mesmo as reformas de Kennedy e de Johnson (que foram nos anos 80 o alvo de Reagan) não forneceram ao povo

mais radicais, como por exemplo, a construção do socialismo, eram censurados freqüentemente pelas minorias excluídas, pelas mulheres e pelos desprivilegiados e, assim, deslegitimados diante da opinião pública, sendo acusados de atingir tão só os interesses de um fragmento da população - a população assalariada do fordismo, predominantemente branca, masculina e sindicalizada.

E, a respeito do papel do Estado, Harvey vai colocar:

“O Estado agüentava a carga de um crescente descontentamento, que, às vezes, culminava em desordens civis por parte dos excluídos. No mínimo, o Estado tinha de tentar garantir alguma espécie de salário social adequado para todos ou engajar-se em políticas redistributivas ou ações legais que remediasses ativamente as desigualdades, combatessem o relativo empobrecimento e a exclusão das minorias. A legitimação do poder do Estado dependia, cada vez mais, da capacidade de levar os benefícios do fordismo a todos e de encontrar meios de oferecer assistência médica, habitação e serviços educacionais adequados em larga escala, mas de modo humano e atencioso. Os fracassos qualitativos nesse campo eram motivo de inúmeras críticas, mas, no final, é provável que os dilemas mais sérios fossem provocados pelo fracasso quantitativo. A condição de fornecimento de bens coletivos dependia da contínua aceleração da produtividade do trabalho no setor corporativo. Só assim o Estado keynesiano do bem-estar social poderia ser fiscalmente viável” (Ibid.: 133).

Portanto, o Fordismo sustentou-se num pacto social entre capitalistas, assalariados - via sindicatos - e Estado. O acordo entre capitalistas e assalariados dava-se em termos, segundo os quais, os trabalhadores obedeciam a condições intensivas de trabalho para obter maior produtividade, sem colocar isto em questão. Os capitalistas, por sua vez, garantiam a redistribuição relativa dos ganhos de produtividade aos assalariados. O Estado burguês, caracterizado agora como “Estado de Bem-Estar” (*Welfare State*) focalizava a sua intervenção, garantindo uma série de benefícios sociais, tais como: legislação social sobre o salário mínimo, seguro desemprego, sistema de previdência social e outras políticas sociais como moradia, saúde, educação, etc., para o conjunto da população.

As bases do “compromisso fordista” sustentava-se, portanto, nos seguintes elementos:

americano uma previdência social equivalente à da Europa do norte. Quanto à França, só chegou à consumação do fordismo nos acordos de Grenelle em junho de 1968” (Ibid.: 34).

* Uma legislação social referente ao salário mínimo, à generalização das convenções coletivas, induzindo todos os patrões a conceder aos assalariados ganhos anuais de poder aquisitivo correspondentes ao crescimento da produtividade nacional;

* Um “Estado-providência, um sistema de previdência social desenvolvido, permitindo aos assalariados (e, de fato, a toda a população) continuar como consumidores até no caso de estarem impedidos de “ganhar a vida” por caso de doença, aposentadoria, desemprego, etc.; e,

* Uma moeda de crédito (isto é, pura moeda de papel) emitida pelos bancos privados, em função das necessidades da economia (e não mais em função do estoque de ouro disponível), mas sob controle dos bancos centrais, (Cf., Lipietz, 1991: 32 - 33).

Segundo Coriat, o Estado Plano que emerge da proposta keynesiana tem como pilar essencial a *política do trabalho e o salário*, que visa, como tendência, atingir três objetivos fundamentais:

1- A fixação de um marco jurídico-legal, consistente de um conjunto de regras e normas sobre a mesma “relação de exploração” (duração do trabalho, horas extraordinárias, trabalho infantil, salário, etc.).

2 - A instauração do salário indireto (pensões, auxílio-doença, aposentadoria), para repartir, de outro modo, os benefícios concernentes às condições mercantis e não-mercantis de reconstituição da força de trabalho, com o fim de assegurar, sobre uma base duradoura, a existência de uma mão-de-obra “barata” da qual necessita a grande indústria.

3 - A estruturação inteiramente nova da assistência aos desempregados e acidentados, já concebida não como um sistema de ajuda aos mais necessitados, mas como um meio de incorporação e controle das forças de trabalho, visando mantê-las “em reserva” para a produção capitalista e o salariado, (Cf., para maiores detalhes; Coriat, 1985: 99 e ss.).

A partir deste conjunto de colocações, podemos vislumbrar que, o Estado-Plano keynesiano não foi destinado somente aos trabalhadores ativos e seus familiares. Mattoso chama a atenção, a este respeito, dizendo que os benefícios do *Welfare State* fez-se extensivo àqueles considerados inativos economicamente, sob a instituição de salários indiretos (salários

familiares, doença e aposentadoria) e foi reformulada a assistência aos desempregados e acidentados:

“O período de maior prosperidade do capitalismo caracterizou-se pela implementação de pensões familiares, indexação de esquemas de pensões e benefícios relacionados aos rendimentos e por uma grande expansão de cobertura e do nível dos aportes aos desempregados. Estas formas do *Welfare*, se bem tenham sido resultado de lutas e consolidarem um direito conquistado, também se constituíram em mecanismos econômicos e de preservação da mão-de-obra necessária à grande indústria”. Esta forma de salários indiretos não era mais concebida como um simples sistema de ajuda aos mais despossuídos, mas como meio de assegurar a incorporação e controle da força de trabalho ‘em reserva’ para a produção capitalista e de se constituir uma política anti-cíclica capaz de erigir, nos períodos de redução da atividade produtiva, um dique ao aprofundamento recessivo” (Mattoso, 1996: 45 - 46).

O alvo deste conjunto de políticas sociais visava atingir dois objetivos fundamentais: manter força de trabalho “em reserva” necessária à grande indústria e, através das negociações coletivas, conter e neutralizar os antagonismos de classe.

No contexto internacional, a economia mundial nunca atingiu um nível equivalente de desenvolvimento. O fordismo de pós-guerra tornou-se dominante nos países da OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômicos), com exceção da Turquia, mas incluindo a Finlândia, considerado um dos “países menos avançados” do pré-guerra. Também, desse regime, foi excluída a maioria dos países do Terceiro Mundo, os quais, por essa razão, se viram marginalizados, durante os anos 50, em relação ao comércio dos bens industriais. O desenvolvimento desigual e combinado passava, nesse momento, pela não-industrialização destes países.

Um comércio, de modo “semilivre”, instituiu-se entre o conjunto das nações fordistas, as quais encontravam, em si mesmas, o principal mercado. Não obstante, o volume dos produtos industriais trocados sofreu um crescimento acelerado. Surgiu, portanto, para os capitalistas, a necessidade de uma regulação do comércio mundial e, sobretudo, de uma moeda internacional: “A resposta a este problema foi a aceitação do dólar como moeda mundial de crédito, e a regulação das balanças comerciais através da mudança de paridade de moedas, bem como das políticas nacionais de ‘resfriamento’ dos mercados internos” (Ibid.: 46).

Uma vez vencidos a Alemanha e o Japão, vão se desenvolver dois movimentos que dominam o imediato pós-guerra e são determinantes para o conjunto do período:

- 1) O fracionamento do mundo em dois blocos, um dominado pelos EEUU, o outro dominado pela URSS;
- 2) O processo de descolonização.

A URSS torna-se uma grande potência mundial. O processo de industrialização, ali ocorrido, privilegiou os esforços militaristas da burocracia estalinista, sem levar em consideração o desenvolvimento do departamento de bens de consumo. Apesar dos enormes sacrifícios e destruições da guerra, a partir de 1950, o índice da produção industrial avança consideravelmente. A URSS está presente, por intermédio de seu exército, no conjunto dos países da Europa central.

Através do Plano Marshall (1947), criado para fazer frente à “ofensiva” comunista, os EUA financiaram a reconstrução das indústrias, tanto da Europa quanto do Japão, ajudando também, a recompor a sua capacidade exportadora com o objetivo de ganhar aliados, possibilitando mercados produtivos, promovendo, assim, simultaneamente, a consolidação do modo de produção capitalista e impedindo o avanço das ideologias e das práticas do chamado “socialismo real”.

Após a reconstrução, o elenco dos países capitalistas conhece um notável período de crescimento e prosperidade, sobretudo, em torno de um progresso simultâneo da produção e do comércio industrial. Nesse sentido, por maior que tenha sido a magnitude das destruições da Segunda Guerra Mundial, o esforço de guerra, o crescimento da mobilização dos trabalhadores com vista na produção, a sistematização dos métodos da Organização Científica do Trabalho e o crescimento nos níveis de produtividade foram tais que, neste período (em cerca de um quarto de século) - conforme dados fornecidos por Beaud (1989) - a taxas do crescimento atingem 5,6% ao ano, em média, para a produção industrial, e 7,3 % para os intercâmbios comerciais.

A URSS, vai estabelecer, desde o fim dos anos 40, sólidos vínculos de caráter político, econômico e militar, principalmente, com as chamadas democracias populares da Europa.

Assim, organizam-se os dois grandes blocos dominantes: o mundo capitalista, ontem dominante, descobre, após a Revolução Bolchevique, que o planeta já não lhe pertence, que matérias-primas e mercados já não lhe são acessíveis, que existe um outro modo de acumulação e de industrialização, fundamentado sobre a apropriação coletiva dos meios de produção, sobre o planejamento, sobre a direção e a coação do Estado. As duas grandes potências - capitalista e a, autoproclamada, “socialista”- dominam, agora, partes do planeta.

Neste contexto, é preciso salientar que a expansão da Revolução Russa transforma-se em referência internacional para o conjunto do movimento operário.

Neste quadro mundial, o peso do mundo capitalista desenvolvido continua predominante: três quintos da produção industrial e dois terços do comércio mundial. Os EUA dominam um terço da produção industrial mundial. O que não impede que outro modo de acumulação e de industrialização esteja em andamento, com sua eficácia própria, nos países coletivistas de Estado. Também, afirma-se uma tendência para a industrialização dos países do Terceiro Mundo como resposta e saída, em parte, ao processo de internacionalização dos grupos industriais dos países capitalistas desenvolvidos assim como, produto de iniciativas -privadas ou estatais - próprias a esses países, (Cf., para maiores detalhes; Beaud, 1989: 312 e ss.).

Nasce o chamado Terceiro Mundo “através do forte processo de descolonização engendrado pela guerra, pelo fortalecimento de novas burguesias, de nova intelectualidade, pela conscientização do caráter insuportável e não inelutável da dominação colonial, pela vontade de independência, em muitos casos, de caráter nacional” (Ibid.: 304 - 305). Em relação aos países do Terceiro Mundo, não houve Plano Marshall, nem coisa que o valha, apesar das tentativas da “Aliança para o Progresso” promovida por Kennedy. Houve sim, sobretudo no contexto dos países latino-americanos, um desencadeamento de ditaduras militares originadas por uma série de golpes de Estado, apoiados pelos EUA, orientados à repressão das possibilidades de penetração comunista nestes países, alertados pela experiência da revolução cubana. Na região, a onda revolucionária que se seguiu à Revolução Cubana teve, como resultado, a ofensiva militar: em 1964, no Brasil; em 1971, na Bolívia; em 1973, no Chile; em 1974, no Uruguai; em 1976, na Argentina; enfim, um efeito dominó de golpes militares e sangrentos expurgos que destruíram os movimentos populares de massa, assassinando - via tortura sistemática - e

dispersando centenas de milhares de ativistas, e dizimando a esquerda revolucionária. Mediante esta estratégia imperialista, nos países latino-americanos, então considerados países em vias de desenvolvimento, foram destruídas as escassas possibilidades de um desenvolvimento relativamente autônomo.

Em todo este movimento geral de crescimento, acentua-se a desigualdade em escala mundial. Assim, o capitalismo, desde as suas origens, vai desenvolvendo um processo de internacionalização, desigual e combinado, onde a brecha entre os países avançados e os países do Terceiro Mundo começa a se tornar relevante. Sobre estas últimas questões, voltaremos-nos mais detidamente no capítulo IV.

Em síntese, até 1945, o fordismo, ainda em fase de consolidação, e, portanto, carente de um aparato institucional apropriado, posteriormente desenvolvido pelo chamado Estado interventor de tipo *Welfare State*, (o fordismo ainda “inacabado”) contornava as crises através de desvalorizações selvagens, como as alcançadas nos anos 30 e 40. Após 1945, e até como uma das conseqüências mais relevantes do detalhado planejamento da época de guerra, com o fordismo já consolidado, instituiu-se um forte sistema de controle macrossocial que dosava o ritmo da mudança tecnológica e organizacional (por meio do monopólio corporativo), restringia a luta de classes (por intermédio da negociação coletiva e das formas de intervenção do Estado) e equilibrava, aproximadamente, a produção e o consumo de massa através do gerenciamento estatal. A este complexo dinâmico que caracterizaria o período do pós-guerra, nos países do capitalismo desenvolvido, denominamos ordem hegemônica fordista keynesiana.

Temos, portanto, um modelo que se caracteriza pela concentração em torno de determinados setores industriais fundamentais, dominados por grandes monopólios que empregavam uma mão de obra numerosa e predominantemente masculina, branca e sindicalizada. A produção era dirigida para um mercado anônimo e concentrada na produção de bens em massa - estandardizados - para um público consumidor passivo. Havia uma gestão macroeconômica da sociedade por meio de políticas monetárias, fiscais e sociais, sobretudo na área de previdência e assistência social, da educação, da moradia, da saúde, de políticas de renda e de controle de demanda. Além disso, capitalistas e trabalhadores negociavam a distribuição da riqueza produzida através de acordos que procuravam combinar o máximo de

produtividade e intensidade de trabalho com salários crescentes. Neste conjunto de tendências, objetivou-se o chamado “compromisso fordista”, o qual realizava a ligação entre produção de massa crescente e consumo de massa crescente.

No pós-guerra, o fordismo foi acolhido pelo mundo inteiro como o *american way of life*, uma nova forma de vida baseada no consumo de massa.

Compreendemos o período fordista como um processo de construção da hegemonia que respondeu às crises do capital. Um mecanismo de contratendência que instala uma nova fase da racionalidade capitalista, articula processo de produção imediata e, decorrentemente, realiza um processo de reprodução social dos sujeitos envolvidos neste contexto. O fordismo traz consigo uma nova organização social correspondendo a uma determinada configuração das forças produtivas, nas quais as classes subalternas e, especificamente, a classe operária emergente é incorporada ao projeto da classe dominante. Os aparelhos de hegemonia são assim orientados - como no caso da forma do chamado *Welfare State*- a neutralizar, através de um conjunto de negociações coletivas, o processo de luta de classes, tanto no nível nacional quanto internacional. No próximo ponto, onde tentaremos fazer uma análise dos textos gramscianos referentes a “*Americanismo e Fordismo*”, poderemos tornar mais clara a questão do fordismo como uma forma de hegemonia do modo de produção capitalista, identificando claramente aquilo que Gramsci chamou de *revolução passiva*. Assim, este processo de *hegemonia* que, claramente, identifica-se a um processo de *revolução passiva*, nasce da fábrica mas , ao mesmo tempo, extrapola o espaço fabril.

O fordismo não se desenvolveu de igual maneira em todos os países desenvolvidos: cada país teve a sua particularidade no modo de apropriação deste momento da “racionalidade capitalista”. Harvey vai colocar que,

“(…) o notável é a maneira pela qual governos nacionais de tendências ideológicas bem distintas - gaullista, na França; trabalhista, na Grã Bretanha; democrata-cristão, na Alemanha Ocidental. etc. - criaram padrões materiais de vida através de uma combinação de estado do bem-estar social, administração econômica keynesiana e controle de relações de salário. É claro que o fordismo dependia da assunção pela nação-Estado - como Gramsci previra - de um papel muito especial no sistema geral de regulamentação social ” (1994: 130).

Sob o comando do poder econômico e financeiro dos EUA, baseado fundamentalmente no domínio militar, o fordismo disseminou-se desigualmente pelos diferentes Estados nacionais na medida em que cada Estado estava condicionado por uma posição determinada na hierarquia da economia mundial. Aliás, as diferenças culturais e sociais, as relações de forças políticas em cada país, assim como, o nível de desenvolvimento econômico foram determinantes na recriação do fordismo em cada particularidade e especificidade de cada estado nacional. Nesse sentido, a difusão daquele fordismo que transcende as fronteiras da América para os países europeus ocidentais e para o Japão, no pós Segunda Guerra Mundial, estabelece-se de maneira específica, assumindo conotações particulares em cada nação.

Este padrão de acumulação chega à sua maturidade e se consegue manter, mais ou menos firme, até a década dos 70.

II.6 - AMERICANISMO E FORDISMO DE A. GRAMSCI

Gramsci analisa o americanismo estreitamente ligado a processos reais, mais especificamente, à íntima relação existente entre processos produtivos e processos de reprodução social e cultural. Ele o interpreta, todavia, como parte integrante e constitutiva das formas de revolução passiva; como formas de atualização da racionalidade burguesa. Este conjunto de problemas é abordado, por Gramsci, nos textos relativos a *Americanismo e Fordismo*, onde privilegia o questionamento da desigualdade de desenvolvimento do capitalismo (relação Europa - EUA) e o surgimento de novas formas de estruturação do sistema capitalista de produção e de consumo.

Gramsci desmascara a dimensão multifacetária que envolve o fordismo como sistema capitalista que está na integridade e na cotidianidade da vida americana.

Neste sentido, em primeiro lugar interessa-nos aprofundar como ele percebeu o americanismo e o fordismo; como entendeu esse binômio inseparável, *americanismo* como modo de organização das relações sociais, humanas, culturais; *fordismo*, como forma particularmente desenvolvida de organização do trabalho no contexto da produção imediata (entendido como taylorismo, produção em série, etc.). Por outra parte, compreender qual o

contexto deste processo e quais as possibilidades de construção da hegemonia das classes subalternas frente à situação de correlações de forças que Gramsci visava.

No contexto desse dispositivo instrumental da *filosofia da práxis* é que Gramsci aborda *Americanismo e Fordismo*, na busca permanente de recuperar a intervenção estratégica do marxismo. E vai abordá-lo, tendo em vista quais seriam as “(...) condições em que se poderia operar a hegemonia proletária e, ao mesmo tempo, como se conduziria a ampliação do movimento comunista no plano internacional, dada a atual correlação de forças delineada por aquelas mudanças” (Tude de Souza, 1992: 3).

Gramsci constrói os ensaios sobre *Americanismo e Fordismo* em torno de duas grandes problemáticas de caráter estrutural: por um lado, a *emergência de um novo padrão de relações industriais e de acumulação* no contexto do capitalismo; por outro lado, *as necessidades abertas pela Revolução de Outubro e a construção do socialismo, na Europa do Leste* (Ibid.)²⁵.

Gramsci vai analisar estas novas estratégias de acumulação do capital a partir do estabelecimento dos métodos de controle taylorista/fordista. Ele vai demonstrar que “(...) o americanismo e fordismo derivam da necessidade imanente de organizar uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que assinalam exatamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática” (Gramsci, 1976: 375 - 376).

Algumas das questões que Gramsci se propõe problematizar nos textos relativos a “Americanismo e Fordismo” são as seguintes:

“(...) substituição da atual camada plutocrática por um novo mecanismo de acumulação e distribuição do capital financeiro baseado diretamente na produção industrial; o problema sexual; ver se o americanismo pode determinar um desenvolvimento gradual do tipo, já examinado, das ‘revoluções passivas’ próprias do século passado, ou se, ao contrário, representa apenas a acumulação molecular de elementos destinados a produzir uma ‘explosão’, uma transformação de tipo francês; problema da ‘racionalização’ da composição

²⁵ Economia Programática envolvia para Gramsci, fundamentalmente, o controle proletário do processo de trabalho, assim como, também, sobre o processo capitalista - produção e a apropriação da mais-valia. (Annunziato, 1989)

demográfica européia; ver se o desenvolvimento deve ter o seu ponto de partida no interior do mundo da indústria e da produção, ou se se pode verificar a partir do exterior, através da construção cautelosa e maciça de uma estrutura jurídica formal que oriente de fora o processo de desenvolvimento necessário do aparelho da produção; problema dos chamados ‘altos salários’ pagos pela indústria fordizada e racionalizada; o fordismo como ponto extremo do processo de tentativas sucessivas da indústria para superar a lei tendencial da taxa de lucro; a psicanálise (sua grande difusão no pós-guerra) como expressão da crescente coerção moral exercida pelo aparelho estatal e social sobre os indivíduos das crises de depressão que esta coerção determina” (Ibid.: 376).

A problemática abordada em *Americanismo e Fordismo*, “exprime de modo bastante preciso as formas de revolução passiva e de guerra de posição, tal como estas se assentaram na história recente da sociedade americana:

- a racionalização do trabalho como expressão da mudança de escala dos investimentos industriais, ora voltados à produção em massa e subordinados ao capital financeiro; a ‘organização de uma economia planejada’ que desse sustentação a ‘um movimento progressista’ no interior do qual se deveria ‘manipular e racionalizar’ as forças subalternas ou aliadas com a transição do ‘velho individualismo econômico para a economia planejada’ (Gramsci, 1976: 375 - 376);
- a montagem de toda uma vasta rede de aparelhos (públicos e privados) veiculadores de novas formas de controle das classes trabalhadoras, e particularmente de seu núcleo operário, na esfera da produção e da reprodução;
- a difusão e a inculcação de ideologias puritanas, assim como também, de uma forte religiosidade junto às novas camadas do proletariado urbano industrial;
- e, finalmente, a constituição de uma nova classe média integrada pelos quadros técnicos e gestores da produção racional, a qual passa a compor uma nova relação de forças no interior da sociedade nacional, e sobretudo no interior do salariado industrial norte-americano” (Tude de Souza, 1992: 6).

No contexto de crise orgânica do capitalismo mundial, Gramsci, consciente de que a crítica às alternativas abertas pelo fordismo, deveria possibilitar a reincorporação do elemento ético-político capaz de imprimir uma direção à luta pela emancipação proletária, pretende vislumbrar o novo equilíbrio de forças políticas. Com esta perspectiva, tanto teórica quanto prática, Gramsci abordou o fascismo, na Itália de Mussolini, e o industrialismo americano (de tipo fordista) como duas individualizações, dentre tantas outras, das formas extremas que pode

tomar a revolução passiva e a guerra de posições no mundo capitalista. A partir destas duas individualizações cristaliza-se a passivização das forças produtivas e são tomadas como individualizações históricas de uma grande estratégia do capital. Estas formas de revolução passiva são formas da contra-revolução.

O fundamental para Gramsci “foi compreender as estratégias de longo prazo empreendidas pelas classes dominantes italiana e norte-americana. Estratégias que visavam recompor a unidade entre as relações sociais de produção, as novas exigências de acumulação do capital - então francamente comprometidas pela queda tendencial da taxa de lucro²⁶- e seus aparelhos de hegemonia” (Tude de Souza, 1992: 6). Neste sentido, *americanismo* e *fordismo* podem ser interpretados como uma resposta capitalista de contratendência à queda tendencial da taxa de lucro, como a mais orgânica e intencional saída capitalista da Grande Depressão de 30, de sistemática intervenção no processo de produção imediata, enfim, como um processo de desenvolvimento da hegemonia burguesa, a partir, diretamente, da fábrica. Conseqüentemente, neste contexto de crise orgânica no Ocidente, a classe dominante visa reconduzir ao movimento operário como, também, ao conjunto das classes subalternas, ao terreno das lutas econômico - corporativas.

²⁶ “A lei [da queda tendencial da taxa de lucro] deveria ser estudada sobre a base do taylorismo e do fordismo. Não são estes dois métodos de produção e de trabalho tentativas progressivas para superar a lei tendencial, eludindo-a graças à multiplicação das variáveis nas condições do aumento progressivo do capital constante? As variáveis são as seguintes (entre as mais importantes; contudo, a partir dos livros de Ford, poder-se-ia construir um registro completo e muito interessante): 1) as máquinas continuamente introduzidas são mais perfeitas e refinadas; 2) os metais mais resistentes e de maior duração; 3) cria-se um novo tipo de operário especializado, com alto salário; 4) diminuição do desgaste no material de fabricação; 5) utilização cada vez maior de subprodutos sempre mais numerosos, isto é, economia de desgastes antes necessários, o que foi possibilitado pela grande amplitude das empresas; 6) utilização do desgaste de energias calóricas(...), etc. A seleção de um novo tipo de operário torna possível, através da racionalização taylorizada dos movimentos, uma produção relativa e absoluta maior do que a anterior, com a mesma força de trabalho. Com cada uma destas inovações, o industrial passa de um período de custos crescentes (isto é, a queda da taxa de lucro) para um período de custos decrescentes, na medida em que goza de um monopólio de iniciativa que pode durar muito tempo (relativamente). O monopólio dura muito tempo também por causa dos altos salários que estas indústrias progressistas ‘devem’ pagar se quiserem formar um operariado selecionado e se quiserem disputar com os competidores os operários mais predispostos - do ponto de vista psico-técnico - às formas de produção e de trabalho (...). A extensão dos novos métodos determina uma série de crises, cada uma das quais recoloca os mesmos problemas relativos aos custos crescentes, cujo ciclo pode repetir-se até o momento em que: 1) não se tenha atingido o limite extremo de resistência do material; 2) não se tenha atingido o limite na introdução de novas máquinas automáticas, isto é, a relação última entre homens e máquinas; 3) não se tenha atingido o limite de saturação da industrialização mundial, levando-se em conta a taxa do aumento da população (que, por outro lado, declina com o aumento da industrialização) e da produção para renovar os bens de consumo e os bens de produção. Portanto, a lei tendencial da

Para o caso do fascismo, a *revolução passiva*, nos termos de Gramsci, “(...) se verificaria no fato de transformar a estrutura econômica ‘reformisticamente’ de individualista em economia segundo um plano (economia dirigida), e o advento de uma ‘economia média’ entre a individualista pura e a segundo um plano em sentido integral, permitiria a passagem a formas políticas e culturais mais evoluídas sem cataclismas radicais e destruidores de modo exterminador” (Gramsci; citado por De Felice, 1978: 232). Neste sentido, segundo De Felice, o corporativismo seria o instrumento mediante o qual se realizaria esta “economia média” e, como tal, a sua avaliação não pode ser separada da análise do *americanismo*.

O Estado, sob o fascismo, torna-se simultaneamente, um instrumento legitimador da “dialética transformação-conservação” e, além de tornar-se em dispositivo reacionário e anti-operário, constitui-se, também, em gestor do processo de modernização do aparelho produtivo italiano, sem que este provoque mudanças sociais de caráter radical. Nesse sentido, o Estado fascista passa a ser um instrumento que tem um duplo objetivo: a defesa das camadas médias e a reestruturação capitalista e financeira, cristalizada numa forma de organização social, política e econômica, de caráter burguesa, que reproduz o conjunto de contradições gerais, no contexto do capitalismo italiano.

Uma das grandes preocupações de Gramsci é, através da sua obra, recuperar a capacidade de intervenção estratégica da teoria marxista, isto é, a *filosofia da práxis*, tendo em vista o conjunto das transformações produzidas pela emergência de uma nova estratégia política e ideológica de construção da hegemonia do novo bloco histórico então no poder, na América do Norte e na Itália, ambos suportados pela mobilização das massas (Tude de Souza, 1992). Neste sentido, é fundamental, as implicações de caráter político-estratégico que Gramsci pretende quando elabora a sua obra.

Portanto, *americanismo e fordismo* são entendidos por Gramsci como uma “nova” ordem política, econômica e social - no contexto do modo de produção capitalista - que teve muito a ver com decisões de caráter estatais e corporativas. Estas “novas” estratégias são implementadas, em princípio, por setores do patronato industrial, para ressaltar os conflitos

queda da taxa de lucro estaria na base do americanismo, isto é, seria a causa do ritmo acelerado no progresso dos métodos de trabalho e de produção e de modificação do tipo tradicional do operário” (Gramsci 1995: 246-247).

econômicos e culturais que germinaram na sociedade americana no período do pós-guerra. Cria-se, assim, em primeiro lugar, um novo modelo de relações industriais que tinha como objetivo reconstituir o trabalhador coletivo de acordo com as novas exigências da racionalidade produtiva e suas demandas por controle, eficiência e racionalidade. Gramsci atribui aos conceitos de *americanismo* e *fordismo* um caráter analítico e estratégico, como meio de designar determinadas situações em que a classe dominante organiza toda a vida nacional (social, cultural) construindo, em torno do Estado, um sistema de aparelhos de hegemonia (de caráter privados, semi-públicos e públicos) que constituem as diversas projeções da função de direção política, intelectual e moral na sociedade civil.

O americanismo foi visualizado por Gramsci como revolução passiva no sentido que houve uma restauração, ou em outros termos, uma reestruturação do capital com o objetivo último de conter o movimento operário, para, assim, manter a hegemonia da classe dominante, hegemonia do capital. A classe operária é incorporada ao projeto da classe dominante através de um conjunto de transformações, seja no cotidiano das classes subalternas, seja na reformulação dos mecanismos de representação sindical (reformulação do sindicalismo através da quebra dos sindicatos de ofícios) até conseguir que o proletariado pense para a ordem do capital.

Americanismo e *fordismo* tornam-se uma hegemonia reconstituída sobre a base da restauração - reorganização da produção, nesse sentido, é uma cristalização da estratégia de “guerra de posição”. Portanto, se bem houve um conjunto de reformulações e transformações decorrentes da intervenção do Estado e do papel dos monopólios, é preciso deixar claro que disto não resultou um novo “automatismo”, nem mesmo um novo “mercado determinado”. A nova dinâmica instaurada pelo fenômeno do *americanismo* e *fordismo* atuou como uma estratégia no sentido de reforçar, modificando e atualizando, as formas preexistentes das relações das forças sociais.

Gramsci, em *americanismo e fordismo*, vai desenvolver a tese de que “(...) a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano conforme um novo tipo de trabalho e de produção” (Gramsci, 1976: 382). Com a força da persuasão, o fordismo cria um novo tipo de trabalhador, fundamentado em condições políticas, econômicas e

culturais existentes ao interior da vasta formação da sociedade americana. É esta justamente, a hipótese que vai percorrer *americanismo e fordismo*, visando este fenômeno como uma nova “filosofia” - a partir dos novos métodos de trabalho - que penetra as múltiplas dimensões da vida americana. O americanismo reformula não apenas as práticas dentro da fábrica mas, sobretudo, reformula as condições de existência dos sujeitos envolvidos neste contexto. Neste sentido, como já o próprio Marx previra, a esfera da produção imediata do operariado industrial torna-se intimamente ligada à esfera de reprodução social deste sujeito coletivo emergente.

O fordismo inaugura uma nova lógica de relacionamento social e coletivo; atualiza um modo de vida regido pela racionalidade capitalista. Do mesmo modo que opera profundas transformações no seio do processo de trabalho e da produção, traz mudanças radicais nas condições de vida e de existência, no cotidiano das classes subalternas.

Americanismo e fordismo são decorrentes de um processo de racionalização que tem como objetivo intervir para modificar a relação existente entre os conjunto das camadas sociais com o processo de produção, reformular e tornar mais sadia a composição demográfica, redefinir os termos da divisão internacional do trabalho, escolhendo a mais rentável das possibilidades que esta divisão pode oferecer.

Gramsci percebeu que o *americanismo*, na sua forma mais acabada, exigia uma condição preliminar, que na América - ao contrário da Europa -, existia “naturalmente”. Esta “condição preliminar” consistia no fato de que, na América, havia uma “composição demográfica racional”, isto é, que praticamente não existiam classes numerosas sem uma função essencial na esfera da produção. Na Europa, um obstáculo real para o desenvolvimento do fordismo na sua forma mais acabada, seria, portanto, a existência de “classes parasitárias” e de “tradições históricas e culturais”, produto da “riqueza” e da complexidade da história que acompanhou o processo de conformação da cultura européia. Nesse sentido, decorrente da ausência ou escassez dessas sedimentações parasitárias, deriva a extraordinária capacidade da América de acumulação de capitais, assim como, também a existência de uma base social sadia favorável para incorporar o conjunto de atividades econômicas à própria atividade produtiva.

Por outro lado, o conjunto de movimentos iniciados por Ford em torno da linha de montagem vão ser julgadas, por Gramsci, como transformações que ainda estão em seu estágio inicial e como “modificações moleculares”, de carácter progressivo, que se originam a partir do desenvolvimento das forças produtivas, no contexto capitalista americano. Neste sentido, ele vai afirmar que:

“(…) na realidade, não se trata de novidades originais, trata-se somente da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, fase que apenas é mais intensa do que as precedentes e manifesta-se sob formas mais brutais, mas que também será superada com a criação de um novo nexu psicofísico de um tipo diferente dos precedentes e, indubitavelmente, superior. Verificar-se-á, inevitavelmente, uma seleção forçada, uma parte da velha classe trabalhadora será impietosamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court*” (Gramsci, 1976: 397).

Portanto, o conjunto de transformações implementadas com a linha de montagem foram concebidas por Gramsci como cristalizações das “modificações moleculares” já gestadas a partir do incipiente desenvolvimento das forças produtivas no contexto do industrialismo do fim de século XIX.

A experiência americana constitui-se numa resposta capitalista à sua crise, mediante a intervenção no processo de produção, possibilitando, assim, o desenvolvimento da hegemonia a partir, diretamente, do cotidiano da fábrica, promovida pela intervenção orgânica de certos intelectuais legitimadores da política e da ideologia dominante: “A hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (Ibid.: 382 - 383).

Gramsci vai insistir na dimensão “integral e multifacetária” que envolve o fordismo:

“Os novos métodos de trabalho estão indissolivelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro. Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: os inquéritos dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a ‘moralidade’ dos operários, são necessidades do novo método de trabalho. Quem risse destas iniciativas (mesmo falidas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita do

- ‘puritanismo’, estaria desprezando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o alcance objetivo do fenômeno americano, que é também o maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem” (Ibid.: 396).

Segundo Tude de Souza , nesta passagem, Gramsci,

“(…) indicava a visão de totalidade - ainda que não explicitamente consciente - que orientava os industriais americanos alinhados com estas iniciativas, chamando a atenção para o fato de que se tratava de um processo racional empreendido com a finalidade de difundir - através de um ‘novo trabalhador e um novo homem’ - uma nova ética coletiva, cuja contrapartida seria a emergência de uma nova classe trabalhadora” (Tude de Souza, 1992: 15).

Por outro lado, racionalizar a produção significa racionalizar o modo de viver, isto é, disciplinar o corpo e instalar a vida da fábrica no conjunto da sociedade. O fim último deste conjunto de modificações na estrutura do processo produtivo é a valorização do capital. Tal é a razão pela qual industriais, como Ford, interessavam-se pelas relações sexuais dos seus operários e pela “acomodação de suas famílias”:

“A aparência de ‘puritanismo’ assumido por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar a avaliações erradas; a verdade é que não é possível desenvolver o novo tipo de homem solicitado pela racionalização da produção e do trabalho, enquanto o instinto sexual não for absolutamente regulamentado, não for também ele racionalizado” (Gramsci, 1976: 392).

“Os novos métodos exigem uma rígida disciplina dos instintos sexuais (do sistema nervoso), um reforçamento da ‘família’ em sentido amplo (não desta ou daquela forma do sistema familiar), a regulamentação e a estabilidade das relações sexuais” (Ibid.: 394 - 395).

“Ligado ao do álcool, está o problema sexual: o abuso e a irregularidade das funções sexuais é, depois do alcoolismo, o inimigo mais perigoso das energias nervosas, e observa-se comumente que o trabalho ‘obsessivo’ provoca depravação alcoólica e sexual. As tentativas de Ford de intervir, com um corpo de inspetores, na vida privada dos seus dependentes e de controlar a maneira como gastavam os salários e o seu modo de viver, são um indício destas tendências ainda ‘privadas’ ou latentes, que podem se tornar, num determinado ponto, ideologia estatal, amparando-se no puritanismo tradicional, apresentando-se como um renascimento da moral dos pioneiros, do ‘verdadeiro’ americanismo, etc. O fato mais notável do fenômeno americano, no

que se refere a estas manifestações, é a separação que surgiu e que se acentuará cada vez mais entre a moralidade-costume dos trabalhadores e a moralidade-costume de outras camadas da população” (Ibid.: 398).

O conjunto de “iniciativas puritanas” propugnadas, primeiro por Taylor e posteriormente, mais enfaticamente por Ford, vai ter como finalidade conservar, fora do âmbito do trabalho, um determinado equilíbrio psico-físico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, espremido pelo novo método de produção.

Gramsci vai falar em termos de *criação de um novo nexo psico-físico*. “Fabricar o novo trabalhador supõe a criação de um novo homem, isto é, a destruição ativa de uma personalidade histórica” (Dias, 1996 b: 66).

A experiência americana taylor/fordista aprofundou consideravelmente “(...) formas preexistentes de subordinação do trabalho ao capital e se instaurou com o propósito de quebrar o poder de resistência dos trabalhadores”. Neste sentido, a quebra dos sindicatos de ofícios, “que era a expressão corporativa da propriedade dos ofícios qualificados, era uma necessidade vital para o capitalismo americano” (Ibid.).

O fordismo era visto por Gramsci como um arma política habilmente usada pela classe dirigente para neutralizar e anular as organizações de combate da classe operária, construindo, ao mesmo tempo, um novo perfil de trabalhador coletivo, a partir do qual, se erigiu uma nova classe operária e uma nova classe média. Isto trouxe como consequência uma nova configuração das relações entre intelectuais e massa no processo de construção da hegemonia burguesa.

Ora, todo tipo de acumulação precisa de um aparelho ideológico que legitime as suas formas de agir. Gramsci vai ser muito explícito nisto quando coloca que “(...) a americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a vontade de decidi-la e de criá-la) e um determinado tipo de Estado” (Gramsci, 1976: 388). Neste sentido, é importante ressaltar a previsão de Gramsci a respeito da maneira como o fordismo dependia, fundamentalmente, da assunção dos estados nacionais no seu papel de regulamentação social. Gramsci vai dizer:

“O Estado é o Estado liberal, não no sentido do liberalismo alfandegário ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que alcança através de meios próprios, como ‘sociedade civil’, através do próprio desenvolvimento histórico, o regime da concentração industrial e do monopólio” (Ibid.).

O fordismo, em termos de Gramsci, foi aquela forma de hegemonia que soube combinar coerção (liquidação do sindicalismo operário de base territorial) e consenso (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima) para, finalmente, basear toda a vida nacional na produção:

“A adaptação aos novos métodos de produção e de trabalho não se pode verificar apenas através da coação social... A coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consentimento, e isto pode ser obtido nas formas adequadas de uma determinada sociedade, por uma maior retribuição que permita um determinado nível de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de trabalho” (Ibid.: 404 - 405).

Ora, Gramsci vai ressaltar que a indústria americana que paga altos salários desfruta do monopólio que lhe foi proporcionado pela primazia na implantação dos novos métodos de trabalho. Portanto, aos lucros de monopólio, correspondem os salários de monopólio. Mas o monopólio será, necessariamente, primeiro limitado e, logo destruído pela difusão dos novos métodos na sua integridade e, conseqüentemente, desaparecerão os lucros elevados, e também os altos salários.

Americanismo e fordismo são concebidos por Gramsci como *revolução passiva* e como modernização conservadora, recriando uma “nova racionalidade” sobre a matriz da “velha racionalidade”.

Finalmente, Gramsci vai colocar o seguinte problema: Existiria em América uma nova civilização, uma nova cultura? Como resposta a esse assunto, o marxista italiano, vai salientar que o fenômeno de americanismo e fordismo não podem ser considerados como uma nova civilização pelo simples fato de que nada mudou no caráter e nas relações dos grupos fundamentais. *Americanismo e fordismo* trata-se, portanto, “apenas de um prolongamento orgânico e de uma intensificação da civilização européia, que adquiriu uma nova pele no clima

americano” (Gramsci, 1976: 412). *Americanismo* e *fordismo* são concebidos por Gramsci como uma das experiências mais claras e mais elevadas de *revolução passiva*.

CAPITULO III

**A CRISE CONTEMPORÂNEA E A
DECORRENTE “REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA” DO CAPITALISMO NAS
ARGUMENTAÇÕES “PÓS-FORDISTAS”.**

“Com a subordinação real do trabalho no capital efetua-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e operário.[...] Desenvolvem-se as ‘forças produtivas sociais do trabalho’ e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. Por um lado, o ‘modo capitalista de produção’, que agora se estrutura como um modo de produção ‘sui generis’, origina uma forma modificada da produção material. Por outro lado, essa modificação da forma material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja forma adequada corresponde, por consequência, a determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do trabalho” (Marx, *Capítulo Inédito de O’Capital*).

III. 1 - NOTAS PRELIMINARES

No decorrer das duas últimas décadas, a crise do capitalismo como sistema mundial de produção, tem introduzido profundas transformações tanto na esfera na produção imediata, quanto na esfera da reprodução social. Assim, tem-se perfilado mutações nas formas de organização estatal, cristalizada em reformulações das estratégias políticas, econômicas e sociais no contexto do capitalismo contemporâneo.

No interior destas mutações, todo um leque de novas teorias surgiu, segundo Clarke (1991), para articular as oportunidades estratégicas que se supõe que as recentes mudanças econômicas estejam abrindo para a social-democracia. Assim, certos autores²⁷, procuraram analisar um novo automatismo para o capitalismo contemporâneo em crise. Para estes autores,

o capitalismo estaria engendrando, a partir de seu processo de crise e reestruturação, as bases materiais e sociais viabilizadoras de um “novo padrão de acumulação” através de inovações nos métodos de produção e de controle do trabalho. Os “novos métodos de produção” comportariam mudanças tanto na esfera tecnológica quanto na organizacional e estariam baseadas na combinação de novas tecnologias de base computacional (automação, robótica, microeletrônica), novas formas de organização social da produção e novos padrões de demanda e de consumo coletivo.

Este “novo padrão de acumulação” estaria identificado com vários nomes, tais como: “neofordismo”, para Aglietta; “especialização flexível”, para Piore e Sabel; “neo-industrialização”, para Kern e Schumann; “onhismo”, “toyotismo”, para Coriat - fazendo referência ao modelo japonês. Para o conjunto destas teorias, a crise contemporânea é identificada e reduzida à crise ou de um “padrão de acumulação”, como é o caso da Teoria da Regulação; ou à crise da sociedade industrial produtora de bens padronizados, como torna-se mais claro na leitura de Piore e Sabel. Assim, a crise contemporânea do capitalismo é a mais clara expressão do esgotamento do paradigma tecnológico identificado com a linha de montagem e a produção em série voltada para o consumo de massa.

Segundo Clarke, estas novas teorias que tentam explicar a fase atual do capitalismo, apesar de consideráveis diferenças teóricas e políticas, tem em comum o fato de que se baseiam na crítica sociológica da teoria liberal do mercado. Nas palavras do autor:

“Para todas elas, um maior crescimento econômico só é possível dentro de uma determinada estrutura institucional reguladora, capaz de reconciliar o crescimento com a harmonia social. Nenhum desses teóricos explica por que o processo competitivo não funciona, ou de que maneira as alternativas que eles propõem poderiam substituí-lo” (Clarke, 1991: 118 - 119).

Mas Clarke acrescenta que os autores identificados às argumentações ‘pós-fordistas’ concordam que não existe um *único* modelo de regulação, mas sim uma série de alternativas, mais ou menos limitadas pelas condições das formas de produção dominantes. Concordam também que o *boom* do pós-guerra e a hegemonia social-democrata da década de 1960

²⁷ Principalmente: Aglietta (1979), Hirst e Zeitlin (1989), Piore e Sabel (1984)

fundamentou-se numa forma de produção definida, em geral, como “fordista”. Assim, a crise da social-democracia dos anos 1970 foi uma expressão do colapso dos modos fordistas de regulação, como resultado da crise da produção fordista. Por fim, há um consenso cada vez maior de que, nos anos 90, irão ser forjados novos modos de regulação, adequados a novas formas de produção, que definem tanto os limites como as oportunidades para as novas estratégias políticas. Estas novas formas de produção ainda não estão claras, e as formas de regulação que se adequam a elas ainda precisam ser determinadas. Entretanto, o pós-fordismo já estaria se esboçando.

O processo de reestruturação produtiva em curso gestado a partir dos anos 70 seria um sinal - segundo os autores que defendem as argumentações “pós-fordistas” - da emergência de um novo modo de desenvolvimento capitalista, produto de uma ruptura - em alguns casos, radical - com os antigos modos de desenvolvimento baseados na produção em grande escala e no consumo de massa.

De acordo com as argumentações “pós-fordistas”, a subsequente “crise do fordismo” conduz à fragmentação econômica, social e política a partir da qual deve surgir um novo padrão “neo-fordista”, “pós-fordista”, através de mudanças nos métodos de produção. Assim, Clarke continua a perfilar as atuais mutações do universo produtivo, conforme é postulada pelas novas teorias, colocando que a saturação dos mercados de massa faz surgir uma crescente diferenciação dos produtos, com uma nova ênfase no estilo e/ou na qualidade. Produtos mais diferenciados exigem turnos de trabalhos mais curtos, e portanto unidades de produção menores e mais flexíveis. Novas tecnologias fornecem os meios pelos quais se pode realizar vantajosamente esta produção flexível. Entretanto, essas novas formas de produção têm implicações profundas. Uma produção mais flexível requer máquinas e ferramentas mais flexíveis e de finalidades genéricas, e, além disso, operários “polivalentes”, altamente qualificados, para operá-las. Uma maior qualificação e flexibilidade exige que os operários tenham um grau mais alto de responsabilidade e autonomia. Uma produção mais flexível também exige formas mais flexíveis de controle da produção e requer o desmantelamento das burocracias corporativas. Os interesses de uma força de trabalho mais diferenciada não podem mais ser eficazmente representados por sindicatos e partidos políticos fordistas, monolíticos e

burocráticos. São necessários acordos descentralizados para negociar sistemas de pagamento mais complexos e individualizados, que recompensam a qualificação e a iniciativa. A diferenciação do trabalhador de massa leva ao surgimento de novas identidades que não são mais definidas ocupacionalmente, mas, sim, articuladas no consumo idiossincrático, em novos estilos de vida e novas formas culturais, que reforçam a demanda por produtos mais diferenciados. Este conjunto de mutações vai ameaçando as velhas identidades políticas e a subjetividade das classes trabalhadoras. As necessidades de bem-estar, saúde, educação e treinamento de uma força de trabalho diferenciada não podem mais ser satisfeitas por um *Welfare State* burocrático e padronizado, mas apenas por instituições diferenciadas, capazes de responder, de maneira flexível, às necessidades individuais.

Segundo Clarke, este conjunto de mudanças nas forças produtivas e nas estratégias políticas não são inevitáveis, como argumentam alguns. Embora o conjunto das propostas “pós-fordistas” prometa criar as condições para a prosperidade e a harmonia social, ao mesmo tempo que oferece novas oportunidades para a realização humana e o controle democrático, não há garantia de que tal utopia possa ser alcançada no momento imediato. A realização do projeto fordista levou, praticamente, meio século e teve de superar oposições políticas durante todo o seu percurso. Hoje, as *forças sociais*²⁸ e políticas ainda vinculadas à velha ordem inibem o surgimento do “pós-fordismo”.

A hipótese que pretendemos aqui defender é que as “novas formas de controle do trabalho” identificadas às formas organizacionais do chamado padrão de acumulação flexível, constituem um novo patamar da subordinação do trabalho ao capital. Já Marx constatou em *O Capital*, que os processos de trabalho ligados ao surgimento da manufatura revelavam-se como uma forma mais desenvolvida da precedente subsunção dos históricos processos de trabalho, ao capital.

²⁸ “Os sindicatos burocratizados não estão dispostos a abandonar seu poder e seus privilégios, assim como os empresários e funcionários também não estão. Os fabricantes de produtos de massa reagem à competição manipulando seus produtos, procurando criar a impressão de diferenciação através do *marketing* e da embalagem, e não de novas concepções e de uma produção flexível. Assim, o pós-fordismo não retrata um futuro inevitável, mas define um projeto político. Seu apelo ideológico vem do fato que, como lhe falta qualquer fundamento social significativo, ele baseia suas reivindicações na sua necessidade histórica” (Clarke, 1991: 121).

“As modificações que se operarem nestes *processos de trabalho* tradicionais que caíram na sua alçada só podem ser *conseqüências* paulatinas da prévia subsunção de determinados processos de trabalho tradicionais no capital. Não é por o trabalho se tornar mais intenso ou por se prolongar a duração do processo de trabalho; nem é por o trabalho ganhar maior continuidade e, sob o olhar interessado do capitalista, mais ordem, etc., que se altera em si e para si o caráter do processo real de trabalho, do modo real de trabalho. Surge nisto, pois, um grande contraste com o *modo de produção especificamente capitalista* (trabalho em grande escala, etc., que, como indicamos, se desenvolve no decurso da produção capitalista e *revoluciona* não só as relações entre os diversos agentes da produção, mas também simultaneamente o caráter desse trabalho e a modalidade real do trabalho no seu conjunto” (Marx, 1969: 89).

Indagar e problematizar as chamadas teses ou argumentações “pós-fordistas” como estratégias de saída para a crise contemporânea do capitalismo e a forma como estão se perfilando as novas tendências no chamado “mundo do trabalho” é o objetivo desse capítulo. Concomitantemente, pensar em que medida essas “novas tendências” são radicalmente novas ou, se, ao contrário, são “novas formas de controle do trabalho” como resposta à crise contemporânea do capitalismo que se cristalizaria, ao mesmo tempo, em uma recriação das velhas estratégias, assumindo formas diferentes na atual conjuntura, é também o foco da nossa análise.

III.1.A - CRISE CONTEMPORÂNEA E REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL NA CONCEPÇÃO DA TEORIA FRANCESA DA REGULAÇÃO.

Na abordagem da problemática sobre a crise do fordismo consideramos pertinente fazer referência à Teoria da Regulação e, no contexto deste arcabouço teórico, ganha relevância os conceitos de “regulação”; “regime de acumulação”, ou, “padrão de acumulação”.

A respeito do conceito de *regulação* poderíamos dizer que ele tem sua origem na obra *REGULACIÓN Y CRISIS DEL CAPITALISMO. La experiencia de los Estados Unidos* (1979), do economista francês, Michel Aglietta. A regulação constituiu-se em uma escola de pensamento que tendo Aglietta como pioneiro e Lipietz (1986) e Boyer (1986), como divulgadores, tem como núcleo a seguinte idéia:

“Um regime de acumulação ‘descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção

- como das condições de reprodução dos assalariados'. Um sistema particular de acumulação pode existir porque 'seu esquema de reprodução é coerente'. O problema, no entanto, é fazer os comportamentos de todo tipo de indivíduos - capitalistas, trabalhadores, funcionários públicos, financistas e todas as outras espécies de agentes político-econômicos - assumirem alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando. Tem de haver, portanto, 'uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação, etc. que garantam a unidade do esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de modo de regulamentação" (Lipietz, 1986; citado por Harvey, 1994: 117).

O grande laboratório dos estudos dos regulacionistas é, fundamentalmente, a economia norte-americana. Aglietta, analisa, no seu livro clássico, os EUA no período que vai da segunda metade do século XIX até os anos setenta.

Encontrar uma explicação a respeito da reprodução do sistema é a preocupação fundamental da Teoria da Regulação. Daí deriva, também, o lugar atribuído à noção de relação salarial, noção que tem a ver com as relações de produção e reprodução da força de trabalho. O ponto de partida destes teóricos, vai ser, portanto, a constatação das mudanças da relação salarial.

Para Boyer, o noção de regime de acumulação surge da análise das possibilidades de acumulação a longo prazo, as quais asseguram diferentes regularidades sociais e econômicas referentes a:

- um tipo de evolução da *organização da produção* e da relação dos assalariados com os meios de produção;
- um *horizonte temporal* de valorização do capital a partir do qual podem ser definidos os princípios de gestão;
- uma *divisão do valor* que permita a reprodução dinâmica das diversas classes ou grupos sociais;
- uma composição da *demanda social* que reafirme a evolução tendencial das capacidades de produção;
- uma modalidade de *articulação* com as formas não-capitalistas, quando elas ocupam um lugar determinante na formação econômica estudada" (1990: 71 - 72).

É, a partir daí, que, segundo ele, pode ser definido um *regime de acumulação*:

“Entenderemos por este termo o conjunto das regularidades que asseguram uma progressão geral e relativamente coerente da acumulação do capital, ou seja, que permitam absorver ou repartir no tempo as distorções e desequilíbrios que surgem permanentemente ao longo do próprio processo” (Ibid.: 72).

A “regulação” é concebida como conjunção dos mecanismos que promovem a reprodução geral, tendo em vista as estruturas econômicas e as formas sociais vigentes. Para garantir a reprodução, são necessárias “formas institucionais” as quais teriam como propósito elucidar a origem das regularidades que direcionam a reprodução econômica ao longo de um determinado período histórico. Para Boyer, essas “formas institucionais”, cujo traço definidor seria *toda codificação de uma ou várias relações sociais fundamentais*, constituem-se em mecanismos relativos ao funcionamento do modo de produção capitalista. Esses mecanismos, que dão regularidade ao capitalismo, estariam identificados com as formas de restrição monetária, a configuração salarial, a dinâmica da concorrência, as modalidades de inserção nas relações internacionais e com as formas de Estado.

Na medida em que a lógica das instituições demanda configurações estáveis para garantir a reprodução social a longo prazo do sistema socio-econômico, elas afetam o regime de acumulação. A partir daí, Boyer vai qualificar, como “modo de regulação”, todo conjunto de procedimentos e de comportamentos, individuais ou coletivos, com a tripla propriedade de:

“- reproduzir as relações sociais fundamentais através da conjunção das formas institucionais historicamente determinadas;

- sustentar e “pilotar” o regime de acumulação em vigor;

- garantir a compatibilidade de um conjunto de decisões descentralizadas, sem que seja necessária a interiorização dos princípios de ajustamento do sistema como um todo por parte dos atores econômicos” (1990: 80).

Esta noção, de modo de regulação, objetiva,

“(…) substituir a teoria da decisão individual e o conceito de equilíbrio geral como ponto de partida para o estudo dos fenômenos macro-econômicos. Na realidade, todo modo de regulação descreve a maneira como a conjunção de formas institucionais cria, direciona e, em alguns casos, dificulta os comportamentos individuais e predetermina os mecanismos de ajustamentos nos

mercados que, na maioria das vezes, resultam de um conjunto de regras e de princípios de organização sem os quais não poderiam funcionar” (Ibid.).

Por outro lado, Lipietz (1991), parte da idéia de que um *modelo de desenvolvimento* sustenta-se num tripé:

Um modelo de organização do trabalho. Trata-se de princípios gerais que regem a organização do trabalho e sua evolução durante o período de supremacia do modelo. Englobam não apenas as formas de organização do trabalho no interior das empresas, mas as formas de divisão do trabalho entre as empresas.

Um regime de acumulação. Diz respeito à lógica e as leis macroeconômicas que descrevem as evoluções conjuntas, por um longo período, das condições da produção (produtividade do trabalho, grau de mecanização, importância relativa dos diferentes ramos), bem como, das condições do uso social da produção (consumo familiar, investimentos, despesas governamentais, comércio exterior, etc.).

Um modo de regulação. Trata-se da combinação dos mecanismos que - através de formas institucionalizadas, sejam do Estado, privadas ou semipúblicas - efetuam o ajuste dos comportamentos contraditórios, conflituosos, dos indivíduos, aos princípios coletivos do regime de acumulação.

A *Abordagem em Termos de Regulação* parte dos efeitos das relações sociais fundamentais sobre o comportamento cíclico da dinâmica econômica. Os teóricos da regulação, em contraposição à teoria econômica neoclássica ou liberal, defendem a tese segundo a qual os regimes de acumulação, os mecanismos de regulação e os modos de desenvolvimento assumidos pelo capitalismo ao longo de sua trajetória, são determinados historicamente (Braga, 1997a e 1997b).

O objeto da obra de Aglietta vai ser o estudo das leis de regulação²⁹ do modo de produção capitalista a partir de uma análise histórica da economia norte-americana a longo

²⁹ Segundo Boyer (1990), G. Destanne Bernis foi um dos primeiros a introduzir a noção de regulação nas pesquisas de ciências sociais. Mas o trabalho fundador desta teoria foi, na realidade, o trabalho de Aglietta, precedentemente citado. Aglietta, a partir desta obra, teria aberto um novo programa de pesquisa. Os trabalhos ulteriores a Bernis foram desenvolvidos a partir de uma segunda vertente na compreensão do conceito de regulação.

prazo. Aglietta pretende elaborar uma teoria que objetive contestar a “incapacidade” do *establishment* acadêmico para analisar a dinâmica temporal dos fatos econômicos vivificados pelos sujeitos, isto é, para explicar a história dos fatos econômicos e a “incapacidade” para expressar o conteúdo social das relações econômicas e, portanto, para captar as forças e tensões de que é objeto a economia. Neste foco de análise, a obra fundadora de Aglietta pretende desenvolver a teoria da regulação social como uma expressa alternativa à teoria do “equilíbrio”, defendida pela economia ortodoxa. Desta maneira, fazendo questões teóricas à matriz econômica ortodoxa, e fundamentando-se no materialismo dialético, Aglietta objetiva desenvolver uma teoria da regulação do capitalismo que explicita as condições, os ritmos e as modalidades das transformações sociais (Aglietta, 1979).

O ponto de partida teórico-metodológico da Teoria da Regulação estaria circunscrito, segundo Aglietta, nos seguintes termos:

“A delimitação do campo da ciência econômica não é resultante de um princípio universal fundante de uma economia pura. E não é mais que uma divisão metódica no campo das relações sociais, divisão que permanentemente é colocada, implicitamente, e deslocada pelo mesmo desenvolvimento das análises. O estudo da regulação do capitalismo, portanto, não pode ser a busca de leis econômicas abstratas. É o estudo da transformação das relações sociais que dá lugar a novas formas, econômicas e não econômicas, simultaneamente; estas formas estão organizadas em estruturas e reproduzem uma estrutura dominante, o modo de produção. Esse estudo tem de explicitar o sentido geral do materialismo histórico: o desenvolvimento das forças produtivas sob o efeito da luta de classes, e a transformação das condições dessa luta, e das formas em que se concretizam sob o efeito desse desenvolvimento” (Ibid.: 8).

Cabe esclarecer que a preocupação da Escola Francesa da Regulação não buscava, tão somente, compreender as razões pelas quais o capitalismo ocidental havia conseguido, quase três décadas de crescimento econômico. O maior foco de preocupação destes economistas era entender a causa pela qual, a partir de 1973, os mecanismos reguladores que possibilitaram tal expansão do modo capitalista de produção e de consumo, começavam a eclodir.

“O programa dos ‘regulacionistas’ busca explicar a expansão e depois a crise de um modo de desenvolvimento (quer dizer, a conjunção de um regime de acumulação e de um tipo de regulação), deixando aberta a questão de uma dinâmica grandiosa do capitalismo frente ao acúmulo de pesquisas históricas de

longo duração e de comparações internacionais. Finalmente, não podemos nos esquecer de que todo regime de acumulação caracteriza-se pela forma específica assumida pelos desequilíbrios econômicos e pelos conflitos sociais. Por esta razão, as crises em sua origem não são simples desajustamentos funcionais, mas a própria expressão dos efeitos da estrutura sobre os fenômenos conjunturais. Assim, o desenrolar da crise provoca um processo bem mais aberto, de transição entre o antigo regime e um novo modo de desenvolvimento ainda incerto e parcialmente definido” (Boyer, 1990: 85).

A *crise* torna-se o *pretexto* que vai referenciar a obra dos regulacionistas. A crise (neste caso, a que se gesta por volta dos anos 60/70) é identificada, em parte, a um processo provocado pela ruptura dos mecanismos do modo de regulação precedente (regulação fordista), a partir da emergência de um número cada vez maior de contradições no interior das formas institucionais em vigor. No contexto da conjuntura dos anos 70, a crise do capitalismo vai motivar uma retomada das pesquisas teóricas e esses economistas vão se preocupar, fundamentalmente, em desenvolver uma metodologia e uma problemática com um caráter inovador na procura de entender e analisar a dinâmica das crises do capitalismo, na tentativa de caracterizar períodos diferentes com traços e mecanismos específicos que orientariam uma forma determinada da acumulação do capital. O processo de recessão e estagnação econômica que o capitalismo começa a assistir no decorrer das últimas décadas e a conseqüente baixa lucratividade, elevação inflacionária e alteração nas formas de regulação institucional (forma estatal), tornam-se o pretexto para os regulacionistas analisarem a crise do capitalismo contemporâneo identificada, fundamentalmente, com a crise de um padrão de acumulação: o padrão de acumulação fordista. A crise do fordismo é concebida como crise de um modelo produtivo. A crise cristalizaria a ruptura da articulação entre a forma do governo das massas e a forma do governo da economia.

A partir da abordagem que visa tornar inteligível o processo pelo qual o capitalismo entra em crise - aqui são resgatadas as contribuições teóricas herdadas tanto dos Clássicos, quanto de Marx, Keynes, Schumpeter e Kalecki, o programa dos regulacionistas objetiva compreender os mecanismos que asseguraram o funcionamento do capitalismo por longos períodos de tempo. No bojo desse assunto é que entram os conceitos “regime” ou “padrão de acumulação” e “modo de regulação” que, ao se desarticularem, determinam a crise que finalmente será

resolvida na medida em que surja uma nova articulação e compatibilidade entre estes mecanismos. Desta maneira, para a Teoria da Regulação, a crise do capitalismo é identificada à ruptura do padrão de acumulação que, até então, teria assegurado o seu funcionamento e estabilidade, por um período de tempo determinado. A crise é concebida como uma ruptura/quebra da regularidade no interior do funcionamento do modo de produção capitalista. Garantir a reprodução do sistema implica demandar uma reestruturação da relação salarial até então dominante, sua substituição por uma outra, que permita a retomada ampliada do processo de valorização no interior das exigências da lei geral da acumulação do capital.

As condições que vão definindo a consolidação da Teoria da Regulação estão no contexto da crise da estratégia cristalizada no “*Welfare State* keynesiano”, de meados dos anos sessenta, nos países centrais do capitalismo. O *Welfare State* foi a cristalização institucional responsável pela sustentação do chamado “compromisso fordista”, no período que se sucedeu ao pós-guerra. Os países centrais do capitalismo assistem a um momento em que o conjunto de políticas de expansão econômica esgotam-se, em que se intensifica a espiral inflacionaria, os lucros são comprimidos, paralisam-se os investimentos, as finanças públicas entram numa fase crítica e, torna-se uma questão relevante e problemática o nível das taxas de desemprego. À permanente ameaça de progressiva perda do “pleno emprego keynesiano”, soma-se a diminuição dos salários reais. Para os trabalhadores era o começo do fim das reivindicações e conquistas que configuravam a estratégia do Estado de Bem Estar, nesses países. Assim, este aspeto problemático abre um horizonte para a pesquisa teórica destes economistas:

“Nesta segunda década de ruptura do vertiginoso crescimento dos anos 60, algumas perspectivas, incertas mas anunciadoras de importantes mudanças, parecem se abrir. As *transformações das estruturas produtivas* e das formas de organização, a redefinição dos objetivos e dos meios da *política econômica* e, finalmente e sobretudo, a multiplicação das análises e teorias mais ou menos em ruptura com a ortodoxia representada pela síntese do neoclássicismo e do keynesianismo modelaram uma nova configuração dos debates, tanto intelectuais como políticos. Superando a questão da própria crise, como esgotamento do antigo e revisão das representações anteriores, devemos também tentar perceber os germes e as linhas-mestras de uma recomposição do campo econômico e social e das próprias teorias” (Boyer, 1990: 19).

Entre uma *crítica da ortodoxia e uma renovação marxista* - nos termos em que Boyer coloca -, as análises em termos de regulação inscrevem-se na perspectiva que tem a particularidade de uma inspiração teórica baseada fundamentalmente na tradição marxista, assim como, valem-se de referências keynesianas e de trabalhos de história econômica para renovar os questionamentos dos institucionalistas e poder, assim, propor uma construção teórica que se pretenda original. Segundo Boyer, esta abordagem tem quatro características centrais. Em primeiro lugar, resgata o método *holista* já que quando se trata da coesão (ou eclosão) de uma sociedade e da dinâmica econômica geral, este método está longe de ser superado. Para os regulacionistas, o ponto de partida é o impacto de uma série de relações sociais (mercantil e/o salarial) sobre as regularidades econômicas. Em segundo lugar, o autor chama a atenção com referências as *leis tendenciais* colocando que o *marxismo ortodoxo* várias vezes sucumbiu à tentação de achar que Marx havia definitivamente estabelecido as leis que regiam as dinâmicas longas do capitalismo. Desta forma, os sucessores de Marx procuraram mostrar o acirramento tendencial das crises do capitalismo, principalmente em função do próprio aprofundamento da relação capital/trabalho e da queda da taxa de lucro, daí decorrente. Em terceiro lugar, as análises em termos de regulação também dedicam uma atenção especial às formas assumidas pelas relações sociais fundamentais num dado momento histórico ou numa sociedade dada. A filiação marxista faz com que se privilegie uma definição estrutural e holista destas formas institucionais: todas elas derivam, fundamentalmente, seja da relação mercantil, da relação capital/trabalho ou ainda de sua interação.

Nessas condições, a crise atual não poderia ser reduzida nem à persistência de um equilíbrio de subemprego (segundo o autor, esta corresponderia a uma definição keynesiana habitual), nem à espera de um próximo esgotamento de todo o sistema (e esta se identificaria, segundo Boyer, a uma versão catastrofista da visão marxista). Assim, a crise aparece, fundamentalmente, quando se atinge os limites e aumentam as contradições no interior do modo de regulação precedente. Uma tarefa específica apresenta-se ao economista, associada a ter a capacidade de caracterizar com exatidão as razões que explicam esta sucessão de diferentes fases de expansão e de flutuações conjunturais moderadas e, depois, de estagnação e de instabilidade. Assim, as duas últimas décadas seriam marcadas pela crise do modo de

regulação “monopolista” que teria possibilitado a superação da crise de 1929. Portanto - e esta é, segundo o autor, uma das originalidades das análises em termos de regulação - , os problemas de política econômica de saída da crise não podem ser discutidos no abstrato, ou seja, independentemente do conjunto de formas institucionais vigentes. Por outro lado, a questão não se coloca mais tanto em termos de acerto da política conjuntural, mas de emergência de um modo de regulação adequado, processo no qual o Estado pode tentar participar, menos direta do que indiretamente (Ibid.).

Em quarto lugar, Boyer resgata uma macroeconomia, em parte, de inspiração kaleckiana. Segundo o autor, a *Abordagem em Termos de Regulação* não se esgota numa caracterização tão geral, na medida em que apresenta elementos de uma teoria macroeconômica que está fundamentalmente ligada à acumulação do capital. Desta forma, a regulação busca fornecer bases mais kaleckianas do que keynesianas (Ibid.).

Entretanto, Boyer partilha com os pós-keynesianos três idéias centrais:

“Primeiro, que a optimalidade dos comportamentos individuais não garante a convergência para o pleno emprego; a estabilidade do conjunto não é a mesma das suas diversas partes, particularmente, em período de crise estrutural. Segundo, a análise macroeconômica deve levar em conta a particularidade dos arranjos institucionais próprios a cada período (no que diz respeito, por exemplo, às relações capital/trabalho) e buscar os instrumentos da política econômica compatíveis com esta configuração (papel da política monetária quando há uma rigidez à baixa do salário nominal). Finalmente, por ocasião de episódios históricos pontuais, algumas formas de organização que dificultam o pleno emprego devem, conseqüentemente, sofrer reformas estruturais. O objetivo destes programas econômicos não se restringe ao curto prazo, atingindo também o médio e longo prazo” (Ibid.: 38).

Boyer coloca que, em termos de caracterização da crise atual, as teorias da regulação propõem um diagnóstico que se diferencia da ortodoxia keynesiana e das próprias análises de N. Kalecki.

“Ela se baseia no fato de que numa acumulação intensiva centralizada no consumo de massa o sistema tende a ter que enfrentar a queda da rentabilidade e não mais a insuficiência da demanda global. É precisamente isto que, segundo o autor, continuam a teorizar os keynesianos que, desta maneira, tendem a comparar a crise atual à de 1929 e a propor as mesmas terapêuticas. Por esta

razão, a crise não é simples desemprego clássico, como propõem os teóricos do desequilíbrio. Na realidade, a divisão salário/lucro é do regime de acumulação de pós-guerra. Portanto, qualificar como rigidez o excesso do salário real em relação à produtividade é o mesmo que apresentar como *deus ex machina* o que, de fato é parte integrante da regulação e do regime de acumulação em vigor” (Ibid.: 38-39).

Na perspectiva de tentar distinguir diferentes níveis e tipos de crise, Boyer elabora uma tipologia aludindo que, o conjunto de literatura que aborda a questão das crises apresenta análises um tanto diferenciadas quanto a sua origem, seus desenvolvimentos ou mesmo seu caráter puramente fatural ou necessário:

“Num dos extremos do espectro teórico, a grande parte dos modelos de matriz neoclássica não reconhece nenhum estatuto teórico à noção de crise: assim, no melhor dos casos, tenta-se caracterizar uma fase de correção do *boom* anterior, com uma duração variável em função da dimensão e da imperfeição dos mecanismos de ajustamento. Por outro lado, na maior parte do tempo, são os choques aleatórios que, ou promovem a expansão econômica, ou precipitam uma mudança de conjuntura. Num outro extremo deste debate, algumas interpretações marxistas, um pouco deterministas e sem dúvida reducionistas, consideram que as economias capitalistas estão naturalmente submetidas aos elementos de uma crise estrutural latente e, em seguida, aberta, que acabará provocando, com o tempo, o esgotamento do próprio modo de produção. Em síntese, entre o acaso mais caprichoso e a lei impiedosa de uma inevitável queda, parece sobrar espaço para diversos níveis e definições da crise” (Ibid.: 87).

No interior dessa brecha aberta do debate precedentemente colocado, Boyer esboça essa tipologia que consiste, resumidamente, no seguinte:

Um primeiro “tipo”, seria *a crise como perturbação “externa”*, que se caracterizaria não por resultar nem do jogo normal de regulação, nem do esgotamento do próprio modo de regulação ou regime de acumulação, mas seria produto de catástrofes naturais ou climáticas, ou resultante de eventuais circunstâncias econômicas no nível de relações internacionais.

Um segundo “tipo”, seriam as *crises cíclicas como parte integrante da regulação no interior de um modo de desenvolvimento estabilizado*. Para esta segunda definição,

“(…) a crise corresponderia à *fase de depuração* das tensões e desequilíbrios acumulados durante a expansão, no próprio interior dos mecanismos econômicos e das regularidades sociais e, portanto, do modo de regulação

dominante num país e numa época dada. Neste sentido, a recorrência de fases favoráveis e desfavoráveis à acumulação é consequência direta das formas institucionais em vigor que são afetadas apenas *lenta e parcialmente* pelas crises cíclicas. Elas podem, obviamente, promover uma aceleração da concentração e da centralização financeiras, sem, entretanto, alterar a forma geral de concorrência. Restaurar a ‘disciplina operária’ e a distribuição da renda, sem afetar a relação salarial dominante. Em oposição à primeira definição, podemos falar de crise *totalmente endógena*, ou seja, reproduzindo-se de tempos em tempos, mesmo na ausência de choques aleatórios (...) Marx, teve o mérito de ter sido o primeiro a perceber a novidade deste fenômeno como próprio ao capitalismo e de ter, a partir daí, proposto uma série de teorizações” (Ibid.: 89).

Desde um ponto de vista analítico, é possível distinguir dois grandes tipos de crises estruturais: quando a regulação desestabiliza o regime de acumulação, ou, ao contrário, quando a crise deste último afeta a regulação.

Um terceiro “tipo” de *crise* é a *do sistema de regulação*, a qual, conforme Boyer, pode ter diferentes origens. “Esta será definida como o momento onde os mecanismos ligados à regulação vigente mostram-se incapazes de reverter os desdobramentos desfavoráveis, mesmo quando, ao menos *inicialmente*, o regime de acumulação mostre-se viável” (Ibid.: 90).

Seja porque “*as perturbações externas e internas de um novo tipo não podem ser reduzidas no interior de um modo de regulação cuja estabilidade estrutural depende de outros fatores aleatórios*”; seja porque as “*lutas socio-políticas questionam os compromissos institucionalizados e a conjunção de estratégias individuais destroem os componentes da regulação, fazendo com que a nova configuração das estruturas sociais torne-se incompatível com a ampla reprodução econômica do sistema*”. Seja, porque “*o próprio aprofundamento da lógica de regulação em vigor pode levar ao esgotamento das possibilidades de crescimento e ao início de uma crise de longo prazo*”; “*estas três formas de crise da regulação podem resultar de alguns de seus próprios componentes: inadequação do tipo de concorrência, da relação salarial, das intervenções do Estado, da gestão monetária ou ainda das modalidades de inserção nas relações internacionais*” (Ibid.).

Boyer insiste em que as origens da crise são diferentes, em 1929, e nos dias de hoje, aludindo, ainda, que após a Segunda Guerra Mundial, a generalização de uma concorrência de

tipo oligopolista tenha favorecido o crescimento e a regularidade da conjuntura. Portanto, esta dinâmica “virtuosa”, estaria sendo questionada por uma série de mudanças estruturais.

“Envelhecimento das indústrias de base, maturação da demanda de bens duráveis, expansão de novas indústrias e métodos flexíveis de produção conjugam-se para *desestabilizar as formas anteriores da concorrência*. Este movimento acaba afetando a repartição do lucro e a dinâmica do investimento. Do mesmo modo, a *relação salarial fordista* entra em crise sob o efeito de pressões que variam segundo os países: lutas operárias contestando a organização do trabalho, reivindicações salariais não compensadas pela aceleração da produtividade, socialização por parte do Estado de uma crescente fração dos custos relativos associados ao modo de vida industrial e urbano. De uma maneira mais geral, a partir do momento em que diminui a progressão da produtividade, a codificação multiforme de direitos a uma renda torna-se fonte de tensões no campo econômico e socio-político” (Ibid.: 93- 94).

Um quarto “tipo” de crise estaria situada num nível superior, esta identificada à *crise do modo de desenvolvimento*. Boyer afirma, nesse sentido, que,

“(…) diferentemente da anterior, esta crise se define pelo aumento, até seu limite máximo, das contradições no interior das formas institucionais mais essenciais, daquelas que condicionam o regime de acumulação. Isto acaba levando à crise da regulação e, portanto, do modo de desenvolvimento como um todo. Ao longo deste processo são postas em questão as regularidades mais essenciais: as que legitimam a organização da produção, o horizonte de valorização do capital, a repartição do valor e a composição da demanda social. Em termos qualitativos, poderíamos dizer que este tipo de crise é mais sério que os precedentes, na medida em que não se trata de um desequilíbrio parcial e pontual dos mecanismos da regulação, mas de um bloqueio do processo de reprodução dinâmica da economia em questão” (Ibid.: 95).

Finalmente, um outro “tipo” e nível de crise seria a *crise final de um modo de produção dominante*. Ela estaria designada pelo

“(…) *enfraquecimento do conjunto das relações sociais* no que elas têm de mais específico a um modo de produção. (...) Quando se chega ao limite de uma configuração das formas institucionais, as relações sociais vigentes passam a ser questionadas e abolidas no que têm de mais fundamental. Esta definição, segundo o autor, aproxima-se do conceito de crise orgânica da teoria marxista, mas apresenta certas precisões e exigências que impedem que se transforme toda crise - mesmo sendo ela apenas conjuntural - na crise final do modo de produção capitalista” (Ibid.: 97-98).

A crise orgânica do capitalismo³⁰ é reduzida, pelos teóricos regulacionistas, à análise sobre uma suposta transição para um novo regime de acumulação, mais especificamente, um novo modelo produtivo associado a um “novo compromisso social” o qual estaria em gestação e seria um processo inexorável do modo de produção capitalista.

Para a Teoria Francesa da Regulação³¹, a partir de 1960/1970, estar-se-ia gestando um *novo modelo de desenvolvimento*, baseado num *novo regime de acumulação*. Ao mesmo tempo em que estariam se introduzindo uma magnitude considerável de inovações tecnológicas na esfera produtiva, estariam acontecendo, assim mesmo, transformações no nível do mercado, reformulações nas regras de negociação coletiva, uma crescente inovação organizacional no interior das grandes empresas, uma reformulação, também, nas formas de intervenção dos Estados nacionais, especificamente, nas políticas sociais e econômicas.

A reformulação do conjunto das relações sociais capitalistas cristaliza-se na tentativa de superar a crise através de uma reorganização na esfera da produção imediata via flexibilização e precarização dos processos de trabalho, do desenvolvimento de novas tecnologias de base informacional e através da descoberta de novas áreas e mecanismos de valorização do capital. Esta restauração do capital visa, simultaneamente, a destruição da forma institucional identificada com a estratégia *Welfare State* e o redirecionamento das relações classistas nos aparelhos estatais para, assim, recompor/restaurar a relação totalizante que as classes mantêm com o conjunto das formas de organização da vida estatal (Braga, 1997 b).

Conforme coloca Braga, um aspecto central na análise de Aglietta é a compreensão da dinâmica econômica e da natureza e desdobramentos da crise contemporânea, circunscrita na *relação salarial* inscrita no contexto de uma rede institucional e normativa intimamente vinculada com as relações mercantis que se subordinam ao poder monetário e suas formas. A crise atual do capitalismo é, portanto, entendida em termos de crise de uma relação salarial particular e determinada; a relação salarial de base fordista. E é assim que Aglietta procede ao analisar a crise atual como crise do fordismo. Neste sentido, uma hipótese relevante com a qual trabalha Aglietta é a de tomar a crise do fordismo como crise da reprodução da regulação

³⁰ O conceito de crise orgânica foi trabalhado no Primeiro Capítulo.

³¹ A Teoria da Regulação referida no decorrer deste trabalho é aquela correspondente à vertente parisiense.

salarial engendrada a partir da crise de organização do processo de trabalho. A partir daí, decorreria a idéia, segundo a qual a norma social de consumo do fordismo não deu conta de regular a evolução do consumo privado da classe operária, a não ser através de um antagonismo da relação salarial (1997a: 129 - 131; 1997b: 9 - 10).

Boyer, vai explicitar os supostos colocados acima, de forma clara, como uma abordagem comum da crise contemporânea à maioria dos “regulacionistas”:

“Os *Trinta Anos gloriosos* são vistos como o primeiro exemplo de uma evolução rápida e razoavelmente sincronizada das normas de produção e de consumo, evitando transformar a sobreacumulação num risco tendencial e a recorrência de depressões no único meio de ajustamento. Logicamente, a crise que surge nos Estados Unidos na metade dos anos 60 (e, a partir de 1973, nos outros países da OCDE) é resultado da maturação do fordismo e do aumento de novas contradições: dinamismo da demanda sustentado por diversas formas institucionais e acompanhado por problemas estruturais de rentabilidade. Este é o diagnóstico comum, com algumas diferenças, a todos os *regulacionistas*” (1990: 120).

Na obra que inaugura a Teoria da Regulação, Aglietta pretende demonstrar a seguinte proposição:

“Quando a acumulação de capital não só tem lugar através da transformação do processo de trabalho, mas, sobretudo mediante a transformação do processo de reprodução da força de trabalho, tem-se um critério para definir um novo estágio na evolução do capitalismo. Este estágio é portador de novas formas de relação salarial; altera a estabilidade das relações de equivalência no intercâmbio e modifica o sistema monetário. Assim, pois, o funcionamento da lei do valor, princípio fundamental da regulação mercantil, depende das condições nas que se generaliza em toda a sociedade a relação salarial”³² (Aglietta, 1979: 57).

³² Visando desenvolver a lei da acumulação de capital assim como interpretar as características fundamentais da história do capitalismo no século XX, Aglietta (*Ibid.*: 58 - 59), vai analisar as mutações experimentadas pela relação salarial desde quatro dimensões:

1) A do capital. Conforme o autor, seria o estudo da evolução contraditória da acumulação, com a dupla tendência ao desenvolvimento desigual do setor I e à intensificação da divisão social do trabalho no setor II, na medida que se generalizam as mercadorias ao modo de consumo do trabalho assalariado. Também, seria o estudo da transformação das formas da concorrência no contexto da intensificação das relações de intercâmbio entre os dois setores produtivos.

2) A do desenvolvimento das forças produtivas. Nesta dimensão caberia a análise das transformação da forma de produzir sob o impulso da mais-valia relativa. Assim mesmo, seria o estudo da interdependência entre as transformações do processo de trabalho e a homogeneização do modo de consumo da classe operária. Segundo Aglietta, a socialização do consumo, na forma de generalização das relações mercantis, repercute sobre a formação dos salários e a utilização da força de trabalho na produção.

Nesse enunciado, fica claro a centralidade da relação salarial na crise do modo de regulação fordista.

Logo após mostrar os mecanismos da lei de acumulação do capital a partir do conceito de mais-valia, Aglietta, na obra precedentemente citada, dedica uma parte a analisar o significado e as tendências da coletivização do processo de trabalho no capitalismo. Neste ponto desenvolve alguns aspectos concernentes aos princípios do taylorismo, definindo-o, fundamentalmente, como o conjunto de relações de produção internas no processo de trabalho que tendem a acelerar a cadência dos ciclos de movimentos nos postos de trabalho e a diminuir o tempo morto da jornada de trabalho. Estas relações, segundo Aglietta, manifestam-se mediante princípios gerais de organização do trabalho que reduzem o grau de autonomia dos trabalhadores e os submetem a uma vigilância e a um controle permanentes na execução da norma de rendimento (Ibid.).

Por outro lado, o fordismo, conforme Aglietta, seria uma

“(...) superação do taylorismo na medida em que designa um conjunto de importantes transformações do processo de trabalho intimamente ligadas às mudanças nas condições de existência do trabalho assalariado que originam a formação de uma norma social de consumo e tendem a institucionalizar a luta econômica de classes na negociação coletiva (...). [O fordismo] caracteriza um novo estágio da regulação do capitalismo, o do regime de acumulação intensiva, no qual a classe capitalista busca gerir a reprodução global da força de trabalho assalariada através da íntima articulação das relações de produção e mercantis, mediante as quais os trabalhadores assalariados adquirem seus meios de consumo. O fordismo é, pois, o *princípio de uma articulação do processo de produção e do modo de consumo*, que instaura a produção em massa, chave da universalização do trabalho assalariado” (Ibid.: 93 - 94).

3) A do trabalho assalariado. Seria o estudo da criação da infra-estrutura, por um lado, e das novas modalidades de relação salarial, por outro, que permitiriam ao trabalhador assalariado adquirir o conjunto de suas condições de existência na circulação geral das mercadorias. Essas transformações interpretam-se como a formação de uma *norma social de consumo*.

4) A das mercadorias de consumo. A análise desta dimensão corresponderia ao conjunto de estudos que explicam a adaptação das características de uso dos objetos de consumo à produção em massa e a difusão da estética funcional que estrutura a norma de consumo. Também compreenderia, nesta dimensão, o estudo do ritmo de penetração das novas mercadorias em função da diferenciação das rendas, assim como, a análise da socialização do gasto salarial.

Para Aglietta desenvolver esta série de estudos, torna-se uma condição indispensável para a conformação da teoria da acumulação do capital, que, em última instância, será a teoria geral da regulação do capitalismo.

O eixo existente entre o processo de trabalho voltado para a produção em massa de bens padronizados e a norma social de consumo regulada pelas intervenções institucionais seria o referencial definidor do fordismo, para Aglietta. Um aspecto fundamental nesta concepção seria a ação reguladora dos mecanismos econômicos e institucionais que garantiram, no decorrer do período pós-guerra, até o final dos anos 60, o crescimento auto-sustentado da economia capitalista, no contexto do chamado “circulo virtuoso” do modo de acumulação intensivo.

Nos termos de Aglietta, a teoria da regulação do capitalismo tem por fundamento o conceito de capitalismo monopolista de Estado. O autor analisa, pois, as condições gerais de uma resposta capitalista à crise, nos EUA. Conforme este autor, o capitalismo monopolista de Estado é o modo de articulação das formas estruturais criadas pelo fordismo. Cada uma das principais formas estruturais influi sobre a lei de acumulação. O capitalismo monopolista de Estado gerou uma unidade orgânica das condições da reprodução ampliada da relação salarial modificando, assim, a expressão das leis da regulação, a ponto tal de provocar o aparecimento de novos fenômenos históricos. O fordismo, nesse sentido, veio inaugurar um novo modo de coesão das relações de produção capitalistas permitindo, assim, um enorme desenvolvimento da acumulação, logo após da Segunda Guerra Mundial. O auge dos chamados “*trinta anos gloriosos*” do capitalismo esteve baseado na diminuição, a longo prazo, do custo social de reprodução da força de trabalho o que favoreceu uma crescente capacidade de acumulação promovendo uma grande magnitude de trabalho assalariado:

“As relações de produção capitalista têm se generalizado graças à interação de dois elementos determinantes da transformação das condições de existência do trabalho assalariado. Por um lado, a organização social do trabalho tem desenvolvido e aprofundado o princípio mecânico. Por outro lado, tem constituído e estruturado um modo de consumo tipicamente capitalista, segundo uma produção em massa de mercadorias correntes. A interação destes dois fatores, tem sido o princípio de correspondência das relações de valor entre os dois setores produtivos” (Ibid.: 339).

O fordismo, segundo Aglietta, seria um regime de acumulação, de caráter preponderantemente intensivo, baseado neste conjunto de transformações históricas. A implantação do fordismo, neste sentido, implicou transformação nas classes, assim como, nas suas formas de luta.

Ora, Aglietta caracteriza a crise dos anos 60/70, como uma crise orgânica do capitalismo na medida em que ela tem sua raiz na contestação dos fundamentos do fordismo. Aqui, aparece, de forma clara, a sua definição de crise, como crise do fordismo e de seu modo de regulação:

“A crise do fordismo é, em primeiro lugar, a crise de um modo de organização do trabalho. E se manifesta, sobretudo, pelo endurecimento das lutas de classe na produção. Colocando em tela de juízo as condições de trabalho próprias da parcelação de tarefas e a intensificação do trabalho, essas lutas determinam os limites da elevação da taxa de mais-valia específica das relações de produção organizadas nesse tipo de processo de trabalho. Esta é a raiz da crise” (Ibid.: 139).

Esta, segundo Aglietta, atinge o conjunto das relações de produção e intercâmbio, perturbando o regime de acumulação intensiva. Para o autor, “(...) as condições gerais para uma solução da crise do fordismo são inteligíveis dentro do marco das leis de regulação do capitalismo, na medida em que satisfazem o princípio de invariabilidades que é o comum denominador de tais leis, isto é, da reprodução da relação salarial” (Ibid.: 340).

Conforme salienta Tude de Souza,

“(...) apesar de refutar a tese de adequação do mercado como meio de assegurar a proporcionalidade entre os departamentos de produção dos bens do capital (D I) e dos bens de consumo (D II) e ramos da acumulação, Aglietta e seus sucessores da Escola Francesa da Regulação tentam demonstrar que a virtuosidade do regime de acumulação só poderia ser garantida com base em duas condições. Em primeiro lugar, é preciso que o consumo cresça a ponto de absorver o crescimento do produto do departamento de bens de consumo (particularmente, bens de consumo duráveis); e, em segundo lugar, que haja elevação dos salários (reais) em consonância com um aumento de produtividade capaz de absorver o aumento dos custos de produção (sobretudo aqueles relativos à massa salarial)” (1994: 32 - 33).

Assim, o problema da *proporcionalidade* centrar-se-ia, portanto, na regulação da relação salarial em seus dois aspectos, como custos do capital e como fonte de poder aquisitivo. O elemento chave da “virtuosidade” do modo de regulação fordista seria produto da “adequação entre normas de produção e consumo”, tendo como corolário proeminente a institucionalização do chamado “compromisso fordista” entre o patronato e a classe trabalhadora. A abordagem na

qual estaria circunscrito Aglietta, referenciar-se-ia numa centralidade das condições econômicas e institucionais que permitiriam dar sustentação ao modo de regulação monopolista, forma sob a qual se abrigou o chamado “compromisso social” do fordismo, essencialmente econômico-corporativo, responsável, segundo os autores da Teoria da Regulação, pelo “enrijecimento” das condições de acumulação e pela própria crise do modo de regulação fordista, a partir dos anos 60/70 (Ibid.).

A crise contemporânea é definida por Aglietta pela inversão da tendência a longo prazo do custo social de reprodução da força de trabalho característica do período fordista:

“Por um lado, a evolução da organização do trabalho, no sentido de uma aplicação cada vez mais intensa do princípio mecânico, tende a esgotar suas potencialidades produtivas e renova a luta de classes na produção. Por outro lado, a estabilidade do modo de consumo baseado no consumo massivo de meios privados e na estratificação do proletariado, depende, cada vez mais, dos meios coletivos e vê-se mais perturbado pelo fato de que o fordismo rejeita a produção desses meios coletivos, marginais à acumulação capitalista. O custo social desses meios aumenta consideravelmente com o crescimento da demanda social. O funcionamento das formas estruturais do capitalismo monopolista de Estado impede a ruptura total da coesão do regime de acumulação intensiva. Mas isso tem como custo uma grave perturbação dos princípios de sua articulação na política econômica, que provoca um enfraquecimento geral da restrição monetária, o que se manifesta pelo processo da inflação aberta” (Aglietta, 1979: 340 - 341).

Para a Teoria da Regulação, as crises do capitalismo formam parte das leis de regulação porque são os momentos das transformações gerais das condições de produção e troca que são imprescindíveis para a manutenção da lei da acumulação e de valorização do capital. Levando em conta que as crises constituem processos que vão se desenvolvendo, a profunda recessão de 1974-1975 seria um indicador do amadurecimento da crise que começa nos 60; amadurecimento porque ela mostra os limites do processo inflacionário como procedimento para atrasar as dívidas. Seguindo a colocação de Aglietta, o processo inflacionário favorece a separação de dois ritmos temporais, cuja convergência tornava-se o motivo do agravamento das crises precedentes do capitalismo: Por um lado, o ritmo das transformações mais relevantes no contexto da organização do trabalho, assim como, também, as condições de existência do trabalho assalariado. Por outro lado, o ritmo de renovação da reprodução ampliada do capital,

que exige que se mantenha uma compatibilidade entre a macroestrutura da produção e a distribuição da renda global. Neste ponto, radica a natureza da crise contemporânea já que as crises tradicionais que o capitalismo presenciou apresentavam uma seqüência, na qual se produzia uma sobreacumulação seguida de uma desvalorização massiva do capital. Para Aglietta, a crise contemporânea do capitalismo monopolista de Estado - diferentemente das outras crises - incorpora e distribui as desvalorizações no processo inflacionário. Neste sentido, ela adquire a forma de uma sucessão de fases inflacionárias, seguidas de outras de superprodução cada vez mais graves, o que impede a conclusão do processo inflacionário sem provocar deflação. Portanto, cada vez que o capitalismo sofre uma crise de superprodução estão dadas as condições para que se desenvolvam novas estratégias de produção, novos métodos de controle do trabalho.

Para superar a crise da relação salarial fordista, Aglietta identifica uma nova configuração de relações que deverá exigir uma reformulação na organização dos processos de trabalho e na forma de intervenção do Estado. A saída do capitalismo da situação de crise orgânica contemporânea só é possível se ele engendrar uma nova coesão que dê regularidade e coerência ao modelo de desenvolvimento; o autor chama esta nova coesão de "*neofordismo*". A idéia de um "*neofordismo*"³³, tomada de C. Palloix, é considerada como parte da evolução das relações de produção especificamente capitalistas que estaria, ainda, em plena gestação e teria por fim último salvaguardar a relação fundamental entre burguesia e proletariado, ou seja, perpetuar o sistema capitalista de produção.

Contudo, é preciso salientar que, enquanto para C. Palloix, o "*neofordismo*" seria um prolongamento das formas fordistas de controle do trabalho e de regulação; para Aglietta esta categoria encontraria bastante similitude com o termo "*pós-fordismo*". Para ele, o "*neofordismo*" implicaria uma ruptura com formas passadas de controle do trabalho³⁴.

³³ "A recomposição das tarefas e a valorização do trabalho industrial parecem ser apenas uma adaptação de processos de trabalho na produção em massa (taylorismo e fordismo) a novas condições de controle da força de trabalho, a novas condições de reprodução da dominação do capital em relação às condições de reprodução do produto excedente, e constituem uma nova prática capitalista: o neofordismo" (Palloix, 1982: 97).

³⁴ "O neofordismo é uma tentativa puramente formal de abolir o trabalhador coletivo, levando em conta as tensões sociais que exigem a instauração de um despotismo absoluto na coordenação dos processos de trabalho, baseado na automação de vários grupos de trabalhadores, aparentemente autônomos, mas, na realidade, forçados a se submeterem à lógica do trabalhador coletivo" (Ibid.).

Para Aglietta, essa nova coesão (o “neofordismo”) tem que ser compatível com a relação salarial, que é o princípio de invariabilidade do modo de produção capitalista. Isto se viabilizaria mediante um conjunto de transformações que vise generalizar um novo modo de organização do trabalho, no qual o princípio mecânico está sujeito ao princípio informativo, o trabalho fragmentado e parcializado é substituído pelo grupo de trabalho semi-autônomo e pelas diretrizes hierárquicas por restrições globais no contexto da esfera produtiva. Um novo padrão de acumulação intensivo cristalizado no que agora Aglietta chama de “neofordismo”, parece ser a alternativa para a crise do fordismo, no horizonte institucional do capitalismo reestruturado. A nova relação salarial, através de uma reformulação e reestabelecimento dos pré-requisitos econômico-sociais, é a saída para a crise, na medida que implica um novo ciclo de acumulação do capital.

“Do mesmo modo que o fordismo, o neofordismo baseia-se num princípio de organização das forças produtivas pelo qual elas estão sujeitas às exigências da direção capitalista do coletivo do trabalho. O novo complexo de forças produtivas é o controle automático da produção, que se conhece com o nome de automação; o princípio de organização do trabalho em gestação, conhece-se com o nome de recomposição de tarefas. O casamento dessas duas linhas de evolução tem desencadeado a propaganda mais descarada sobre a libertação do homem no trabalho. É possível que a automação, a muito longo prazo, possa permitir a desaparecimento do trabalho produtivo de execução. Porém, algo é certo: sem a abolição das relações de produção capitalistas esses efeitos positivos não poderão se realizar nunca. Essa abolição não se conseguirá mediante a convergência de potencialidades virtuais do desenvolvimento científico. O capitalismo modela a automação, da mesma forma que qualquer outro sistema de forças produtivas, a fim de convertê-las numa infra-estrutura material da produção de mais-valia da qual depende, crucialmente, a reprodução das relações de produção capitalistas” (Ibid.: 99 - 100).

As bases do “neofordismo” objetivariam uma possível saída da crise e uma retomada do crescimento econômico. O “neofordismo” estaria conformado por um novo complexo de forças produtivas identificado com o controle automático da produção, e denominado, por Aglietta, como “recomposição de tarefas”. Estas novas estratégias no nível da mudança tecnológica e organizacional, visariam um impulso à produtividade e um aumento das taxas de lucro. A “recomposição de tarefas” trata:

“(…) de superar a crise de reprodução da relação salarial que herdada do fordismo, transformou o processo de trabalho graças à flexibilização que permite a automação. (...). Há uma modificação nos princípios gerais da organização do trabalho quando se produz uma modificação nas formas da direção capitalista do processo de trabalho. A automação introduz a possibilidade de uma importante modificação, porque substitui a integração rígida do princípio mecânico, por uma integração mais ampla e flexível, baseada no controle global por um sistema geral de informação que permite analisar e corrigir os parâmetros da produção . Modifica-se assim o princípio hierárquico do controle capitalista. O controle exercido mediante diretrizes transmitidas pela direção é substituído pelo controle direto da produção. O controle é ao mesmo tempo, mais abstrato e mais estrito. *Os operários já não estão sujeitos a uma restrição de tipo pessoal, mas a um plano coletivo de produção*” (Ibid.: 105).

Esse conjunto de transformações nas condições de produção e reprodução dos assalariados, requisito para fundar essa nova coesão e assim conseguir uma nova coerência do regime de acumulação, precisaria de uma recriação do papel do Estado em termos de uma reformulação da sua intervenção. Segundo Aglietta, o futuro dirá se a evolução das formas da regulação permitirá falar nos termos de uma transformação do capitalismo monopolista de Estado em capitalismo de Estado. Não obstante, não haverá, de forma alguma, uma desapareção das relações mercantis. Muito pelo contrário, estas se ampliarão ainda mais para a unificação do trabalho assalariado. Disto, decorreria uma forte tendência totalitária do capitalismo sob uma fachada ideológica do liberalismo.

Estas são, resumidamente, as concepções e algumas das tendências que Aglietta e o conjunto da Teoria Francesa da Regulação vislumbram a respeito da crise contemporânea do capitalismo monopolista de Estado e da decorrente reestruturação do capital.

Um dos pontos que vislumbramos como mais problemáticos da Teoria da Regulação é justamente que a crise orgânica contemporânea que nós entendemos como estrutural do modo de produção capitalista é identificada, em última instância, à crise do fordismo, ou dito em outros termos, à crise de um regime de acumulação baseado na produção e no consumo de massa e sua respectiva regulação salarial. A partir daí, os regulacionistas voltam-se para uma discussão sobre uma transição orientada para um novo padrão de acumulação sustentado num novo compromisso social e cujas bases ainda não estão consolidadas. Um novo modelo de desenvolvimento ou um novo padrão de regulação vêm se esboçando a partir das

transformações desencadeadas pela “crise do fordismo”. Na medida em que a Teoria da Regulação opera um deslocamento do problema da crise do capitalismo à crise do regime de acumulação, é possível visualizar, em consequência, um deslocamento das respostas da crise contemporânea.

Em recente trabalho, Braga (1997 b), analisando a trajetória da *Abordagem em Termos de Regulação*, na sua vertente parisiense, coloca que ela nasce na conjuntura dos anos 70, e, no momento em que emerge a chamada crise do petróleo em 1973, esta Teoria esforça-se por identificar os fundamentos de uma crise mais radical. Assim, seus estudos parecem estar centrados nas análises das supostas falhas do modelo fordista, responsáveis, em última instância, pela crise do modo de desenvolvimento capitalista que teria vigorado no pós-Segunda Guerra. No decorrer dos anos 80, a *Abordagem em Termos de Regulação* desenvolveu uma perspectiva teórico-metodológica referente à análise da crise contemporânea ainda próxima das formulações da lei do valor de Marx (mas formulação centrada em termos da *lei do equilíbrio social*).³⁵ Já o panorama dos anos 90, apresenta-se de forma diferente no sentido de que se, antes a *Abordagem em Termos de Regulação* inscrevia seu próprio projeto numa perspectiva de renovação da teoria econômica marxista através de um retorno a Keynes e Schumpeter, agora, defende a articulação de seus trabalhos com a Escola Institucionalista³⁶. O conceito de *forma institucional* desempenha um papel central ao longo de todo o percurso teórico regulacionista. Desta maneira, um certo determinismo institucional estaria estruturando a teoria em questão, sobretudo, no que diz respeito à análise da crise contemporânea. Portanto, a nosso entender, a obra contemporânea dos regulacionistas afasta-se de uma análise substantiva do capitalismo atual.³⁷

³⁵ “Na verdade, a ATR, desde o início, operou com uma determinada formulação da lei do valor centrada no equilíbrio dinâmico engendrado pela concatenação coerente das formas institucionais que, por sua vez, garantiriam um período prolongado da acumulação do capital (é a modalidade de existência da lei do valor que confere inteligibilidade à dinâmica mercantil tomada como *lei do equilíbrio social* no seio do ‘tumulto’ e das ‘flutuações acidentais’ decorrentes da concorrência capitalista). Contudo, a lei do valor em Marx, também pode ser lida enquanto *lei do valor da força de trabalho*, ou seja, não como expressão do equilíbrio dinâmico das formas mercantis, mas sim do antagonismo imanente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista” (Braga, 1987b: 16).

³⁶ A adesão da ATR à Escola Institucionalista coloca um problema fundamental: o de legitimidade do próprio procedimento, dado a radical diferença epistemológico-política dessas *démarches*.

³⁷ Temos consciência de que a Teoria da Regulação teve múltiplos desenvolvimentos. Como, porém, ela não é a perspectiva central desta dissertação, limitamo-nos à exposição das teses de Aglietta.

III.1.B - CRISE E REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL NA CONCEPÇÃO DA “SEGUNDA DIVISÃO INDUSTRIAL” DE PIORE E SABEL.

Michael Piore e Charles Sabel são os pioneiros defensores da tese da “especialização flexível”. Eles falam em termos de transição do tipo de produção em massa ao tipo de “especialização flexível”. Um novo modelo “paradigmático” teria suas bases firmadas na descentralização do sistema produtivo constatada na produção de cerâmica, calçados, motocicleta, autopeças e máquinas agrícolas no norte da Itália; e na indústria de máquinas - ferramentas, na Alemanha Ocidental e no Japão. Segundo Piore e Sabel, a descentralização da atividade produtiva, fundamentada na flexibilidade da produção propiciada pela tecnologia microeletrônica, origina-se como modelo alternativo de desenvolvimento ao mesmo tempo que se torna uma resposta à própria crise da produção em massa.

A nova trajetória tecnológica, constituída pela automatização integrada e flexível desdobrar-se-ia em uma nova trajetória em matéria de organização industrial. A partir daí, anuncia-se o fim do sistema de produção em série e a emergência de outra organização macro-econômica, baseada na especialização flexível, onde as empresas médias tornam-se a figura central e a chave de um sistema que viabiliza princípios novos de coordenação entre agentes, e onde domina uma inovação forte e permanente de produtos.

Em princípio, cabe ressaltar que a teoria da “especialização flexível” encontraria seu fundamento na experiência e na análise de algumas regiões industriais bem sucedidas. A tese da “especialização flexível” enuncia seus postulados a partir da generalização de elementos próprios da organização industrial dessas regiões que, revelariam indícios teóricos - empíricos de um novo *padrão de acumulação* baseado em processos diferentes daqueles que caracterizariam a produção em massa. O modelo que Piore e Sabel generalizam traz implícito uma concepção “proudhonista” de um novo horizonte para a produção artesanal (*craft production*): cooperativa, solidária e estruturada em nível de pequena escala. Assim, a generalização do modelo tem como pressuposto fundamental, o fato de serem estas relações de trabalho “harmoniosas” e de “mutua colaboração”, a condição para a prosperidade econômica.

Conforme coloca Clarke (1991), o modelo da “especialização flexível” foi desenvolvido originalmente por Michael Piore e Charles Sabel, tendo como base uma generalização da pesquisa de Sabel na região italiana da Emilia-Romagna. A partir dessa pesquisa, seus defensores mais contundentes foram Paul Hirst e Jonathan Zeitlin. Aquele trabalho original de Sabel tinha pretensões muito modestas, ligadas às novas formas de tecnologia de ponta e de produção artesanal cooperativa considerando as particularidades do contexto econômico, social e político no qual estas inovações tinham sido introduzidas. Assim, esta experiência original tinha a coerência de que provinha da particularidade das suas circunstâncias, a qual explicava as condições favoráveis que possibilitaram um certo grau de colaboração entre empresas, permitindo que uma parte da força do trabalho desfrutasse de relações de trabalho vantajosas do ponto de vista social e material. Clarke vai enfatizar que:

“Em particular, os privilégios dos novos artesãos provinham de uma combinação de escassez de mão-de-obra qualificada num setor particularmente dinâmico da produção especializada, mais a disponibilidade de um conjunto de trabalhadores não-qualificados percebendo baixos salários. A lucratividade dos novos métodos de produção era garantida por condições de mercado muito favoráveis e pela intensificação do trabalho de uma maioria de trabalhadores mal-pagos. Ficava implícito que tanto a capacidade de generalizar o modelo como seu caráter socialmente desejável eram questionáveis. As mesmas qualificações se aplicam aos outros exemplos apresentados pelos proponentes da “especialização flexível”, como por exemplo os sistemas flexíveis de fabricação, dos quais a pioneira foi a Toyota, no Japão, e o setor da alta tecnologia em Baden-Württemberg, na Alemanha (Ibid.: 123).

Estaríamos, para estes autores, perante a uma Segunda Divisão Industrial, na qual, novas formas de organização do trabalho - ou mesmo o retorno de antigas formas de trabalho de base artesanal - estariam emergindo, assim como, também, novos princípios locacionais estariam transformando radicalmente a face do capitalismo do final do século XX, a partir de uma “nova” empreitada da tecnologia e de “novos” processos de trabalho.

Os proponentes da tese original da “especialização flexível” objetivam demonstrar que existem alternativas à produção em massa e que esta já não pode continuar sendo dominante como sistema de produção industrial. Portanto, o modelo da “especialização flexível” é formulado pelos autores como uma saída para a crise, cristalizada na saturação dos mercados

de massa, e onde tentam mostrar que os casos empíricos pesquisados indicariam sua viabilidade, sucesso e generalização.

Na região que compreende norte e centro da Itália - conhecida como a Terceira Itália - referente empírico de Piore e Sabel, a partir do qual elaboram a tese da “especialização flexível”, desenvolveu-se um crescimento industrial baseado num processo de descentralização da produção e no surgimento de uma rede de pequenas empresas. São empresas pequenas, cujas oficinas têm uma média de 10 trabalhadores. São firmas altamente especializadas com mão-de-obra qualificada capaz de atender as crescentes mudanças na demanda. Assim, nesta rede de empresas combinam-se trabalho artesanal e inovação tecnológica. A isto deve somar-se a capacidade dessas firmas em responder a mercados cada vez mais diversificados e exigentes, onde, aliás, possibilitam exportações que, em muitos casos, são levadas a cabo diretamente pelas pequenas empresas, prescindindo das grandes corporações italianas. Essas firmas, embora produzam, em grande medida, para as grandes corporações, parecem ter uma relativa autonomia (muita delas, organizam-se como cooperativas) e têm a particularidade de terem sido formadas por operários qualificados e antigos militantes sindicais demitidos em greves passadas. Segundo Piore e Sabel, o processo de industrialização nessa região teve impactos em termos de queda do desemprego. Assim mesmo, os níveis salariais são considerados os mais altos do país. Ainda como parte constitutiva desta experiência “paradigmática”, os autores apontam que foi fundamental a intervenção do governo local através de investimentos em infra-estrutura e nas políticas sociais de saúde, segurança e de regulamentação dos salários. Portanto, as particularidades do modelo de “especialização flexível” estariam delineadas nas relações inter-empresas e com um forte traço de complementaridade e cooperação entre elas.

Assim, na sua introdução, os autores vão explicitar o eixo do argumento que pretendem defender na sua obra:

“Estamos vivendo uma segunda divisão industrial (...) nós vemos duas estratégias potencialmente contraditórias para o relançamento do crescimento nos países avançados. A primeira estratégia, baseia-se nos princípios dominantes da tecnologia de produção em massa; mas isto requer uma extensão dramática das instituições regulatórias existentes, incluindo uma redefinição das relações

entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento. A segunda estratégia muda radicalmente os princípios tecnológicos estabelecidos e volta-se contra aqueles métodos artesanais de produção que foram perdidos na primeira divisão industrial. Esta segunda estratégia requer a criação de mecanismos regulatórios cuja associação com formas passadas de organização econômica aparentemente as faz pouco credíveis como instrumentos da indústria moderna” (Piore e Sabel, 1984: 6).

A tese destes autores afirma que estariam sendo geradas novas formas produtivas caracterizadas, fundamentalmente, por um considerável desenvolvimento tecnológico e, simultaneamente, produzindo uma desconcentração produtiva baseada em empresas pequenas de caráter artesanal. Nesse sentido, eles propugnam um novo futuro para a produção artesanal cooperativa estruturada no nível da pequena escala. Nas palavras dos autores:

“(...) os anos 70 e 80 seriam vistos, retrospectivamente, como uma virada de página na história da mecanização: o período em que a sociedade industrial voltou aos métodos artesanais de produção, considerados marginais desde o século XIX - os quais provaram ser fundamentais para a prosperidade” (Ibid.: 252).

Segundo Piore e Sabel, o sistema industrial que sustentou o crescimento do capitalismo das duas décadas posteriores do pós-Segunda Guerra Mundial entra em colapso no finais dos anos 60. Esta crise começa com manifestações de descontentamento e inquietação social seguida de escassez de matéria prima, progressiva inflação, desemprego crescente e, finalmente, com um processo de estagnação financeira. Nas palavras dos autores:

“Nos Estados Unidos e em outros lugares, tais sinais de crise levantaram questões sobre as instituições sociais e econômicas básicas. Houve tentativas para reconstruir corporações, sindicatos e o Estado. Mas a crise continuava sendo um quebra-cabeças sem solução: como era possível que as instituições que haviam gerado estabilidade e prosperidade, de repente, causassem inflação, desemprego, estagnação e inquietação social?” (Ibid.: 165 - 166).

Eles concebem a crise contemporânea como a crise do sistema industrial fundado na produção e no consumo em massa. Portanto, a tendência proeminente, a longo prazo, que se manifesta no período de gestação da crise corresponde a um processo de *saturação dos mercados de bens de consumo*. Desencadeia-se, desse modo, uma crise de subconsumo. A crise seria um reflexo da obsolescência que a produção em massa começaria a mostrar diante

dos novos padrões de consumo. Isto obedeceria a um mecanismo cuja manifestação mais clara seria a maior fragmentação das preferências dos consumidores e o desajuste existente entre o antigo regime de produção em massa e a necessidade de atender a demandas de mercado, crescentemente, heterogêneas.

Por outro lado, a crise é produto do desencadeamento de uma série de “acidentes” e “erros” dos economistas na escolha de determinadas estratégias e políticas econômicas. A estabilidade econômica vê-se comprometida e, junto com ela, encontram-se fortemente ameaçados os mecanismos reguladores. Piore e Sabel indicam cinco “episódios críticos” que seriam chaves para compreender a atual crise. O primeiro episódio corresponde ao conjunto de inquietações sociais acontecidas em finais da década de 60 e princípios dos 70. O segundo episódio corresponde ao abandono, por parte dos EUA, da responsabilidade de troca de dólares por ouro a taxas fixas e a mudança emergente, em 1971, do Sistema Monetário Internacional pelo regime de taxa de intercâmbio flutuante. Os terceiro e quarto episódios correspondem a dois magníficos aumentos no preço do petróleo (o primeiro aumento no período 1973 - 1979 e o segundo, como resultado da revolução iraniana, no período 1979 - 1983). O quinto e último episódio crítico está identificado à profunda queda da atividade econômica mundial, produto da prolongada taxa de juros altos empregada pelos EUA.³⁸

Nesse sentido, eles indicam a reestruturação produtiva em curso como um caminho necessário que se objetiva num novo padrão de acumulação baseado na revalorização da produção artesanal e em pequenos lotes, no abandono das economias de escala e na incorporação de formas mais flexíveis de contratação e de uso da força de trabalho.

Argumentam que este tipo de “especialização flexível” substitui o modelo fordista, e, por ser um trabalho dotado de flexibilidade, estaria isento do tipo de alienação intrínseca ao fordismo. A incorporação das novas tecnologias - na visão destes autores - criaria novas possibilidades de reconstituição das relações entre capital e trabalho. Nesse sentido, os novos sistemas de produção estariam cimentados em bases sociais, econômicas, políticas e geográficas radicalmente diferentes daquelas que fundamentaram a produção em massa.

³⁸Cf., para maiores detalhes; Piore e Sabel, 1984: 166 - 183

Para Piore e Sabel, o paradigma da “especialização flexível” envolveria novos padrões e mecanismos de uso da força de trabalho baseados numa reintegração do trabalho de execução com o de concepção. Assim, a polivalência dos trabalhadores, por serem permanentemente submetidos a treinamentos mais amplos, propiciaria o desempenho de tarefas variadas e multiqualficadas e, decorrentemente, um maior domínio sobre o conjunto do processo de trabalho. Assim, voltadas para a produção especializada em pequena escala, as firmas tenderiam a se utilizar de uma mão-de-obra mais qualificada e polivalente, com condições de responder às constantes necessidades de modificação dos produtos e a colaborar na solução de problemas que inevitavelmente surgem no momento do processo produtivo. Nas palavras dos autores:

“(…) a tecnologia acabou com o domínio das máquinas especializadas sobre os trabalhadores desqualificados e semiqualficados e redirecionou o progresso em direção à produção artesanal. O advento do computador restaura o controle humano sobre o processo de produção: a máquina novamente é subordinada ao produtor” (1984: 261).

Um ponto fundamental a ser considerado é que, para Piore e Sabel, o modelo de “especialização flexível” estimularia a concorrência gerando, simultaneamente, uma promoção de novos produtos e uma neutralização do tipo de concorrência que não consiga se concentrar no contínuo desenvolvimento dos mesmos.

Por outro lado, eles falam em termos de *comunidade especializada*, a qual estaria, no contextos destas novas formas de produtividade, baseada na colaboração envolvendo os sujeitos da produção, burgueses e operários, onde se daria a participação intelectual dos trabalhadores no processo de trabalho. Cabe ressaltar que a única condição sob a qual os conhecimentos da produção artesanal tornam-se produtivos é, na medida em que essa comunidade especializada - composta de trabalhadores e empregadores - se colabora mutuamente.

Por outro lado, a superioridade destes novos métodos que Piore e Sabel enfatizam em relação à produção em massa não poderia estar referida a partir da ligação estreita entre processos computacionais e a produção artesanal de caráter flexível e focalizada à demanda. É preciso, segundo Piore e Sabel, para conseguir a expansão da “especialização flexível”, novos dispositivos - através de novas instituições - que resolvam os problemas macro e

microeconômicos de crescimento enquanto vai se desenvolvendo essa inovação tecnológica. Assim, nos capítulos conclusivos, os autores levantam também a alternativa de reconstrução do equilíbrio econômico, fundamentado na produção em massa, a partir de uma proposta de extensão das instituições regulatórias, cristalizado - em suas palavras - na implementação internacional do keynesianismo, condição necessária para garantir o prolongamento do poder de compra da população mundial. Assim, eles consideram, como “(...) estratégia potencial de recuperação, a construção de uma ordem econômica internacional baseada na extensão da macroregulação keynesiana” (Ibid.: 252); ou, em outros termos, uma “(...) versão internacional da ordem keynesiana que governou as economias dos países industriais no período pós-Segunda Guerra Mundial” (Ibid.: 253).

Inúmeras críticas foram feitas a Piore e Sabel mostrando, sobretudo, a impossibilidade de generalização do modelo de “especialização flexível” e por considerarem que o “novo paradigma produtivo” - alternativo ao fordismo - já estaria definido.

Wood (1991), por exemplo, chama a atenção para a complexidade da realidade alegando que as argumentações “pós-fordistas” precisam ser analisadas cuidadosamente. Encaminhando sua reflexão a partir da incógnita de pesquisar se os métodos e práticas - nos que se baseiam as argumentações pós-fordistas - modificariam radicalmente “princípios centrais” do fordismo e introduziriam um sistema de produção qualitativamente novo, ou se, ao contrário, os métodos seriam uma continuação, um aperfeiçoamento do fordismo, implicando, talvez “grande avanço” na mesma direção dos sistemas fordistas. Diante desta pergunta, Wood contesta a definição da natureza da chamada “crise do fordismo”, argumentando: “Será assim, tão evidente, a saturação dos mercados, mesmo num país relativamente afluente como os EUA? Será, de fato, de tanta utilidade esse conceito? Supondo que sim, ainda parece prematuro falar (...) de tamanha saturação dos mercados que a ‘lógica fordista’ tenha sido ‘radicalmente’ abalado, quando se sabe que a demanda por automóveis, aparelhos de televisão e eletrodomésticos aumentou nos países da OCDE durante os anos 80. E o que dizer do contínuo crescimento da demanda por novos produtos, como microcomputadores, vídeos e *fast-food*?” (1991: 32).

Clarke (1991), faz sua crítica colocando que é difícil detectar qualquer coerência no modelo da “especialização flexível”. Aliás, sua aplicabilidade empírica já foi amplamente contestada e tem sido demonstrado que esta tese está longe de ser “*universalmente aplicada*”.

Num artigo fortemente contestador no que faz referência a outros autores, ele confirma a tese de que a *flexibilidade e a automação* têm sido introduzidas, de modo geral, como um mecanismo para *desqualificar, desorganizar e intensificar o trabalho* (Ibid.: 125).

Com o objetivo de demonstrar que o fordismo não foi substituído, como muitos pretendem, Clarke defende uma hipótese que deixa explícito que o fordismo não é *inerentemente inflexível*. Nas suas palavras:

“Um exame cuidadoso da revolução tecnológica fordista mostra que ela marcou o ápice da penetração do capital na produção, o que significa que o fordismo é sinônimo da produção capitalista como tal. Assim, na maneira como o próprio Ford aplicava os princípios da produção capitalista era inflexível. Esta inflexibilidade não era inerente ao sistema e foi abandonada no final da década de 1920. Em consequência, *não há motivo para acreditar que a produção fordista é inerentemente inflexível.*³⁹ *Pelo contrário, os princípios do fordismo já se demonstraram aplicáveis a uma gama extraordinariamente ampla de contextos técnicos*” (Ibid.: 128; grifos nossos).

Clarke finaliza seu ensaio afirmando que “(...) não há nada de pós-fordista nessa reestruturação. O sucesso da ofensiva capitalista removeu muitas barreiras que antes impediam que a mudança tecnológica criasse condições nas quais novas tecnologias pudessem ser

³⁹ “A fragmentação de tarefas significava que os engarrafamentos na produção podiam ser identificados de imediato, oferecendo problemas tecnológicos e/ou organizacionais bem definidos para os engenheiros de Ford. Significava também que as mudanças tecnológicas podiam ser introduzidas uma a uma, substituindo-se determinadas ferramentas ou alterando-se a organização de uma determinada seção da fábrica sem ter de transformar o sistema como um todo. Neste sentido, a fragmentação fordista de tarefas e a padronização de componentes introduziu uma nova *flexibilidade* que abriu o caminho para o dinamismo tecnológico” (Clarke, 1991: 131). Ou ainda: “Em resumo, o fordismo desmontou uma tecnologia que era extremamente rígida e uma organização da produção igualmente rígida, reduzindo-a a seus elementos constitutivos, a fim de remontá-la segundo seus próprios princípios racionais. Se é verdade que não há virtude inerente na “flexibilidade” por si só, e os métodos estabelecidos podem se tornar uma barreira para avanços posteriores, o dinamismo tecnológico constante, inerente ao fordismo, implica um máximo de adaptabilidade dos métodos de produção. Mais ainda, enquanto o fordismo desqualificava uma grande parte da mão-de-obra da produção direta, ele também criava a necessidade de novas qualificações. Para manter a linha de montagem em movimento, Ford precisava de uma camada de operários com especializações ‘polivalentes’ a fim de preencher lacunas na linha, dominar os engarrafamentos e fazer a manutenção da maquinaria. Ao mesmo tempo, o dinamismo do fordismo, necessário para manter a superioridade competitiva de uma fábrica, implicava o desenvolvimento constante de novas ferramentas,

introduzidas com proveito. Mas essas tecnologias não são introduzidas em termos qualitativamente diferentes de qualquer das suas predecessoras; tal como a linha de produção de Ford, são introduzidas apenas para aumentar os lucros. Alguns setores do trabalho se beneficiaram da introdução das novas técnicas, da mesma forma que os operários da linha de montagem de Ford se beneficiaram com a introdução do Dia de Cinco Dólares. Mas, assim como as pressões competitivas vindas de novas formas do fordismo, mais desenvolvidas e mais flexíveis, logo forçaram Ford a introduzir os homens de *Pinkerton* e o Departamento de Serviço, também os especialistas flexíveis e os especialistas em nichos do mercado já estão sofrendo a pressão de competidores que conseguiram reconciliar as economias de escopo com economias de escala. *A crise do fordismo não é nada de novo; é apenas a mais recente manifestação da crise permanente do capitalismo*” (Ibid.: 150; grifos nossos).

Por outro lado, aguda é a crítica de Annunziato (1989). Em artigo que analisa o fordismo na realidade estadunidense contemporânea, mostra que Piore e Sabel compreendem a “encarnação moderna da produção artesanal, a especialização flexível, como um meio necessário e desejável para salvar o capitalismo”(Ibid.: 100). Dirá Annunziato: “a causa da crise atual do capitalismo, para Piore e Sabel, é o fordismo excessivo, com sua voluptuosa produção em massa, o que tem sufocado a criatividade do trabalhador e o tem alienado no processo de trabalho” (Ibid.: 99).

“A produção artesanal, ao contrário do fordismo, é teorizada como a fonte de uma crescente produtividade, o que significa, em termos marxistas, maior mais-valia; e, para Piore e Sabel, essa é uma consequência positiva” (Ibid.: 100).

Contra a tese *proudhoniana* de Piore e Sabel que defende a existência de uma “democracia americana dos pequenos proprietários”, onde o trabalhador considerado um artesão dominaria a produção e onde os indivíduos se tornam em donos de seus meios de produção e de sua habilidade, Annunziato afirma que esta não passa de uma falácia, argumentando que o fordismo domina a economia americana até os dias de hoje, na medida que designa um processo de trabalho taylorizado e no sentido de que a hegemonia capitalista

tornos e máquinas que só podiam ser desenvolvidos por operários altamente qualificados, utilizando máquinas flexíveis e para fins diversos” (Ibid.: 131 - 132).

estende-se no interior das organizações dos trabalhadores, tanto sindicais quanto nos partidos políticos.

O autor, incorporando argumentos gramscianos no desenvolvimento do seu ensaio, conclui que a flexibilidade e a especialização não inibem o propósito primário do fordismo.

Conforme Coriat (1996), o modelo proposto por Piore e Sabel repousa sobre uma série de hipóteses cujo eixo consiste na apreciação implícita de que, incluso desde um ponto de vista dinâmico e prospectivo, as estratégias centradas nas economias de gamas e de variedade triunfam e triunfarão, necessariamente, sobre as que se esforçam por tirar partido das economias de escala. Dessa forma, a hipótese central implícita afirma que já não existiriam produtos de demanda suficientemente crescente e estável para que uma estratégia de economia de escala permita que a supremacia da produção de grandes volumes fundamente-se nesse tipo de demanda. A partir daí, a condição de emergência do modelo de “especialização flexível” seria possibilitada pela demanda cada vez mais segmentada e instável. As estratégias baseadas em um “efeito qualidade” (busca de diferenciação), triunfariam necessariamente sobre as baseadas na busca de um “efeito quantidade” (economias de escala). Tanto para Coriat (1996), quanto para Leborgne e Lipietz (1992), a tese da especialização flexível teria desenhado a coerência macroeconômica sem levar em conta as condições de sustentação da demanda efetiva.

III.1.C - A “NEO-INDUSTRIALIZAÇÃO” E O FIM DA DIVISÃO DO TRABALHO DE KERN E SCHUMANN

Os sociólogos alemães Horst Kern e Michael Schumann, a partir de uma pesquisa circunscrita na esfera da produção imediata e focalizada aos interesses da sociologia industrial desenvolvida nos setores das indústrias automobilística, de máquinas-ferramentas e química, argumentam que um novo modelo produtivo, oposto àquele com bases tayloristas, estaria sendo definido. Ele estaria fundamentado em uma nova forma de utilização do trabalho.

A extensa pesquisa destes autores fundamenta-se na hipótese segundo a qual a aparição de novos conceitos de produção seria geradora de uma nova modalidade de racionalização nas empresas. Assim, tendo como base uma análise minuciosa das novas tendências do processo de

racionalização que vêm acompanhando a introdução das novas tecnologias, Kern e Schumann identificam uma nova concepção de racionalização que compromete dois aspectos dicotômicos: A destruição do trabalho e o aproveitamento da mão-de-obra que permanece empregada. Estas duas dimensões aparecem como traços intrínsecos do “novo modelo produtivo”. Nas palavras dos autores:

“Através da conclusão das pesquisas, nossa hipótese político-laboral atual, que também determina as diretrizes de apresentação do material, é a seguinte: nos setores-chave industriais tem lugar, ante nossos olhos, uma transformação fundamental dos conceitos produtivos, segundo a qual os interesses empresariais na substituição do trabalho humano e na economia de postos de trabalho restantes estão imbricados entre si, conforme uma nova fórmula. Até agora todas as formas de racionalização capitalista repousavam sobre um conceito básico, que imaginava o trabalho humano como uma barreira na produção que era preciso vencer com uma autonomização o mais ampla possível do processo produtivo. No resíduo de trabalho humano, olhava-se, sobretudo, o fator deformante potencial que tinha de ser canalizado e controlado o mais possível mediante uma organização restritiva do trabalho. Esta colocação põe em dúvida nos dias de hoje, não só desde a perspectiva das pessoas empregadas, mas também da própria exploração do capital. Isto pode parecer paradoxal, justo no momento histórico de explosão das possibilidades técnicas de substituição de funções humanas, com a consequência de uma gigantesca eliminação do emprego, mas neste tempo também aumenta a consciência do significado qualitativo implícito no rendimento do trabalho humano e na estimativa das qualidades especiais deste tipo de trabalho. O credo dos novos conceitos produtivos expressa o seguinte: a) A autonomização do processo produtivo, perante o trabalho humano, por meio da tecnificação não constitui valor nenhum em si mesmo. A compressão do trabalho humano, levado ao máximo, não acarreta, por si, o ótimo econômico. b) O aceso restritivo à mão-de-obra despreza potenciais de produtividade importantes. Na recomposição do trabalho em tarefas mais totalizadoras não existe nenhum perigo, mas oportunidades; as qualificações e a soberania profissional dos trabalhadores são forças produtivas que convém aproveitar reforçadas” (Kern e Schumann, 1988: 8).

Esta relação dicotômica que estaria perfilando o novo modelo de produção significa que se, por um lado, o processo de racionalização afeta em termos de uma tendência inelutável à diminuição do postos de trabalho, por outro lado, a autonomização do processo produtivo em relação ao trabalho vivo e a substituição do trabalhador pela máquina não permitem, por si sós, que se atinjam melhores níveis de produtividade. Para atingir um desempenho ótimo nos níveis

de produtividade é preciso, segundo os autores, que as empresas se preocupem em termos de qualificação e habilidades profissionais dos seus operários, os que emergem como capital humano e como importantes capacidades produtivas a serem aproveitadas.

Visto dessa maneira, a relação estabelecida por Taylor entre aumento dos níveis de produtividade e desqualificação-fragmentação-parcelarização do trabalho perderia vigência no contexto atual das mudanças na esfera produtiva. Os autores falam em termos de “*fim da divisão do trabalho*” porque a atual tendência, longe de ser um reforço da divisão do trabalho, revelaria um enriquecimento do conteúdo do trabalho. Assim, *concepção e execução* entrariam novamente em comunicação no processo de trabalho. Portanto, estas mutações dariam indícios para a emergência de um novo paradigma produtivo a partir de uma ruptura radical com o taylorismo. Os autores afirmam, a este respeito:

“No lugar de uma potencialização da divisão do trabalho, vimos, em muitas partes, sérias tentativas de voltar a ampliar o conteúdo dos postos de trabalho. No lugar do empobrecimento das qualificações, era freqüente o esforço real feito para melhor tirar partido da competência do operário que saltava aos olhos. No lugar de se vierem reduzidas, as ações de formação encontravam-se comumente intensificadas e seu programa renovado com respeito ao conteúdo. Finalmente, no lugar de uma relação fortemente hierarquizada com os operários, nós encontramos, mais freqüentemente, situações nas quais, sem que a divergência de interesses tivesse sido alterada, o operário era mais considerado enquanto pessoa” (Ibid.: 7).

Com esta série de constatações, Kern e Schumann colocam que haveria uma transformação complexa da estrutura industrial, indissociável de uma mudança de paradigma no concernente à política de utilização da força de trabalho. O começo da generalização do novo modelo produtivo envolveria transformações no conjunto da sociedade.

Logo após uma análise detalhada das mudanças na esfera do aparato produtivo industrial, os autores indicam, à guisa de conclusão, uma série de considerações para aquilo que eles chamam de “política de modernização”.

Conforme Kern e Schumann, as inovações técnico-organizacionais implementadas, nos dias de hoje, como consequência dos novos conceitos de produção nos setores-chave industriais, revelariam, de acordo com a sua pesquisa, um salto no desenvolvimento das forças

produtivas. Este desenvolvimento das forças produtivas ofereceria a oportunidade de assegurar, por um lado, as condições materiais de vida com um escasso esforço de trabalho e, por outro, uma utilização reduzida de energia, matérias-primas e meio ambiente. Estas referências, a respeito dos recursos, são concebidas, em si mesmo, como “progresso social”.

Esta perspectiva, segundo os autores, implica uma atitude positiva perante os novos conceitos de produção. Todavia, a “neo-industrialização” precisaria de uma simultânea reorganização política da sociedade.

Assim, o sistema industrial constituiria uma *conditio sine qua non* de um progresso social ulterior e a “neo-industrialização” abriria opções consideráveis. No entanto, os autores vão colocar que, enquanto os conceitos de produção permanecerem *cativos de sua privacidade estreita*, eles representam uma *modernização refreada* que impediria de cumprir, perante a sociedade, a exigência de racionalidade depositada no conceito.

Para libertar os novos conceitos de produção das limitações e adversidades, características de uma modernização fundamentada na economia individual, se precisar-se-ia de medidas políticas que garantam uma “verdadeira modernização”. Eles vão propor o seguinte procedimento:

“- Esgotamento expansivo da massa total de funções qualificadas, ampliada no contexto das novas tecnologias, com o propósito de conseguir definições complexas dos postos de trabalho para um maior número possível de pessoas.

- Utilização das novas tecnologias para eliminar funções primitivas, na medida do possível, sem destruição de postos de trabalho.

- Orientação dos processos de formação no horizonte de um conceito ampliado de qualificação (nenhuma limitação a capacidades específicas de processo; orientação para um trabalho profissional soberano, e aplicabilidade múltipla, profissional e privada, dos conhecimentos e capacidades).

- Nenhuma fixação unilateral de exigências a respeito do rendimento; obrigação de atingir um compromisso sobre o rendimento” (Ibid.: 369 - 370).

Os autores vão acrescentar que a dinâmica existente nos dias atuais nos setores-chave industriais oferece mais oportunidades do que nunca para eliminar, por estes meios, a heteronomia do trabalho industrial:

“Pela primeira vez na história do sistema industrial, é possível agora, com a neointustrialização, em lugar de elevar a heteronomia do trabalho industrial, faze-la retroceder em amplas áreas e melhorar de forma decisiva os requisitos para um comportamento competente e autoconscientizado no processo laboral” (Ibid.: 373).

Assim, para os autores, essas mudanças propiciariam, simultaneamente, mecanismos para um desenvolvimento da personalidade no processo produtivo e uma elevação dos requisitos para uma ação autônoma fora do trabalho.

“Estes desenvolvimentos internos da indústria permitem esclarecer, com uma nova luz, as reduções da jornada laboral que terão lugar na fase da neointustrialização, quaisquer que possam ser os conflitos sociais a respeito. O espaço de manobra ganho fora do trabalho só pode se converter em um campo de atividade própria, autodeterminada, quando está ocupado por pessoas que não estão esgotadas nem quebradas pelo processo do trabalho, e também vice-versa, os trabalhadores que não têm um contexto vital próprio, e não determinado só pelo papel laboral, podem exercer, de forma ofensiva, as possibilidades de regulação no processo laboral” (Ibid.: 373 - 374).

Para Kern e Schumann, a política dos novos conceitos de produção não estão isentos de conflitos. Não entanto, segundo eles, os enfrentamentos não devem ser concebidos como o *“antigo caminho do antagonismo entre trabalho assalariado e capital”* (Ibid.: 370- 371). Assim, em um período de *“transformação fundamental”*, os conflitos estariam delineados em termos do enfrentamento entre as diretivas a respeito de qual seria a linha a seguir. Por outro lado, *“(...) os trabalhadores, comitês de empresa e sindicatos chegam antes a acordos sobre suas condições com os inovadores das direções. A colocação destes últimos também se nutre da idéia de uma possibilidade de boas relações com os trabalhadores diretos. Aliás, os inovadores não podem se permitir abrir um conflito aberto com os trabalhadores na sua estratégia de penetração, porque isto tornaria pouco digno de crédito todo seu conceito”* (Ibid.).

Na conclusão, os autores vão afirmar:

“Um resultado central de nosso estudo é a reintrodução e o cimento da inteligência na produção como requisito e consequência dos novos conceitos de produção. Encontramos hoje, em áreas importantes da indústria, uma constelação econômica de mercados e produtos que não leva consigo nenhuma racionalização

- conforme o padrão taylorista. A própria utilização do capital exige a mudança na utilização da mão-de-obra. Quanto mais se aproximam as concepções do produto à geração de artigos de qualidade de alta complexidade e quanto mais apontam os conceitos de produção ao emprego em amplas áreas das novas tecnologias, tanto mais se oferece como conceito ótimo de aplicação do trabalho a recomposição totalizadora de tarefas e a utilização mais ampla das qualificações. Na questão sobre em que parte da empresa tem de ser cimentada a inteligência necessária para a produção: só nos setores externos da planificação e de disposição, perante às quais ficaria uma fabricação puramente executora sem essa competência e qualificação (isto seria a continuação das velhas diretrizes), ou na própria produção, cujo *Know-how* e experiência não se reconhecera enquanto um resíduo tedioso, mas como um componente irrenunciável do desenvolvimento da força produtiva (tais são os novos conceitos de produção), a segunda posição ganha, pouco a pouco, a competição. Por isto falamos, em relação aos setores chave industriais, do possível fim da divisão do trabalho e da (re)profissionalização do trabalho de produção. Não é possível conseguir uma maior produtividade sob as circunstâncias atuais sem um desenho mais cuidadoso, 'mais claro' do trabalho humano - essa é uma experiência que também o capital deve obter. Não só como meio de reprodução material respeitosa com os recursos, mas também como meio de trabalho industrial melhorado, os novos conceitos de produção representam por hora, embora seja de forma embrionária, um progresso social" (Ibid.: 368).

O *progresso social* estaria identificado à forma como os trabalhadores são incorporados, mais uma vez, ao processo de reestruturação do capital e à reformulação dos espaços da produção imediata, através de um sistema de trocas compensatórias, mediante o qual se consegue uma nova subalternidade política cristalizada no compromisso (dos trabalhadores em relação ao capital) com a produtividade e a qualidade. O *savoir faire* dos trabalhadores é, mais uma vez, manipulado e cooptado pelo capital. Mais uma vez, as mudanças em curso são em função da valorização do capital e em detrimento da construção da identidade de classe das camadas subalternas no processo de trabalho.

III.1.D - O MODELO JAPONÊS: COERÇÃO E CONSENTIMENTO; ENGAJAMENTO PARTICIPATIVO OU SUBALTERNIDADE POLÍTICA?

Como já salientado, para qualificar e conceituar o conjunto de mudanças no chamado "regime/padrão de acumulação", nas formas de produção de mercadorias e de reprodução da força de trabalho, nas formas organizacionais do processo produtivo, mutações essas ocorridas simultaneamente à incorporação e proliferação da automação microeletrônica na indústria,

determinadas correntes do pensamento econômico e sociológico (Aglietta, 1979; Piore e Sabel, 1984; Kern e Schumann, 1986) referem-se à emergência de um novo paradigma produtivo apresentado como alternativo àquele característico do fordismo. Assim, a chamada “Segunda Divisão Industrial” estaria identificada ao o desenvolvimento da produção via “especialização flexível”, de caráter artesanal; com as inovações tecnológicas e organizacionais; com a descentralização produtiva e com a abertura ao mercado internacional, entre outras características. Estaria identificada, também, à tese que defende “o fim da divisão do trabalho”, embora seja apenas a divisão taylorista do trabalho fundamentada no *one best way*, na prescrição das tarefas e numa forma determinada e peculiar de relacionamento autoritário no contexto do chão-da-fábrica.

Segundo as correntes teóricas acima referidas, esse “novo paradigma produtivo” acharia, em grande medida, um referencial empírico no “modelo japonês”. Desta forma, o caso japonês seria um dos “inspiradores” dessas novas tendências teóricas em debate.

Algumas das teses revelam que a alternativa ao fordismo produziu-se, primeiramente, no Japão. Devido a condições históricas, as principais empresas japonesas nunca abraçaram completamente o paradigma fordista. As empresas japonesas foram forçadas a desenvolver um novo modelo de manufatura, o qual se baseia em sistemas deliberados *Just In Time*, em novas relações gerenciais e administrativas, em uma corporação burocrática mínima, em estreitas relações com os fornecedores - obtendo deles diversas modificações dos materiais disponíveis em catálogo - conforme a demanda do consumidor. A produção, sob o toyotismo, sustenta-se pela existência do estoque mínimo e é conduzida diretamente pela demanda. Ela é variada e diversificada, sendo o consumo quem determina o que será produzido. Contudo, oitenta por cento dos componentes utilizados no processo produtivo são conhecidos, controlados e padronizados.

A introdução de novas tecnologias no setor manufatureiro japonês transformou o processo produtivo em várias direções. Ela possibilitou maiores níveis de produtividade a custos menores, maior diversidade de produtos e melhor controle de estoques. Assim, o processo de trabalho japonês caracteriza-se por produzir uma pequena quantidade de um leque de produtos, em vez de grandes quantidades de produtos padronizados. Isto demanda a

substituição de trabalhadores qualificados e aumenta a necessidade de uma força de trabalho flexível. Por outro lado, as novas tecnologias incorporadas à esfera da produção imediata, tem promovido um processo de desqualificação em diferentes áreas e a proliferação de tarefas de rotina necessárias em relação às novas técnicas de produção.

O modelo japonês - chamado também de “toyotismo” ou “ohnismo”⁴⁰ - flexibilizou simultaneamente o aparato produtivo e a organização do trabalho. Coriat (1993; 1994), lhe atribui um caráter inédito no desenvolvimento do modelo japonês. Segundo o autor, a relação salarial japonesa abre uma nova era nas organizações “pós-tayloristas” e “pós-fordistas”.

O processo de des-especialização, polivalência e constituição de mercados internos de trabalho projeta uma trajetória japonesa de racionalização do trabalho operário, amplamente inédita⁴¹. Uma das causas essenciais da extraordinária competitividade das empresas japonesas, assim como do conjunto de inovações nas áreas associadas à organização do trabalho e à gestão da produção, estariam ligadas à peculiaridade da história econômica e a sociologia histórica do Japão. Concomitantemente a este conjunto de inovações organizacionais no Japão, estar-se-ia consolidando - conforme Coriat - uma verdadeira escola japonesa de gestão da produção, diferente da escola clássica americana (a escola do “*Scientific Management*”, cujos pioneiros foram Taylor e Ford), cujo traço essencial revelaria as condições contemporâneas da competição entre empresas, nas quais a obrigação de diferenciação e de qualidade têm um lugar relevante.

⁴⁰ Toyotismo é chamado, também, de “ohnismo” em relação a Ohno, o engenheiro que originou o modelo na Toyota.

⁴¹ “Tudo começa pelo fato de que, diante de um problema de resistência da mão-de-obra qualificada e de suas organizações à racionalização do trabalho, problema em si de natureza igual ao enfrentado, por exemplo, pelos Estados Unidos, foram desenvolvidas no Japão soluções diferentes daquelas experimentadas no país norte-americano (especialmente sob a influência de Taylor e Ford). À princípio, parciais e locais, voltadas para a resolução de dificuldades práticas sempre particulares, estas soluções acumularam-se progressivamente umas em relação às outras, acabando por desenhar uma trajetória original, orientada numa direção própria e inédita. Em relação à via e à trajetória americanas de racionalização do trabalho, é possível abordar as singularidades da via japonesa, notando-se que: ao passo que, nos Estados Unidos, a via central foi a da *parcelização e da repetitividade do trabalho* (materializada pelos protocolos taylorizados do estudo do tempo e dos movimentos), enquanto meio principal de luta contra a resistência do sindicalismo de ofício à racionalização do trabalho, tudo culminando e traduzindo-se finalmente no grande conjunto de compromissos que constitui o *Job Control System*, no Japão, a via seguida partiu da *des-especialização dos trabalhadores qualificados* por meio da instalação de uma certa polivalência e plurifuncionalidade dos homens e das máquinas, concretizada pelas recomendações conjuntas de ‘*liberalização*’ da produção, da ‘*autonomia*’ e multifuncionalidade dos trabalhadores” (Coriat, 1993: 81).

Conforme coloca Hirata, o modelo japonês enquanto modelo de organização do trabalho e da empresa, trata-se, em princípio, de uma determinada modalidade de divisão social do trabalho no interior da empresa:

“(...) não alocação do trabalhador a um posto de trabalho específico, o que significa um funcionamento baseado na polivalência e rotação de tarefas (de fabricação, manutenção, controle de qualidade, gestão da produção); predomínio do grupo de trabalho sobre os indivíduos, divisão de trabalho menos nítida entre operários da manutenção e da fabricação, entre os diferentes categorias hierárquicas (contramestres, engenheiros, chefes de fábrica, trabalhadores); linha de demarcação mais difusa do que nas empresas dos países ocidentais, entre a direção e a execução, com o trabalhador conhecendo e dominando melhor o processo global de produção, o que se torna possível pelas práticas de gestão correntes na empresa japonesa, em particular, pelas práticas de mobilidade interna” (1993: 13).

Por outro lado, o modelo japonês enquanto organização industrial inter-empresas seria um modelo de caráter dualista e hierarquizante na medida em que se estabelecem trocas de tipo muito particular entre fornecedores e subcontratados, de um lado, e as grandes empresas, de outro (Ibid.).

Segundo Ohno:

“O sistema Toyota teve sua origem na necessidade particular em que se encontrava o Japão de produzir pequenas quantidades de numerosos modelos de produtos; em seguida evoluiu para tornar-se um verdadeiro sistema de produção. Dada sua origem, este sistema é particularmente bom na diversificação. Enquanto o sistema clássico de produção de massa planejado é relativamente refratário à mudança, o sistema Toyota, ao contrário, revela-se muito plástico; ele adapta-se bem às condições de diversificação mais difíceis. É porque ele foi concebido para isso” (citado por Coriat, 1994: 30).

Trata-se, em princípio, conforme Coriat, “do contrário, do ‘inverso’ do sistema concebido algumas décadas anteriores no nordeste norte-americano pelos ilustres predecessores que são, para Ohno, Taylor e Ford” (Ibid.: 31). Os dois pilares do método desenhado por Ohno objetivam-se em “(...) buscar origens e naturezas de ganhos de produtividade inéditas, fora dos recursos das economias de escala e da padronização taylorista e fordista, isso na pequena série e na produção simultânea de produtos diferenciados e

variados” (Ibid.: 32). Trata-se, enfim, nos termos de Coriat, de “pensar ao contrário toda a herança legada pela indústria ocidental” (Ibid.: 47)⁴².

Coriat (1994), elabora uma cronologia visando demonstrar a forma como o sistema Toyota se instaurou no Japão. Este autor analisa quatro fases, identificando certos “eventos contingentes” através de uma série de *momentos-chave* na concepção deste novo método de trabalho. Cada um dos períodos apontados por Coriat revelam um avanço na inovação em matéria de organização da produção:

Fase I (1947-1950): As inovações técnico-organizacionais herdadas da experiência têxtil - devido a que o têxtil era o ramo de domínio inicial de atividade na sociedade japonesa - são transferidas para o setor automobilístico visando introduzir a *autonomação*.

A inovação que se introduz consiste em confiar ao operário a condução e gestão simultânea de várias máquinas. Isto implica, conseqüentemente, uma outra organização e especialização das oficinas e um outro modo de consumo da força de trabalho. Coriat acrescenta que o conjunto das inovações implementadas não deixou de suscitar uma intensa resistência de parte dos operários qualificados japoneses.

Fase II, compreende o *choque* dos anos 1949 e 1950, momento significativo na história da implantação do sistema, justamente, porque neste breve período se sucedem três acontecimentos-chaves: o primeiro deles, em 1947, a partir de uma grave crise financeira da

⁴² Mas nem sempre se trata, para Ohno, de uma ruptura com os princípios fundantes do taylorismo e do fordismo, a saber:

“Em relação ao taylorismo, (...) matriz sempre comum de todas as organizações do trabalho até os nossos dias, a dívida que Ohno reconhece ter é imensa. Com efeito, o mestre japonês insiste fortemente no fato de que todo o seu ensinamento permanece fortemente apoiado e construído sobre os *protocolos taylorizados de medidas dos tempos e movimentos*. E deixaríamos seriamente de compreender o ohnismo, se não observássemos que o estabelecimento dos padrões de operação (a partir dos gestos e dos tempos elementares) tem no ohnismo o mesmo lugar fundador que possui no taylorismo. A diferença reside aqui ‘apenas’ - mas seus efeitos, como se verá, são imensos - no fato de que Ohno procederá certamente com base em ‘padrões’, mas *padrões re-agregados e moduláveis*, o que assentara a produtividade, não sobre a repetitividade e a grande série, mas sobre a flexibilidade e a variedade, conforme o que constituía o impulso inicial e a orientação fundamental de sua pesquisa: encontrar origens e suportes de ganhos de produtividade que não se baseassem nos recursos da produção em grande série” (Coriat, 1993: 86).

“Da mesma forma, na apreciação de suas contribuições específicas em relação ao fordismo, é também sobre as continuidades que Ohno preferiu insistir. Estas são então apontadas entre os princípios, comuns aos dois sistemas (Toyota e Ford), de pesquisa sistemática na economia de material e redução dos desperdícios de diversos tipos. Esta vontade de reduzir os desperdícios é apresentada como estando concentrada na tensão permanente para realizar e concretizar, na maior amplitude possível, o princípio da ‘produção fluente’” (Ibid.).

empresa; o segundo, em 1950, assiste-se ao desenvolvimento de uma greve de grande importância que tem como resultado a demissão de 1600 operários, aproximadamente, assim como, também, a demissão do próprio Presidente-fundador Kiichiro Toyota.

Acabada a greve, que reduziu uma quantidade importante do pessoal da fábrica, começa a Guerra da Coréia. Neste contexto, encomendas em massa são endereçadas à Empresa Toyota, sempre em pequenas séries, sujeitando a empresa a sofrer multas se não cumprir os prazos fixados para as entregas. A empresa precisaria encontrar meios de aumentar vigorosamente sua oferta de produtos sem poder recorrer à admissão de novos empregados. A Toyota acabara de fazer uma importante e drástica demissão dos seus operários; aumentar seu pessoal seria desmoralizar-se. A partir desse momento, tão crítico, a empresa vê-se obrigada a implementar soluções originais e inovadoras.

Fase III, que compreende os anos 1950 e começo dos anos 1960, momento que se produz a importação para a fabricação automobilística de técnicas de gestão dos estoques dos supermercados norte-americanos.

Introduz-se o método *Kan-Ban* propriamente dito. Esse método vai ser produto da convergência de dois eventos. Um deles se dá a partir das reflexões do presidente-fundador a propósito das pesquisas sobre os métodos norte-americanos: “*O ideal seria produzir exatamente aquilo que é necessário e fazê-lo no tempo exatamente necessário*” O impacto que o engenheiro Ohno produziu com a formulação desse princípio vai fazer com que ele encontre uma primeira materialização na observação do sistema de reabastecimento dos supermercados; técnica que se apresenta então como uma inovação organizacional no setor do comércio. A partir daí, a destreza proposta pelo engenheiro Ohno deriva da sua percepção da vantagem do que poderia significar uma inovação nascida e desenvolvida, originalmente, no setor do comércio e transplantando-a para o setor da produção. Já para 1961, o fundamental das fábricas Toyota estavam funcionando conforme o método *Kan Ban*.

Fase IV, a partir da extensão do método *Kan Ban* aos subcontratantes.

De 1962 ao pós-1973, o esforço é dirigido aos subcontratantes e aos fornecedores, ao mesmo tempo em que no interior da empresa o sistema consegue desenvolver-se melhor e aperfeiçoar-se.

É importante, também, levar em conta que depois da crise do petróleo de 1973 o Japão, enfrenta um período de crescimento lento e, em alguns momentos, de crescimento negativo. Situação em que o método implementado pelo engenheiro Ohno consegue ter grande sucesso no sentido que produz ganhos de produtividade num contexto de ausência do crescimento de economias de escala.

O *Kan Ban* é um sistema de produção fundamentado na demanda do mercado, invertendo as regras de administração dos estoques e o fluxo de informações, isto é, as ordens de fabricação saem do mercado para dentro da fábrica. O *Kan Ban* são placas que são utilizadas para a reposição de peças. Como senha de comando, esta placa - chamada *Kan Ban* - acompanha as etapas da produção através de caixas e fichas, e retorna ao departamento de fabricação para sua reposição, após o término da operação ou utilização. Portanto, é do final, após a venda, que se inicia a reposição de estoques, e o *Kan Ban* é a senha utilizada que indica a necessidade de reposição dos produtos. Daí, provém a semelhança do *Kan Ban* com o modo de funcionamento dos supermercados que repõem os produtos na prateleiras depois da venda.

O *Kan Ban* também envolve o trabalhador como responsável da produção, prescinde de inspetor de qualidade, elimina a perda de tempo por falta de peças ou produtos e proporciona a redução de custo com estoque, bem como o aproveitamento do espaço.

O método *Kan Ban* está intimamente ligado ao *Just In Time* e aos chamados *Círculos de Controle de Qualidade*, na medida em que são esses últimos os que garantem o melhor aproveitamento possível do tempo de produção e a qualidade dos produtos. O *Just In Time* trabalha com estoques mínimos necessários de matérias-primas, insumos, produtos semi-acabados e acabados. Voltado para o mercado diversificado, visa reduzir o tempo de preparação da máquina e de movimentação de materiais, eliminando, assim, as porosidades do processo produtivo e garantindo o controle de qualidade dos produtos. O *Just In Time* exige a participação de grupos de trabalhadores, que passam a se responsabilizar não apenas por uma etapa do processo de produção, mas pela totalidade do processo produtivo. Desta maneira, os

chamados *Círculos de Controle de Qualidade*, formados de pequenos grupos comprometendo tanto trabalhadores como gerentes de uma fábrica ou departamento de produção, propiciam, através de reuniões periódicas, geralmente fora do expediente normal e sem remuneração extra, a discussão dos problemas que se apresentam no interior do processo produtivo e elaboram sugestões que visam o aperfeiçoamento da qualidade e o aumento da produtividade, com o menor custo possível e num tempo de trabalho menor.

É importante salientar, também, além dos “eventos contingentes” que determinaram a conformação do chamado “modelo japonês”, Coriat (Ibid.) assinala três “determinantes estruturais fortes” da formação do método Toyota.

O primeiro aspeto apontado por Coriat tem a ver com *as especificidades do mercado automobilístico japonês nos anos 50: demandas curtas e diferenciadas*. Na primeira metade dos anos 50, momento que surge o método *Kan Ban*, o Japão, após o tempo das imensas destruições provocadas pela guerra e pela derrota, havia retomado o processo de industrialização. Contudo, as prioridades estavam focalizadas na reconstrução de um aparelho de produção nos grandes setores de base da economia tais como, carvão, siderurgia, máquinas e bens de produção.

A indústria automobilística beneficiou-se, por sua vez, de uma lei que visava favorecer o seu desenvolvimento, mas ela já vinha de muito longe: o número de veículos a motor fabricados em 1950 era de apenas 32.000, considerando que a maior parte destes veículos era constituída por caminhões destinados aos canteiros de obras públicas. Os dados correspondentes aos anos de 1955 e de 1960, indicam, ainda, um lento crescimento da constituição de um mercado interno japonês. É só em 1965 que o número de carros de turismo ultrapassou o de veículos utilitários, momento em que se constitui uma norma de consumo de massa no Japão, durante esse período⁴³. Daí deriva o desafio que se apresentava a Ohno de como realizar ganhos de produtividade indispensáveis à abertura de um verdadeiro mercado interno, sem ampliar o volume de produção e logo sem apoiar-se nos recursos certamente importantes, mas nesses casos inacessíveis, de exploração das economias de escala. Portanto, ao contrário da escola norte-americana (taylorismo e fordismo), centrada na obrigação de modificar a organização do

trabalho para torná-la adequada às necessidades de um mercado em rápida expansão e que destinava tudo à grande produção em série, os administradores japoneses deviam enfrentar uma situação em que seu atraso técnico e industrial proibia toda perspectiva de exportação e onde o mercado interno era sumamente estreito. A partir desta limitação é que se determinam a competência e a concorrência sobre uma capacidade de satisfazer demandas curtas e variadas.

Um segundo determinante chave colocado por Coriat tem a ver com *as fantasias do método Dekansho no que diz respeito à questão dos estoques e a ameaça financeira de 1949*.

Segundo Coriat, o ano de 1949 - ano em que a Toyota estava atravessando graves dificuldades financeiras e esteve muito próxima da falência - parece ter desempenhado um papel muito importante no engajamento da Toyota em métodos inovadores.

Ela tinha sofrido uma forte queda da demanda como produto da política de austeridade rigorosa propiciada pelo governo nipônico no curso do ano precedente. Assim, esta empresa viu-se submetida às diretrizes de um grupo bancário, que tinha sido chamado para socorrê-la. As diretrizes que o grupo bancário lhe impôs estavam identificadas a um princípio de adaptação de produção ao nível da sua demanda e a seu submetimento ao primado comercial; elas foram: a criação de uma sociedade de distribuição, autônoma e distinta da sociedade de produção dos veículos a motor; o princípio da separação da fabricação e da distribuição foi, assim, exigido à empresa; uma redução considerável de pessoal que estava trabalhando na empresa; um ajustamento das quantidades de carros produzidos às quantidades efetivamente vendidas. Estas exigências vão demandar o *Just In Time*, isto é, produzir exatamente as quantidades vendidas e produzi-las no tempo exatamente necessário. Essa foi a estratégia que permitiria à Toyota assegurar a sua sobrevivência.

Por outro lado, conforme uma descoberta de Ohno, parece que o método *Dekansho* tinha sido uma das causas da crise financeira da Toyota que, por motivo de seus excessivos desperdícios (em termos de tempo de trabalho e de material), viu-se na situação de falta de fundos necessários para comprar materiais e peças essenciais para a fabricação de automóveis. O método chamado *Dekansho* era aquele aplicado aos planos de produção: durante vinte dias

⁴³ Para maior aprofundamento, consultar Coriat (1994: 41 e ss.).

acumulavam-se, na maior desordem, as produções e os estoques de peças intermediárias e de produtos em curso de fabricação, antes de se começar enfim, nos dez últimos dias do mês, a fabricar automóveis. O conjunto destes fatores vai criar o imperativo da “produção a estoque zero”.

Finalmente, o terceiro determinante estrutural da formação do ohnismo assinalado por Coriat compreende aspetos relativos ao *mercado de trabalho e às relações industriais*.

Para compreender algumas das dimensões mais centrais e cruciais do sistema Toyota, Coriat coloca alguns dos traços característicos do mercado de trabalho e das relações industriais no pós-guerra e na década de 50.

É preciso salientar que o movimento sindical constituído na indústria automobilística possuía uma forte característica de sindicalismo de indústria no sentido que estava identificado como um dos sindicatos mais combativos no período imediatamente posterior à Segunda Grande Guerra. Como foi dito em páginas precedentes, era esse mesmo sindicalismo que protagonizou a iniciativa do conflito de 1950 (momento da crise financeira já indicada); conflito que, depois de dois meses de greves e de manifestações e protestos diversos, teve como produto uma derrota maior para o sindicato e uma demissão em massa de aproximadamente 1.600 empregados.

Em 1952, após a retirada da administração norte-americana, e face ao intenso movimento de racionalização da produção que atravessou o arquipélago, uma grande onda de lutas operárias percorreu o Japão com a iniciativa e apoio dos sindicatos. A Toyota não estava isenta desse movimento e o sindicato na empresa organiza um movimento de reivindicação salarial e de resistência à racionalização que durará cinquenta e cinco dias. Mais uma vez, a direção se opõe a qualquer compromisso formal, negociado com os trabalhadores. Após esse período, a Toyota consegue derrotar o sindicato. Ela consegue transformar o ramo local do sindicato de indústria em um sindicato interno, ou, dito em outro termos, sindicato de empresa, funcionando segundo regras e procedimentos novos, ditados pela própria empresa. Em 1953, o movimento sindical histórico deste setor foi destruído. No ano seguinte, este mesmo sindicato julgado insuficientemente cooperativo é dissolvido e substituído por um novo sindicato cujo estatuto e

cujas estruturas foram revistos. A partir daí surge um novo sindicato conforme o “espírito Toyota”.

Conforme coloca Wood (1991), para o engenheiro Ohno, o fordismo tinha dois fundamentos básicos: a eliminação do desperdício, de material e de esforços, por um lado, e a produção para consumo de massa, por outro. Na prática, ele acentuava o segundo princípio, acarretando superprodução ou subutilização do capital, o que intensificava o problema de desperdício em geral. Assim, o chamado método *Just In Time* desenvolveu-se como um mecanismo de incrementar a utilização da capacidade instalada, na medida em que os engenheiros tentavam reduzir o tamanho dos lotes sem gerar desperdícios inúteis, procurando, por exemplo, diminuir os tempos de preparação das máquinas.

Segundo Ohno, o resultado foi o desenvolvimento de novos princípios básicos de gestão, que colocavam em xeque as diretrizes subjacentes à prática do fordismo ainda que não fossem inerentes à sua teoria. Se levarmos em conta que os princípios do fordismo poderiam resumir-se, em parte, mediante a inferência de que *só é possível produzir eficientemente com grandes lotes ou com longo tempo de operação das máquinas, e uma utilização mais intensiva da capacidade supõe a existência de grandes estoques intermediários de material e de produtos primários. A esses fundamentos acrescentava-se a idéia de que só se pode melhorar a qualidade da produção, elevando-se os custos.*

Esclarecidos algumas das diretrizes do fordismo, o sistema japonês parece inverter esses princípios: mostra que é possível produzir eficientemente com lotes menores; que a minimização dos estoques intermediários e o suprimento *Just In Time* de peças “perfeitas” aumenta o rendimento do processo; e é possível melhorar a qualidade sem incorrer em custos adicionais.

Wood afirma que “(...) o *Just In Time* não chega exatamente a reverter os dogmas fundamentais da produção em massa, como às vezes se pensa, mas reverte os modos convencionais de operacionalizá-los” (1991: 37). Não obstante, para o autor, na medida em que o toyotismo envolve operários e supervisores na engenharia e no planejamento da produção, modificam-se, radicalmente, certas dimensões fundamentais do taylorismo (Ibid.). O toyotismo não se caracterizaria apenas pela eliminação de estoques de reserva e pelos

procedimentos *Just In Time*, mas também pelo elemento de “relações humanas” que fornece a base para “o controle de qualidade total” e o envolvimento dos trabalhadores na racionalização (Ibid.: 1993: 53).

Para Coriat, o toyotismo revela uma dinâmica original de obtenção de ganhos de produtividade ao serviço de um *engajamento estimulado*. Ele estaria fundamentado em um “círculo virtuoso não-fordista”⁴⁴:

“Os investimentos em recursos humanos garantem um alto nível de polivalência e de plurifuncionalidade dos assalariados, os quais tornam possível a eficácia das inovações organizacionais; por sua vez, estas últimas permitem liberar ganhos de produtividade tais que permitem realimentar os investimentos em recursos humanos (...) O princípio “virtuoso” é assim reproduzido ininterruptamente. Se buscamos penetrar mais adiante nos mecanismos da *coerência dinâmica* desta cadeia virtuosa, é preciso salientar que o *salário por antigüidade* e o *mercado interno* que lhe serve de fundamento ocupam um lugar-chave, e duplamente. *Para a empresa*: o mercado interno é a garantia de ‘fixação’ a longo prazo do operário em seu espaço, e assim fazendo garante também que a empresa tirará, ela mesma, e diretamente, os benefícios de seu programa de formação. *Para o assalariado*: o mercado interno é a contrapartida obtida em troca do engajamento geral que lhe é demandada, sobre as

⁴⁴ “Quer se trate de modos de obtenção de ganhos de produtividade ou de sua partilha no âmbito da empresa, as diferenças [com o regime fordista] são essenciais. No que diz respeito primeiramente a seu *modo de obtenção*, diferentemente do fordismo, os ganhos de produtividade não resultam de uma dinâmica centrada sobre a parcelização do trabalho e sua repetitividade, a grande série e a busca de grandes economias de escala, mas de um tripé: reagregação das tarefas, multifuncionalidade e construção das economias de envergadura, no interior das economias de escala. Isto vale tanto para os métodos de organização do trabalho, quanto para os tipos de uso que são feitos das técnicas propriamente ditas, através da elaboração do que foi designado como concernente a princípios de *flexibilidade dinâmica*. Uma característica maior destes métodos é que *produtividade e ‘qualidade’ são inseparavelmente ligadas e conjuntamente buscadas*. No que diz respeito ao seu modo de partilha, a observação dos fatos nos traz um resultado paradoxal. Da análise, resulta que, praticamente, de maneira ininterrupta, o *salário nominal evolui favoravelmente em relação ao aumento dos preços* - dado que se verifica se levamos em conta apenas as evoluções comparadas dos aumentos anuais de salários concedidos durante as ofensivas de primavera em relação à taxa de aumento do índice dos preços; o salário real, quanto a ele, conhece, num longo período, uma evolução regularmente positiva (mesmo se os dois choques do petróleo -1973 e 1979 - se traduzem em desacelerações pronunciadas antes de uma retomada ascendente da curva), características que, numa primeira abordagem, permitem supor que estamos em face de mecanismos fordistas de construção de um aumento regular do poder aquisitivo” (Coriat, 1994: 105-106). “Assim, a relação salarial, ou melhor dizendo, a relação ohnista, aparece como profundamente original. Seus traços centrais residem no fato de que, sobre um modo de busca de ganhos de produtividade que põe em contato benefícios conjuntos dos efeitos ‘quantidade’ e dos efeitos ‘qualidade’, articula-se um modo de partilha dos ganhos de produtividade altamente paradoxal. De um lado, com efeito, ele é marcado por protocolos ‘de estímulo’ que fazem depender os resultados de princípio de condicionalidade essenciais - uma parte das concessões feitas aos assalariados sendo finalmente afiançada, não sobre os resultados da empresa, mas sobre o desempenho macroeconômico da economia em seu conjunto, do outro lado, as contrapartidas tocam domínios especialmente sensíveis (formação, mercado interno) pouco cobertos em outros grandes sistemas nacionais de relações industriais” (Ibid.: 107 - 108).

- quantidades, mas também sobre a qualidade e os tempos, de modo mais geral
- no que concerne à atividade de regulação do conjunto dos fluxos que dele se espera” (1994: 104-105)⁴⁵.

O modelo japonês estaria conformado, fundamentalmente, pelos seguintes aspectos: “inovações” de caráter institucional (itens 1 e 2, fundamentalmente), assim como, “inovações” de índole organizacional (item 3):

1) Sindicalismo de empresa - ou *sindicato-casa* - como mecanismo de representação da população trabalhadora. A empresa é o horizonte de organização dos assalariados, e da elaboração das estratégias reivindicativas. Assim, a prática sindical é incorporada sistematicamente à política de gestão e organização do trabalho. Nesse sentido, o sindicato não tem um papel reivindicativo em termos de resistência ou oposição do conjunto das classes trabalhadoras às diretrizes da gerência. O sindicalismo japonês é fortemente cooperativo e ligado ao ideário do universo patronal. Conforme Coriat, no ano 1954 o sindicato criado pela família Toyota ainda tinha traços do antigo sindicalismo combativo e era, portanto, considerado pouco cooperativo. Ele foi dissolvido e substituído por um novo sindicato comprometido em relação ao “espírito Toyota”. Então, a campanha reivindicatória foi promovida pelo lema: “*Proteger nossa empresa para defender a vida!*”. Desta maneira, o chamado sindicalismo de “indústria”, na medida que foi marcado por uma tradição e uma vontade de enfrentamento aberto com os empregadores e seus representantes, ao conhecer grandes derrotas, viu-se prestes a aceitar sua transformação em sindicalismo de “empresa”. A partir daí, o sindicalismo de empresa têm como traço fundamental a substituição das práticas de enfrentamento por formas cada vez mais marcadas pelo acordo e pelo consentimento, assim como, pela cooperação com os representantes dos interesses do capital.

Segundo Coriat (1994), o sindicalismo no Japão pode ser caracterizado também como *integrado e corporativo*. *Integrado*, no sentido em que a burocracia sindical é construída de forma paralela às linhas hierárquicas da empresa. O grau de autonomia dele esta estreitamente

⁴⁵ “Em outras palavras ainda: de um lado, é porque há investimento massivo em recursos humanos que o *Kan Ban* e a auto-ativação são possíveis, na medida em que é sistematicamente valorizado o saber-fazer dos assalariados; por outro lado, é porque há o salário por antigüidade e o mercado interno, quer dizer, a fixação a longo prazo do assalariado na empresa, que ela pode, sem riscos, investir pesadamente e distribuir o saber-fazer que funda sua competitividade” (Coriat, 1994: 105).

condicionado às diretrizes da empresa. *Corporativo*, na medida em que as reivindicações formuladas pelo sindicato incorporam, na maioria dos casos, as dificuldades de lucro e rentabilidade enfrentadas pela direção da empresa. Assim, empresa e sindicato engajam-se em uma mesma *declaração de cooperação* que têm como horizonte os interesses do capital.

2) A consagração de um compromisso histórico que consiste na garantia vitalícia do emprego, assim como, no pagamento gradualmente crescente, conforme o tempo de serviço.

Segundo Coriat (1993), um traço peculiar do modelo japonês é que, ao contrário dos EUA, não houve ou foram poucos os compromissos explícitos e negociados. Uma diferença essencial da relação salarial japonesa (em comparação com a relação salarial norte-americana) é que, no Japão, a relação salarial foi construída e estabelecida sobre a base fundamental da série de importantes derrotas operárias que marcaram a contra-ofensiva patronal do final do decênio de 1950.

A garantia do emprego vitalício instituiu-se a partir de 1965 e foi produto de uma negociação que visava obter dos trabalhadores o compromisso com o aumento da qualidade e produtividade; em troca disso, os empresários ofereciam a vantagem do emprego durante toda a vida para seus trabalhadores. Cabe esclarecer a este respeito que nem todos vão ser beneficiários dessa garantia.

Cabe salientar que esta garantia foi produto de um período de sérias lutas de classes no Japão. Segundo Womack (1992), devido a problemas macroeconômicos no Japão - as forças de ocupação norte-americanas haviam decidido enfrentar a inflação restringindo o crédito, mas em decorrência de exagerar essa estratégia, provocaram uma depressão - o então emergente empreendimento automobilístico da Toyota caiu em uma situação crítica, exaurindo progressivamente os empréstimos de seus banqueiros.

A família fundadora, liderada pelo presidente Kiichiro Toyoda, propôs, como solução para a crise, demitir um quarto da força de trabalho. Entretanto, a empresa imediatamente se viu afetada pela revolta que os trabalhadores causaram, acabando por ocupar a fábrica. O sindicato dos empregados da companhia estava numa forte posição para vencer a greve. Em 1946, quando o governo japonês, pressionado pelos norte-americanos, fortaleceu os direitos

dos sindicatos, abrangendo inclusive a administração das empresas, impondo severas restrições ao poder dos donos das empresas de demitir trabalhadores, a correlação de forças voltou-se em favor dos empregados.

Depois de permanentes tensões entre as partes e de demoradas negociações, a família proprietária e o sindicato instauraram um compromisso que iria marcar a peculiaridade das relações trabalhistas na indústria automobilística japonesa. O custo desse novo compromisso foi a eliminação efetiva da quarta parte da força de trabalho que, originalmente, se buscava demitir. Concomitantemente, Kiichiro Toyoda renunciou à presidência, assumindo a responsabilidade pelo fracasso da companhia, e os empregados remanescentes receberam duas garantias. Uma foi o emprego vitalício; a outra, pagamentos gradualmente crescentes e conforme a antigüidade (o *Nenko*)⁴⁶ no serviço.

Nos termos dos autores precedentemente citados, os trabalhadores tornaram-se *membros da comunidade Toyota*, com todo um conjunto de direitos inclusive a garantia vitalícia do emprego e acesso às instalações da empresa (alojamentos, recreação, etc.).

Assim, a empresa Toyota obtêm o máximo dos seus recursos humanos por uma período de aproximadamente quarenta anos, a saber do momento em que o trabalhador ingressa na companhia (no Japão, geralmente entre os dezoito e vinte e dois anos), até atingir a aposentadoria, aos sessenta anos de idade. Há, portanto, um aproveitamento, não só da força física dos trabalhadores, mas, também, das suas qualificações, dos seus conhecimentos e experiências.

⁴⁶ “A primeira das características do *Nenko* é que se trata de um conjunto de disposições que põem em contato inúmeros elementos na determinação do salário que no Japão, talvez mais que em outra parte, está estruturado em componentes nitidamente diferentes. É preciso assim distinguir uma parte ‘fixa’ (ainda que negociável e modulável), uma parte variável (o bônus bianual correspondente a um terço do salário anual aproximadamente) e uma parte recebida em fim da atividade que equivale a um ‘prêmio de aposentadoria’ e que corresponde a mais ou menos quarenta meses de salário mensal” (Coriat, 1994: 89). “O sistema *Nenko*, ou a parte fixa do salário, leva em conta vários elementos e, em especial, como em todo mundo: o posto de trabalho e a qualificação do trabalhador. A estes dois elementos se acrescenta a valorização da ‘antigüidade’. A verdade, no entanto, e isto é muito provavelmente uma característica altamente específica no sistema japonês, é que a antigüidade ocupa no conjunto do mecanismo de fixação de salários um lugar central” (Ibid.: 90). “Em complemento ao *Nenko*, e no que diz respeito à parte variável do salário, o papel-chave é desempenhado pelo complexo sistema do *Shunto* (...) O objeto essencial do *Shunto*, consiste sempre no entendimento, na luta e na negociação para a fixação das taxas de aumento anual de salários” (Ibid.: 93).

Esse sistema que têm a particularidade da garantia vitalícia de emprego, da promoção por tempo de serviço, do sindicalismo de empresa e a baixa taxa de desemprego, não sendo válido para empregados temporários de empreiteiras, nem para os trabalhadores das pequenas e médias empresas é, portanto, essencialmente excludente na medida em que o sistema de emprego adotado pelas grandes empresas japonesas têm como principais beneficiários parcelas da força de trabalho do sexo masculino, as quais são contratadas regularmente. O sistema de emprego vitalício atinge uma parcela - menos do 40 % - dos assalariados do Japão; têm acesso aqueles trabalhadores pertencentes às grandes empresas, cujo acesso é altamente seletivo (Hirata, 1993).

Estudos recentes constataam que, devido ao fato de que a economia japonesa passou por um período prolongado de crescimento econômico lento - isto é, entre 1960 e 1972, a média real de crescimento do PNB manteve-se estável em dois dígitos, enquanto após a primeira crise do petróleo, em 1973, o aumento real do PNB oscilou entre 3 - 5% - a consequência mais relevante é a notável redução dos trabalhadores em tempo integral, com procura cada vez maior, por parte das empresas, de trabalhadores em tempo parcial (*part time*), que são mais baratos e permitem maior flexibilidade (Osawa, 1993). Esses dados indicam que, na atualidade, tanto emprego vitalício quanto o sistema salarial *nenko*, no Japão, está atingindo uma parcela cada vez menor da força de trabalho⁴⁷.

3) Sistema de organização e gestão do trabalho baseado no “*Just In Time Kan Ban*”, isto é, produzir no tempo certo a quantidade exata, no tempo estipulado como necessário. Como já salientado, o *Kan Ban* é um mecanismo que funciona através de containers, transportando peças de uma etapa para a outra. Conforme cada container é esvaziado, envia-se de volta para a

⁴⁷ “Uma recente pesquisa realizada pela *Management and Coordination Agency* sobre as transformações do mercado de mão-de-obra entre 1983 e 1987 comprovou a crescente importância dos trabalhadores em regime de tempo parcial em todos os setores, mas principalmente no setor de serviços, em expansão. De 1983 a 1987, o aumento total dos empregos em tempo integral para mulheres e homens foi de apenas 4,7%, enquanto que os trabalhadores de tempo parcial aumentaram em 40%. O número de mão-de-obra masculina de tempo parcial aumentou em 51% desde 1982, representando hoje 4% do total dos homens assalariados. A mão-de-obra feminina de tempo parcial aumentou em 38,2% no mesmo período, representando 31,7% do total de mulheres assalariadas. A proliferação das oportunidades de emprego de tempo parcial reflete o ajuste ao baixo crescimento e ao íene elevado, uma estratégia de ajustamento particularmente importante em termos de relações industriais, dada a ausência de êxito na organização tanto do setor de serviços quanto dos trabalhadores de tempo parcial. Para as mulheres, isto constitui também uma tendência

etapa prévia, sinalizando automaticamente a necessidade de produzir mais peças. A produção sob o toyotismo sustenta-se na existência do estoque mínimo. O *Kan Ban* é o dispositivo que dá a senha para a reposição das peças.

O sistema de “qualidade total” é garantido pelo trabalho em equipe⁴⁸. Nesse sentido, há um envolvimento dos trabalhadores no sentido de uma participação sugestiva no processo produtivo a fim de obter melhores níveis de produtividade, assim como, redução de custos, eliminação dos tempos mortos do processo e melhor qualidade dos produtos.

O trabalhador, sob o toyotismo, torna-se desespecializado e multifuncional. O trabalhador “polivalente” da fábrica Toyota opera com uma média de cinco máquinas. Ao contrário do caráter parcelar do fordismo, sob o toyotismo, o trabalho é realizado em equipes “semi-autônomas”⁴⁹.

Segundo Watanabe, “(...) a Toyota trabalha com grupo de oito trabalhadores⁵⁰(...) se apenas um deles falha, o grupo perde o aumento, portanto, este último garante a produtividade

alarmante, devido ao crescente distanciamento salarial entre os trabalhadores de tempo integral e os de tempo parcial, de 0,85 em 1973 para 0,73 em 1985” (Osawa, 1993: 176).

⁴⁸ “Constitui-se inicialmente uma ‘equipe-projeto’ para integrar as competências e todos os aspectos técnicos e organizacionais da nova oficina. Essa equipe compreende um pequeno grupo de engenheiros, na maior parte provenientes da fabricação e da manutenção das linhas da geração anterior, e portanto normalmente capazes de fazer com que sejam levadas em conta as condições concretas de produção. Ela domina a engenharia do projeto, que é realizada em grande parte pela própria empresa. A equipe trabalha em estreita colaboração com os fornecedores e obtém deles diversas modificações dos materiais disponíveis em catálogo. Oitenta por cento dos componentes utilizados são conhecidos, controlados e padronizados. A equipe assume as fases de regulagem, partida, aceleração até o ritmo nominal e estabilização. Os futuros responsáveis pela exploração e manutenção são designados dentre seus membros.

A partir da fase de implementação, qualquer problema detectado é de imediato tratado por um grupo *ad hoc*, geralmente de três pessoas, que coloca em regime de cooperação o serviço técnico, a manutenção e a fabricação. Contabiliza-se e celebra-se então o grande número de modificações realizadas durante esta fase. É preferível uma longa paralisação, que permita detectar e suprimir a causa inicial do incidente, a um rápido conserto, que não irá impedir sua repetição. Este aplica-se não somente à fase de partida, mas também à fase de exploração” (Freysenet, 1993: 156-157).

⁴⁹ A manutenção e a fabricação permanecem separadas, mas colaboram com frequência nos diversos grupos de resolução de problemas (cuja denominação varia segundo as empresas, seu objetivo e sua forma de lançamento e de animação): círculo de controle de qualidade, grupo de qualidade total, grupo de manutenção produtiva total, etc.” (Freysenet, 1993: 157).

⁵⁰ “Os operadores das instalações automatizadas são organizados em unidades-base de cinco a dez pessoas com um responsável (a posição deste é claramente hierárquica. Sua função, teoricamente incitativa no contexto de ‘plano de progresso’ e valorizada das contribuições individuais e coletivas, faz com que seja qualificado nos relatórios de missão como ‘animados’ ou líder, alternadamente), cuja importância parece determinante. Eles são estimulados por este último, no contexto dos planos de melhoria de produtividade, qualidade e desempenho industrial lançados regularmente pela fábrica, e até mesmo pela empresa, a assumir a linha de fabricação na qual operam, a fim de garantir sua constante manutenção e detectar seus pontos fracos e defeitos. Estes são imediatamente analisados por alguns operadores, apoiados por um agente de manutenção e um técnico. Cada vez mais este tipo de grupo,

assumindo o papel que antes era da chefia. O mesmo tipo de controle é feito sobre o absenteísmo” (Citado por Antunes, 1995: 29).

A via específica em termos de inovação organizacional no nível no chão-de-fabrica implementado por Ohno acha-se identificada ao fato de que,

“(…) tirando partido da ‘flexibilidade interna’ construída no interior dos coletivos de trabalho (‘des-especialização’), assim como dos espaços de produção (‘liberalização’), a produtividade será buscada e obtida pela mobilização dos recursos da própria flexibilidade. Permitindo (pela aplicação do impulso do método do *Just In Time*) a adaptação quase instantânea a demandas variadas e diferenciadas, bem como o ajuste rápido dos efetivos às variações da quantidade, a flexibilidade, em vez de ‘se opor’ à coerção de produtividade, é, ao contrário, pensada e construída como alavanca e fator determinante chave da produtividade” (Coriat, 1993: 84).

Ao fazer isso, “Ohno introduz uma importante inovação na teoria de economia do tempo taylorizada e fordista. Ele substitui os princípios dos *tempos alocados* ou *impostos* (no método americano, sempre baseados em tarefas estritamente repetitivas) por tarefas múltiplas e agradáveis em padrões (de tempo e de trabalho) flexíveis” (Coriat, *Ibid.*). A esse princípio, atualizado por Ohno, Coriat denomina *princípio do trabalho em “tempos compartilhados”*. Para o autor, a introdução deste princípio constitui, depois de Taylor, a maior das revoluções já ocorridas na teoria da gestão de produção.

Cabe assinalar que desde meados da década de 70, o Japão vem passando por várias reformulações estruturais em sua economia. A mais relevante dessas mudanças recentes é a transferência do emprego, que passou das atividades manufatureiras para o setor terciário⁵¹. Este processo tende a ganhar impulso, devido à valorização do iene. Assim mesmo, muitas

impulsionado por seus superiores, de modo direto ou através de diretrizes, deve seguir um processo de ‘manutenção produtiva total’ visando ensinar seus membros a realizar a manutenção da instalação dentro da perspectiva de ‘pane zero’ e ‘defeito zero’. Este processo é dividido em etapas correspondentes a níveis de controle da linha. Cada nível alcançado pelo grupo deve ser validado, para que este possa passar à etapa seguinte. Verifica-se aí uma mistura característica de prescrição de objetivos e codificação de métodos, de um lado, e de autonomia e iniciativa quanto às soluções e meios adotados, de outro. Na verdade, é um ‘círculo curto’ da confiabilização que parece ser implantado, com o apoio dos serviços de ‘manutenção’ e ‘técnico’. São efetuadas numerosas modificações, devidamente relacionadas, contabilizadas, avaliadas economicamente e valorizadas. Os postos de trabalho, e até determinadas partes da linha, são tão móveis quanto possível, para que os operadores possam adaptá-los e fazê-los evoluir” (*Ibid.*: 157).

fábricas estão agora transferindo parte de seu sistema de produção para o exterior, e o esvaziamento das indústrias de produção no Japão vem aumentando. Devido ao paulatino crescimento econômico e à transformação da estrutura econômica, as grandes empresas japonesas têm-se diversificado e lançado novos empreendimentos de pequeno porte em áreas promissoras, para assim garantir seu sucesso e ao mesmo tempo absorver força de trabalho excedente das indústrias em declínio.

III.2 - NOTAS PARA UMA CRÍTICA AO ECONOMICISMO E AO DETERMINISMO TECNOLÓGICO IMPLÍCITO NAS ARGUMENTAÇÕES “PÓS-FORDISTAS”

III.2.A- CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES: NOTAS SOBRE OS ASPECTOS INERENTES AO ECONOMICISMO E AO DETERMINISMO TECNOLÓGICO.

Para o objetivo de desenvolvermos este ponto, é necessário deixar claro que a nossa compreensão sobre o economicismo e a decorrente concepção acerca do determinismo tecnológico encontra referência no conjunto de formulações feitas por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*⁵¹.

Em primeiro lugar, Gramsci propõe-se indagar em que medida o sindicalismo teórico originou-se da teoria da *práxis* e em que medida derivou das doutrinas econômicas da livre troca, isto é, do liberalismo. Gramsci afirma que o economicismo, na sua forma mais acabada, não passaria de uma filiação direta com o liberalismo, tendo mantido, inclusive na sua gênese, pouca relação com a filosofia da *práxis*.

A partir desta série de indagações, Gramsci identifica a origem do economicismo através de uma leitura deformada e superficial da *filosofia da práxis*. Essa deformação acaba por reduzir o marxismo a um conjunto de banalidades.

Gramsci identifica três características fundamentais do economicismo histórico:

⁵¹ “O percentual de trabalhadores engajados nas indústrias terciárias atingiu 57,3% do total da força de trabalho em 1985, enquanto que os trabalhadores das indústrias de produção perfaziam 33,1%, indicando a fundamental importância de compreender as tendências entre os empregados do setor terciário” (Osawa, 1993: 176).

⁵² Referimo-nos, fundamentalmente, ao item intitulado: “Alguns aspectos teóricos e práticos do economicismo” (Gramsci, 1976: 31-43).

“1) na busca dos nexos históricos não se distingue aquilo que é ‘relativamente permanente’ daquilo que é flutuação ocasional; entende-se como fato econômico o interesse pessoal ou de um pequeno grupo, num sentido imediato e ‘sordidamente judaico’. Não se leva em conta as formações de classe econômica, com todas as relações inerentes a elas, mas assume-se o interesse mesquinho e usurário, especialmente quando coincide com formas delituosas contempladas nos códigos criminais; 2) a doutrina segundo a qual o desenvolvimento econômico é reduzido à sucessão de modificações técnicas nos instrumentos de trabalho...; 3) a doutrina segundo a qual o desenvolvimento econômico e histórico depende imediatamente das mudanças num determinado elemento importante da produção, da descoberta de uma nova matéria-prima, de um novo combustível, etc., que trazem consigo a aplicação de novos métodos na construção e no acionamento das máquinas” (Gramsci, 1976: 35 - 36).

Segundo Gramsci, o economicismo apresenta-se sob diversas formas, no entanto, ele o analisa, fundamentalmente, a partir de duas modalidades de sua concretização histórica durante o período tratado, isto é, o liberalismo como a expressão da concepção economicista própria de um grupo social dominante e dirigente e o sindicalismo teórico, característico de um grupo ainda subalterno.

Visando desmontar o economicismo no aspecto tanto teórico quanto nas suas implicações práticas, Gramsci vai colocar como exemplo paradigmático do liberalismo o seguinte:

“A formulação do movimento da livre troca baseia-se num erro teórico do qual não é difícil identificar a origem prática: a distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metódica se transforma e é apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir na sua regulamentação. Mas, como na realidade fática sociedade civil e Estado se identificam, deve-se considerar que também o liberalismo é uma “regulamentação” de caráter estatal, introduzida e mantida por caminhos legislativos e coercitivos: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberalismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado; isto é, a modificar a distribuição da renda nacional” (Gramsci, 1976: 32).

Logo após, Gramsci vai salientar que *diferente é o caso do sindicalismo teórico, quando se refere a um grupo subalterno: “Através desta teoria, ele é impedido de se tornar dominante, de se desenvolver além da fase econômico-corporativa para alcançar a fase de hegemonia ético-política na sociedade civil e dominante do Estado”* (Gramsci, 1976: 32-33).

Para Gramsci, o sindicalismo teórico não passaria “de um aspeto de liberalismo justificado com algumas afirmações banalizadas da *filosofia da práxis*”.

Gramsci vai salientar que a descoberta de novos combustíveis, de novas energias motrizes e de novas matérias primas embora tenha grande importância no sentido de que pode, efetivamente, modificar a posição dos Estados, este conjunto de inovações *não determina o movimento histórico*.

Para Gramsci torna-se preciso combater o economicismo tanto na historiografia econômica burguesa quanto na teoria e na prática políticas que decorrem destas, e o conceito de hegemonia é fundamental para esta luta contra todo tipo de reducionismo. Nas palavras de Dias:

“No processo dessa construção/invenção [de um novo bloco histórico, de uma nova hegemonia] é, portanto, necessário e vital recusar o economicismo que naturaliza e reifica. O economicismo faz do atual, do vigente, uma segunda ‘natureza’, uma pura continuidade, subordina tudo e todos a uma realidade já dada; ainda mais: recusa a possibilidade de intervenção das vontades na história. Ele é, mesmo quando aparece sob outras vestes, a forma mais perversa do positivismo. Foi a partir da ética economicista presente na quase totalidade do pensamento da III Internacional que se tentou reduzir o marxismo a uma mera teologia e, assim, esterilizar a sua capacidade revolucionária. Força produtiva e tecnologia não são equivalentes ‘*in genere*’. A principal força produtiva é o trabalhador que se realiza nas/com as outras forças produtivas: é a condensação das contradições classistas buscando dar-lhe sentido e direção, ou seja, ‘solução’. Ela implementa o projeto hegemônico na sociedade, como política e não como técnica. O relacionamento trabalhador-tecnologia é, portanto, uma mediação entre poderes em uma dada sociedade. O economicismo procede por reduções. O conceito de formação social desaparece diante do conceito de modo de produção que é tomado como uma abstração que tende a coincidir com o real. O modo de produção é reduzido à esfera do ‘econômico’. Logo, reduz-se o conjunto das forças produtivas às relações de produção, vistas como base e motor da história. Um outro erro dessa visão é a redução das forças produtivas à tecnologia.

Concluído esse círculo vicioso o marxismo está devidamente reduzido a um conjunto de dogmas. De redução em redução cai-se na famosa contradição Trabalho - Capital, tomada, universal e abstratamente. Trata-se não de uma racionalidade classista, mas de uma abstração vazia, com o que caímos na mais brutal metafísica: 'as forças produtivas são a expressão da liberdade dos homens em relação às forças da natureza'. Todas as demais contradições parecem desaparecer em uma espécie de Triângulo das Bermudas. Este é um dos erros fundamentais do esquematismo economicista" (1995: 4 -5).

No interior desse debate sobre o economicismo é que se insere a crítica ao determinismo tecnológico uma vez que pensamos nas condições de introdução das novas tecnologias no processo de trabalho do capitalismo contemporâneo.

Para Gramsci, o economicismo opera, fundamentalmente, tanto teórica quanto praticamente, subordinando a filosofia das classes subalternas à racionalidade da classe dominante, inibindo sistematicamente as potencialidades emancipatórias dos movimentos portadores de racionalidade classista, na medida que inibe também, a realização de uma concepção do mundo autônoma e própria às classes subalterna. Nesse sentido, poderíamos dizer que o determinismo tecnológico opera objetivando "neutralizar" o papel da ciência e da tecnologia velando, dessa forma, o processo de luta de classes e de correlações de forças na construção de toda hegemonia. Conforme essa perspectiva, a ciência e a tecnologia têm um desenvolvimento relativamente autônomo independente das relações sociais de produção na qual elas se inserem. Desse concepção também provém a pretensa separação entre o governo da economia e o governo das massas; isto é, separação entre a esfera da economia e a esfera da política. Devemos deixar claro que estas duas esferas constituem uma unidade orgânica. Para entender, teoricamente, essas esferas, precisamos separá-las, mas apenas com finalidades puramente didático-metodológicas.

O progresso técnico é compreendido como obedecendo a leis próprias, *naturais* e *objetivas*, que comandam tanto seu desenvolvimento como seu uso. Nesse sentido, não haveria distinção entre a técnica e o uso que dela se faz, e os impactos da tecnologia sobre o processo de trabalho deveriam ser encarados como necessários, irreversíveis e inexoráveis. O desenvolvimento histórico é concebido, fundamentalmente, a partir da autonomia e da

neutralidade da ciência e da tecnologia, cristalizadas numa racionalidade que prescinde de toda análise que tenha a ver com a luta de classes.

Não há dúvida de que este tipo de concepção economicista e determinista têm conseqüências práticas no sentido que atuam na própria consciência das classes trabalhadoras/subalternas, condicionando, assim, as formas de resistência e de representação sindical e política, assim como, as suas possibilidades de construção da hegemonia.

Para Gramsci, a hegemonia pressupõe, necessariamente, que se deve considerar:

“(...) os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (Gramsci, 1976: 33)⁵³.

Segundo Braga:

“O economicismo pode ser caracterizado pelo entendimento de que o fator econômico, separado do mundo político legal, é apreendido e explicado a partir de interesses pessoais ou de um bloco histórico particular. O desenvolvimento econômico geral é subordinado à sucessão de modificações técnicas nos instrumentos de trabalho determinando, assim, o movimento histórico. Combater o economicismo significa, não só criticar a historiografia econômica burguesa mas, também, a teoria e prática política dela derivadas. Significa, em suma, combater também o marxismo que introduz o ‘mito do instrumento técnico’ como aparato de análises” (1997 a: 82 - 83).

Em síntese, o economicismo confunde o desenvolvimento do instrumento técnico com o desenvolvimento das forças econômicas; o próprio desenvolvimento das forças produtivas é reduzido ao desenvolvimento do instrumento técnico. Assim, as forças produtivas são identificadas a meras coisas materiais, desconsiderando totalmente as relações sociais, que estão “incorporadas às coisas materiais e das quais, o direito de propriedade, por exemplo, é a expressão jurídica” (Gramsci, 1995: 292 - 293).

⁵³ Sobre esse assunto, ver as considerações gramscianas sobre o *Manual Popular de Sociologia* de Bukharin e as notas críticas sobre Loria.

III.2.B - O ECONOMICISMO E O DETERMINISMO TECNOLÓGICO IMPLÍCITO NAS ARGUMENTAÇÕES “PÓS-FORDISTAS”.

No há dúvida de que estamos perante consideráveis mutações - a partir da década de 70-, embora a lógica inerente à acumulação capitalista e suas tendências de crise permaneça inalterável. No entanto, é preciso indagar se este conjunto de transformações, na fachada do capitalismo contemporâneo, assinalam o surgimento de um novo regime de acumulação capaz de conter as contradições do capitalismo nos anos subsequentes ou se, estaria se perfilando uma atualização dos velhos esquemas de dominação aos quais historicamente recorreu o capital. É possível constatar certas mudanças no regime de acumulação do capitalismo contemporâneo. Contudo, entendemos como demasiado apressado afirmar - a partir de algumas experiências bem sucedidas - uma ruptura radical com o chamado regime fordista de regulação do capitalismo.

Entendemos que a análise da recomposição da base técnica do capital a partir da lei tendencial da queda da taxa de lucros - primeiro, analisada por Marx e logo retomada por Gramsci -, continua sendo o ponto de partida fundamental para a compreensão dos mecanismos que visam revolucionar, permanentemente, as bases de dominação do modo de produção capitalista. Nesse sentido, superar a lei tendencial à queda da taxa de lucros -intrínseca ao modo de produção capitalista -, implica, para o capital, introduzir “reformas” na composição orgânica deste, para garantir a sua acumulação.

O argumento fundamental que está contido nas teses “pós-fordistas” encontra-se identificado a uma pretensa afirmação do fordismo em crise (ou dito em outros termos, crise da produção em massa). Em decorrência dessa crise - identificada à crise de um padrão de acumulação e de um mecanismo regulatório -, haveria uma emergência de um novo regime de acumulação com bases radicalmente diferentes do padrão característico do fordismo.

Como vimos nesse capítulo, são várias as abordagens sobre a crise do capitalismo contemporâneo e sua decorrente reestruturação que contém, de forma implícita, um reducionismo economicista revelador de um determinismo tecnológico.

Em um primeiro momento, analisamos os pressupostos da *Escola Francesa da Regulação*, principalmente a obra de Aglietta (1979) na qual o foco explicativo está

identificado, no que diz respeito à intervenção reguladora dos mecanismos econômicos, às formas institucionais (e, nesse ponto, a centralidade da relação salarial), aspectos responsáveis pelo crescimento “auto-sustentado” característico do pós-guerra, até aproximadamente os anos 70. Período, por sua vez, caracterizado pela “virtuosidade” do regime de acumulação intensiva, em que a classe capitalista tenta administrar a reprodução global da força de trabalho assalariada através de relações de produção mercantis, através das quais os trabalhadores adquirem seus meios de consumo.

Embora Aglietta elabore sua análise conforme uma matriz marxista, e, nesse sentido, chama a atenção para o endurecimento das lutas de classes no nível do chão-de-fábrica como um fato relevante do capitalismo em crise, o autor, na medida que atribui proeminência à centralidade da regulação salarial e a interpreta como eixo da dinâmica econômica, reduz esse aspecto como determinante do movimento histórico.

Colocamos a questão da “centralidade da relação salarial” como uma interpretação reducionista porque Aglietta desconsidera as questões de caráter mais totalizante do capitalismo, no período por ele pesquisado, como entendemos que é, por exemplo, a contradição entre blocos hegemônicos (capitalista e coletivista de Estado) que, tal como desenvolvemos no capítulo II, foram as correlações de forças entre esses dois blocos dominantes na esfera global os que mobilizaram os coletivos de trabalhadores, enfim, o que levou - em grande medida - a ação do movimento operário a transcender a esfera da produção imediata e confrontar-se com a propagação de mecanismos da acumulação intensiva. A intervenção dos Estados nacionais a partir de uma regulamentação social-democrata, de inspiração keynesiana, foram estratégias para contrarrestar a dinâmica dessa contradição, no nível dos blocos hegemônicos.

Por outro lado, a partir das teses dos regulacionistas referentes à existência de um novo padrão de acumulação sobre bases radicalmente diferentes do fordista, Aglietta nomeia a fase atual do capitalismo - recorrendo à categoria originada por Palloix - como de “neofordismo”. Esta categoria visaria assinalar as mudanças sofridas no processo de trabalho nos EUA a partir da automação tecnológica e da crise da reprodução capitalista. Assim, o “neofordismo” seria uma saída para resolver a crise do capitalismo americano, através da introdução de novas e

sofisticadas tecnologias computadorizadas voltadas para o incremento de mais-valia relativa. O “neofordismo”, conforme Aglietta, estaria em plena gestação e seria a cristalização de uma evolução das relações de produção capitalista e que se objetivaria em preservar a relação fundamental entre burguesia e proletariado. Portanto, um novo padrão de acumulação intensivo que envolveria uma recomposição de tarefas, e cujos contornos ainda não estariam definidos, seria a alternativa de saída da crise do fordismo.

Em síntese, a *Abordagem em Termos de Regulação*, na medida em que opera um deslocamento no entendimento da crise do Capital para a crise de um regime ou padrão de acumulação, opera, em decorrência, um deslocamento também das respostas para essa crise que é resultado da ruptura da articulação entre a forma do governo das massas e a forma do governo da economia. O que aqui entendemos como fundamental é que a crise orgânica contemporânea apresenta uma dupla dimensão: crise de acumulação e crise do Estado-nação de tipo *welfare*. Estas dimensões, que configuram uma unidade orgânica, demandam um processo de ajuste e readequação entre forças produtivas e aparelhos de hegemonia. Essa dupla dimensão é o que, certamente, confirma a unidade orgânica existente entre crise e reestruturação produtiva em curso.

A *Abordagem em Termos de Regulação* privilegia a análise dos determinantes econômicos e institucionais que deram sustentação ao modo de regulação monopolista, o que legitimou, por sua vez, um tipo de compromisso social responsável tanto pela crise das condições de acumulação, como pelo próprio padrão de regulação fordista. Daí, a saída que a abordagem regulacionista propõe, vai estar focalizada, fundamentalmente, na retomada do crescimento econômico, isto é, na retomada da produtividade e das taxas de lucro através de uma tecnologia inovadora ligada a mudanças nas relações sociais, em termos de uma “democratização” das tomadas de decisões na esfera da produção imediata e um maior controle dos produtores diretos sobre o processo de trabalho.

Como já salientado, cabe lembrar que o *Welfare State*, entendido como forma de Estado que deu sustentação jurídico-institucional ao chamado compromisso fordista (compromisso entre Capital, Trabalho e Estado) consolidou-se como resposta neutralizadora à dinâmica desencadeada pelas lutas de classes, no período pós-crise de 1929. Assim, o *Welfare State*,

consolidado no pós-Segunda Guerra Mundial, sustentado por numa estratégia de incorporação das classes subalternas à ordem hegemônica do capital, introduziu as massas como sujeitos ativos na construção das democracias representativas no Ocidente, visando conter os antagonismos classistas na sociedade. Desse modo, a crise do Estado-nação, sob a forma institucional do *Welfare State* keynesiano e social-democrata, está indissolúvelmente articulada à crise do modo de acumulação e de suas formas de legitimação política.

Em um segundo momento, quando analisamos as teses da “especialização flexível”, vimos que Piore e Sabel concebem a crise como manifestação do esgotamento do paradigma tecnológico de produção em série voltado para o consumo de massa.

Segundo estes autores, as novas tecnologias e a reformulação da esfera organizacional dos processos de trabalho, criariam um horizonte de reconstituição das relações de trabalho e dos sistemas de produção com bases sociais, econômicas e geográficas, inteiramente diferentes. Assim, a reestruturação do capitalismo em curso seria produto de uma ruptura radical com o passado.

Como bem salienta Harvey (1992), Piore e Sabel desenvolvem uma comparação entre a atual conjuntura e a oportunidade perdida na metade do século passado, quando o capital em larga escala e, eventualmente, o capital monopolista, expulsaram a pequena firma e os inúmeros empreendimentos cooperativos de pequena escala que tinham o potencial de resolver o problema da organização industrial, segundo linhas descentralizadas e democraticamente controladas. Tal como vimos, a “Terceira Itália” traduz o grande exemplo dessas novas formas de organização cooperativa de trabalhadores que, armados com novas tecnologias descentralizadas de comando e controle, podem se integrar com sucesso às formas dominantes e repressivas de organização do trabalho características do capital corporativo e multinacional, e até mesmo subvertê-las.

Segundo Piore e Sabel, estaríamos perante uma Segunda Divisão Industrial o que envolveria novas formas de organização do trabalho, novos princípios territoriais e geopolíticos; mecanismos que, simultaneamente, estariam transformando de forma substancial a face do capitalismo neste final de século.

Mais circunscrita à esfera da produção imediata, na mesma linha do que a tese precedente, orienta-se a tese do “fim da divisão do trabalho” de Kern e Schumann.

Os autores, na verdade, generalizam uma tendência constatada em setores industriais referenciais no contexto da Alemanha. A partir de uma generalização dessa pesquisa para uma tendência dominante no chamado mundo do trabalho, Kern e Schumann alegam que estaríamos perante um processo de “neo-industrialização” produto de uma mudança radical na concepção da racionalização dos processos produtivos. Conforme estes autores, um novo modelo de produção, em oposição radical às formas tayloristas, já estaria definido. A concepção “alternativa” à produção característica do fordismo, aqui estaria, também, perfilada.

Annunziato (1989), contestando o caráter “radicalmente novo” que se atribui às variações nas formas de controle do trabalho na fase do capitalismo contemporâneo, desenvolve a tese que historicamente o capitalismo têm declarado guerra à produção de pequena escala, à produção correspondente ao velho tipo. Nesse sentido, o fordismo representou uma vitória sobre o precedente tipo de controle do trabalho. Os dois modos de produção, incompatíveis pelo fato de que o velho produtor controla sua mais-valia, confronta-se com o capitalista que quer se apropriar dessa mais-valia. Uns desses episódios de luta verifica-se quando o velho pequeno produtor, armado de sua ideologia baseada sobre a hegemonia do artesanato, entra no mundo da produção e torna-se assalariado. Assim, a vitória do capitalismo sobre a velha produção cria o proletariado, que, enquanto classe, seria capaz de avançar para a socialização da propriedade privada e os meios de produção.

Para Gramsci, esta luta hegemônica entre dois modos de produção rivais foi travada por séculos e o fordismo representou a mais intensa e brutal realização do capitalismo. O fordismo, por sua vez, tinha uma intrínseca natureza reacionária, por esta razão foi visto por Gramsci como uma forma desenvolvida de revolução passiva.

Segundo Annunziato (Ibid.), enquanto a tese de Piore e de Sabel e a tese da Escola da Regulação, especialmente com Aglietta, apresentam um desacordo, desde o ponto de vista político, o que une essas duas abordagens é que o fordismo é concebido como algo totalmente negativo, isto é, como destruidor de uma forma superior de produção identificada à produção de caráter artesanal e de pequena escala (Piore e Sabel), ou como um meio para salvar o

capitalismo, na medida em que ele é concebido como o único instrumento de obtenção de uma maior mais-valia relativa, por uma crescente acumulação do capital (Aglietta). Conforme coloca Annunziato, na concepção gramsciana de americanismo e fordismo aparece implícito tanto a negatividade quanto a progressividade do triunfo da hegemonia capitalista, nas relações de produção da fábrica Ford, sobre a ideologia americana predominante no velho processo de classe, ou sobre a ideologia do pequeno produtor. Progressividade entendida enquanto emergência do proletariado, tomado como protagonista da construção da nova ordem. A vitória do fordismo representou um passo atrás do controle operário sobre o processo de trabalho, assim como sobre o processo capitalista global (a produção e a apropriação de mais-valia). Mas, em contrapartida, com esta vitória do capitalismo sobre o processo de trabalho, forma-se o proletariado, o trabalho é socializado e abre-se a possibilidade de um movimento revolucionário de massa.

Gramsci nos textos relativos ao *Americanismo e Fordismo* refere-se aos vários tipos de produção baseados no velho modelo, tanto nos EUA quanto na Itália. Gramsci insiste sobre o fato que o aniquilamento do sindicalismo dos artesãos nos EUA, teve um aspecto progressivo. Certamente, esse aspeto progressivo não consiste na derrota de uma forma historicamente determinada de sindicalismo, como era o caso do sindicalismo dos artesãos. Para Gramsci, esse tipo de sindicalismo, encarnado na velha ideologia, era socialmente reacionário, na medida em que limitava o desenvolvimento do proletariado, isto é, a classe que devia se apoderar do controle do processo de trabalho capitalista, em nome de toda a força de trabalho e não somente de uns poucos trabalhadores qualificados.

Um segundo fato que revela a luta histórica contra a produção em pequena escala acha-se referenciada naquela constatação que Gramsci vai fazer que diz respeito a que o fordismo veio eliminar a distinção entre *qualidade e quantidade*⁵⁴.

⁵⁴ “Numa empresa-nação que dispõe de muita mão-de-obra e pouco matéria-prima (o que é discutível, pois cada nação-empresa ‘cria’ a sua própria matéria prima), a palavra ‘qualidade’ significa apenas a vontade de empregar muito trabalho em poucas matéria, aperfeiçoando o produto ao extremo, isto é, a vontade de especializar-se para um mercado de luxo. Mas será isto possível para uma nação inteira e com grande população? As duas orientações são possíveis onde existe muita matéria-primas, mas a recíproca não é verdadeira para os países considerados pobres. A produção quantitativa também pode ser qualitativa, isto é, concorre com a indústria puramente qualitativa, entre setores da classe consumidora de objetos “diferentes” que não é tradicionalista em virtude da sua formação recente(...). Tais afirmações são válidas se se aceita o critério da ‘qualidade’ da maneira pela qual ele é comumente apresentado; critério que não é

E a terceira prova da qual se vale Annunziato para sustentar a hipótese da luta histórica declarada do capitalismo à produção em pequena escala contestando àqueles que vêm na produção artesanal a fase determinante do capitalismo contemporâneo, encontra-se referenciada nos argumentos que Gramsci levantou a respeito das condições de consolidação do taylorismo, isto é, a partir da aniquilação do velho nexos psicofísico característico do produtor artesanal e o significado da imposição de formas tayloristas do controle do trabalho como um novo patamar do próprio desenvolvimento do capitalismo⁵⁵. O aspecto mais saliente da derrota da produção artesanal e o ascenso do fordismo deve ser entendido no contexto da derrota da ideologia da velha relação de classe fundada sobre a produção artesanal de pequena escala e a imposição da ideologia da classe capitalista triunfante.

A mesma lógica está acontecendo na atualidade. No capitalismo contemporâneo, a classe dominante está se esforçando por restaurar o capitalismo, e nessa busca, tenta reestabelecer as condições de existência do fordismo, com algumas variantes. Novas formas de controle do trabalho surgem, mais flexíveis para o capital - onde a capacidade manipulatória dele envolve os trabalhadores no seu projeto.

Mutações na esfera produtiva e novos processos de trabalho vem sendo continuamente introduzidos; os programas de treinamento dos trabalhadores são desenvolvidos para adaptar a nova força de trabalho a estas mudanças da produção imediata do capitalismo. As formas rígidas, fragmentadas e repetitivas do trabalho, alvo de décadas de lutas e resistência por parte das classes trabalhadoras, voltaram-se em favor da chamada flexibilidade do trabalho.

racional. Na realidade, pode-se falar de 'qualidade' apenas em relação às obras de arte individuais e não reproduzíveis; tudo o que pode ser reproduzido entra no domínio da 'quantidade' e pode ser fabricado em série. (...) A qualidade deveria ser atribuída aos homens, e não às coisas, e a qualidade humana eleva-se e torna-se mais refinada na medida em que o homem satisfaz um número maior de necessidades, tornando-se independente" (Gramsci, 1976: 402).

⁵⁵ "Efetivamente, Taylor exprime com cinismo brutal o objetivo da sociedade americana; desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspeto físico maquinal. Mas, na realidade, não se trata de novidades originais, trata-se somente da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, fase que apenas é mais intensa do que as precedentes e manifesta-se sob formas mais brutais, mas que também será superada com a criação de um novo nexos psicofísico de um tipo diferente dos precedentes e, indubitavelmente, *superior*. Verificar-se-á, inevitavelmente, uma seleção forçada, uma parte da velha classe trabalhadora será impiedosamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court*" (Gramsci, 1976: 397).

Concepção e execução parecem se compenetrar, na medida em que o capital precisa dessa colaboração para garantir sua preservação e sua valorização.

Portanto, as novas formas de controle do trabalho, com seu traço envolvente, cooptante e manipulatório (como ocorre nas formas de controle flexíveis, como, por exemplo, no caso do toyotismo, ou no caso das outras experiências bem sucedidas que pretendem ser generalizadas como uma tendência dominante), visam - para usarmos uma expressão de Annunziato - *recriar a ética capitalista entre os trabalhadores*. Na realidade, as ideologias rivais - isto é, a capitalista e a do velho-pequeno produtor - parecem ser novamente enfrentadas em luta, uma contra outra.

Por outro lado, é importante levar em conta que tanto Piore e Sabel, como Kern e Schumann, atribuem uma “positividade” ao novo modelo produtivo que já estaria em vigor. Nesse sentido, a argüição discursiva desde autores deixa transparecer a idéia de que a teoria marxista da alienação e da subsunção do trabalho ao capital perderia atualidade para o momento contemporâneo. Este aspecto se constitui, fundamentalmente, no foco da nossa contestação tanto a Kern e Schumann quanto a Piore e Sabel.

Quando nos voltamos para a análise das formas que, na contemporaneidade, assumem o trabalho - concebidas como formas de trabalho “pós-fordistas” - e, enquanto expressão do trabalho social, que é mais complexificado, heterogeneizado, socialmente combinado e ainda mais intensificado nos seus ritmos e processos, não podemos de deixar de chamar a atenção a respeito do papel que este trabalho cumpre na criação crescente de produção de mais-valia. Nesse sentido, o que esquecem de considerar, fundamentalmente, as teses tanto de Piore e Sabel quanto as argumentações de Kern e Schumann são as novas formas de controle da força de trabalho (onde se considera o trabalhador dotado de autonomia e de domínio da totalidade do processo produtivo) como formas constitutivas de criação de valores de troca. Os defensores das argumentações “pós-fordistas” minimizam ou, diretamente, desconsideram totalmente o contexto onde se leva a cabo a produção de mercadorias. Deste modo, entendemos que a redução do tempo do trabalho vivo no processo produtivo, assim como, a redução do trabalho manual desqualificado e a ampliação do trabalho mais intelectualizado, longe de negar a lei do valor, a acentua, colocando este conjunto de mudanças do capitalismo contemporâneo em

função da valorização do capital. O trabalho que continua a prevalecer é o trabalho abstrato, na medida em que, com a reestruturação produtiva em curso, o trabalho abstrato continua a cumprir um papel preponderante na criação de valores de troca. O trabalho torna-se, portanto, tão ou mais fetichizado do que na época em que as formas de controle taylor-fordistas tinham um domínio quase total.

Todo este leque de “novas tendências” às quais são atribuídas um “caráter pós-fordista”, trouxeram inúmeras conseqüências para o chamado mundo do trabalho. No entanto, parece que é o modelo japonês o que tem causado um impacto maior devido à enorme transformação de caráter organizacional e técnico que teve lugar na indústria japonesa, assim como, pela capacidade que está mostrando, da sua “transferibilidade”, objetivada na proliferação de alguns aspectos fundamentais deste modelo. A propagação do toyotismo demonstra, atualmente, que está atingindo uma escala planetária.

Quando pensamos no caso japonês, apresenta-nos a incógnita de se isto objetivar-se-ia como um “pós-fordismo” ou uma forma de “japonização do fordismo”. Uma coisa parece estar clara para a grande maioria dos autores que abordam o modelo japonês: atribui-se a este modelo um significado teórico fundamental, tanto por sua atual *prática econômica global quanto por uma certa tendência para defini-lo como caso histórico peculiar* (Wood, 1991).

Contudo, para Wood (1991), por exemplo, o enigma está em saber se a difusão dos métodos e práticas japonesas significam uma ruptura com o fordismo, no sentido de indagar se esse conjunto de métodos e práticas modificaram radicalmente “princípios fundamentais” do fordismo e introduzem um sistema de produção qualitativamente novo, ou se, ao contrário, os “novos” métodos seriam uma continuação, um aperfeiçoamento do fordismo, implicando, talvez, “grande avanço” na mesma direção dos sistemas fordistas. Este último, segundo o autor, seria o caso de uma espécie de “japonização do fordismo”. O que o chamado “modelo japonês” inverte, não são os princípios fundamentais nem fundantes da produção em massa, mas os meios convencionais de operacionalizá-los (Wood; 1991 e 1993).

A abolição de estoques de reserva, controle centralizado de qualidade e a soberania do engenheiro industrial são dispositivos chaves na experiência japonesa. O modelo de administração japonesa (*Just In Time* e *Círculos de Controle de Qualidade*), na medida em que

envolve os operários na engenharia industrial, inverte certas dimensões do taylorismo (com sua ênfase numa clara e absoluta responsabilidade gerencial pela concepção). No “modelo” japonês, continua a ser projetadas atividades com ciclos curtos, tarefas fragmentadas e um trabalho que tem concepções de tarefa estandardizadas. Além disso, o modelo de administração japonesa não foi desenvolvido de forma extremamente inédita, sem conexão com desenvolvimentos da teoria da administração no Ocidente, ou sem considerar o fundamento taylorista no pensamento japonês inicial sobre gestão da produção. Portanto, para Wood, o modelo japonês precisa ser tratado como algo híbrido, reflexo de mistura de teorias existentes, aliado a novas descobertas que não deixam de ser importantes, particularmente, aos métodos de produção *Just In Time*, às novas formas de controle de qualidade e ao valor atribuído às relações mais próximas entre fornecedores e usuários finais.

Para Annunziato (1989), a passagem para a forma “toyotista” de controle do trabalho não cancela o propósito primário do fordismo que Gramsci analisara há pouco mais de meio século atrás: isto é, o propósito de combater a ideologia do velho produtor. O Toyotismo atinge com formas diferentes de força e persuasão, aquilo que Henry Ford alcançara através dos altos salários, dos benefícios sociais e da educação moral. O toyotismo esforça-se em criar a “*organização humana do capitalismo*” - para utilizarmos a expressão cunhada pelo autor -, a partir da reconstrução da ética capitalista entre os trabalhadores, ainda que a superexploração e o *karoshi* sejam a negação empírica dessa pretensa organização “humana”.

Nesse sentido, entendemos que as constatações feitas por Gramsci na crítica ao fenômeno do *americanismo e fordismo*, no que diz respeito aos mecanismos de hegemonia onde se combinava a coerção e o consentimento, assim como, a correspondência entre os *novos métodos de controle do trabalho* e um *novo tipo humano*, são plenamente atualizáveis para a análise das formas de controle do trabalho “peculiares” do *toyotismo*.

Tal como mostramos no capítulo anterior, o fordismo combinava processo de trabalho taylorizado, salários muito altos, benefícios àquela parcela de trabalhadores que Gramsci definira como “aristocracia operária”, com uma maciça intervenção dos capitalistas na vida privada dos operários, o que visava criar atitudes culturais em prol da produção capitalista em série (Annunziato, 1989). Não esqueçamos que as formas de controle do trabalho peculiares

ao modelo japonês seguem a mesma lógica histórica do capital no que diz respeito à intervenção das empresas - isto é, dos capitalistas - na vida privada dos trabalhadores. Embora não sejam intervenções tão despóticas e explícitas como aconteceu no período em que dominava o fordismo, as formas manipulatórias de controle da vida privada dos trabalhadores do modelo japonês cumpre a mesma função ideológica que aquela proposta por Ford. Cabe salientar, também, que os benefícios do toyotismo, tais como: a garantia vitalícia do emprego, o sistema salarial *nenko* entre outros, desde sua origem, tem-se limitado a trabalhadores altamente qualificados e de nível de supervisão nas grandes empresas. Nesse sentido, essas garantias tem se destinado só para uma parcela de trabalhadores privilegiados; aqui, também, existe uma “aristocracia operária”. Ademais, estudos recentes têm mostrado que um número escasso de trabalhadores em tempo parcial no Japão têm a chance de assumir funções de tempo integral. Há, assim, um mercado de trabalho intrinsecamente excludente para os que são atingidos por um contrato de emprego vitalício implícito e os que não o são; os trabalhadores que ingressam na periferia tendem a permanecer nela (Hirata, 1993 e Osawa, 1993). Portanto, a tendência indica que uma parcela cada vez menor da força de trabalho japonesa será mantida em regime de emprego vitalício e salários baseados na antigüidade.

Assim mesmo, o ingresso de trabalhadores de tempo parcial e temporário, constatados na década de 1970, propiciou maior flexibilidade à força de trabalho. Durante o prolongado período de crescimento econômico lento, a força de trabalho feminina atuou amortecendo choques, diminuindo o impacto dos ajustes sobre a força de trabalho nuclear, constituída pelos trabalhadores protegidos pela garantia vitalícia de emprego (Osawa, 1993).

Por outro lado, cabe assinalar que, argumentações como a de Coriat que atribuem uma certa positividade a respeito da transferibilidade do toyotismo na Europa, estão cristalizadas na busca sistemática de uma saída da crise orgânica contemporânea do capitalismo, objetivando uma nova forma de organização do trabalho, uma nova forma de regulação e um novo ordenamento social pactuado entre capital, trabalho e Estado.⁵⁶

A concepção implícita no toyotismo estaria identificada a um novo colaboracionismo classista já que as “novas relações de trabalho” estariam baseadas na cooperação entre

capitalistas e trabalhadores. É possível vislumbrar, como se encontra encarnado nessa tese, o engajamento participativo a que são convidadas a participar as classes trabalhadoras.

É possível constatar que o chamado “modelo” japonês constitui uma das formas mais puras de subsunção do trabalho ao capital.

Segundo Marx:

“A característica geral da *subsunção formal*, a *subordinação direta do processo de trabalho ao capital* subsiste, seja qual for, tecnologicamente falando, a forma como se desenvolva tal processo. Sobre esta base, contudo, emerge um modo de produção específico, e não apenas tecnologicamente, *que transforma totalmente a natureza real do processo de trabalho e as suas condições reais: o modo de capitalista de produção. A subsunção real do trabalho no capital só se opera quando ele entre em cena*” (1969: 104).

Os princípios fundantes do processo de subsunção do trabalho ao capital são mecanismos que objetivam garantir o aumento de produtividade através da progressiva diminuição dos custos, da eliminação das “porosidades” (ou tempos mortos) e dos erros que eventualmente se apresentam no processo produtivo e, fundamentalmente, hoje, com as formas identificadas à flexibilização do processo de trabalho, o capital visa exercer - com mais clareza do que nunca - um controle instrumental sobre a subjetividade dos trabalhadores.

Seguindo as análises de Marx presentes nos *Grundrisse*, a redução do capital variável como conseqüência do crescimento do capital constante, ou, para falar em outros termos, a substituição crescente do trabalho vivo pelo trabalho morto, possibilita como tendência, que o trabalhador se torna em supervisor e regulador do processo produtivo. Contudo, cabe esclarecer que, para Marx, isto somente era possível enquanto tendência e não enquanto realização plena, na medida em que sob o capitalismo, rege a lei do valor como esfera dominante sobre o processo de trabalho. De fato, com o advento das novas tecnologias, Marx alerta para uma possibilidade no desenvolvimento do modo de produção capitalista, na esfera do processo da produção imediata, a qual se acha identificada pela dimensão mais qualificada

⁵⁶ É importante levar em conta que Coriat também é uma referência importante da Escola Francesa da Regulação.

em parcelas do modo do trabalho; pela intelectualização do trabalho no processo de criação de valores de troca, realizado pelo conjunto do trabalho social combinado:

“Com o desenvolvimento da *subordinação real do trabalho ao capital* ou do modo de produção especificamente capitalista não é o operário individual que se converte no agente (*Funktionar. Al.*) real do processo de trabalho no seu conjunto mas sim uma *capacidade de trabalho socialmente combinada*; e, como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato de formação de mercadorias, ou melhor, neste caso, de produtos - um trabalha mas com as mãos, outro mais com a cabeça, este como diretor (*manager, Ing.*), engenheiro (*engineer. Ing.*), técnico, etc., aquele como capataz (*overlooker. Ing.*), aquele outro como operário manual ou até como simples servente - temos que são cada vez em maior número as *funções da capacidade de trabalho* incluídas no conceito imediato de *trabalho produtivo*, diretamente explorados pelo capital e *subordinados* em geral ao seu processo de valorização e de produção. Se se considerar o *trabalhador coletivo* constituído pela oficina, a sua *atividade combinada* realiza-se *materialmente* e de maneira direta num *produto total* que, simultaneamente, é uma massa total de mercadorias e aqui é absolutamente indiferente que a função deste ou daquele trabalhador, mero elo deste trabalhador coletivo, esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto. Porém, então, a atividade desta capacidade de trabalho coletiva é o seu *consumo direto pelo capital*, ou por outra, o processo de autovalorização do capital, a produção direta de mais-valia e daí, como se há de analisar mais adiante, a *transformação direta da mesma em capital*” (Marx, 1969: 110).

Marx em, *O Capital*, desenvolveu a tese segundo a qual a divisão manufatureira do trabalho iria representar objetivamente novas condições de dominação do capital sobre o trabalho. Assim, ainda que esta forma desenvolvida do capitalismo apareça como *progresso histórico* necessário do desenvolvimento econômico da sociedade capitalista, por outro lado, o modo de produção especificamente capitalista surge como mecanismo da exploração *civilizada e refinada*.⁵⁷

⁵⁷ “A divisão manufatureira do trabalho cria, por meio da análise da atividade artesanal, da especificação dos instrumentos de trabalho, da formação dos trabalhadores especiais, de sua agrupação e combinação em um mecanismo global, a graduação qualitativa e a proporcionalidade quantitativa de processos sociais de produção, portanto determinada organização do trabalho social, e desenvolve com isso, ao mesmo tempo, nova força produtiva social do trabalho. Como forma especificamente capitalista do processo de produção social - e sob as bases preexistentes ela não podia desenvolver-se de outra forma, a não ser a capitalista - é apenas um método especial de produzir mais-valia relativa ou aumentar a autovalorização do capital - o que se denomina riqueza social, *Wealth of Nations* etc. - à custa dos trabalhadores. Ela desenvolve a força produtiva social do trabalho não só para o capitalista, em vez de para o

Nesse sentido, o toyotismo como patamar mais sofisticado do modo de produção especificamente capitalista cria novas condições de dominação sobre o trabalho. Desta maneira, longe de ser o toyotismo uma ruptura com os fundamentos taylor-fordistas, ele é um prolongamento, ainda mais sofisticado, deles, na medida em que aumenta o nível de detalhamento e registro do modo de produzir, intensificando o ritmo de produção com o decorrente aumento da produtividade, operando, como consequência, um aumento da jornada efetiva de trabalho. Embora, sob o toyotismo, o trabalho pareça estar dotado de criatividade e isento de qualquer tipo de parcelação, na medida em que diminui extraordinariamente a aplicação do capital em atividades improdutivas e intensifica a circulação do capital aumenta o trabalho de caráter fragmentado, embrutecedor e fatigante do processo produtivo.

Se existem diferenças entre as formas de controle especificamente taylor-fordistas e aquelas identificadas às formas de controle mais flexíveis, como é o caso do toyotismo no Japão, no que diz respeito à relativa diminuição do trabalho, à relativa “autonomia” dos trabalhadores que, constantemente, atribui-se a este novo mecanismo de controle da força de trabalho, só é possível na medida em que se realiza no processo de produção de mercadorias e de valorização do capital. O toyotismo, impondo o ritmo ultra-intenso no processo de trabalho amplia, em decorrência, a base capitalista de produção da mais-valia. Assim, os trabalhadores continuam produzindo mercadorias que são apropriadas pelos capitalistas e continuam na categoria de assalariados que vendem a sua força de trabalho.

O toyotismo amplia a deterioração das condições de trabalho, com o aumento do desgaste físico e mental para os trabalhadores e novos tipos de doença no trabalho aparecem. Uma consequência das condições de trabalho no Japão é o *karoshi* (isto é, morte súbita no trabalho), produto do ritmo e intensidade decorrente da busca incessante do aumento da produtividade.

Gounet, coloca que o toyotismo supõe uma intensificação da exploração do trabalho, tanto pelo fato de que os operários atuam simultaneamente com várias máquinas diversificadas,

trabalhador, mas também por meio da mutilação do trabalhador individual. Produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho. Ainda que apareça de um lado como progresso histórico e momento necessário de desenvolvimento do processo de formação econômica da sociedade, por outro ela surge como um meio de exploração civilizada e refinada” (Marx, 1985: 286).

quanto pelo sistema de luzes⁵⁸ (verde = funcionamento normal; laranja = intensidade máxima; vermelha = detecta que há problemas e, portanto, precisa-se reter a produção). Este sistema de luzes permitem ao capital intensificar - sem estrangular - o ritmo produtivo do trabalho. As luzes devem alternar sempre entre o verde e o laranja, condição para atingir um ritmo intenso de trabalho e de produção (1991; citado por Antunes, 1995: 27 - 28). Isto explica que a eliminação dos “tempos mortos” do trabalho é ainda maior do que no método de controle fordista.

Isto nos permite concluir que, mais uma vez, o trabalhador converte-se em *uma simples personificação do trabalho para o capital* e que, o princípio capitalista constatado por Marx, em *O Capital*, que estabelece, como aspecto intrínseco ao modo de produção capitalista, *o processo de trabalho como meio e o processo de valorização ou produção de mais-valia como fim*, permanece, fundamentalmente, preservado e inalterável como lógica de desenvolvimento do próprio capital:

“O processo de produção é a unidade imediata do processo de trabalho e do processo de valorização, assim como o seu resultado, o resultado imediato, a mercadoria, é unidade imediata do valor de uso e do valor de troca. Mas o processo de trabalho não é mais do que um meio do processo de valorização, processo que, por sua vez, enquanto tal, é essencialmente produção de mais-valia, isto é, processo de objetivação de trabalho não pago. Desta maneira se encontra especificamente determinado o caráter global do processo de produção” (Marx, 1969: 57).

Evidencia-se, assim, a atualidade daquilo que Marx constatou no modo de produção especificamente capitalista: *o processo de valorização é dominante, o processo de trabalho é subordinado*. Em consequência, são as determinações da valorização do capital que explicam as mutações operadas no processo de trabalho do capitalismo histórico. Nesse sentido, na medida em que o processo de trabalho do capitalismo contemporâneo constitui-se, mais do que nunca, em meio para o processo de valorização do capital, o fenômeno do estranhamento

⁵⁸ Ohno chama esse sistema de *Andon*: “O *Andon* é uma das ferramentas da administração pelos olhos. É um indicador luminoso que fica suspenso acima da linha. Ele funciona da seguinte maneira: enquanto as coisas estão normais, a luz é verde; quando um operador tem que fazer alguma regulação na linha para resolver um problema, a luz é laranja; se é preciso parar a linha para resolver um problema, a luz é vermelha. Os trabalhadores são encorajados a não hesitar a

encontra-se, na sua essência, preservado. Embora nos apareça na realidade como um estranhamento minimizado pela redução entre concepção e execução, pela redução dos níveis hierárquicos no interior das empresas, a subjetividade que emerge na fábrica “flexível” revela novas manifestações do estranhamento. Além do saber operário que o fordismo expropriou e transmitiu para a esfera da gerência científica, para os níveis de concepção e de planejamento do trabalho, as formas atuais de controle da força de trabalho rotuladas como “especialização flexível”, da qual o toyotismo é a melhor expressão, re-transmite o saber-fazer para o trabalho, mas o faz apropriando-se crescentemente de sua dimensão intelectual, de suas capacidades cognitivas, procurando incessantemente envolver mais fortemente a subjetividade dos trabalhadores e trabalhadoras.

Por outro lado, entendemos que a propagação do toyotismo na Europa, na medida que se identifica mais com uma lógica neoliberal, do que com uma lógica social-democrata, contribui para acentuar a tendência ao enfraquecimento do conjunto de garantias que se conseguiu preservar do *Welfare State*. Assim, a “ocidentalização do modelo japonês” supõe, necessariamente, uma maior incorporação dos governos à agenda neoliberal, o que implica uma restrição ainda maior dos fundos públicos, assim como, do conjunto de conquistas sociais que amparam tanto a população trabalhadora como aquela que está desempregada (Antunes, 1995).

Todo este conjunto de argumentações “pós-fordistas” atribuímos um caráter radicalmente novo ao capitalismo de finais de século.

Distanciado tanto daqueles que concebem o capitalismo contemporâneo dotado de novos processos produtivos e de uma reformulação das relações de trabalho em bases sociais, econômicas e geográficas radicalmente diferentes (como as teses precedentes), quanto daqueles que não enxergam significativas transformações no capitalismo contemporâneo, ou reduzem estas mutações a uma esfera meramente ideológica (tal é o caso das teses de Sayer, Pollert, entre outros), Harvey desenvolve a tese que defende a existência de uma combinação de

parar a linha; é o melhor meio de garantir que tudo será feito para eliminar, prontamente, as anomalias” (Ohno; citado por Coriat, 1994: 72).

processos produtivos onde coexistem formas características do fordismo com processos mais flexíveis de caráter “artesanal” e um retorno às formas tradicionais.

Segundo Harvey:

“A insistência de que não há nada essencialmente novo no impulso para a flexibilidade e de que o capitalismo segue periodicamente esses tipos de caminhos é por certo correta (uma leitura cuidadosa de *O Capital* de Marx sustenta essa afirmação). O argumento de que há um agudo perigo de se exagerar a significação das tendências de aumento da flexibilidade e da mobilidade geográfica, deixando-nos cegos para a força que os sistemas fordistas de produção implantados ainda têm, merece cuidadosa consideração. E as conseqüências ideológicas e políticas da superacentuação da flexibilidade no sentido estrito de técnica de produção e de relações de trabalho são sérias o bastante para nos levar a fazer sóbrias e cautelosas avaliações do grau do imperativo da flexibilidade. Se, afinal, os trabalhadores estiverem convencidos de que os capitalistas podem incorporar práticas de trabalho mais flexíveis mesmo quando eles não o podem, a disposição de luta dos trabalhadores por certo será enfraquecida. Mas considero igualmente perigoso fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente” (1994: 178 -179).

Assim, de acordo com este autor, o conjunto de inovações tecnológicas e as formas organizacionais flexíveis não se tornaram dominantes em toda parte, mas o fordismo que as precedeu tampouco. A atual conjuntura caracteriza-se por uma combinação, pela coexistência de produção fordista altamente eficiente e sofisticada em alguns setores e regiões (tal é o caso dos carros dos EUA, no Japão ou na Coréia do Sul) e de sistemas de produção mais tradicionais (como o caso de Singapura, Taiwan ou Hong Kong) que se baseiam em relações de trabalho de caráter “artesanal”, paternalistas ou patriarcais (familiares), o que implica mecanismos bem diferentes de controle do trabalho. Conforme o autor, não há dúvida de que esses últimos sistemas cresceram (mesmo nos países do capitalismo avançado) a partir de 1970, muitas vezes às custas da linha de produção da fábrica fordista. Este conjunto de mudanças tem implicações relevantes. As coordenações de mercado (freqüentemente do tipo subcontratação) expandiram-se em prejuízo do planejamento corporativo direto no âmbito do sistema de produção e apropriação de mais valia. A composição da classe trabalhadora global também se

modificou, assim como, também, reformularam-se as condições de formação da consciência e das estratégias políticas. A sindicalização e a “política de esquerda” tradicional tornaram-se muito difíceis de manter diante desses sistemas de produção patriarcais/familiares. As relações de gênero também se tornaram mais complexas, ao mesmo tempo que o recurso à força de trabalho feminina passou por ampla disseminação. Ao mesmo tempo, aumentou-se a base social de ideologias de empreendedimentismo, paternalismo e privatismo.

A tese de Harvey a respeito da crise contemporânea demonstra que havia indícios de problemas sérios no fordismo desde meados dos anos 60. O período de 1965-1973 tornou cada vez mais evidente a fraqueza do fordismo e do keynesianismo em conter as contradições inerentes ao capitalismo. A crise de superprodução sem consumo que o capitalismo, como sistema mundial de produção, sofreu nos anos 70, precisou de novas formas de adequação do capital para garantir a sua preservação. O problema chave era a *rigidez*.

Conforme Harvey, o modo de *acumulação flexível*, tal como ele chama este novo padrão de acumulação,

“(...) é marcado por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como também conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres...)” (1994: 140).

Para o autor, esse tipo de resposta cristalizada em sistemas alternativos de controle do trabalho, não deixa de ser uma resposta bem tradicional à crise, na medida em que a desvalorização da força de trabalho sempre foi a resposta instintiva dos capitalistas à queda dos lucros. Por outro lado, segundo esse autor, a inovação dos sistemas financeiros parece ter sido um requisito necessário para superar tanto a rigidez geral como a crise temporal, geográfica e política, peculiar em que o fordismo caiu no final dos anos 60.

Em decorrência da alteração da composição orgânica das classes trabalhadoras, a nível global, há uma reformulação do perfil do quadro que compõe a estrutura ocupacional no mercado de trabalho. O mercado de trabalho vem passando por uma profunda reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os capitalistas estão tirando proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. A atual tendência indica uma crescente redução do emprego regular em favor do crescente uso em tempo parcial, temporário ou subcontratado. A reformulação da composição da força de trabalho tem como resultado uma maior heterogenização, complexificação e fragmentação das classes trabalhadoras. Segundo o *Institute of Personnel Management* (citado por Harvey, 1994), o *centro* deste novo quadro - grupo que diminui cada vez mais - está composto por “ (...) empregados ‘em tempo integral, condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo da organização’. Gozando de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e de reciclagem, e de uma pensão, um seguro e outras vantagens indiretas relativamente generosas, esse grupo deve atender à expectativa de adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel” (Ibid.: 144). A tendência mostra um grupo central notavelmente reduzido. A *periferia* deste quadro abrange dois subgrupos bem diferenciados: “O primeiro consiste em ‘empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado’. Com menos acesso a oportunidades de carreira, esse grupo tende a se caracterizar por uma alta taxa de rotatividade, o que torna as reduções da força de trabalho relativamente fáceis por desgaste natural. O segundo grupo periférico, ‘oferece uma flexibilidade numérica ainda maior por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público, tendo ainda menos segurança no emprego do que o primeiro grupo periférico’” (Ibid.). A tendência indica um crescimento significativo da segunda categoria do grupo periférico nos anos subsequentes.

A chamada “acumulação flexível” parece enquadrar-se como uma recombinação das duas estratégias de procura de lucro (mais-valia⁵⁹) que Marx analisara em *O Capital*. A primeira estratégia é a *mais-valia absoluta*⁶⁰, e apoia-se na extensão da jornada de trabalho com relação ao salário necessário para garantir a reprodução da classe trabalhadora num dado padrão de vida. A passagem para mais horas de trabalho associadas com uma redução geral do padrão de vida através da erosão do salário real ou da transferência do capital corporativo em regiões de altos salários para regiões de baixos salários, representa uma faceta da acumulação flexível de capital. A segunda estratégia é a *mais-valia relativa*⁶¹, na qual a mudança tecnológica e organizacional é posta em ação para gerar lucros temporários para firmas inovadoras e lucros mais generalizados com a redução dos custos dos bens que definem o padrão de vida do trabalho (Harvey, 1994).

Com o objetivo de mostrar que não há nada essencialmente novo nas formas de reprodução da lógica do capital, Harvey (Ibid.) desenvolve três características fundamentais e intrínsecas do modo de produção capitalista: 1) O capitalismo é orientado para o crescimento. Nesse sentido, uma taxa equilibrada de crescimento é essencial para preservar o capitalismo, na medida em que só através do crescimento, os lucros e as condições de acumulação e de valorização do capital podem ser garantidos. Isso demanda ao capitalismo preparar o terreno

⁵⁹ “A mais valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa” (Marx, 1985: 251).

⁶⁰ “A relação capitalista, como *relação coercitiva* que visa extrair mais sobretrabalho mediante o prolongamento do tempo de trabalho - relação coercitiva que não se funda em relações pessoais de dominação e de dependência, mas que brota simplesmente de diversas funções econômicas - é comum a ambas as modalidades, porém o modo de produção especificamente capitalista conhece contudo outras maneiras de extorquir mais-valia. Com base num modo de trabalho preexistente, ou seja, num desenvolvimento *dado* da força produtiva do trabalho e do modo de trabalho correspondente ao desenvolvimento dessa força produtiva, pelo contrário, só se pode produzir mais-valia recorrendo ao *prolongamento do tempo de trabalho*, quer dizer, sob a forma da *mais-valia absoluta*. A esta modalidade, como forma única de produzir mais-valia, corresponde a *subsunção formal do trabalho no capital*” (Marx, 1969: 89 - 90).

⁶¹ “A *subsunção real do trabalho no capital* desenvolve-se em todas aquelas formas que produzem mais-valia relativa, ao contrário de absoluta. Com a *subordinação real do trabalho no capital* efetua-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalistas e operário. (...) [Na *subordinação real do trabalho ao capital*] desenvolvem-se as *forças produtivas sociais do trabalho* e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. Por um lado, o *modo capitalista de produção*, que agora se estrutura como um modo de produção *sui generis*, origina uma forma modificada da produção material. Por outro lado, essa modificação da forma material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja forma adequada corresponde, por consequência, a determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas no trabalho” (Marx, 1969: 104 - 105).

para uma expansão do produto e um crescimento em valores reais sem se importar pelo custo dessas reformulações, em termos de consequências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas que possa acarretar. Um princípio fundamental da ideologia capitalista é que o crescimento é tanto inevitável como bom. A crise é definida, em consequência, como falta de crescimento. 2) O crescimento em valores reais apoia-se na exploração do trabalho vivo na produção. Por isso, o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo. O capitalismo está fundado, em suma, numa relação de classe entre capital e trabalho. Como o controle do trabalho é essencial para o lucro capitalista, a dinâmica da luta de classes pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado é fundamental para a trajetória do desenvolvimento capitalista. 3) O capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico. A inovação tecnológica e organizacional é a estratégia dos capitalistas para garantir uma incessante busca de lucro. Contudo, a mudança organizacional e tecnológica também tem um papel-chave na modificação da dinâmica da luta de classes, movida por ambos os lados, no domínio dos mercados de trabalho e do controle do trabalho. Além disso, se o controle do trabalho é essencial para a produção de lucros e se torna uma questão mais ampla, do ponto de vista do modo de regulamentação, a inovação organizacional e tecnológica no sistema regulatório (como o aparelho do Estado, os sistemas políticos de incorporação e representação, etc.) torna-se crucial para a perpetuação do capitalismo. Deriva, em parte, dessa necessidade, a ideologia de que o “progresso” é tanto inevitável como bom. Assim, Harvey vai finalizar acrescentando que o próprio Marx foi capaz de mostrar que essas três condições necessárias do modo capitalista de produção eram inconsistentes e contraditórias, e que, por isso, a dinâmica do capitalismo era necessariamente propensa a crises.

CAPITULO IV

CRISE DO FORDISMO OU CRISE DO CAPITAL? Da contradição capitalismo e coletivismo de Estado aos contornos da crise orgânica contemporânea.

“A crise cria situações imediatas perigosas, pois as diversas camadas da população não possuem a mesma capacidade de orientar-se rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo. A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal preparado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia, com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas (...) A unificação das tropas de muitos partidos sob a bandeira de um partido único, que representa melhor e encarna as necessidades de toda a classe, é um fenômeno orgânico e normal, mesmo se o seu ritmo for muito rápido e fulminante em relação aos tempos tranquilos: representa a fusão de todo um grupo social sob uma só direção, considerada a única capaz de resolver um problema existencial dominante e afastar um perigo mortal” (Gramsci, *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*).

IV.1 - A DIALÉTICA ENTRE CAPITALISMO E COLETIVISMO DE ESTADO: A guerra fria como fator relevante do desenvolvimento do capitalismo do século XX.

O contexto internacional que domina o pós-Segunda Guerra Mundial está centrado na consolidação hegemônica dos EUA. Desenvolve-se, durante quase meio século, um constante confronto militar das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial, na chamada “Guerra Fria”.

Segundo Arrighi, no fim da Segunda Guerra Mundial, já estavam estabelecidos os principais contornos desse novo sistema monetário mundial: “(...) em *Bretton Woods*^[62] foram

⁶² “O sistema de *Bretton Woods* foi baseado na convicção de que era necessário restabelecer, da forma mais completa possível, a existência de uma moeda internacional com todos os seus atributos. O sistema adotado conferia ao dólar um papel central, ao lado do ouro e, por assim dizer, representando a este. O dólar estava atrelado ao ouro por uma taxa de conversão fixa, negociada internacionalmente. Por sua vez, as taxas de câmbio de todas as outras moedas eram determinadas tendo o dólar como referência. Essas taxas eram fixas, podendo ser alteradas somente em função de desvalorizações ou valorizações decididas pelos Estados. O sistema de *Bretton Woods* refletia a hegemonia absoluta dos EUA na concorrência intercapitalista, bem como a necessidade de preencher as enormes necessidades, herdadas da

estabelecidas as bases do novo sistema monetário mundial; em Hiroshima e Nagasaki, novos meios de violência haviam demonstrado quais seriam os alicerces militares da nova ordem; em San Francisco, novas formas e regras para a legitimação da gestão do Estado e da guerra tinham sido explicitadas na Carta das Nações Unidas” (1996: 283).

Sem dúvida alguma, a importância do papel jogado na história da política econômica do último meio século pelos acordos de *Bretton Woods* - acordos que se cristalizaram em um regime econômico internacional estabelecido no final da Segunda Guerra Mundial - foram chaves para entendermos a posterior emergência das idéias neoliberais. Este acordo criava regras de jogo inspiradas na doutrina do liberalismo econômico para um mundo que, apesar dessas exortações, as violava impunemente com o protecionismo e o neoprotecionismo, com os enormes déficits públicos e com as políticas migratórias restritivas (Borón, 1996b).

Perante uma iminente e segura vitória militar, no verão de 1944, os aliados convocaram, em resposta a uma forte pressão norte-americana, uma conferência monetária e financeira para estabelecer as orientações do “liberalismo global” que haveria de prevalecer na emergente ordem mundial do pós-guerra. Assuntos relevantes da conferência - a qual assistiram 44 países, incluindo a União Soviética - cristalizaram-se na configuração das novas regras do jogo que devia reger o funcionamento da reconstituída economia mundial e a criação das instituições encarregadas de assegurar sua vigência. A grande questão implícita na conferência era que o protecionismo comercial havia sido o maior responsável das tragédias ocorridas nos convulsionados trinta anos que se seguiram à eclosão da Primeira Guerra Mundial. Em decorrência disso, a maior parte das deliberações focalizou-se na identificação e definição dos mecanismos e estratégias que garantissem: a) o predomínio do livre comércio e a neutralização de todo vestígio de protecionismo; b) o financiamento externo de países vitimados por

crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, para financiamento da acumulação. O atrelamento do dólar ao ouro, mesmo que indireto, permitia, bem ou mal, que este alicerçasse um sistema financeiro e monetário internacional, que comportava a existência de autoridades estatais, dotadas de instrumentos que lhes possibilitavam controlar a criação de crédito e assegurar a relativa subordinação das instituições financeiras e do capital de empréstimo às necessidades do investimento industrial. Em 1994, com o distanciamento de várias décadas, podemos observar que esse período de subordinação foi, ao fim das contas, muito breve. Terminou em meados dos anos 1960, com as primeiras grandes especulações contra a libra esterlina. A formação de eurodólares [...] é uma etapa importante na reconstituição da força do capital monetário. Reflete também a degradação da rentabilidade do capital comprometido na produção, bem como

problemas de curto prazo (queda nos volumes e/ou preços de suas exportações, déficits orçamentários, instabilidade monetária, etc.); e c) a aprovação de um conjunto de políticas dirigidas a tornar possível a reconstrução e o desenvolvimento das economias devastadas pela guerra. Essa divisão de tarefas entre a promoção do livre comércio, a estabilização macroeconômica e as reformas estruturais haveria de originar, em 1947, o *General Agreement on Trade and Tariffs* (GATT) e as instituições gêmeas que nasceram das deliberações de *Bretton Woods*: o Banco Mundial, em 1945, e o Fundo Monetário Internacional, um ano depois (Ibid.).

Esses acordos contribuíram decisivamente para a consolidação, no contexto político econômico mundial, da vitória militar dos aliados e, fundamentalmente, da hegemonia internacional dos EUA.

O mundo bipolarizado finalmente havia chegado e cristalizava-se no enfrentamento de duas grandes potências: os EUA e a União Soviética. A Guerra Fria entre EUA e URSS que dominou o cenário internacional na segunda metade do século XX foi um período marcado, fundamentalmente, por disputas de poder sobre o Planeta e pela constante ameaça de batalhas nucleares globais. Essa situação manteve-se até meados da década de 1970, momento em que o sistema mundial entra num novo período de crise orgânica.

Segundo Hobsbawm (1995b), o sistema internacional característico da pré-guerra desmoronara, deixando os EUA diante de uma URSS enormemente fortalecida em amplos trechos da Europa e em outros espaços ainda maiores do mundo não-europeu, cujo futuro político parecia bastante incerto - a não ser pelo fato de que qualquer coisa que acontecesse nesse mundo explosivo e instável tinha maior probabilidade de enfraquecer o capitalismo e os EUA, e de fortalecer o poder que passara a existir pela e para a revolução. Perante esta tensão entre capitalismo e coletivismo de Estado, os EUA vão se tornar responsáveis pela preservação do *status quo* global.

Grande parte da área perdida pela Rússia depois da guerra e da revolução pós- 1917 e um par de territórios antes pertencentes ao império *Habsburgo*, também haviam sido recuperados pela União Soviética entre 1939 e 1945. A propósito disso, uma vasta e nova

o fato de que os EUA deixam de ter uma posição industrial incontestável pelos outros países e, ao mesmo tempo,

extensão da futura região do bloco coletivista dava-se no Extremo Oriente, com a transferência do poder para regimes, autodenominados, comunistas na China (1949), e, em parte, na Coreia (1945) e no que fora a Indochina francesa (Vietnã, Laos, Camboja), durante a guerra que durara trinta anos (1945-1975). Assim mesmo, houve mais algumas extensões da região comunista um tempo depois, no próprio Ocidente - Cuba (1959) e África (na década de 1970). A partir deste conjunto de conquistas do bloco coletivista, ele iria, mais ou menos, consolidar-se em 1950. A densidade demográfica do povo chinês, incluía agora um terço da população mundial, embora o tamanho médio dos Estados socialistas, tirando a China, a URSS e o Vietnã (58 milhões), não fosse particularmente grande. Suas populações iam de 1,8 milhão na Mongólia a 36 milhões na Polônia. Essa era, portanto, a parte do Globo composta pelos chamados países de “socialismo realmente existente”.

Durante o período da Guerra Fria, as duas superpotências aceitaram a divisão desigual do mundo; os dois blocos empenhavam-se para resolver disputas de demarcação sem um choque frontal entre suas Forças Armadas, já que provocar uma nova guerra não era a estratégia desejada. Assim, as duas potências dominantes tinham a convicção de que era possível a coexistência pacífica a longo prazo. Assim - conforme salientou Hobsbawm -, a Guerra Fria cristalizou-se num período de “Paz Fria” entre as duas superpotências. Esse acordo tácito prolongou-se até 1970.

A Guerra Fria foi, desde o começo, uma guerra entre desiguais, na medida em que a superpotência norte-americana era extremamente superior:

“A peculiaridade da Guerra Fria era de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência - a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra - e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas

deixam de cumprir o papel que lhes tinha sido atribuído em *Bretton Woods*” (Chesnais, 1996: 249 - 250).

potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética” (Hobsbawm, 1995b: 224).

A permanente tensão política e o crescente processo de internacionalização da produção parecem ser os impactos mais relevantes deste período. O processo de internacionalização produtiva do período pós-Segunda Guerra, como consequência da necessidade dos EUA afirmarem suas posições frente a um campo “socialista” fortalecido, pode ser compreendido através da crescente interpenetração dos mercados consumidores internacionais, do aumento dos investimentos diretos do grande capital multinacional, das associações transnacionais de capitais e da formação do mercado mundial de capitais dominado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial. Por outro lado, a implantação da hegemonia norte-americana sobre a Europa Ocidental, vai ser fortemente determinada pelo apoio de reconstrução da Europa arruinada pela guerra, via Plano Marshall, sob o financiamento do capital norte-americano. Finalizada a guerra, os EUA transformaram-se no principal exportador de capitais e no maior credor mundial, líder legitimado, em termos de recursos tecnológicos e na potência bélica mais poderosa do globo. Assim, o sonho de hegemonia mundial que tinha os EUA desde finais do século XIX, parecia ter começado a se realizar.

Em suma, este período foi marcado pela permanente tensão e pela constante vontade de disputa entre as duas superpotências, em um contexto mundial de relativa estabilidade, pouco depois da guerra. Enquanto os EUA se preocupavam com o perigo de uma possível supremacia mundial soviética num momento futuro determinado, Moscou tinha colocado o foco da sua preocupação na hegemonia de fato dos EUA, então exercida sobre todas as áreas externas ao bloco coletivista de Estado. Assim, a *intransigência era a tática*, na medida em que não seria preciso muito para transformar a exausta e empobrecida URSS numa região cliente da economia americana, mais forte na época que todo o resto do mundo junto. Este período de relativa estabilidade mundial permaneceu até meados da década de 70, quando o sistema internacional começou a mostrar sinais efetivos de crise econômica e política. Até então, as duas superpotências aceitavam a divisão desigual do globo, empenhavam-se em resolver

disputas de demarcação⁶³ sem um choque aberto entre suas Forças Armadas e, na tentativa permanente de evitar uma guerra, tentavam ter uma coexistência o mais pacífica quanto possível entre elas, embora, estivesse latente a ameaça de guerra nuclear (Hobsbawm, 1995b).

Embora o aspecto mais saliente da Guerra Fria fosse o confronto militar e uma crescente estratégia armamentista no Ocidente, segundo Hobsbawm, não foi esse seu grande impacto. As armas nucleares não foram usadas. As potências nucleares envolveram-se em três grandes guerras. Abalados pela vitória comunista na China, os EUA e seus aliados (sob o rótulo de Nações Unidas) intervieram na Coréia, em 1950, para impedir que o regime comunista do Norte daquele país se estendesse ao Sul. O resultado desse confronto foi a permanência do impasse. Visando o mesmo objetivo, os EUA promoveram a mesma estratégia no Vietnã, e perderam. A URSS retirou-se do Afeganistão em 1988, após oito anos nos quais forneceu ajuda militar ao governo para combater as guerrilhas apoiadas pelos americanos e abastecidas pelo Paquistão. Com efeito, o material de alta tecnologia da competição das superpotências resultou ser pouco decisivo. A ameaça permanente de guerra fez emergir movimentos internacionais de paz essencialmente focalizados contra as armas nucleares, tornando-se, por diversas ocasiões, movimentos de massa em partes da Europa, sendo identificados pelos alinhados do poder hegemônico norte-americano, como elemento subversivo em favor do

⁶³ “Na Europa, linhas de demarcação foram traçadas em 1943-1945, tanto a partir de acordos em várias conferências de cúpula entre Roosevelt, Churchill e Stalin, quanto pelo fato de que só o Exército Vermelho podia derrotar a Alemanha. Havia indefinições, sobretudo, acerca da Alemanha e da Áustria, as quais foram solucionadas pela divisão da Alemanha segundo as linhas das forças de ocupação orientais e ocidentais e a retirada de todos os ex-beligerantes da Áustria (...) A URSS aceitou com relutância Berlim Ocidental como um enclave dentro de seu território alemão, mas não estava preparada para lutar pela questão. (...) A situação fora da Europa era menos definida, a não ser pelo Japão, onde os EUA desde o início estabeleceram uma ocupação completamente unilateral que excluía não só a URSS, mas qualquer outro co-beligerante. O problema é que o fim dos velhos impérios coloniais era previsível e, na verdade, em 1945, considerado iminente na Ásia, mas a futura orientação dos novos Estados pós-coloniais não estava nada clara. (...) Foi nessa área que as duas superpotências continuaram a competir, por apoio e influência, durante toda a Guerra Fria, e por isso a maior zona de atrito entre elas, aquela onde o conflito armado era mais provável, e onde de fato irrompeu. Ao contrário do que ocorrera na Europa, nem mesmo os limites da área sob o futuro controle comunista podiam ser previstos, quanto mais acertados de antemão por negociações, ainda que provisórias e ambíguas. Assim, a URSS não queria muito a tomada do poder pelos comunistas na China, mas ela se deu assim mesmo. (...) Contudo, mesmo no que depois veio a ser chamado de ‘Terceiro Mundo’, em poucos anos as condições para a estabilidade internacional começaram a surgir, quando ficou claro que a maioria dos novos Estados pós-coloniais, por menos que gostasse dos EUA e seu campo, não era comunista; com efeito: a maioria era anticomunista em sua política interna e ‘não alinhada’ (ou seja, fora do campo soviético) nos assuntos internacionais. Em suma, o ‘campo comunista’ não deu sinais de expansão significativa entre a Revolução Chinesa e a década de 1970, quando a China estava fora dele” (Hobsbawm, 1998: 224 -225).

comunismo. Embora os movimentos pelo desarmamento nuclear não fossem muito efetivos, o movimento dos jovens americanos contra o seu recrutamento para a Guerra do Vietnã, mostrou-se um tanto eficaz e relevante.

IV.2- O PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO EUROPÉIA E O FORTALECIMENTO DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

Para os países aliados dos EUA, a situação da Europa Ocidental no imediato pós-guerra parecia tão tensa que Washington percebeu que o fortalecimento da economia européia e, logo depois, da japonesa, era a prioridade mais urgente e a condição de consolidação da hegemonia norte-americana sobre o mundo inteiro.

Assim, o Plano Marshall iniciou, em junho de 1947 - e em nome do “anticomunismo”- a reconstrução da Europa Ocidental à imagem norte-americana, sendo decisivo em termos de decolagem e de uma nova dinâmica da expansão do comércio e da produção mundiais das décadas de 1950 e 1960. O Plano Marshall traz implícito, dessa maneira, a aliança militar anti-soviética. O objetivo manifesto era organizar os capitalistas europeus em torno da liderança norte-americana, visando conter e enfrentar o avanço do socialismo e do movimento operário e de libertação nacional, além de usurpar importantes cotas de soberania a esses países e de implementar um severo controle sobre seu comércio exterior e sobre suas finanças.

O Plano Marshall possibilitou a reconstrução da Europa Ocidental à imagem norte-americana e, direta e indiretamente, deu uma contribuição decisiva à “decolagem” da expansão do comércio e da produção mundiais das décadas de 1950 e 1960. Não obstante, seu objetivo de promover a formação de uma União dos Estados Europeus foi seriamente prejudicado, durante a década de 1940, pela permanente escassez de dólares. As dificuldades do balanço de pagamentos agravaram as rivalidades nacionais, impedindo o progresso dentro da Organização de Cooperação Econômica Européia (OCEE), em geral, e a cooperação monetária interestatal européia em particular (Arrighi, 1996).

A integração européia e a expansão econômica mundial exigiam uma reciclagem muito mais abrangente da liquidez mundial do que estava implícita no Plano Marshall e em outros

programas de assistência. Essa reciclagem mais abrangente acabou por se materializar em um “maciço esforço de rearmamento” (Ibid.).

Os elaboradores do Plano Marshall vão considerar insuficientes, tanto a integração européia, quanto os realinhamentos monetários para manter um superávit de exportações significativo, ou para dar continuidade aos vínculos econômico-políticos entre os EUA e a Europa, propiciados após o fim do Plano Marshall. Com o objetivo de superar as limitações deste plano, seus estrategistas vão propor uma nova orientação política cristalizada nesse sólido rearmamento norte-americano e europeu. Assim, vão fornecer uma solução para os complexos problemas da política econômica norte-americana. Desse modo, o rearmamento nacional viabilizaria um novo mecanismo de acumulação capitalista. A assistência militar à Europa propiciaria um meio de seguir a prestando assistência após o fim do Plano Marshall. Assim mesmo, a estreita integração das forças militares européias e norte-americanas seria a estratégia para garantir que a Europa, como região econômica, permanesse aberta e disposta para as transações internacionais com os EUA.

De fato, um efeito relevante da Guerra Fria foi a criação da “Comunidade Européia”. Esta se constituiu num arranjo que visava integrar as economias, assim como, os sistemas legais de um conjunto de Estados-nações independentes. A Comunidade Européia inicia-se em 1957, conformada por seis Estados (França, República Federal da Alemanha, Itália, Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo). Para o final do século, quando o sistema mundial começa a sentir a crise, passaram a formar parte da Comunidade Européia, mais seis países (Grã Bretanha, Irlanda, Espanha, Portugal, Dinamarca e Grécia). Idealmente, a Comunidade Européia tinha como compromisso uma integração política ainda mais estreita, além da econômica. Logo, o fim da Guerra Fria iria solapar, novamente, a fundação desta.

Desse modo, a intencionalidade implícita que estava por trás do Plano Marshall era uma jogada política norte-americana para ganhar aliados em termos político-econômicos para o bloco capitalista e como mecanismo de contratendência do campo autoproclamado “socialista”.

Assim, tal como salientado anteriormente, as décadas de 1950 e 1960⁶⁴, constituem uma nova fase de expansão capitalista em nível mundial, sob o domínio dos EUA:

“À medida que a era da Guerra Fria se estendia, abria-se um crescente fosso entre a dominação esmagadoramente militar, e portanto política, que Washington exercia na aliança e o enfraquecimento da predominância econômica dos EUA. O peso econômico da economia mundial passava então dos EUA para as economias européia e japonesa, as quais os EUA julgavam ter salvo e reconstruído. Os dólares, tão escassos em 1947, haviam fluído para fora dos EUA numa torrente crescente, acelerado - sobretudo na década de 1960 - pela tendência americana a financiar o déficit gerado pelos enormes custos de suas atividades militares globais, notadamente a Guerra do Vietnã (depois de 1965), e pelo mais ambicioso programa de bem-estar social da história americana. O dólar, moeda-chave da economia mundial do pós-guerra planejada e garantida pelos EUA, enfraqueceu. Em teoria apoiado pelos lingotes de *Fort Knox*, que abrigava quase três quartos de reservas de ouro do mundo, na prática consistia sobretudo em dilúvios de papel ou moeda contábil - mas como a estabilidade do dólar era garantida por sua ligação com determinada quantidade de ouro, os cautelosos europeus, encabeçados pelos ultracautelosos franceses de olho no metal, preferiram trocar papel potencialmente desvalorizado por sólidos lingotes. O ouro, portanto, rolou do *Fort Knox*, o preço aumentando com o crescimento da demanda. Durante a maior parte da década de 1960, a estabilidade do dólar, e com ela a do sistema de pagamento internacional, não mais se baseava nas reservas dos EUA, mas na disposição dos bancos centrais europeus - sob pressão americana - de não trocar seus dólares por ouro, e entrar num *Pool do Ouro* para estabilizar o preço do metal no mercado. Isso não durou. Em 1968, o *Pool do Ouro*, esgotado, dissolveu-se. De fato, acabou a conversibilidade do dólar. Foi formalmente abandonada em agosto de 1971, e com ela a estabilidade do sistema de pagamentos internacional, e chegou ao fim o seu controle pelos EUA ou por qualquer outra economia nacional” (Hobsbawm, 1995b: 238 - 239).

Em meados da década de 1970, o mundo entrou no que se convencionou chamar de “Segunda Guerra Fria”. Este período coincidiu com uma mudança na economia mundial, um período de crise orgânica que caracterizaria o momento após 1973.

⁶⁴ “Durante mais de uma década, os investimentos externos diretos norte-americanos haviam crescido com rapidez, tendo mais do que duplicado entre meados da década de 1950 e meados da de 1960; os investimentos externos diretos europeus haviam crescido em paralelo, de um valor modesto para uma soma respeitável. Esse crescimento rápido foi a expressão das novas fronteiras abertas à expansão transnacional do capital das corporações norte-americanas pela reconstrução da Europa à imagem dos Estados Unidos e pela descolonização da Ásia e da África. Mas foi também um fator de fechamento progressivo dessas novas fronteiras” (Arrighi, 1996: 314).

Um incidente chave desse momento foi o súbito salto nos preços da energia provocado pelo golpe do cartel dos produtores de petróleo, a OPEP. Este foi um fato relevante no sentido que parecia indicar um enfraquecimento no domínio global dos EUA.

Hobsbawm (1995b), assinala que dois acontecimentos inter-relacionados, e de índole política, pareciam alterar o equilíbrio das duas superpotências.

O primeiro deles foi a derrota e desestabilização dos EUA, quando esse país promoveu uma nova grande guerra. A Guerra do Vietnã desmoralizou e dividiu a nação, houve manifestações contra a guerra o que levou logo ao desprestígio dos EUA. E, tal como era previsto por alguns, esta guerra levou a uma derrota e retirada após dez anos (1965-75), demonstrando, como conseqüência, o relativo isolamento dos EUA.

O segundo dos acontecimentos foi a guerra do Yom Kipur, em 1973, entre Israel - que os americanos se tornaram seus mais estreitos aliados no Oriente Médio - e as forças de Egito e Síria, abastecidas pelos soviéticos. Este conflito mostrou de forma mais evidente o isolamento dos EUA.

Em suma, o Vietnã e o Oriente Médio enfraqueceram os EUA, embora isso não alterasse o equilíbrio global das superpotências, assim como, a natureza do confronto dos vários cenários da Guerra Fria. Não obstante, o resultado desse processo foi um temporário vazio de poder dos EUA, que:

“(...) as forças locais em acordo tácito com a União Soviética e seus aliados, exploraram de múltiplas formas: para completar o processo de libertação nacional dos últimos resíduos do colonialismo europeu (como nas colônias africanas de Portugal e no Zimbábue), para lutar entre si na tentativa de reorganizar o espaço político das regiões circunvizinhas (como na África Oriental, no sudeste asiático e na Indochina), e para expulsar do poder os governos que eram clientes dos EUA (como na Nicarágua e no Irã)” (Arrighi, 1996: 333).

Entre 1974 e 1979, uma nova onda de revoluções emergiu no contexto dos países do chamado Terceiro Mundo⁶⁵. O conjunto de revoltas nesses países parecia, por vezes, ameaçar

⁶⁵ “O número de Estados internacionalmente reconhecidos como independentes na Ásia quintuplicou. Na África, onde havia um em 1939, agora eram cerca de cinquenta. Mesmo nas Américas, onde a descolonização no início do século

as posições nas correlações de forças dos dois blocos hegemônicos. Nesse sentido, os EUA viram-se desfavorecidos, nesse processo, na medida em que vários regimes na África, Ásia e mesmo na América Latina eram atraídos para o lado soviético e forneciam à URSS bases militares e navais, fora de seu núcleo interior. Foi a coincidência dessa nova onda de revolução mundial com o fracasso público e a derrota americana que desencadeou a chamada Segunda Guerra Fria.

Qual foi o verdadeiro papel da Guerra Fria no desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial de produção parece ser uma indagação pertinente para a análise do momento contemporâneo. Uma reflexão de Hobsbawm pode ser aproximativa:

“Uma expansão agressiva estava visivelmente na mente dos formuladores da política americana assim que a guerra acabou. Foi a Guerra Fria que os encorajou a adotar uma visão mais ampla, convencendo-os de que era politicamente urgente ajudar seus futuros competidores a crescer o mais rápido possível. Chegou-se a argumentar que, dessa forma, a Guerra Fria foi o principal motor da grande prosperidade global. Isso é provavelmente um exagero, mas a gigantesca generosidade do Plano Marshall sem dúvida ajudou a modernizar os países que queriam usá-la para esse fim - como fizeram sistematicamente a França e a Áustria - e a ajuda americana foi decisiva na aceleração da transformação da Alemanha Ocidental e do Japão. Sem dúvida esse dois países teriam se tornado grandes potências econômicas de qualquer modo. O simples fato de, como países derrotados, não serem senhores de sua política externa lhes deu uma vantagem, pois não os tentou a despejar mais que um mínimo de recursos no estéril buraco dos gastos militares. No entanto, devemos nos perguntar o que teria acontecido à economia alemã se sua recuperação tivesse dependido dos europeus, que temiam seu renascimento. Com que rapidez a economia japonesa teria se recuperado, se os EUA não tivessem se dedicado a fazer do Japão a base industrial para a Guerra da Coreia e depois a do Vietnã em 1965? Os EUA financiaram a duplicação da produção de manufaturas de Japão, e não por acaso 1966-70 foram os anos de pico do crescimento japonês - não menos que 16 % ao ano. O papel da Guerra Fria, portanto, não pode ser subestimado, mesmo que a longo prazo o efeito econômico do vasto desvio de recursos dos Estados para armamentos competitivos fosse prejudicial. No caso extremo da URSS, foi provavelmente fatal. Contudo, mesmo os EUA trocaram força militar por crescente enfraquecimento econômico” (Hobsbawm, 1995b: 270 - 271).

XIX deixara atrás umas vinte repúblicas latinas, a de então acrescentou mais uma dúzia. Contudo, o importante nelas não era o seu número, mas seu enorme e crescente peso demográfico, e a pressão que representavam coletivamente” (Hobsbawm, 1995: 337).

Como salientado em páginas precedentes, uma estratégia importante também visando a consolidação da hegemonia norte-americana, tinha sido o estabelecimento do sistema monetário *Bretton Woods*, assim como, a criação do Banco Internacional de Reconstrução e Fomento, conhecido com o nome de Banco Mundial (BM), e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Na conferência de *Bretton Woods*, celebrada em 1944, os EUA impõe ao mundo capitalista um sistema monetário com um padrão fixo de cambio que lhe permitiu começar emitir papel moeda com a mesma valia do ouro, medida que significou um salto qualitativo do uso da moeda como meio de exploração e subordinação nacional, e assentou as bases para a configuração do esquema atual de reprodução do capital monopolista, articulado, de modo considerável, em torno do controle da massa monetária mundial. Por sua vez, o BM e o FMI - criados a partir do concurso multinacional de enormes massas de capital com a finalidade expressa de promover a reconstrução do capitalismo na Europa e de estimular, através do crédito, o desenvolvimento econômico capitalista - contribuíram decisivamente para a consolidação da hegemonia financeira global dos monopólios norte-americanos, tornando-se, em virtude de sua condição de acionistas principais, a potência hegemônica com o monopólio da atribuição de ter o domínio destas instituições financeiras e, em instância última, de decisão sobre o destino delas.

Apontando para o mesmo objetivo, orienta-se a conformação de blocos militares, nas diferentes áreas do globo, sob o comando norte-americano, principalmente: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o bloco do Pacífico (ANSUS), o Tratado de Organização da Ásia Sul-oriental (SEATO), o Pacto de Bagdad, posteriormente denominado Organização do Tratado Central (CENTO) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Todas estas instituições contribuíram decisivamente para a consolidação do poderio transnacional dos EUA e provocaram um forte impulso à corrida armamentista, ao recrudescimento da mentalidade da guerra fria, às múltiplas perseguições e repressões contra os defensores do projeto socialista, em geral, contra toda tentativa de dissidência à ordem capitalista transnacional emergente, disfarçada com diversas roupagens.

IV.3 - A CRISE CONTEMPORÂNEA COMO SÍNTESE DE MULTIPLAS DETERMINAÇÕES

Nos anos 60, a Europa e o Japão tinham concluído seu processo de recuperação. Reconstrução bancada pelos EUA e fator crucial da consolidação da hegemonia norte-americana sobre o mundo ocidental.

A Europa e o Japão tinham a forte necessidade de promover mercados de exportação, posto que tinham seus respectivos mercados internos saturados com enormes excedentes de produção baseados em bens duráveis e com um acelerado progresso técnico. O dinamismo dos mercados japoneses e europeus tornaram-se uma ameaça ao controle mundial norte-americano. Já desde alguns anos atrás os EUA tinham diminuído sua participação no comércio mundial, mas preservaram domínio industrial e tecnológico, assim como, também, um magnífico poder financeiro e agrícola. Aquele desenvolvimento do padrão de acumulação fordista que se deu no pós-guerra, na medida em que vai gerando mercados novos em países até então não-industrializados, produzindo, assim, novos sujeitos econômicos na cena mundial, assim como um intenso processo de internacionalização dos mercados, dos sistemas produtivo e financeiro, reduziu a hegemonia norte-americana e a eficácia das políticas econômicas dos estados nacionais, ampliou a precariedade de suas políticas sociais e colocou em xeque o compromisso social construído no pós-guerra.

Por sua vez, a concorrência européia e japonesa vai desenvolver um processo crescente de internacionalização dos seus capitais, criando, também, suas filiais pelo mundo e disputando, desta maneira, espaços de investimento direto externos com os EUA. Este processo contribuiu para gerar uma segunda onda de industrialização nos países do “Terceiro Mundo”, assim como, também, para acelerar a crise do dólar como padrão monetário internacional: “Os Estados Unidos, com menor capacidade de comando mas ainda com muito poder, assumirão uma *estratégia* passiva cujos problemas de balanço de pagamentos serão menosprezados, mantendo o nível da atividade econômica e obrigando os demais países ao ajuste de suas taxas de juros e câmbio” (Mattoso, 1996: 53).

Além disso, neste momento conflituoso, “(...) as taxas de crescimento dos diferentes países se aproximariam, iniciando-se um processo de saturação na difusão dos bens duráveis,

esgotando-se os impulsos intersetoriais e aparecendo sintomas de desaceleração econômica e estabilização tecnológica, com o aumento da concorrência entre as grandes potências industriais” (Ibid.).

Contudo, do mesmo modo em que a crise orgânica dos anos 70 revela o amadurecimento das oposições de interesses, e, até mesmo, contradições e conflitos abertos entre os blocos hegemônicos e entre as frações da burguesia, tanto no nível internacional, quanto no nível dos Estados nacionais, não é de menosprezar - como elemento chave, constitutivo deste quadro - o conjunto de lutas sociais e de resistências das classes trabalhadoras que colocam em xeque a pretensa automaticidade da economia como determinante da crise contemporânea.

A partir da década dos 60, torna-se uma evidência, com uma força sem precedentes desde a década de 1930, o conjunto das novas formas de resistência operária, identificado, fundamentalmente, com a resistência em massa ao trabalho de tipo parcelado e repetitivo. A chamada *Organização Científica do Trabalho*, a linha de montagem, as “cadências infernais” enfim, o despotismo organizado nos métodos de controle do trabalho tornam-se o centro da contestação operária.

Mas é preciso dizer que, aqui, o capital, confronta-se com uma dupla crise: *de legitimidade e de eficácia*, nos termos expressos por Coriat (1985). A crise de legitimidade desencadeada pela resistência operária tem como paralelo a crise de eficácia, do ponto de vista do capital. À luta operária, que põe em questão a legitimidade da chamada *Organização Científica do Trabalho*, acrescentam-se outros elementos novos, identificados estritamente com a racionalidade capitalista de tipo sócio-econômico que levam a questionar a eficácia do taylorismo como sustentação de valorização do capital. A constância dessas duas crises põe em jogo a própria legitimidade do taylor-fordismo.

Segundo Coriat (1985), tratar-se-ia, neste período, de uma nova eficácia da resistência operária. Neste período, 1971 constitui o ano da virada. É o ano que indica a passagem do reconhecimento social ao mais alto nível dos aparatos estatais, da existência do “problema dos operários especializados”.

Portanto, conforme o autor, de todas as lutas operárias, aquela de 1971, na oficina dos “têrmicos” em Renault-Le Mans, determinou uma ruptura, porque funcionou, a seu modo, como um perfeito “analisador”, colocando em evidência três dimensões: 1) A vulnerabilidade dos aparelhos de produção modernos, racionalizados e especializados: uma boa quantidade de operários que se declaram em greve numa fábrica onde se produz uma peça essencial paralisam progressivamente, “em cadeia”, não apenas a fábrica de Le Mans, mas a quase totalidade da companhia; 2) depois, em que pese as disparidades de salário e situações de trabalho, confirma-se a possibilidade de “massificação” da luta operária, a unidade fundamental de suas aspirações, o risco de hegemonia que acompanha o movimento do operário-massa; 3) os operários de Le Mans são franceses e, essencialmente, de origem rural; a greve surge, ali, onde, tradicionalmente, a linha de montagem e a *organização científica do trabalho* pensavam encontrar possibilidades para sua expansão e desenvolvimento. Isto parece indicar que o trabalho parcelado e repetitivo encontra, aqui, uma espécie de limite “social”, uma crise de sua eficácia como técnica de domínio sobre o trabalho.

Três fenômenos recorrentes em relação ao movimento operário dos anos 30 reproduzem-se como sinais fundamentais da resistência operária:

1) O absentismo, isto é, as ausências motivadas por diversas causas. Segundo Coriat, embora faltem estudos mais precisos, os dados disponíveis indicam claramente que no período 1968-1973 há um aumento do absentismo dos operários que realizam trabalhos parcelados e repetitivos. As causas do absentismo obedecem principalmente a doença e acidentes de trabalho; 2) o *turnover*, isto é, a taxa de rotatividade do pessoal de uma firma para outra. Na Ford, as taxas de rotatividade foram de 25 % em 1969; 3) a “falta de cuidado” na produção cristalizado no crescimento dos “defeitos de fabricação” e dos “desperdícios”. Conforme Coriat, o absentismo e a rotatividade expressam uma resistência a entrar na fábrica. Mas os fenômenos que as empresas tratam como “faltas de cuidado”, “defeitos” e ainda de “percentagens crescentes de desperdícios” expressam uma atitude um pouco diferente, de resistência no próprio exercício do trabalho (Ibid.: 128 - 129).

Assim, a luta operária em massa consegue revelar a vulnerabilidade dos métodos de controle do trabalho:

“(…) para o que aqui nos propomos, os elementos reunidos são suficientes na medida em que só importava mostrar como, a nível macroeconômico, a crise da organização científica do trabalho, o esgotamento dos métodos tayloristas e fordistas da organização do trabalho e a ausência de um relevo significativo no sustento da valorização do valor (ao produzir os automatismos um efeito contraditório desde este ponto de vista) traduzem-se num enfraquecimento da produtividade global do trabalho, fenômeno que agora em numerosos estudos é a base da explicação da crise, sejam quais forem os matizes ou diferenças que apresentam pelos demais, os estudos em questão, tanto do ponto de vista de seus métodos como de seus instrumentos de análises. Se se admite a importância destes fenômenos “de esgotamento” da organização científica do trabalho e dos princípios fordistas, pode precisar-se o que está em jogo nas reestruturações em curso no processo de trabalho e a gestão de forças de trabalho” (Ibid.: 152).

Ao mesmo tempo, o crescente processo de racionalização fordista foi desencadeando um progressivo deslocamento de trabalhadores fabris. Começa-se a constatar o problema do desemprego como um fenômeno estrutural, isto é, como um problema em vias de agudização, seguido da elevação inflacionária e da queda de poder aquisitivo dos trabalhadores. No transcurso da década de 60, a indústria norte-americana continuou produzindo em ritmo acelerado, sem levar em consideração que a recuperação da capacidade industrial da Europa Ocidental e do Japão, restringia o ciclo e aumentava a profundidade da crise de superprodução de mercadorias. Simultaneamente, os enormes déficits fiscais, produto dos gigantescos custos da guerra de Vietnã e a corrida armamentista contra a URSS, provocaram um forte impulso inflacionário mundial e solaparam o dólar como moeda-reserva internacional estável. Como significativa expressão da crise do dólar e do sistema monetário internacional, ocorreu um processo de acirramento da concorrência intercapitalista e um forte aumento dos custos de manutenção do imperialismo norte-americano. O poder financeiro internacional norte-americano é ameaçado a partir da conformação do mercado do eurodólar. Na época, as políticas de substituição de importações em muitos países do Terceiro Mundo (particularmente da América Latina), associadas ao primeiro grande movimento das multinacionais na direção da manufatura no estrangeiro (especialmente no Sudeste Asiático). Começa-se a intensificar a competição internacional na medida em que muitos países geram um interessante desenvolvimento da sua industrialização fordista em regiões radicalmente novas; inclusive em setores onde as condições de contrato social com o trabalho era precário, senão inexistente.

Assim, o Japão e a Europa Ocidental, respaldados também por um considerável número de países recentemente industrializados, colocam em questão e desafiam o domínio do mercado mundial dos EUA.

Nos anos 70, o poder supremo dos EUA consolidado durante o imediato pós-guerra, é colocado em xeque de forma flagrante, obrigando-os a compartilhar o domínio sobre a incipiente transnacionalização do imperialismo com seus rivais fortalecidos: os capitalismo dos países europeus e do Japão. A história parece mostrar que esta partilha de poderes - embora não signifique a perda dos EUA da sua condição de líder mundial - constitui momento decisivo do capitalismo transnacional. Um fato referencial foi celebrado em 1971, na conferência Monetária e Financeira Internacional realizada em Kingston, onde os principais concorrentes imperialistas conseguiram impor ao capital norte-americano a substituição do sistema monetário baseado no padrão fixo dólar-ouro pela livre flutuação de moedas conversíveis. Assim, o capital norte-americano viu-se obrigado a compartilhar com seus principais competidores imperialistas o controle que vinha exercendo de forma exclusiva sobre a massa monetária mundial, controle que constituía a estratégia fundamental de seu poderio econômico transnacional. Múltiplas razões de ordem, fundamentalmente, econômicas e políticas obrigaram ao governo norte-americano a negociar segundo uma agenda que não tinha sido elaborada exclusivamente em *Washington*.

A perda de poder econômico demandava ao imperialismo norte-americano, a necessidade de apontar seu domínio mundial utilizando recursos ainda mais repressivos. Assim, a corrida armamentista, além de satisfazer as demandas urgentes do desenvolvimento da poderosa indústria bélica norte-americana, constituiu uma resposta obrigada perante a necessidade de manter a superioridade militar sobre a União Soviética e os países do Pacto de Varsóvia, garantir a capacidade de intervir militarmente em vários conflitos regionais, simultaneamente, e promover a cruzada contra a penetração comunista e os movimentos revolucionários na América Latina, implantando um efeito dominó de ditaduras militares, contra as lutas anticolonialistas e de liberação nacional na África e na Ásia, e contra as tentativas das burguesias nacionais dos países exportadores de petróleo, matérias primas e produtos primários

de estabelecer seus próprios monopólios, com o objetivo de contrarrestar o predomínio absoluto dos monopólios transnacionais dos países imperialistas.

Arrighi (1996) identifica três dimensões da crise iminente do regime norte-americano, gestada entre 1968-1973. As dimensões da crise obedeceriam a aspetos militares, financeiros e ideológicos e, segundo o autor, estão estreitamente vinculadas: militarmente, o exército norte-americano começou a ter dificuldades cada vez mais sérias no Vietnã; financeiramente, o sistema de Reserva Federal dos EUA demonstrou ser difícil e até impossível preservar o modo de emitir e regular o dinheiro mundial estabelecido em *Bretton Woods*, e, ideologicamente, a cruzada anticomunista do governo norte-americano começou a perder legitimidade no país e no exterior. Desta maneira, a crise teve uma deterioração acelerada, e, em 1973, o governo norte-americano havia recuado em todas as frentes. Durante o resto da década de 1970, as estratégias do poder norte-americanas desestabilizaram-se em termos das funções que exercia de governo mundial. Produz-se, ainda, um declínio do poder e prestígio norte-americanos durante a transformação ocorrida no Irã e a crise dos reféns de 1980.

Cabe aqui ressaltar que os EUA foram os responsáveis pela incorporação da Europa Ocidental às redes de poder do Estado norte-americano, após a Segunda Guerra Mundial. Logo, a estratégia governamental criou as condições necessárias para a transplantação lucrativa das empresas norte-americanas. Estas invadiram a Europa em grande quantidade, mas seu papel na consolidação da hegemonia norte-americana foi, basicamente, o de internalizar em suas próprias tecno-estruturas os componentes fundamentais do mercado e da força de trabalho europeus. Embora o governo norte-americano tentasse manter um certo controle sobre essa transplantação de empresas do país para o território europeu, sujeitando suas subsidiárias estrangeiras às leis de comércio dos EUA e tomando providências para regulamentar a saída do capital norte-americano, aquele processo adquiriu quase imediatamente uma dinâmica própria. O governo norte-americano, agindo sozinho ou mesmo em concerto com os governos europeus, não pôde controlá-lo. Pior ainda, quanto mais autônoma tornou-se essa dinâmica, mais foi solapada a centralidade de *Washington* na produção e regulação do dinheiro mundial (Arrighi, 1996).

As crises militar e de legitimidade do poderio mundial norte-americano constituem os dois lados de uma mesma moeda:

“Em parte, foram a expressão do próprio sucesso que o rearmamento dos Estados Unidos e a ideologia da Guerra Fria obtiveram na transformação do caos sistêmico das décadas de 1930 e 1940 numa nova ordem mundial, baseada num condomínio americano-soviético do poder mundial - um condomínio no qual o governo norte-americano claramente levava a melhor, como foi demonstrado pela crise dos mísseis cubanos. Em meados da década de 1960, o sucesso nessa direção era tão completo quanto possível. Mas a própria extensão desse sucesso tornou mais difícil que o governo dos Estados Unidos conseguisse convencer a população do país, através do medo, a injetar dinheiro e derramar sangue na cruzada anticomunista, e convencer os aliados estrangeiros de que o melhor para seu interesse nacional era a consolidação e a maior expansão do poderio mundial norte-americano. Em parte, porém, as crises militar e de legitimidade do poder mundial dos Estados Unidos expressaram a incapacidade do aparato militar-industrial norte-americano de lidar com os problemas suscitados pela descolonização no mundo. Desde o começo, revelara-se problemático acomodar dezenas de nações recém-emancipadas nas rígidas estruturas de poder da ordem mundial da Guerra Fria” (Arrighi, 1996: 232 -233).

Segundo o autor, essas dificuldades de lidar com a formação de um Terceiro Mundo aumentaram, em vez de diminuir, com a domesticação do poderio soviético e o esfriamento das paixões anticomunistas. A razão principal foi que a plena soberania dos países do Terceiro Mundo constituía uma ameaça latente e crescente ao poderio mundial norte-americano, potencialmente muito mais séria do que o próprio poder soviético. Esse desafio era, ao mesmo tempo, econômico e político. Em termos econômicos, a recomposição da Europa Ocidental e do Japão à imagem dos EUA - isto é, basicamente, a extensão às classes trabalhadoras desses países da produção em série em linha de montagem voltada para o consumo de massa -, combinada com a permanente corrida armamentista americano-soviética, exerceu uma tremenda pressão sobre as reservas mundiais de insumos primários. Essa combinação também ampliou a importância estratégica do Terceiro Mundo como reservatório de recursos naturais e humanos para atender às necessidades presentes e futuras das economias do Primeiro Mundo. A expansão e consolidação das atividades das empresas transnacionais norte-americanas e européias ocidentais no Terceiro Mundo criaram laços organizacionais muito efetivos e eficientes entre os insumos primários provenientes do Terceiro Mundo e o poder aquisitivo do

Primeiro Mundo. Mas criaram, também, um poderoso interesse adquirido a mais - o interesse das próprias empresas - na preservação da máxima flexibilidade, presente e futura, na utilização dos recursos do Terceiro Mundo em prol das nações do Primeiro.

Simultaneamente à crise dos países capitalistas democráticos, uma crise semelhante começa solapar o chamado “Segundo Mundo” das economias centralmente planejadas. Já em meados de 1960, os países do bloco coletivista estavam precisando de reforma urgente para garantir sua sobrevivência. A partir dos anos 70 haviam claros sinais de regressão econômica; ao mesmo tempo em que as economias centralmente planejadas viram-se expostas, como todas as demais, à incontrolável dinâmica e às imprevisíveis flutuações da economia mundial transnacional. A incorporação maciça da URSS ao mercado internacional de grãos e o forte golpe das crises do petróleo dos anos 70 determinaram, em grande medida, o fim do bloco coletivista como uma economia regional relativamente auto-suficiente e protegida da ordem econômica global.

A crise, nos dois blocos, corria de forma paralela. Estava ligada numa única crise global, pela política e pela economia; não apenas pela economia transnacional, mas, também, pela interdependência do sistema de poder característico da Guerra Fria. Isso estabilizou as duas superpotências e o mundo entre elas, e por sua vez iria levar as duas na desordem quando desabou. A desordem era, ao mesmo tempo, econômica e política, na medida que com o súbito colapso do sistema político coletivista na Europa, a divisão inter-regional do trabalho e a rede de dependência mútua que tinha sido desenvolvida na sua esfera de confluência também desabou, obrigando àqueles países e regiões a enfrentar individualmente o mercado mundial, para o qual não estavam equipados. Isto favoreceu a crise terminal do regime coletivista de Estado no final da década de oitenta (Hobsbawm, 1995b).

Em síntese, são múltiplas as causas que vão desencadeando a crise contemporânea do capitalismo. Nas palavras de Beaud, os fatores da crise de meados dos anos 60, podem ser resumidos no seguinte roteiro:

“1) Esgotamento dos esquemas de acumulação dos anos 1950-1960 em cada país capitalista (saturamento dos mercados e resistência do mundo do trabalho), queda da rentabilidade, no curso dos anos 1960;

- 2) aumento da procura de mercados externos; desenvolvimento das exportações e dos investimentos no exterior; acirramento da concorrência capitalista;
- 3) acréscimo dos encargos do imperialismo americano; questionamento do dólar e do sistema monetário internacional; crise do dólar que deve ser desatrelado do ouro (1971);
- 4) réplica americana de encontro a seus concorrentes europeus e japoneses através da desvalorização do dólar (1971-1973) e elevação do preço do petróleo;
- 5) na dinâmica aberta pelo processo de descolonização do após-guerra, tentativa bem-sucedida dos países produtores de petróleo em obter uma melhor distribuição do valor produzido (1973);
- 6) tentativa de recuperar os efeitos dessa alta, seja mediante a reciclagem dos capitais dos países produtores de petróleo, seja mediante a alta dos preços industriais, indexação moderada (1974-1978), depois forte alta dos derivados de petróleo (1979-1980);
- 7) solicitação dos outros países do Terceiro Mundo de uma 'nova ordem econômica internacional'; e, principalmente, sua vontade de industrializar-se (...) o que se choca com os interesses de certos setores industriais dos países capitalistas desenvolvidos.

Assim, a crise em andamento resulta ao mesmo tempo em:

- contradições internas próprias ao processo capitalista de acumulação, com suas especificidades nos diferentes capitalismo nacionais;
- competição e rivalidades que deixam em oposição os principais países capitalistas desenvolvidos (2,3,4);
- oposições de interesses, até mesmo antagonismos, entre o elenco dos países capitalistas desenvolvidos - e cada país de uma maneira específica de acordo com seus recursos e sua história - e com o elenco dos países do Terceiro Mundo - e, de maneiras que lhes são próprias, com os países produtores de petróleo, os produtores de outras matérias primas, aqueles em curso de industrialização, e os que apresentam um interesse estratégico... (5,6,7)" (1989: 335 - 337).

Estas são as formas e condições sob as quais se materializa e se revela, atualmente, a crise orgânica do capitalismo. A partir da confluência desta série de contradições no seio do capitalismo resulta a gravidade da crise contemporânea.

A crise contemporânea, para muitos autores, apresenta características diferentes da crise que caracterizou os anos 30.

Segundo Mattoso (1996), na primeira grande crise deste século - crise dos anos 30-, embora sua explosão tenha sido mais ou menos sincronizada entre os diversos países, a saída só pôde ser, mais ou menos, articulada pela ascendente hegemonia norte-americana após a Segunda Guerra Mundial, consolidando-se o padrão tecnológico e produtivo em meio a profundas reformas do Estado e das relações sociais e econômicas nacionais e internacionais. Em resposta a essa crise, surgiu o chamado compromisso fordista. Na crise iniciada nos anos 60, ainda que sob o impacto generalizada da estagflação, choques de preços do petróleo e das taxas de juros, instabilidade financeira, acumulação produtiva reduzida e quedas nas taxas de produtividade, observou-se uma maior heterogeneidade entre os países, em meio a uma desestruturação da antiga ordem econômica internacional.

A tendência naquele momento, parecia indicar que a perda de hegemonia dos EUA estaria favorecendo o nascimento de novos blocos econômicos regionais comandados pela Alemanha e pelo Japão. Não obstante, aquelas tendências não significaram nem que os EUA perderam o domínio sobre o mercado mundial, nem que a Alemanha e o Japão tenham assumido esse comando.

Em síntese, o capitalismo estaria assistindo a uma crise que tem, em grandes linhas, uma dupla dimensão: uma, de caráter macrossocial, envolve o capitalismo como sistema mundial de produção e suas formas de domínio global. Envolve diferentes aspectos, que não podem ser considerados de maneira isolada. A outra, associada à própria crise do fordismo, do taylorismo, vale dizer, o conjunto de antagonismos produtores e produzidos pelo tipo de trabalho parcelado e repetitivo. Testemunhas disto, são as greves e a resistência operária registrada na Europa em oposição aos métodos tayloristas de controle do trabalho. Ao mesmo tempo, o taylor-fordismo, na sua forma tradicional, começa a ser questionado como viabilizador que garanta efetivamente a acumulação do capital. A crise é um complexo de múltiplas determinações no nível global.

O indicador mais flagrante deste período de crise orgânica do capitalismo expressa-se, em grande medida, no fato de que a produção dispensa, de forma crescente, seres humanos, mais rapidamente, do que a economia de mercado possa gerar novos empregos. Esse processo é acelerado pela competição global, pelo aperto financeiro dos governos, os quais, de maneira

direta ou indireta, eram os maiores empregadores, e; mais ainda, após 1980, pela progressiva consolidação da teologia do “livre mercado” que pressiona em favor da transferência de emprego para formas empresariais de maximização de lucros, sobretudo, para empresas privadas que, pela sua natureza não se importam com outro interesse que não seja o seu próprio. O declínio dos sindicatos, produto da depressão econômica e da crescente implementação de políticas de corte neoliberal, acelerou esse processo na medida em que a produção de empregos era uma de suas funções referenciais. A economia mundial estava se expandindo, mas o automatismo, mediante o qual essa expansão gerava empregos para homens e mulheres que entravam no mercado de trabalho sem qualificações especiais, estava desabando.

Na década de 1970, manifestaram-se, de forma mais flagrante, as conseqüências das transformações sociais e culturais gestadas a partir dos anos 60.

IV.4 - AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS COMO ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA CRISE CONTEMPORÂNEA

A década de 60 foi palco de profundas comoções derivadas da atividade do movimento operário, do movimento pelos direitos civis e dos protestos estudantis massivos contra a guerra do Vietnã, o serviço militar obrigatório, os programas de treinamento de oficiais da reserva, a utilização dos centros de pesquisa das universidades para o desenvolvimento de novos armamentos, a discriminação racial e de gênero. Década em que, também, afloraram os movimentos de solidariedade em relação às lutas revolucionárias e de libertação nacional nas colônias e os movimentos ambientalistas, que começavam a tomar consciência da lógica do capitalismo como lógica destrutiva da natureza, na medida em que a desenfreada acumulação do capital e o desenvolvimento das forças produtivas levavam a um desequilíbrio ecológico sem volta.

Diversas são as mudanças sociais de longo alcance da segunda metade deste século. Uma primeira e muito significativa, que dá mostras da previsão de Marx a respeito dos efeitos do processo de industrialização na eliminação progressiva do campesinato, começava dar sinais de sua concretização no contexto dos países de acelerada modernização dos seus aparelhos

produtivos. O declínio e a queda do campesinato produz-se tanto nos países “desenvolvidos” do capitalismo, quanto nos países considerados “atrasados”. Segundo Hobsbawm (1995b: 284 e ss.), no início da década de 1980, menos de três em cada cem britânicos ou belgas estavam na agricultura. Idêntica proporção deu-se na população agrícola dos EUA. Um dado aparentemente surpreendente: no início da década de 1980, nenhum país ocidental tinha mais de 10 % de sua população na atividade agrícola, com exceção da República da Irlanda (que estava, apenas, um pouco acima deste número) e dos Estados ibéricos. Na Espanha e em Portugal, o número de pessoas empregadas na agricultura, que atingia pouco menos da metade da população em 1950, reduziu-se a 14,5 % e 17,6 %, respectivamente, trinta anos depois. No Japão, os camponeses foram reduzidos de 52,4 % da população em 1947 a 9%, em 1985; na América Latina, a porcentagem de camponeses reduziu-se à metade em vinte anos na Colômbia (1951-73), no México (1960-80) e, quase, no Brasil (1960-80). Caiu em dois terços, ou quase isso, na República Dominicana (1960-81), Venezuela (1961-81) e Jamaica (1953-81). No fim da Segunda Guerra Mundial os camponeses formavam metade, ou a maioria absoluta, da população ocupada.

Um outro movimento significativo que iria contribuir na transformação da face do capitalismo da segunda metade deste século, foi o crescimento de ocupações que exigiam educação secundária e superior. Conforme lembra Hobsbawm (1995 e 1998) na época, a transformação cultural emergente foi precedida por uma crescente reformulação educacional no conjunto dos “três mundos” constitutivos do Planeta, o que contribuía, decisivamente, para tornar os estudantes universitários de pequenas elites de classe média em vastos exércitos. Na França, por exemplo, o número de universitários quase tinha triplicado na década de 50, chegando a 650 mil o número de estudantes correspondentes ao nível superior.

Conforme coloca Hobsbawm (1995b), antes da Segunda Guerra Mundial, mesmo a Alemanha, França e Grã-Bretanha, três dos maiores países, mais desenvolvidos e instruídos, com uma população total de 150 milhões, não atingiam juntos mais que aproximadamente 150 mil universitários, isto é, um décimo de 1 % de suas populações somadas. No entanto, no fim da década de 1980, os estudantes eram milhões na França, República Federal de Alemanha, Itália, Espanha e URSS (para citar apenas alguns países europeus). O mesmo fenômeno deu-se

no Brasil, Índia, México, Equador, Peru, Filipinas - entre outros países. Cabe destacar que os EUA tinham sido pioneiros na educação universitária em massa. A conformação desse novo ator político vai ser determinante nas manifestações dos anos 60.

Seguindo os dados fornecidos por Hobsbawm (1995b), é na década dos 60 que se tornou evidente que os estudantes tinham constituído, social e politicamente, uma força de tal importância, como nunca antes tinham tido: em 1968, as explosões do radicalismo estudantil em todo o mundo simultaneamente, revelaria tal evidência. Entre 1960 e 1980, na Europa, por exemplo, o número de estudantes triplicou ou quadruplicou no país mais típico, exceto onde se multiplicou por quatro ou cinco, como na Alemanha Federal, Irlanda e Grécia; por cinco a sete, como na Finlândia, Islândia, Suécia e Itália; e por sete a nove, como na Espanha e Noruega. Esse deslocamento para as universidades nos “países do socialismo realmente existente” foi significativamente inferior aos níveis atingidos pelos países do Ocidente. A porcentagem da população na Hungria e Checoslováquia que recebia educação superior era menor do que em praticamente todos os outros Estados europeus.

A década de 1960 tornou-se - conforme lembra Hobsbawm - a década de agitação estudantil por excelência. Embora o epicentro de erupção da revolução social e cultural tenha sido a França, o ano de 1968 (com seu prolongamento em 1969 e 1970) constitui um momento crucial na história mundial, no contexto da Guerra Fria: os acontecimentos do 68 nos permite constatar a emergência de uma agitada contra-cultura dissidente.

As revoltas identificadas, especificamente, ao “Maio Francês”, em 1968⁶⁶ e ao “Outono Quente Italiano”, em 1969, revelam a fraqueza de sistemas considerados imunes à desordem social. O Maio de 68 desencadeia-se através da aliança do movimento estudantil de massa com o movimento operário. Na França, os chamados “acontecimentos de maio” representaram a maior mobilização estudantil da história desse país, gerando, por sua vez, sua maior greve geral.

66 “Afiml, 1968 encerrou a era do general De Gaulle na França, de presidentes democratas nos EUA, as esperanças de comunismo liberal na Europa Central comunista e (pelos silenciosos efeitos posteriores do massacre de estudantes de Tlatelolco) assinalou o início de uma nova era na política mexicana” (Hobsbawm, 1995: 293).

O efeito mais imediato da rebelião estudantil européia foi uma onda de greves operárias que paralisaram temporariamente países inteiros, reivindicando melhorias salariais e nas condições de trabalho.

O ano de 1968 foi o ápice da transformação cultural, após duas décadas de desenvolvimento econômico e social sem precedentes na história do século XX, mas, ao mesmo tempo, essa data foi o primeiro sinal de que os fundamentos que deram sustento aos chamados “*Trenta Anos Gloriosos*” ou, para falar em outros termos, “*A Idade de Ouro*” do Capitalismo, estavam começando a desabar, assim como o estavam, também, o conjunto de países das economias centralmente planejadas, cujas falhas se tornavam cada vez mais evidentes.

O conjunto de movimentos que marcaram os acontecimentos de maio e o conjunto das transformações socio-econômicas e culturais mais importantes geraram, sem deixar lugar a dúvidas, importantes implicações políticas. O Maio de 68 foi uma tentativa de associar jovens estudantes e operários contra o sistema. Mas foi, também, uma clara interpelação às ideologias e a tudo àquilo que estava *instituído*. Segundo Hobsbawm (1998), o significado cultural do Maio de 68, nos países capitalistas avançados, foi muito maior do que sua importância política, diferentemente dos movimentos análogos que tiveram lugar nos países comunistas e nos regimes ditatoriais como no caso da América Latina. Naqueles lugares onde o movimento estudantil ameaçou ter um impacto político, foi rapidamente eliminado. Na década de 1970, a tortura sistemática das ditaduras militares foi o dispositivo mais privilegiado para tal repressão.

O ano de 1968 começou com a ofensiva norte-vietnamita do Tet, que rompeu a determinação dos EUA e tornou certa a derrota no Vietnã. As manifestações estudantis norte-americanas tinham como alvo protestar contra o envolvimento militar dos EUA no sudeste asiático. Exerceram grande pressão sobre o governo norte-americano e manifestaram, explicitamente, o repúdio à guerra no Vietnã. Na Europa, desencadearam-se os distúrbios na Irlanda do Norte, com o confronto entre a polícia e manifestantes favoráveis aos direitos civis, em Londres.

Na Alemanha Ocidental, a tentativa de assassinato de um líder estudantil lançou a fase de agitação maciça no país, enquanto, na Itália, a combinação de manifestações estudantis e

distúrbios, com uma greve geral de vinte e quatro horas, já anunciava a grande agitação que atingiria seu auge no chamado “outono quente” de 1969.

Do outro lado do Muro de Berlim, 1968 foi tanto o ano da “Primavera de Praga” quanto o de seu esmagamento. A vitória dos reformistas em Praga desencadeou revoltas estudantis na Polônia, que foram severamente reprimidas.

A Tcheco-Eslováquia tinha sido cedida pelos ingleses e franceses aos alemães previamente à Segunda Guerra Mundial, recebendo o Exército Vermelho como seu libertador. Após um breve período, começara a constatar que a ditadura de partido único - além de não construir uma democracia dos trabalhadores - estava transformando uma das mais dinâmicas economias européias em um país empobrecido. A ala reformista do partido comunista depôs, na virada dos anos 1967/1968, os conservadores no poder. Os reformadores tchecos deixaram explícito que queriam preservar o sistema, assim como, continuar vigente o Pacto de Varsóvia; mas o então chamado “socialismo com face humana”, o fim da censura, a livre discussão a respeito das questões políticas e dos rumos que o país deveria tomar, os primórdios de um multi-partidismo, enfim, tentativas de práticas democráticas, entre outras coisas, não só eram uma ameaça para a ala conservadora do partido local como punham em risco os pressupostos sobre os quais os PCs vizinhos erigiam sua hegemonia. Apesar de estarem dotados de um maciço apoio popular, os reformistas de Praga foram derrubados quando, em 20 de agosto, os tanques do bloco soviético invadiram o país para “normalizá-lo” e “preservar as conquistas e os valores do socialismo”.

Os acontecimentos de maio na França foram seguidos, quase de forma imediata, na Iugoslávia por exércitos de estudantes que protestavam contra as deformações do socialismo local e manifestando-se em favor da reforma.

Fatos sumamente significativos aconteceram também na América Latina. No México ocorreu, como fato mais relevante da época, a massacre de estudantes, num grande comício público no momento prévio à Abertura dos Jogos Olímpicos.

Por outro lado, a morte de Che Guevara, em 1967, marcou o fim da tentativa cubana de difundir a revolução de Fidel Castro. À estratégia da guerrilha, contrapuseram-se os golpes

militares ditos progressistas, anti-imperialistas. Assim, o golpe promovido no Panamá pelo General Torrijos vai resultar num confronto acirrado e prolongado com os EUA. O golpe mais relevante, dado no Peru por uma junta encabeçada pelo General Velasco, vai viabilizar a reforma agrária de mais longo alcance jamais realizada por um regime não-revolucionário no Ocidente (Hobsbawm, 1998).

Para Hobsbawm (Ibid.), há quatro processos que se desenvolveram ao longo de 1968 e que deixaram nele sua marca. O primeiro deles foi a Grande Revolução Cultural de Mao, na China, que chegava ao auge. O segundo, foi a continuação do conflito no Oriente Médio. Depois da vitória israelense na Guerra dos Seis Dias, em 1967, as ações armadas de comandos palestinos tornavam-se cada vez mais visíveis, assim como o terrorismo israelense. O terceiro foi a trágica guerra civil na Nigéria, decorrente da tentativa de secessão de uma de suas regiões, em 1967. A guerra arrastou-se durante todo o ano de 1968, até a inevitável derrota da separatista Biafra, diplomaticamente isolada. Finalmente, houve a reviravolta contra-cultural que foi a grande “revolução cultural” no mundo ocidental. 1967-1969, foram os anos dos maiores festivais de rock, e 1968 foi o epicentro dessa fase.

Concomitante às rebeliões estudantis e greves operárias, no final da década de 60 assistiu-se a uma nova onda de luta feminista, de início, nos EUA, mas espalhando-se, logo, pelo resto dos países do capitalismo avançado, assim como, nas elites de mulheres “educadas” do mundo dos países dependentes. Este reflorescimento dos movimentos feministas foi produto da crescente incorporação, em massa, de mulheres casadas - em grande medida mulheres-mães - no mercado de trabalho⁶⁷, assim como, da progressiva integração delas à educação superior⁶⁸.

⁶⁷ Em 1940, as mulheres casadas que viviam com os maridos e trabalhavam por salário somavam menos de 14 % do total da população feminina dos EUA. Já em 1980, eram mais da metade: a porcentagem quase duplicou entre 1950 e 1970. Cabe, aqui, salientar que o fato de a mulher ter se incorporado no mercado de trabalho não era novo. A partir do fim do século XIX, o trabalho em escritórios, lojas e certos tipos de serviço, por exemplo, em centrais telefônicas e profissões assistenciais, estava fortemente feminizado, e essas ocupações terciárias expandiram-se e incharam à custa dos setores primários e secundários, quer dizer, agricultura e indústria. Também, na indústria manufatureira, o ramo têxtil estava feminizado. Na realidade, o aumento do setor terciário foi uma das tendências mais relevantes do século XX.

⁶⁸ Por outro lado, as mulheres entraram em número crescente, na educação superior, já que ela se tornava um meio para aceder às profissões liberais. Imediatamente após a Segunda Grande Guerra, as mulheres eram entre o 15% e 20% de todos os estudantes, na maioria dos países desenvolvidos. Em 1980, metade ou mais da metade de todos os estudantes eram mulheres nos EUA, Canadá e seis países socialistas, encabeçados pela Alemanha Oriental e a

Este reflorescimento do movimento feminista começa nos EUA e se espalha rapidamente pelos países desenvolvidos de Ocidente, assim como, nas elites de mulheres “educadas” do mundo subdesenvolvido. As mulheres, na sua luta por relações de gêneros mais igualitárias, tornam-se, também, uma força política importante.⁶⁹ Nas décadas de 1950 e 1960, a própria demanda das mulheres “educadas de classe média” para romper a esfera doméstica e entrar no mercado de trabalho tinha uma forte carga ideológica cuja significação não era igual para as mulheres pobres ou de classe média baixa, na medida em que as motivações de entrada no trabalho fora de casa destas últimas estavam focalizadas a condicionantes econômicos⁷⁰.

Enfim, tudo isto permite-nos constatar que os anos 60/70 deste século foram marcados por uma série de resistências por parte do conjunto das classes subalternas. Na época, eclodem também, os movimentos de consumidores (autoreduções de tarifas, boicotes de produtos), de negros e imigrantes assim como os movimentos ecologistas (ambientalistas e antinucleares). Às formas de contestação à ordem produtiva capitalista, vem somar-se um conjunto de novas contradições e fontes do conflito classista do mundo contemporâneo. O afloramento dessas novas formas da luta política sinaliza a vigência de uma nova composição orgânica das classes subalternas. A revolução social e cultural da segunda metade de nosso século foi

Bulgária, e em apenas quatro países europeus elas constituíam, então, menos de 40% (Grécia, Suíça, Turquia e Reino Unido) (Hobsbawm, 1995: 305).

⁶⁹ “O primeiro e talvez mais impressionante exemplo dessa nova consciência de gênero foi a revolta das mulheres tradicionalmente fiéis nos países católicos romanos contra doutrinas impopulares da Igreja, como foi mostrado notadamente nos referendos italianos em favor do divórcio (1974) e de leis de aborto mais liberais (1981)” (Hobsbawm, 1995: 306).

⁷⁰ “(...) o que mudou na revolução social não foi apenas a natureza das atividades da mulher na sociedade, mas também os papéis desempenhados por elas ou as expectativas convencionais do que devem ser esses papéis, e em particular as suposições sobre os papéis *públicos* das mulheres, e sua proeminência pública. Pois enquanto se podia esperar que grandes mudanças, como a entrada em massa de mulheres casadas no mercado de trabalho, produzissem mudanças concomitantes e conseqüentes, nem sempre essas mudanças ocorrem -como atesta a URSS, onde (depois que se abandonaram as aspirações utópico-revolucionárias iniciais da década de 1920) as mulheres casadas em geral se viram carregando o duplo fardo de velhas responsabilidades domésticas e novas responsabilidades no emprego, sem mudanças nas relações entre os sexos ou nas esferas pública e privada. De qualquer modo, os motivos pelos quais as mulheres em geral, e sobretudo as casadas, mergulharam no trabalho pago não tinham relação necessária com sua visão da posição social e dos direitos das mulheres. Talvez se devessem à pobreza, à preferência dos patrões por operárias, por serem mais baratas e mais dóceis, ou simplesmente ao crescente número -sobretudo no mundo dependente - de famílias chefiadas por mulheres. A migração em massa da mão-de-obra masculina, como do campo para as cidades da África do Sul, ou de partes da África e Ásia para os Estados do golfo Pérsico, inevitavelmente deixou as mulheres chefiando a economia familiar em casa. Tampouco devemos esquecer os apavorantes massacres das grandes guerras, que deixaram a Rússia pós-1945 com cinco mulheres para cada três homens” (Ibid.: 306 - 307).

profundamente sentida nas economias de mercado do capitalismo contemporâneo. Longe de ser uma somatória de fatos e de conflitos isolados e para além de interpretar a crise atual como mero esgotamento de um padrão de acumulação ou de paradigma produtivo, ou da relação salarial fordista, ou mesmo, dos mercados voltados para o consumo de massa, a crise orgânica contemporânea revela, fundamentalmente, o grau de amadurecimento que atingiram as lutas de classes - tanto no nível nacional, quanto no nível internacional; assim como, tanto entre os diferentes blocos hegemônicos, quanto no interior de cada um deles - desde os anos seguidos ao pós-guerra, até os dias de hoje.

IV.5- CRISE ORGÂNICA E REVOLUÇÃO PASSIVA NA NOVA (DES)ORDEM MUNDIAL

Conforme já salientado, a transição 1960-1970 foi objetivando um conjunto de elementos que nos permitem caracterizar o momento contemporâneo do capitalismo como um período de crise orgânica, no sentido gramsciano. Conforme desenvolvemos no primeiro capítulo, de acordo com Gramsci, os períodos de crise orgânica revelam, fundamentalmente, a tendência de queda da taxa de lucros, manifestando-se, ao mesmo tempo, uma crise de dominação da burguesia, tanto na esfera da produção imediata, isto é, no nível dos processos produtivos, quanto nas formas de regulamentação estatal.

Segundo Tude de Souza :

“A profunda crise de dominação e de representação que se explicita a partir dos anos 60 constitui uma conjuntura histórica particular, capaz de reunir e revelar os elementos que atualizam os *movimentos orgânicos* estruturadores da vida social. Enquanto tal, ela é apenas um novo momento do processo permanente de revolução, de ajuste e de coordenação das forças produtivas e dos aparelhos de hegemonia. [...] A crise revela, em toda a sua força de expressão, a incapacidade das classes dirigentes em assegurar a coordenação entre as exigências da acumulação mundial do capital e os fundamentos nacionais da adesão, do consentimento e da legitimação da ordem burguesa” (1994: 34 - 35).

A crise orgânica contemporânea é resultado de um processo de esgotamento dos fundamentos econômicos, sociais, políticos e filosóficos do consentimento e da integração das classes subalternas à ordem hegemônica característica do período pós-Segunda Guerra, até os

anos 70. Perfila-se a crise sob um duplo aspeto: ela manifesta-se, por um lado, como crise de acumulação e a decorrente crise de valorização do capital; por outro, crise do Estado-nação de tipo *welfare* de inspiração keynesiana. A complexidade da crise atual demanda - aos intelectuais orgânicos do capitalismo - um processo permanente de ajuste e readequação entre forças produtivas e aparelhos de hegemonia, o qual nos permite constatar o conjunto de estratégias capitalistas, no complexo da unidade orgânica entre *crise e reestruturação produtiva* em curso.

Interessa-nos aqui, uma vez que possamos reconstruir alguns indícios dessa crise, pesquisar quais são as novas estratégias que o capitalismo vai recriando para a sua preservação.

O período 1960/1970 é chave em termos de reformulações no capitalismo como sistema mundial de produção e consumo; de revisão e de avaliação dos métodos de controle do trabalho; em termos de reformulação do papel dos Estados nacionais, nesta nova fase do capitalismo. Ora, nossa pergunta é, de onde vem essa necessidade de reformulação do capitalismo?; de onde vem essa nova estratégia de restauração do capital?

A nossa pergunta seria, a crise só se localizaria numa crise do padrão de acumulação, conforme colocam Coriat, Aglietta e a Teoria da Regulação em geral, ou, tratar-se-ia de uma crise mais totalizante, intrínseca ao modo de produção capitalista? Concordamos com esta segunda hipótese. É certo que o capitalismo está gestando um novo regime de acumulação assim como é provável que o capitalismo, para garantir seu mecanismo de acumulação, precise “flexibilizar” os métodos de trabalho. Mas a crise não pode ser reduzida, simplesmente, à crise do fordismo. Neste caso, a tendência apontaria para uma mudança do padrão de acumulação, mas sem alterar, de forma alguma, o modo de produção capitalista. Entendemos que a crise é estrutural ao capitalismo e a reestruturação produtiva visa *restaurar o capital*, para a preservação do modo de produção capitalista.

É, aproximadamente, a partir de meados da década de 70 que vemos, junto ao padrão de acumulação de base taylor-fordista, aparecerem outras formas de acumulação “mais flexíveis” e que ameaçam seu caráter dominante. O chamado “padrão de acumulação flexível” é uma das respostas do capital a sua própria crise e permite ocultá-la.

Em termos gerais, a crise contemporânea desencadeia-se a partir de um crescente processo de desarticulação das relações do chamado “círculo virtuoso” materializado no chamado compromisso fordista. O esgotamento dos elementos dinamizadores do padrão de industrialização, uma progressiva saturação de mercados internacionalizados, altos níveis de investimentos generalizados, um processo de financeirização da riqueza produzida e, simultaneamente, o enfraquecimento da hegemonia norte-americana, são alguns dos elementos que configuraram a crise contemporânea somada às múltiplas formas de resistência operária nos locais de trabalho, assim como, também, as transformações culturais e sociais sucedidas no percurso dos anos 60. A crise foi então agravada pela brusca elevação dos preços do petróleo decidida pelo cartel da OPEP, no final de 1973. A profunda recessão de 1973, agravada pelo choque do petróleo, retirou o mundo capitalista do torpor da “estagnação” (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e desenvolveu uma série de processos que solaparam o compromisso fordista.

O desafio central era, então, o de “flexibilizar” o padrão taylor-fordista sem alterar o modo de produção capitalista, baseado na valorização do capital e na produtividade crescente. Neste sentido, a chamada “Revolução Tecnológica” assume a forma da resposta do capital à crise, concebida não somente como crise do taylor-fordismo, mas do próprio capitalismo.

No final dos anos 70, já estavam criadas as premissas econômicas, políticas, ideológicas e científico-técnicas que possibilitariam um salto qualitativo para a expansão do imperialismo, orientado para um novo estágio do seu desenvolvimento, isto é, o capitalismo transnacional. Os fundamentos sobre os quais descansa esse novo estágio do capitalismo é uma vertiginosa aceleração da concentração do capital, na forma de monopólios transnacionais, produto da fusão de capitais cada vez maiores, provenientes de diferentes matrizes nacionais imperialistas, embora, também, mediante a exploração intensiva do mercado mundial, o uso de mecanismos financeiros que visam aperfeiçoar e potenciar o processo de extorção de mais-valia, o investimento nas metrópoles neocoloniais - e o depósito em seus bancos - dos chamados “eurodólares” ou “petrodólares”, a transformação dos Estados envolvidos na rede da dívida externa em fornecedores líquidos de capital em relação aos centros mundiais de poder econômico, a privatização de empresas públicas arbitrariamente devaluadas e a fuga

progressiva de capitais para os chamados “paraísos fiscais” do planeta. Estas são as estratégias do capitalismo que - produto de um processo claro de revolução passiva - visam novas formas de subalternidade através de um maior desenvolvimento e intensificação do processo de subsunção do trabalho ao capital, em escala global.

As transformações mais significativas, tanto na esfera produtiva, quanto na reprodutiva, cristaliza-se, assim, nos principais componentes: novas indústrias de sustentação baseadas em novas tecnologias, isto é, a microeletrônica, a informática, a teletransmissão; novas mutações no processo do trabalho decorrentes da incorporação destas inovações tecnológicas; nota-se um processo de intensificação do uso dessas novas tecnologias informacionais de base microeletrônica; um novo patamar de racionalização dos processos produtivos, assim como, também, novas formas de gestão e organização do processo produtivo. Há, por outro lado, uma reformulação do modo de consumo, isto é, a reativação, em consequência, de um novo modo de vida baseado num novo consumo em massa e novas formas diversificadas das formas de mobilização e manifestação das classes trabalhadoras. Uma recomposição dos papéis dos Estados nacionais e uma crescente interdependência deles a nível global. Estas seriam, fundamentalmente, as bases do novo modelo de acumulação que começaria a estar se perfilando no contexto do capitalismo contemporâneo, assim como, as tendências mais claras de recomposição da ordem hegemônica -cristalizada nas formas de dominação e de subalternidade renovadas - da atual conjuntura.

Como já salientado, um aspecto fundamental no desenvolvimento da crise contemporânea vai ser a dinâmica histórica desenvolvida pelas contradições da chamada “Guerra Fria”. Assim, a crise orgânica contemporânea é produto da disputa hegemônica entre capitalismo e coletivismo de Estado durante o período compreendido entre o pós-guerra e os anos 70, aproximadamente. As transformações do capitalismo nas três décadas que se sucedem à Segunda Grande Guerra, tiveram como contraponto o avanço do bloco coletivista de Estado, mediante a ampliação de zonas e países alinhados com o projeto “socialista” e o processo de descolonização, no interior do qual, se sucediam dois acontecimentos chaves: o da independência política dos países afro-asiáticos e as inúmeras tentativas de afirmação da soberania nacional por parte de Estados já independentes.

Perante a ameaça de expansão do bloco coletivista e o conjunto de pressões sociais internas a cada nação, os países capitalistas imperialistas - liderados pelos EUA -, visando ocupar novos espaços e consolidar sua hegemonia, empreendem como política a estratégia de abertura de novos mercados, mediante um movimento de realocização da produção industrial. Essa estratégia - que entendemos como determinante na atual diferenciação interna do chamado Terceiro Mundo - tem como produto uma nova correlação de forças no contexto dos países subalternos do bloco capitalista, como é possível constatar no caso dos países do Sudeste Asiático e latino-americanos, que viveram sob o regime de acumulação do capital industrial-financeiro, do interminável terror institucional desencadeado pelas ditaduras militares, pela repressão sangrenta e pelo silenciamento das massas; em suma, pelo conjunto de guerras e conflitos armados, através dos quais tantos povos passaram nas décadas da Guerra Fria.

O resultado das correlações de forças desencadeadas durante o período da guerra fria vai ser o desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial de produção desigual e combinado; um mundo bipolar e hierarquizado, estruturado com base no imperialismo dominante dos EUA. A atual tendência do capitalismo indica que estamos sofrendo uma reestruturação das políticas, tanto das concernentes aos Estados nacionais, quanto as de caráter internacional, sob o comando dos países imperialistas; um processo crescente de financeirização do capitalismo; um novo processo de subsunção do trabalho ao capital, reestruturado sob domínio financeiro e potenciado pelos grandes blocos hegemônicos.

A proliferação do padrão de acumulação fordista norte-americano e o processo de internacionalização da produção, acontecidos no pós-guerra, possibilitaram um processo paradoxal e multiforme. Por um lado, a recuperação japonesa e européia, a dinamização das empresas multinacionais, o nascimento de novos mercados para negociar através de um processo de industrialização em países novos, um considerável domínio da esfera financeira e o surgimento de novos produtos e processos de trabalho. Por outro, gestou-se uma nova crise, com características muito particulares, que se tornou visível nos anos 70, caracterizada por estagflação, instabilidade financeira e queda de produtividade. Ela acirra a concorrência internacional e a propagação de intensos mecanismos de reestruturação industrial e ajustes de

caráter macroeconômico que constituem esferas inseparáveis organicamente e “aparecem” como crises econômica, monetária, técnica, militar, política, ideológica e cultural.

No processo de internacionalização da acumulação capitalista, a industrialização do Terceiro Mundo, simultaneamente à reconstrução européia, teve um papel relevante, o que favoreceu a recomposição/restauração das relações internacionais, tendo por base as modernas relações industriais peculiares das sociedades de produção e de consumo de massa.

Assim, as contradições que se desencadeiam, ao longo desse período, objetivam-se, simultaneamente, em confrontos entre os dois blocos dominantes concorrentes, e conflitos entre os próprios países do bloco capitalista, no que diz respeito à lógica de acumulação do capital, que se traduz, em última instância, em conflitos de disputa da estrutura de domínio do imperialismo ocidental, em especial, contradições com os países produtores de petróleo, países produtores de matérias primas, países em vias de desenvolvimento e países de interesses estratégicos.

Como tentativa de saída para a crise contemporânea, originou-se um processo de reestruturação/restauração do capital, sustentado por inovações tecnológicas de base microeletrônica, novas políticas de gestão/organização do processo de trabalho que, mediante o slogan da “qualidade total”, cristaliza-se em uma estratégia patronal que visa cooptar e neutralizar as formas de organização e de resistência das classes trabalhadoras. Políticas de gestão com um caráter fortemente paradoxal, na medida em que, por um lado, incorporam uma “elite” de trabalhadores fazendo deles partícipes ativos do processo de produção de mercadorias, por outro, excluem - através do desemprego em massa e das formas precárias e informais de contratação - grandes contingentes de trabalhadores assalariados.

Esse processo designado sob a forma de “acumulação flexível” é a cristalização da redefinição - que faz atualmente o capitalismo - do conjunto das relações classistas. “A atual subsunção real do Trabalho ao Capital em curso, atua na construção de uma nova eficácia capitalista, que se funda em técnicas de gestão do capital sobre a força de trabalho” (Dias, 1997 b: 114).

Na análise que visa compreender o automatismo peculiar existente entre as formas de exercício da hegemonia e o terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica pelas classes sociais, Gramsci constata o caráter determinante da inserção produtiva do grupo dirigente:

“O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também, é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (Gramsci, 1976: 33).

Conforme demosstramos em nosso primeiro capítulo, Gramsci atribui uma preponderância ao problema produtivo e às chamadas contratendências identificadas às estratégias de grande período que as classes dominantes se vêem obrigadas a desenvolver frente às grandes alterações históricas que ameaçam decisivamente suas formas de domínio, assim como, sua capacidade de direção intelectual e moral.

Assim, a reestruturação produtiva em curso combinada com formas políticas adequadas a esta reestruturação nas forças produtivas (isto é, políticas de corte neoliberal), obedece, certamente, a uma estratégia de grande período que as classes dominantes erigem para preservar o capitalismo. Uma nova *revolução passiva*, em sentido gramsciano, estaria se perfilando através das estratégias do capitalismo contemporâneo em crise. Nesse final de século, mais uma vez, a forma hegemônica do capitalismo manifesta-se como produto de um processo de *revolução passiva*, no sentido gramsciano. O transformismo/reformismo é o traço peculiar do capitalismo de nossos dias. O conjunto de transformações não são mais do que: “modificações moleculares que, na realidade, modificam progressivamente a composição precedente das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações” (Gramsci, 1995: 77). Nesse sentido, nos dias de hoje, o capital assume um aspecto - essencialmente - restauracionista.

CAPITULO V

OS APARELHOS DE HEGEMONIA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.

“Os economistas têm uma maneira de proceder singular. Só existem para eles dois tipos de instituição, as da arte e as da natureza. As instituições feudais são instituições artificiais, as da burguesia são instituições naturais. (...) Ao afirmar que as relações atuais - as relações de produção burguesas - são naturais, os economistas fazem entender que aí estão relações nas quais se cria a riqueza e se desenvolvem as forças produtivas em conformidade com as leis da natureza. De onde estas relações são elas próprias leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem sempre reger a sociedade. Assim, houve história, não há mais” (Marx, *Miséria da Filosofia*).

V.1- A GLOBALIZAÇÃO E SEUS SUPOSTOS IDEOLÓGICOS

É possível constatar que “(...) a mundialização da economia de mercado, privatizada, desregulamentada e liberalizada, está ‘liberando’ o capitalismo das regras, procedimentos e instituições que haviam permitido, à escala nacional, construir o ‘contrato social’ - o Estado previdenciário ou *Welfare State*” (Petrella; citado por Chesnais, 1996: 297).

Dois grandes fases marcaram o capitalismo do século vinte: o período identificado sob o nome de Fordismo, também chamado Idade de Ouro do capitalismo - forma apologética que o capitalismo atribuiu a si mesmo -, começando da reconstrução após a Segunda Guerra Mundial e dando sinais de esgotamento por volta dos anos 1970. Alguns dos elementos constitutivos dessa fase remontam aos anos 1920 - tal como demonstramos no Capítulo II - mas a ordem hegemônica fordista keynesiana revigora mais intensamente como produto das relações políticas, tanto nacionais, quanto internacionais; e das instituições, tais como, os sindicatos, o Estado Social de Bem Estar, consolidadas ao fim da Segunda Guerra Mundial. Cabe salientar que este período:

“(…) inscreve-se na história mundial como momento a partir do qual se pôde transformar qualitativamente as formas de dominação capitalista, período em que a ciência e a indústria são diretamente alavancadas pela manutenção do *equilíbrio* internacional de forças entre blocos de nações capitalistas e socialistas. A importância da *guerra fria* consistiu exatamente em sua capacidade de coordenar a forma de expansão econômica com o processo de consolidação do moderno Estado-nação, simultaneamente, no *Velho* e no *Novo Mundo*” (Tude de Souza, 1994: 35).

Assim,

“(…) as lições do esforço de guerra orientaram a passagem da economia capitalista a uma nova forma de regulação da ordem mundial. A paz era obtida em pleno período de *guerra fria* através da capacidade de cada Estado-nação mobilizar militarmente o conjunto de inovações, descobertas e aperfeiçoamentos reunidos pela pesquisa e pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Da mesma forma, a *regulação do mercado mundial* pautava-se cada vez mais pela capacidade de inovação dos monopólios em produtos e processos, bem como pelo grau e a coerência das formas de intervenção governamental sobre a economia e a sociedade, tipificadoras do *Welfare* keynesiano” (Ibid.).

A outra fase, identificada à fase contemporânea, corresponde àquela nomeada como a de “mundialização do capital”, em que ingressamos no decorrer da década de 1980. O que é preciso indagar a este respeito é se a fase contemporânea do capitalismo constitui uma ruptura com as formas anteriores de regulação e de desenvolvimento, ou, se elas são um prolongamento com alguns elementos novos. Por enquanto, nos voltamos para essa segunda hipótese.

O que tentamos mostrar no capítulo quarto, é que a atual crise do capitalismo aparece como a mais recente manifestação da crise geral intrínseca ao modo de produção capitalista. Não obstante, a atual crise é, ao mesmo tempo,

“(…) um elo do movimento de expansão do modo de produção capitalista em escala mundial - um elo através do qual se pôde operar uma transformação qualitativa das relações sociais sobre as quais se assentam as formas de dominação e de hegemonia da burguesia sobre as demais classes sociais” (Ibid.: 30).

Desta maneira, entendemos, tal como é expresso por Tude de Souza, que:

“As condições que acompanharam a multinacionalização da produção capitalista engendraram as raízes da crise mundial em que o planeta está

submerso nas últimas duas décadas! Ao tentar recompor as bases materiais de sua própria hegemonia, o bloco capitalista agudizou conflitos e antagonismos; recriou as bases de sua acumulação, mas também expandiu, numérica e qualitativamente, as classes, tanto as classes trabalhadoras, quanto as proprietárias de capital - recolocando em um novo patamar os antagonismos e a luta entre visões de mundo, que qualificam as relações entre dominantes e dominados” (Ibid.: 35).

Com efeito, ao mesmo tempo, a crise contemporânea global é vulgarmente atribuída a forças do mercado, que seriam inexoráveis.

Segundo Chesnais (1996), embora nos dias de hoje tenham surgido alguns dos aspetos característicos da época do imperialismo, tais como, extrema centralização e concentração do capital, interpenetração das finanças e das indústrias - entre outras coisas -, o sentido e o conteúdo da acumulação do capital e dos seus resultados são bem diferentes: o capitalismo parecer ter ganhado a batalha neste final de século e parece dominar todo o planeta. Porém, os dirigentes políticos, industriais e financeiros dos países do G7 preocupam-se em se apresentarem como portadores de uma missão histórica de progresso social.

O “fetichismo da mercadoria” analisado por Marx parece estar chegando a um ponto tal de completude, como nunca antes na história do capitalismo.

Conforme o autor, a expressão “mundialização do capital” estaria referenciada à substância do termo inglês “globalização”, que traduziria a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta “globais”:

“Por pouco que se saia do campo da ideologia pura e se entre no campo de um enfoque científico, a palavra “globalização” ou “mundialização” representa um convite imediato a escolher ou criar instrumentos analíticos que permitam captar uma totalidade sistêmica. Isto, não apenas no tocante ao conceito de capital, que deve ser pensado como unidade diferenciada e hierarquizada, hoje cada vez mais nitidamente comandada pelo capital financeiro. Aplica-se também à economia mundial, entendida como relações políticas de rivalidade, de dominação e de dependência entre Estados. A mundialização do capital e a pretensão do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua totalidade não apagam a existência dos Estados nacionais. Esses processos, no entanto, acentuam os fatores de hierarquização entre os países, ao mesmo tempo que redesenham sua configuração. O abismo que separa os países

participantes, mesmo que marginalmente, da dominação econômica e política do capital monetário rentista, daqueles que sofrem essa dominação alargou-se ainda mais. Mas a mundialização também foi acompanhada de modificações nas relações políticas, agora entendidas como relações internas às burguesias capitalistas” (Chesnais, 1996: 18 - 19).

O conteúdo ideológico da chamada globalização é cristalizado na prática discursiva que fala deste processo como um fenômeno de equalização dos benefícios e das oportunidades que - graças às possibilidades propiciadas pelo advento e a disponibilidade flexível das novas técnicas - o capitalismo avançado derrama sobre o conjunto das regiões periféricas do Planeta. Nessa pretensa *global village*, afirma-se o desaparecimento das classes sociais e das relações de exploração, e o imperialismo sumiu como que em um passe de magia, justamente no momento em que o neoliberalismo joga o mais formidável ataque do século em contra dos trabalhadores e em que a retenção imperialista dos países do Sul - através da dívida externa, dependência financeira, estratégias comerciais, etc. - torna-se mais pronunciada do que nunca. Assim, o fenômeno da globalização serve como justificativa ideológica quando os governos neoliberais não assumem as conseqüências das suas políticas antipopulares.

V.2 - DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL À CONFIGURAÇÃO DA NOVA (DES)ORDEM MUNDIAL

Os anos que compreenderam a chamada ordem hegemônica fordista keynesiana são chaves para entender o salto adiante no processo de internacionalização do capital. Nesse período - conforme vimos no Capítulo II - produz-se uma substancial reestruturação/restauração do capitalismo. Simultaneamente, produz-se, também, um avanço quase espetacular na globalização e na internacionalização da economia. As três décadas que testemunharam a “Idade de Ouro” do capitalismo, vão depender do domínio político e econômico dos EUA como estabilizador da economia mundial.

Além dos aspectos, anteriormente salientados, no que diz respeito à ordem hegemônica fordista keynesiana, houve, ademais, um aspecto que até agora não tinha sido trabalhado. Um elemento crucial desse período do capitalismo foi que se multiplicou a capacidade produtiva da economia mundial, propiciando, desse modo, uma divisão de trabalho internacional, em certa medida, muito mais sofisticada. E, isto, graças à revolução no transporte e na comunicação.

A partir dos anos 60, começa surgir uma economia cada vez mais “transnacional”, isto é, um sistema de atividades econômicas para as quais os territórios e fronteiras de Estados Nacionais tornavam-se insuficientes para responder à dinâmica da economia mundial. Assim, o processo de mundialização do capital desenvolve-se na década de 60 e se acelera de modo espetacular durante as décadas da crise contemporânea mundial, após 1973⁷¹. Desse modo, o momento pós-1973 revela uma realidade na qual os Estados nacionais perderam seus poderes econômicos, na medida em que a mudança mais relevante nas relações de produção estendeu-se, no nível global, em dois sentidos fundamentais: a liberalização dos fluxos de inversão através das fronteiras nacionais e, em menor medida, dos fluxos de mercadorias, assim como a privatização das empresas e patrimônios públicos⁷².

Segundo dados do Banco Mundial, têm-se realizado programas de privatização em mais de oitenta países, e desde 1980 têm sido privatizadas mais de 6.832 empresas públicas, entre elas, 2000 no Terceiro Mundo (dados citados por Dieterich, 1996: 54).

Na medida em que a economia transnacional vai estabelecendo seu domínio sobre o Planeta, solapa o Estado-nação territorial - uma instituição indiscutivelmente dominante, até os anos 50, e praticamente universal. Dessa maneira, os Estados nacionais vão controlar uma parte cada vez menor de seus assuntos, apesar de serem elementos necessários a esta “nova” ordem mundial.

⁷¹ “Uma outra mudança na ordem mundial trazida pelas mudanças políticas do início dos anos 70 foi uma considerável aceleração da internacionalização da produção, um novo estágio na tomada da economia global pelas corporações internacionais e instituições financeiras. O fim da Guerra Fria e o retorno de grande parte da Europa Oriental ao seu tradicional papel de serviçal levam esse processo a um grande avanço (...) Os mecanismos são diretos. Com o capital altamente móvel e o trabalho imóvel, a globalização da economia dá aos empregadores meios de jogar uma força de trabalho nacional contra outra. O aparato pode ser usado para diminuir os padrões de vida, segurança, oportunidades e expectativas para a grande massa da população, enquanto os lucros se elevam e os setores privilegiados vivem em luxo crescente” (Chomsky, 1996: 202).

⁷² De acordo com Dieterich (1996: 53), a constituição de um mercado de capitais em escala mundial e a profunda destruição de áreas nacionais protegidas por tarifas aduaneiras, mediante vários acordos e negociações tais como: diversas rondas de negociação do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), particularmente, a “rodada de Uruguai” (1986-1994), a constituição da *Asia Pacific Economic Corporation* (APEC, 1989) que abarca 18 Estados, a realização dos Tratados de Maastricht (1992) entre os membros da União Européia; o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA ou TLC) entre os EUA, Canadá e México (1 de Janeiro de 1994) e a substituição do GATT pela Organização Mundial de Comércio (OMC, 15 de abril de 1994); têm significado, na prática, a entrega incondicional dos mercados do Terceiro Mundo às empresas transnacionais (*Transnational Corporations*, TNC), com a consequência previsível de uma profunda destruição das indústrias nacionais e das formas de vida consideradas incompatíveis com os interesses dos TNC.

Conforme Hobsbawm (1995b), três aspetos dessa transnacionalização foram particularmente evidentes; as empresas transnacionais (muitas vezes, conhecidas como multinacionais), a nova divisão internacional do trabalho e o aumento de financiamento *offshore*⁷³ (externo). Este último foi, não só, um dos incipientes mecanismos de transnacionalismo a desenvolver-se, mas, também foi umas das formas que demonstraram decisivamente a maneira como a economia capitalista escapava progressivamente do controle dos Estados nacionais.

Grande fabricantes de produtos eletrônicos começaram a se globalizar a partir de meados de 60. A linha de produção atravessava o globo. Algumas delas instalavam-se nas extra-territoriais “zonas francas” ou fábricas *offshore*, que tinham começado a se proliferar rapidamente pelos países pobres com força de trabalho barata e, sobretudo feminina e jovem, mais um artifício para evadir-se do controle de um só Estado. Assim, a internacionalização da produção - como forma mais acabada da transnacionalização da própria política econômica - torna os países subalternos, territórios economicamente abertos e desregulamentados, amplamente lucrativos e as economias nacionais em reservas de força-de-trabalho barata e de recursos naturais acessíveis. Esta é uma clara forma que assume, nos dias de hoje, o neocolonialismo de mercado.

O sistema toyotista de terceirização e o “*Just In Time*”, o princípio “*Lean Production*”, isto é, “sem gorduras de pessoal”, tornou-se um elemento relevante na restauração do capital. Hoje, todos os grandes grupos adotaram essas técnicas. Muitas vezes, suas operações no exterior (especialmente em países mais fracos) serviram de terreno de experimentação, antes de aplicar o sistema no país de origem. A implementação da “produção sem gorduras de pessoal” é perfeitamente compatível com o interesse das multinacionais por locais de produção de baixos salários, mas como bem salienta Chesnais (1996), elas não precisam mais deslocar-se milhares de quilômetros para achar locais que tenham tais condições. O efeito combinado das modificações impostas à classe operária e das novas tecnologias, no concernente à intensidade

⁷³ “O termo *offshore* entrou no vocabulário público civil a certa altura da década de 1960, para descrever a prática de registrar a sede legal da empresa num território fiscal generoso, em geral minúsculo, que permitia aos empresários evitar os impostos e outras restrições existentes em seu próprio país. Pois todo Estado ou território sério, por mais

do trabalho e à precariedade do emprego, foi proporcionar ao grande capital internacional a possibilidade de constituir, com a ajuda de seus Estados, zonas de baixos salários e de reduzida proteção social, próximo de suas bases matriciais.

Para Chesnais (1996), a mundialização deve ser concebida como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização. Mas, ao mesmo tempo, falar em termos de mundialização do capital implica designar bem mais do que apenas uma outra etapa no processo de internacionalização, tal como o conhecemos a partir de 1950. Assim, os momentos contemporâneos seriam indicativos de uma nova configuração do capitalismo mundial e dos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação.

Dois seriam os fatores principais que, na década dos 80, aceleraram as mudanças nas formas de internacionalização que prevaleciam anteriormente: primeiro, a “desregulamentação financeira e o desenvolvimento, cada vez mais acentuado da globalização financeira”; em segundo lugar, “o papel das novas tecnologias que funcionam, ao mesmo tempo, como condição permissiva e como fator de intensificação dessa globalização” (Ibid.: 26).

O papel do investimento externo direto (IED) torna-se tão importante nos serviços como no setor de manufaturas, na medida em que substituiria o comércio exterior como vetor principal no processo de internacionalização. Por sua vez, o IED estaria atingindo um alto grau de concentração dentro dos países do capitalismo avançado; grau alcançado às custas dos países em desenvolvimento.

O intercâmbio intra-setorial, caracterizado como intercâmbio intra-grupo, no contexto dos mercados privados das multinacionais, assim como por suprimentos internacionais, organizados pelos grupos, em insumos e produtos acabados, passa a ser a forma dominante do comércio exterior.

O IED contribui decisivamente para a integração horizontal e vertical das bases industriais nacionais separadas e distintas. Como consequência, as multinacionais beneficiam-

comprometido que estivesse com a liberdade de obter lucros, havia estabelecido em meados da década de 1960 certos controles e restrições à conduta de negócios legítimos, no interesse de seu povo” (Hobsbawam, 1998: 272).

se, simultaneamente, da liberalização do comércio, da adoção de novas tecnologias e do recurso a novas formas de gerenciamento da produção, como por exemplo, o toyotismo. Como resposta às exigências de proximidade da produção toyotista, assim como, as de proximidade em relação ao mercado final da concorrência oligopolista, o capitalismo opera uma regionalização do comércio exterior nos três pólos da Tríade (Europa, USA e Japão).

Os grupos industriais tendem a se reorganizar como “empresas-rede”. Ao mesmo tempo, as novas formas de gerenciamento e controle do trabalho, valendo-se de complexas modalidades de terceirização, visam ajudar os grandes grupos a reconciliar a centralização do capital e a desconcentração das operações, possibilitadas pela incorporação da teleinformática e pela automatização.

Aumentou consideravelmente, o grau de interpenetração entre os diferentes capitalistas nacionais. Como produto desse processo, o investimento internacional cruzado e as fusões-aquisições transfronteiras favorecem estruturas de oferta altamente concentradas, no nível mundial. Sobre essa base, houve o surgimento de oligopólios mundiais num número crescente de indústrias. Constituídos fundamentalmente por grupos americanos, japoneses e europeus, eles delimitam entre si um espaço privilegiado de concorrência e de cooperação. Esse espaço é defendido contra a entrada de novos concorrentes de fora da área da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), tanto por barreiras de entrada de tipo industrial, quanto por barreiras comerciais regidas pelo GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio).

A “globalização financeira”, produto da ascensão de um capital extremamente concentrado e que conserva a forma monetária, é a expressão dessa restauração do capital. Esse movimento acentuou os aspectos financeiros dos grupos industriais e imprimiu uma lógica financeira ao capital investido no setor de manufaturas e serviços.

A dimensão financeira parece ser a mais peculiar do atual processo de “globalização”. Contudo, segundo Arrighi (1996), embora a expansão financeira das décadas de 1970 e 1980 realmente pareça configurar a tendência predominante dos processos de acumulação do capital em escala mundial, enquanto tendência, parece ser nada “revolucionária”, na medida em que expansões financeiras desse tipo repetiram-se desde o século XIV, como a reação característica do capital à intensificação das pressões competitivas que decorreram, invariavelmente, de todas

as grandes expansões do comércio e produção mundiais. Cabe salientar, não obstante, que a escala, o âmbito e a sofisticação técnica da atual expansão financeira são muito maiores do que nas expansões precedentes. Mas essa maior escala, âmbito e sofisticação técnica nada mais são que a continuação da sólida tendência da *longue durée* do capitalismo histórico à formação de blocos cada vez mais poderosos de organizações governamentais e empresariais como principais agentes da acumulação do capital em escala mundial.

O processo de mundialização do capital é intrinsecamente excludente na medida em que a dinâmica da nova configuração do capitalismo dá-se somente ao nível do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados. Com exceção de uns poucos “novos países industrializados”, que haviam ultrapassado, antes de 1980, um patamar de desenvolvimento industrial que lhes permitiram introduzir mudanças nas formas de controle do trabalho para a obtenção de altos níveis de produtividade e se manterem competitivos, está em curso um nítido movimento tendente à marginalização dos países em desenvolvimento. Movimento que, na década de 1980, traduziu-se num claro recuo dos investimentos externos diretos e das transferências de tecnologia aos países em desenvolvimento, assim como pelo início da exclusão de vários países produtores de produtos de base, em relação ao sistema de intercâmbio. Nos dias de hoje, diversos países, certas regiões dentro de países, e até mesmo áreas continentais inteiras (na África, na Ásia e mesmo na América Latina), são atingidos pelo processo de mundialização do capital, sob a forma contraditória de sua própria marginalização. Categoria que deve ser entendida como mecanismo complementar e análogo ao da “exclusão” da esfera de atividade produtiva, que alcança, dentro de cada país, uma parte da população, tanto nos países industrializados, como nos países em desenvolvimento. Desta maneira, a globalização do mercado é intrinsecamente uma “globalização excludente”.

A mundialização do capital é produto de três movimentos que, embora sejam diferentes, estão estreitamente ligados. O primeiro diz respeito à mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu, desde 1914, com a instauração da chamada ordem hegemônica fordista-keynesiana. O segundo tem a ver com o conjunto de políticas de corte neoliberal, isto é, políticas de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento das conquistas sociais e democráticas que foram aplicadas, desde o início da década de 1980,

sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan. O terceiro aspecto está vinculado à derrocada dos países do bloco coletivista de Estado. Com o desmoronamento da ex-União Soviética, o capitalismo parece ter triunfado como projeto hegemônico e parece dominar todo o Planeta.

Os diversos aspectos que têm configurado uma nova (des)ordem mundial remetem - fundamentalmente - às reformulações nas relações entre capital e trabalho, na medida em que altera as formas de relação salarial do período compreendido entre o fim da reconstrução após a Segunda Grande Guerra até a eliminação do sistema de *Bretton Woods*. Período que caracterizamos como ordem hegemônica fordista-keynesiana.

Nos dias atuais, o trabalho humano é, mais do que em outras épocas do capitalismo, uma mercadoria; mercadoria, hoje, fortemente desvalorizada pelo chamado “progresso técnico”. Para Chesnais, os efeitos das mudanças tecnológicas recentes, em termos de destruição de postos de trabalho, imensamente superior aos novos empregos que cria, não podem ser dissociados da quase total mobilidade de ação que o capital recuperou, como produto da liberalização do comércio internacional e de remessas de lucros. O crescente aumento do desemprego estrutural não pode ser atribuído apenas à tecnologia, tomada em si mesma; contra esse pretensão determinismo tecnológico:

“Ela resulta, pelo menos em igual medida, da mobilidade de ação quase total que o capital industrial recuperou, para investir e desinvestir à vontade, ‘em casa’ ou no estrangeiro, bem como da liberalização do comércio internacional. O efeito desses fatores, por sua vez, é acentuado, de forma crescente, pela mudança de propriedade do capital industrial. Mesmo em grupos onde foi restabelecida a rentabilidade do capital, constata-se, por parte dos novos proprietários do capital (fundos de investimento, fundos de pensão, companhias de seguros) uma fortíssima pressão para reduzir ainda mais os custos, ‘eliminando gorduras de pessoal’ e automatizando em velocidade máxima. É aí que se situa o ponto de partida de um encadeamento cumulativo e realimentador, cujos efeitos são depois agravados ainda mais pelas operações do capital monetário” (Chesnais, 1996:304 e 306).

E, a respeito da Nova Ordem mundial, catalogada como “globalização”, dirá Chomsky:

“Quanto à Nova Ordem Mundial, ela é muito como a velha, com uma nova aparência. Há acontecimentos importantes, notadamente o aumento crescente da internacionalização da economia com suas conseqüências, incluindo a

intensificação das diferenças de classe em uma escala global e a extensão desse sistema aos antigos domínios soviéticos. Mas não há mudanças fundamentais, e nenhum 'novo paradigma' é necessário para que o que está acontecendo faça sentido. As regras básicas da ordem mundial permanecem como sempre foram: o governo da lei para os fracos, o governo da força para os fortes; os princípios de 'racionalidade econômica' para os fracos, o poder e a intervenção de Estado para os fortes. Como no passado, privilégio e poder não se submetem voluntariamente ao controle popular ou à disciplina de mercado e, portanto, procuram solapar a democracia séria e aplicar os princípios de mercado as suas necessidades especiais. Dentro da cultura da respeitabilidade, as tarefas tradicionais permanecem: reformar o passado e a história atual nos interesses do poder, exaltar os altos princípios aos quais nós e nossos líderes somos dedicados e apurar as falhas nos registros como boas intenções desencaminhadas, árduas escolhas infligidas a nós por algum inimigo diabólico, ou outras categorias familiares aos convenientemente instruídos. Para aqueles que não estejam dispostos a aceitar esse papel, as tarefas tradicionais também permanecem: desafiar e desmascarar a autoridade ilegítima e trabalhar com outros para solapá-la e estender o escopo de liberdade e justiça" (1996b: 335).

A mesma necessidade de uma instância superior de concentração do poder e do controle social das classes dominantes, reproduz-se no nível internacional. O Conselho de Segurança, o G7, a OTAN, o GATT, o FMI, o BM, etc., são os intelectuais orgânicos coletivos do capitalismo, que levam a cabo as funções normativas e de imposição repressiva dos interesses transnacionais no nível planetário.

É possível constatar que, de maneira geral, o processo de globalização do capital supõe os seguintes aspectos: em primeiro lugar, acentua-se e consolida-se a liderança econômica de empresas oligopólicas e de grandes grupos financeiros que se tornam os principais atores no mercado, sobretudo, no mercado financeiro internacional. Em segundo lugar, as novas políticas de gestão e de organização do trabalho determinam uma nova estrutura dos mercados de trabalho, partindo da base de um sistema mundial de produção. Isto traz, como consequência, uma maior fragmentação das classes trabalhadoras e altos índices de desemprego estrutural. Em terceiro lugar, os Estados do capitalismo desenvolvido reafirmam sua liderança política e econômica, subordinando e intensificando a dependência e a subalternidade das nações periféricas, inclusive os países pertencentes à ex-União Soviética. Finalmente, a agenda neoliberal expande-se em escala planetária.

V.3 - DA CRISE DO CHAMADO “SOCIALISMO REALMENTE EXISTENTE” À OFENSIVA NEOLIBERAL

V.3.A - A DERROCADA DOS PAÍSES DO BLOCO COLETIVISTA DE ESTADO E A PRETENSA CRISE DO MARXISMO

De maneira particular, nos três últimos anos da década de oitenta, com um ritmo assombroso, os mecanismos que tinham começado a ameaçar a estrutura institucional do autoproclamado “socialismo real” efetivaram a crise e desarticulação dos sistemas socio-políticos vigentes nos Estados que compunham o bloco socialista. Assim, a década dos oitenta acaba com o impacto mais marcante para os defensores do projeto revolucionário que visava a superação da ordem burguesa. A queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, fato mais emblemático dessa derrocada, abre um período no qual a ordem burguesa mostra sinais de revigoração da sua legitimidade e tenta retornar ao projeto da sociedade livre, fundada no mercado. Concomitantemente, com o fim do chamado “socialismo realmente existente” a Teoria Social de Marx, segundo as críticas capitalistas, entra em crise. Ela é desqualificada pela afirmação do seu esgotamento como referencial teórico do projeto alternativo ao capitalismo, que triunfara em 1917 nos Países do Leste Europeu.

Portanto, a queda do socialismo na ex-União Soviética e nos Países do Leste Europeu fez aflorar as mais variadas atitudes perante o marxismo, tomado como doutrina revolucionária. Atitudes que vão desde uma apressada proclamação da sua morte, passando por uma dogmática negação da conexão e repercussão de tais fatos históricos em relação com esta doutrina, até a uma forte necessidade desafiante de avaliá-lo, renová-lo, atualizá-lo, desenvolvê-lo como teoria científica, conforme os tempos em que vivemos. É possível constatar uma crise de direção intelectual e moral do pensamento crítico - ou, para usarmos a expressão cunhada por Petras, temos, ante nossos olhos, “os intelectuais em retirada” - e, em decorrência, uma crise de horizonte, de utopia, no movimento das classes trabalhadoras, comprometendo seriamente suas organizações de representação política e seus políticas combativas da ordem do capital.

Longe de ignorar os erros e desvios incorridos em nome da utopia socialista, entendemos que uma das limitações fundamentais do projeto revolucionário cristalizou-se na incapacidade

de articular uma política internacionalista coerente e com solidez popular, capaz de nortear a ação e as estratégias do Partido e do governo. Projeto articulado com as promessas e esperanças que a Internacional Comunista havia proposto ao mundo em face das condições da expansão mundial do imperialismo: “Proletários de todos os países, uni-os!” Com efeito, a queda do bloco coletivista de Estado desequilibrou as relações políticas internacionais e despojou o movimento revolucionário do referencial classista de uma ordem alternativa à ordem do capital, enfraquecendo profundamente as lutas reivindicativas que visavam o internacionalismo socialista. Ao mesmo tempo, esse processo favoreceu uma notável fragmentação entre os intelectuais de esquerda, na medida em que o colapso do “socialismo realmente existente” contribuiu para a desmoralização das forças anticapitalistas e para o descrédito dos ideais sociais que inspiraram as grandes revoluções proletárias do século XX; oportunidade muito bem aproveitada pelo imperialismo para declarar obsoleto o marxismo e desprestigiar, sistematicamente, qualquer alternativa que se apresente como contrária à ordem do capital. Perante a fraqueza do projeto revolucionário, aflora com maior vigor, um outro horizonte que se materializa no projeto da sociedade fundada no mercado onde entram em cena os neoliberais, como principais desenhistas da reconstituição da velha ordem capitalista em crise. Tema que abordaremos posteriormente.

Não é objeto desse estudo abordar, em detalhes, a crise do chamado “socialismo realmente existente”, nem da pretensa “crise do marxismo”, mas, consideramos pertinente assinalar alguns aspetos inerentes ao impacto e à relevância que tiveram nas estratégias subseqüentes do capitalismo, em termos de ofensiva ao conjunto das classes trabalhadoras e seus mecanismos de representação sindical e política, ponto que no percurso desse capítulo pretendemos mostrar. Consideramos, porém, pertinente mostrar e argumentar a atualidade da teoria e do método de Marx como instrumentos de análise para superação da ordem burguesa.

A queda dos regimes autoproclamados “socialistas”, na Europa do Leste e na União Soviética, constituiu o desfecho negativo do enfrentamento entre duas concepções e práticas internacionais; entre dois projetos societários - com uma forte carga utópica antagônica entre si - que dominaram a modernidade ao longo do século XX. Em termos gerais, poderíamos dizer que o desenrolar da crise do chamado “socialismo real” revela duas dimensões: a crise do

“bloco socialista”, que mostrou, flagrantemente, ser parte constitutiva da crise global do capitalismo. Ela foi determinada também, a partir de problemas internos em termos de mecanismos e padrões de relacionamentos estabelecidos entre os Estados do campo socialista.

Segundo Hobsbawm (1995b), o problema que atravessava o chamado “socialismo realmente existente” foi não ter se mantido imune aos choques dos 70 e ficado cada vez mais envolvido na crise mundial. Assim, tanto as economias do socialismo real da Europa e da URSS, quanto grande parte do Terceiro Mundo, tornaram-se as principais vítimas da crise pós-70 da economia capitalista global, enquanto as economias do capitalismo desenvolvido, embora abaladas, conseguiam atravessar os anos de crise, pelo menos até o início dos 90. Desta maneira, o “socialismo real” estava enfrentando, simultaneamente, seus próprios problemas sistêmicos que pareciam não ter saída e os problemas inerentes aos de uma economia mundial mutante e problemática, na qual, o “socialismo real” achava-se cada vez mais integrado. O comércio entre os blocos, que era uma função das relações políticas no período da Guerra Fria, a partir das décadas de 1970 e 1980, emite sinais de que o bloco econômico coletivista estava sendo integrado pela economia mundial mais ampla. Estavam, portanto, colocadas as condições de desestruturação do chamado “socialismo realmente existente”.

Conforme a análise de Netto (1995), embora a crise envolvesse o bloco coletivista de Estado como um todo, ela não pode ser sumariamente equalizada ou homogeneizada. Todo o bloco “socialista” vinha vivenciando um complexo de tensões e contradições que, no contexto de cada Estado, possuía causalidades, conexões e rebatimentos peculiares, intrínsecos às particularidades históricas, econômicas, sociais, políticas e ideo-culturais das várias formações societárias do bloco. Nesse sentido, os fatores e mecanismos erosivos e ameaçadores, no interior de cada formação nacional do bloco coletivista de Estado, eram muito diversos, sendo preciso para a análise da crise do autoproclamado bloco “socialista”, não deixar de considerar essa heterogeneidade. Os vetores diferentes e particularizados da crise, latentes e/ou manifestos, operavam, no interior dos Estados, segundo uma dinâmica cujo grau de autonomia era determinado pela convergência das características nacionais que os peculiarizavam e pelo limite de contenção que lhes era imposto. Assim, a emergência da crise realizou-se quando o fiador deste limite - a então URSS -, já não reunia mais as condições políticas para assegurá-lo.

A partir do momento em que a antiga URSS deixou de exercer o papel de gendarme (especialmente, via Tratado de Assistência Mútua da Europa Oriental, o Pacto de Varsóvia) do bloco, evidenciaram, inequivocamente, as várias crises nacionais.

Nesse sentido, as reformas ocorridas no sistema de poder soviético com a ascensão de Gorbachov, foi um determinante chave na forma como se desenrolara a crise dos sistemas socialistas do Leste Europeu. A crise do bloco coletivista foi determinada, em grande medida, pela confluência entre os processos de reforma da era Gorbachov⁷⁴ e pelo entrecruzamento das crises peculiares que particularizavam cada contexto nacional do bloco. Contudo, isto deve ser analisado no contexto da dinâmica global da crise do capitalismo pós-1970.

Na medida em que houve uma identificação estatal do “socialismo realmente existente” com a obra de Marx e seu projeto societário e, na medida em que o suporte teórico-ideológico do “socialismo realmente existente” tivesse sido uma versão positivista da doutrina marxista, a queda da ex- União Soviética tornou possível que se colocasse em questão a validade da teoria social de Marx. Assim, a crise do “socialismo real” “(...) funciona como o aval da inépcia atribuída a esta” (Netto,1995:26). A obra marxiana, entendida como aquela elaborada pelo próprio Marx e por Engels foi identificada, de maneira direta, com uma tradição marxista que resultou extremamente heterogênea, diferenciada e, na maioria dos casos, deformadora do projeto original.

Se nós considerarmos que um grande *arsenal* constitutivo da obra genuína de Marx só foi publicada por volta de 1930 - salvo alguns poucos escritos -, podemos inferir que as primeiras três gerações da chamada tradição marxista, são construídas sem ter pleno acesso a inúmeros textos de Marx e de Engels. Portanto, a vulgata marxista conformou-se, em grande medida, sem ter pleno acesso aos textos fundamentais dos seus fundadores, determinando a forma problemática desta “tradição”, devido a amputações e desvirtuações que alguns de seus intérpretes operaram.

Pretendemos defender a tese de que a obra marxiana é plenamente atual nas análises do capitalismo contemporâneo na medida em que:

“O evolver da ordem burguesa, ao longo de todo o século XX, não infirmou nenhuma das *tendências estruturais de desenvolvimento* que Marx nela descobriu - ao contrário, comprovou-as largamente, pois aí estão:

- a concentração e a centralização do capital,
- o caráter anárquico da produção capitalista,
- a reiteração das crises periódicas,
- as dificuldades crescentes para a valorização,
- os problemas referentes à manutenção dos patamares das taxas de lucros,
- a contínua reprodução da pobreza relativa e crescentes emersões de pobreza absoluta,
- os processos alienantes e reificantes” (Netto, 1995: 36-37).

Nesse sentido, entendemos que o pretenso esgotamento da teoria social de Marx é uma falácia na medida em que ela ainda dá mostras de fecundidade e vigor para desvelar a dinâmica da ordem contemporânea do capital. Contudo, revitalizar o marxismo torna-se, hoje, uma necessidade urgente perante as conseqüências barbarizantes das contradições atuais da ordem do capital. Revitalizar o marxismo significa, necessariamente, eliminar as afirmações deterministas-economicistas negadoras de sua riqueza conceitual.

A superação da doutrina marxiana, estaria sendo concretizada se a realidade que constitui seu objeto tivesse rompido seu marco, se as contradições fundamentais do sistema de relações sociais que submeteu a crítica tivessem sido superadas pela própria história e outras contradições - sob lógicas radicalmente diferentes ao modo de produção capitalista - ocupassem seu lugar. Na medida em que a essência do capitalismo contemporâneo segue sendo as formas de subalternidade assalariada que conformam a força de trabalho como motor do desenvolvimento do sistema, a propriedade burguesa dos meios de produção e a fragmentação/dissociação dos produtores diretos de suas próprias condições de existência e dos resultados de seu trabalho, incluindo o conjunto de relações sociais, instituições e formas de consciência, e sua conversão em forças hostis que obstaculizam o livre desenvolvimento da personalidade, a teoria e o método de Marx continuam dando mostras da sua validade na contemporaneidade. Com efeito, o processo em curso do capitalismo transnacionalizado, não

⁷⁴ Gorbachov lançou sua campanha para transformar o socialismo soviético com os slogans *perestroika*, ou

faz mais do que agudizar essas contradições, neutralizar, profundamente, os potenciais emancipatórios das classes subalternas por mudar o curso da história, convertendo todos esses elementos em potências destrutivas da civilização.

Desta maneira, a validade da teoria marxiana está exatamente no método que possibilitou a Marx detectar as determinações da dinâmica do capital, da ordem burguesa. É este método que permite, nos dias de hoje, *superar* as próprias colocações marxianas que o evoluir da ordem burguesa anacronizou (Netto, 1995). Portanto, como método de análise da realidade contemporânea, a teoria marxiana mostra, mais do que nunca, seu vigor, sua validade e sua atualidade. No entanto, na medida em que não podemos duvidar de que o desabamento dos países que conformavam o bloco coletivista de Estado se viu acompanhado pela rejeição e a invalidação de uma concepção apologética e deformada do marxismo, merece-se enfatizar o desafio pela frente de uma responsável atitude científica e política de atualizar e desenvolver esta doutrina, desde uma atitude ética e fidedigna, conforme a intencionalidade com que seus fundadores a construíram.

V.3.B - NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA COMO DIMENSÕES DA ATUAL HEGEMONIA DO CAPITAL.

V.3.B.a - NOTAS SOBRE ALGUNS ASPETOS INERENTES À DOCTRINA NEOLIBERAL

Em princípio, é importante salientar que o pensamento neoliberal é um pensamento de legitimação de uma sociedade específica, contra outras formações societárias. É, especificamente, um pensamento de legitimação da sociedade burguesa.

Embora, na sua essência, haja uma identidade entre liberalismo e neoliberalismo, as condições históricas sob as quais eles surgiram determinam uma diferença crucial entre ambos os pensamentos. O liberalismo foi a expressão, no plano das idéias, de um momento de expansão do modo de produção capitalista, de superação de uma ordem social regressiva, “anti-moderna”, de caráter religioso e estamental. Assim, o liberalismo era um anúncio de modernidade. A doutrina liberal original, embora seja também um pensamento de legitimação

reestruturação (da estrutura econômica e política), e *glasnost*, ou liberdade de informação.

da sociedade burguesa, focaliza-se contra as sociedades pré-capitalistas. Legítima, portanto, a sociedade burguesa, deslegitimando a sociedade pré-capitalista, especialmente a sociedade feudal dos séculos XV até XVIII. Assim, a doutrina liberal original visava a superação das sociedades precedentes, contendo, em seu interior, elementos que impediam/ dificultavam o surgimento de horizontes antagonistas.

A doutrina neoliberal, por outro lado, constrói a legitimidade da sociedade burguesa, colocando-se contra as tendências em direção à sociedade socialista e, portanto, das sociedades socialistas existentes. Nesse sentido, a sua legitimação da sociedade burguesa passa pela deslegitimação da sociedade socialista. A doutrina neoliberal do século XX, torna-se um pensamento que objetiva evitar a superação da sociedade burguesa pela sociedade socialista. As suas críticas voltam-se, também, contra qualquer limite, por parte do Estado, ao funcionamento dos mecanismos do mercado; o “mercado livre” é a garantia da liberdade econômica e política, esta última, também, ameaçada pelo intervencionismo estatal. É uma doutrina que se constrói em oposição a uma certa forma de intervenção do Estado, isto é, o chamado Estado de Bem-Estar Social Europeu ou o *New Deal* norte-americano, e tendo por princípio mais geral que a desigualdade é um valor positivo e necessário na constituição de uma sociedade democrática, pois é a base da liberdade e da vitalidade da concorrência. Nesse sentido, fundamentalmente, é que o pensamento neoliberal distingue-se, marcadamente, do pensamento liberal original. O ideário do neoliberalismo vai incluir, desde sua origem, como componente fundamental, o anticomunismo mais intransigente e a rejeição de todas as correntes capitalistas social-democratas características do pós-guerra⁷⁵.

⁷⁵ “A autoridade dirigente de toda atividade econômica controlaria não só a parte da nossa existência que se relaciona com as coisas inferiores; controlaria também a distribuição dos meios limitados para todas as nossas finalidades. E quem controla toda a atividade econômica também controla os meios que deverão servir a todos os nossos objetivos, e deve portanto decidir quais dentre estes serão satisfeitos e quais não o serão. É este o ponto crucial da questão. O controle econômico não é apenas o controle de um setor da vida humana que possa ser separado do resto. É o controle dos meios que devem contribuir para a realização de todos os nossos fins. E quem possui o controle exclusivo dos meios deve também determinar quais os fins que serão realizados, que valores devem ser considerados mais importantes e quais devem sê-lo menos - em suma, aquilo em que os homens devem crer e por cuja obtenção devem esforçar-se. Planejamento central significa que o problema econômico tem de ser resolvido pela comunidade e não pelo indivíduo; mas daí também se infere que deve ser a comunidade, ou melhor, os seus representantes, quem decidirá sobre a importância relativa das diferentes necessidades. A chamada liberdade econômica que os planejadores nos prometem significa precisamente libertação da necessidade de resolvermos os nossos problemas econômicos pessoais, e que as difíceis escolhas que isso muitas vezes envolve ficarão a cargo de outrem. Visto como, nas condições modernas,

O neoliberalismo surge, em um primeiro momento, nos países capitalistas desenvolvidos da Europa e da América do Norte, como reação teórica e política impetuosa contra o Estado intervencionista e de Bem Estar Social de inspiração keynesiana. Mas, cabe alertar um ponto problemático das concepções liberais ou neoliberais a respeito da tão propalada abolição do intervencionismo estatal: da mesma forma que o “velho liberalismo”, o “novo liberalismo”, do ponto de vista da ação política, tampouco implicou no fim da intervenção do Estado na economia, mas apenas no redirecionamento, na reformulação dessa intervenção.

O texto pioneiro que deu origem à doutrina neoliberal é *O caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito em 1944. Hayek tem como foco de análise o combate a qualquer tipo de limitação e condicionamentos da dinâmica e mecanismos de mercado por parte do Estado, concebidos como uma ameaça à liberdade, tanto econômica, quanto política. O alvo mais próximo de Hayek, na época, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945, na Inglaterra (Anderson, 1996).

Complementando o início desta doutrina, a obra de Karl Popper *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*, em 1945 é também decisiva para a conformação desta doutrina. Todavia, esta vertente se adensa a partir dos anos sessenta. É possível constatar uma continuidade da produção de seus “pais fundadores”, pois, em 1957, Popper propicia a volta a esse debate com *A Miséria do Historicismo* e, em 1960, Hayek retorna a seu ataque combativo com *Os Fundamentos da Liberdade*, numa reflexão que haveria de culminar, entre 1973 e 1979, com a trilogia, *Lei, Legislação e Liberdade*. Concomitante a esse processo de elaboração teórica, produz-se também, a divulgação de trabalhos que proliferam numa linha similar, tal como permite demonstrar a obra de M. Friedman, *Capitalismo e Liberdade*, publicada em 1962. A tradição neoliberal, vai se configurando dessa maneira.

V.3.B.b- O MARCO CATEGORIAL DO PENSAMENTO NEOLIBERAL

A instituição burguesa central é o mercado, referencial empírico central e entendido no marco de uma realidade precária, na medida em que ele se encontra ameaçado.

dependemos em quase tudo dos meios proporcionados pelos nossos semelhantes, o planejamento econômico importaria na direção de quase toda a nossa existência. Quase não existiria aspecto desta, desde as nossas necessidades primárias

Conforme a doutrina neoliberal, o mercado desempenha um duplo papel na promoção de uma sociedade livre, na medida em que garante a liberdade econômica, já que é parte da liberdade entendida no seu sentido amplo e, portanto, um fim em si própria e, na medida, também, em que o mercado é um instrumento para a obtenção da liberdade política⁷⁶.

Os neoliberais retomam a tese clássica segundo a qual o mercado é a instância capaz de coordenar, estruturar e orientar racionalmente quaisquer problemas sociais, sejam eles de natureza puramente econômica ou política. Nesse sentido, o mercado enquanto mecanismo insuperável, com capacidade de coordenar as decisões de produção e de investimento sociais, é um mecanismo imprescindível para solucionar os problemas de emprego e de renda na sociedade. Todavia, o mercado - a mão invisível - se incumbiria de compatibilizar e harmonizar as ações e os comportamentos individuais, alicerçados no egoísmo e no interesse particular, a partir da “livre concorrência” entre todos os indivíduos, tendo como resultado final, a preservação do interesse geral.

A partir da identificação do mercado como realidade empírica central, o pensamento neoliberal vai elaborar seu marco categorial de maneira polarizada, na medida que contrapõe dois conceitos limites: um, com caráter positivo, o conceito de “mercado perfeito” ou de “concorrência perfeita”; outro, com caráter negativo, o conceito de “caos”. Para os defensores do mercado como instância reguladora, a economia de mercado estaria em perigo. Na medida em que o mercado é ameaçado, ele pode chegar ao seu colapso e à destruição, e, portanto, ao caos. Por outro lado, impondo-se o mercado às ameaças, ele é pensado, igualmente, segundo

até as nossas relações de família e de amizade, desde a natureza do nosso trabalho até o uso que fazemos dos nossos lazes - sobre que o planejador não exercesse o seu ‘controle consciente’ ” (Hayek, 1977: 86-87).

⁷⁶ “A organização econômica desempenha um papel duplo na promoção de uma sociedade livre. De um lado, a liberdade econômica é parte da liberdade entendida em sentido mais amplo e, portanto, um fim em si própria. Em segundo lugar, a liberdade econômica é também um instrumento indispensável para a obtenção da liberdade política” (Friedman, 1984: 17).

“Vista como um meio para a obtenção da liberdade política, a organização econômica é importante devido ao seu efeito na concentração ou dispersão do poder. O tipo de organização econômica que promove diretamente a liberdade econômica, isto é, o capitalismo competitivo, também promove a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político e, desse modo, permite que um controle o outro” (Ibid.: 18).

“A evidência histórica fala de modo unânime da relação existente entre liberdade política e mercado livre. Não conheço nenhum exemplo de uma sociedade que apresentasse grande liberdade política e que também não tivesse usado algo comparável com um mercado livre para organizar a maior parte da atividade econômica” (Ibid.: 19).

um progresso infinito, em termos sempre mais perfeitos, até chegar ao conceito limite de concorrência ou mercado perfeito.

O conceito de mercado ou concorrência perfeita está identificado a um modelo de concorrência em que cada agente econômico é tão minúsculo em relação ao mercado que não pode exercer nenhuma influência sobre o preço das mercadorias ofertadas.

Segundo Hinkelammert (1990), tanto o “caos” quanto a “concorrência perfeita” são conceitos não-empíricos, os quais abrangem a realidade, limitando-a. Eles transcendem a realidade empírica do mercado e constituem-se, em referência interpretativa da realidade empírica. São conceitos imaginários e, portanto, não factíveis, mas de maneira nenhuma eles são arbitrários. São elementos empíricos idealizados a partir de traços gerais da realidade, que é considerada em termos do mercado ameaçado.

O mercado funciona na medida em que ele está em equilíbrio, portanto, a preocupação política têm que estar focalizada nesse equilíbrio.

O apelo de Hayek ao conceito não-empírico de concorrência perfeita (equilíbrio) fundamenta-se, por um lado, em que este modelo é necessário para poder interpretar a economia de mercado; por outro lado, desenvolve as razões que impossibilitam realizá-lo em termos técnicos. A sua necessidade nos termos teóricos, argumenta a partir do fato de que a instituição mercado é um mecanismo de funcionamento. A concorrência perfeita descreve assim, os indicadores através dos quais se pode afirmar o pretense bom funcionamento. Equilíbrio é o termo utilizado para designar este conjunto de indicadores (Ibid.).

Segundo Hayek:

“(...) conhecemos as condições *gerais* nas que pode se estabelecer o que, não muito acertadamente, chamamos ‘equilíbrio’; mas desconhecemos os preços e salários *particulares* que se dariam se o mercado produzisse tal equilíbrio. Só podemos indicar as condições sob as quais podemos esperar que se estabelecerem no mercado os preços e salários nos quais a demanda igualará a oferta” (1976; citado por Hinkelammert, 1990: 58).

O mercado empírico é o ponto de partida de Hayek, passando logo a constituir uma forma idealizada, um conceito limite de mercado, chamado concorrência perfeita (equilíbrio).

Ele não é, de imediato, passível de cálculo e podemos esperar que o mercado produza uma aproximação a um equilíbrio autoproclamado. Idealiza-se um fenômeno empírico e conclui-se que ele se aproxima da forma conceitual previamente definida. É a afirmação irrestrita das leis do mercado, racionalizada em nome de uma tendência ao equilíbrio absolutamente inexistente. Esta tendência ao equilíbrio seria realizada, efetivamente, na medida em que a liberdade de contrato em todos os mercados e em todas as atividades fosse garantida.

Este argumento corresponde à premissa da “mão invisível” de Adam Smith, na teoria econômica clássica. A partir deste postulado, origina-se o pensamento neoliberal. Portanto, temos na estrutura deste pensamento, um círculo vicioso cujo ponto de partida acha-se identificado à realidade precária do mercado ameaçado, que constrói um conceito limite desse mercado em forma de concorrência perfeita (equilíbrio) e que, finalmente, sustenta, dogmaticamente, que a afirmação das condições gerais deste mercado o aproxima dela, a sua idealização (Hinkelammert, 1990).

Segundo Hinkelammert, na derivação do marco teórico-categorial da teoria neo-clássica aparecem duas afirmações que são chaves para a evolução crítica de seus resultados:

“1- A derivação do equilíbrio econômico geral a partir exclusivamente de indicadores mercantis. Isto implica que este equilíbrio geral está descrito exclusivamente em preços relativos, o que permite reduzir a descrição do equilíbrio a esses indicadores mercantis.

2- Sustenta-se que uma justiça social enfrentada às leis do mercado não pode-se realizar racionalmente, a não ser nos termos de uma planificação total, que prescindir dos indicadores mercantis. Sendo impossível o conhecimento perfeito correspondente, conclui-se que a realização da justiça social é impossível e utópica, de maneira tal, que não há outra alternativa economicamente racional de organização da economia que não seja a do mercado total” (1976; citado por Hinkelammert, 1990: 67).

Estas duas teses estão interligadas entre si e conformam as premissas chaves do pensamento neoliberal atual.

De forma sintética, temos, assim, um marco categorial mais ou menos completo para abordar esta realidade empírica da qual parte Hayek. É a realidade de um mercado ameaçado, visto em termos de dois conceitos limites desenvolvidos a partir de traços gerais desta

realidade, mediante uma projeção imaginária de progresso infinito. Como conceito limite positivo aparece a concorrência perfeita, e como conceito limite negativo, o caos. Os dois conceitos limites são idealizações da realidade. O conceito limite positivo da concorrência perfeita é a idealização da sociedade burguesa. O conceito limite negativo, é a idealização negativa da sociedade socialista e, portanto, não o caos em geral, mas um caos produzido pela lógica da constituição da sociedade socialista. A partir deste panorama da realidade empírica do mercado ameaçado entre seus dois componente limites, emerge um programa específico de ação, com sua ética autônoma. Seu centro é o mercado, ao que Hayek lhe adjudicou uma tendência empírica automática ao equilíbrio. Este é o caminho para salvar-se do caos e da destruição e aproximar-se do equilíbrio.

V.3.B.c - O ANTI-UTOPISMO SOCIALISTA E A ÉTICA DO MERCADO DE HAYEK

Para Hayek, o socialismo significa a extinção da iniciativa particular, dos meios de produção, e a criação de um sistema de economia planejada no qual o empreendedor que trabalha visando o lucro é substituído por um órgão central de planejamento (Hayek, 1977).

Hayek elabora uma seqüência anti-utópica, cujo alvo de ataque é o intento socialista de superação da ordem burguesa. Esta crítica ao socialismo contém três etapas, que são descritas por Hinkelammert da seguinte maneira:

“1 - A utopia socialista é o projeto de uma sociedade sem relações mercantis. Esta teria que determinar os produtos que se produzem, os fatores que se utilizam e o abastecimento das pessoas sem recorrer ao mercado. Isso é somente possível, se pelo menos um indivíduo tem conhecimento perfeito do conjunto de todos os acontecimentos.

2 - É impossível que pessoa alguma ou instituição possa ter um conhecimento perfeito que faça possível uma planificação tal que possa substituir o mercado na sua função de alocação de recursos.

3 - O socialismo faz o intento de efetuar uma planificação central capaz de substituir o mercado como âmbito de alocação dos recursos. Portanto, tenta o

impossível. Ao tentar realizar o impossível, o socialismo é irracional, e produz caos, destruição e tirania” (1990: 63).

Portanto, segundo Hayek, para que o socialismo seja possível, ele precisaria poder calcular positivamente o equilíbrio descrito pela teoria da concorrência perfeita. Mas, na medida em que não que pode e, ao mesmo tempo, tenta fazê-lo, o socialismo conduz à irracionalidade econômica, aos caos e a destruição. Assim, o intento do socialismo leva à concentração do poder em uma mão, e este poder concentrado é tirânico, porque não pode ser racionalmente utilizado. Embora a planificação socialista acumule poder, não existe forma racional de usá-lo e, portanto, suas decisões necessariamente são irracionais e arbitrárias. Na medida em que Hayek tem sempre na frente um socialismo já existente, a sua contrapartida do conceito limite de equilíbrio é, portanto, não um caos realizado, mas uma sociedade na qual já não valeria a pena viver. Uma sociedade - a socialista - que a concebe como perdição e tirania, na qual o homem subsiste mas não perdeu os valores que podem dar sentido à vida, e que são os valores burgueses do mercado. Porém, a partir deste subsistência humana, Hayek profetiza a destruição final, isto é, o caos (Hinkelammert, 1990).

Em termos éticos, Hayek formula a polarização entre a aceitação do mercado como instância automática do equilíbrio e a distante da sedução utópica da justiça social, em termos de humildade e orgulho.

A metodologia para a construção da ética do mercado a partir da teoria econômica, é uma mitificação do mercado como um ser milagroso.

Esta mitificação do mecanismo do mercado e da concorrência como milagre, parte da tendência ao equilíbrio que Hayek atribui a este mercado. O mercado é a instância de alocação ótima de recursos e, enquanto mecanismo anônimo, o mercado pode realizar algo, que o homem, ao planificar, jamais poderia realizar. Tudo isto desemboca em uma verdadeira *idolatria do mercado* (Hinkelammert, 1990).

V.3.B.d - O ANTI-INTERVENCIONISMO ESTATAL E O MERCADO COMO CONDIÇÃO DA LIBERDADE

Em 1947, enquanto os fundamentos do *Welfare State* na Europa do pós-guerra se consolidavam, Hayek convocou um grupo de intelectuais da sua mesma orientação ideológica - entre tantos outros, estavam Popper e Friedman -, para uma reunião na Suíça. Entre o conjunto dos participantes dessa convocatória estavam não somente adversários contundentes do Estado de Bem Estar de inspiração keynesiana, mas, também, inimigos do *New Deal* norte-americano.

Este primeiro encontro deu fundação à chamada *Société du Mont Pèlerin*; uma “cruzada anti-Keynes” que consistia, em termos gerais, em reuniões altamente organizadas, de caráter internacional, de dois em dois anos. O objetivo dessa fundação era atacar o keynesianismo e todo tipo de Estado regulador e intervencionista, e propiciar as bases de um outro tipo de capitalismo, livre de regras, propondo, como único regulador decisivo, o mercado. Nesta proposta é que se encontra a essência da doutrina neoliberal. Nas palavras de Netto:

“(…) *uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia*” (1995: 77).

“O mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável embasa o que veio a ser conhecido como a ‘tese da indivisibilidade da liberdade’ (Friedman, avançando sobre a reflexão de Hayek): é a liberdade econômica, só possível sobre o *mercado livre* (isto é, sem mecanismos extraeconômicos de regulação), que funda a liberdade civil e política. Sem mercado livre, pois, *nenhuma* forma de liberdade” (Ibid.: 78).

O mercado, como eixo conceitual do pensamento neoliberal, obedeceria a uma tendência empírica automática ao equilíbrio.

Os desequilíbrios, portanto, originar-se-iam na ausência de liberdade dos mercados. A tendência ao equilíbrio consegue-se enquanto se assegura essa liberdade dos mercados, no que diz respeito a todas as atividades econômicas e sociais⁷⁷. Pela via do mercado, realizam-se

⁷⁷ “É importante não confundir a oposição contra essa espécie de planejamento com uma dogmática atitude de *laissez faire*. A argumentação liberal propugna pelo melhor uso possível das forças de competição como um meio de coordenar os esforços humanos, e não pretende que as coisas devam ser deixadas como estão. Baseia-se na convicção de que, onde se puder criar uma efetiva concorrência, aí se terá a melhor maneira, entre todas, de guiar os esforços individuais. Essa

todas as atividades. Como meta de aproximação neoliberal ao equilíbrio, busca-se, incessantemente, a subordinação de todas as funções sociais - e não somente as propriamente econômicas - ao critério de maximização do lucro, por parte das empresas privadas. Nesses termos, efetivar-se-ia o capitalismo radical e barbarizado de corte neoliberal: na pretensão constante de poder entregar todas as funções públicas às empresas privadas.

Cabe salientar que, do ponto de vista político, o neoliberalismo ressalta a democracia representativa, o Estado de Direito e os direitos individuais, mas visa descaracterizar e deslegitimar qualquer tipo de ação coletiva reivindicativa, em particular, as de índole sindical, que são sempre concebidas como “corporativistas” e contrárias ao tão propugnado “interesse geral”. Em todas as instâncias da vida social, o pensamento neoliberal tem como referência maior os indivíduos, sendo a própria sociedade concebida como um mero somatório dos mesmos.

A liberdade é uma premissa chave no marco categorial do pensamento neoliberal:

“Na visão neoliberal, o homem é livre enquanto os preços são livres. A liberdade do homem é consequência e também subproduto da liberação dos preços. Tornando livres os preços, o homem se libera. Assim, nega-se qualquer

argumentação não nega, mas até acentua que, para colher resultados benéficos dessa competição é necessária uma estrutura legal cuidadosamente meditada, e que os preceitos legais existentes, assim como os do passado, não estão livres de graves defeitos. Também não nega que, sendo impossível criar as condições necessárias para tornar efetiva a competição, devemos recorrer a outros métodos de guiar a atividade econômica. Todavia, o liberalismo econômico opõe-se a que a competição seja suplantada por métodos inferiores de coordenar os esforços individuais. E considera a competição como superior não somente por ser ela na maioria das circunstâncias o método mais eficiente que se conhece, mas sobretudo por ser o único método dentro do qual nossas atividades podem se harmonizar sem a intervenção coercitiva ou arbitrária da autoridade. Com efeito, um dos principais argumentos em favor da concorrência é que ela dispensa a necessidade de um ‘controle social consciente’ e dá aos indivíduos oportunidades para decidir se as perspectivas de determinada atividade são suficientes para compensar as desvantagens e riscos que dela podem resultar. O uso conveniente da concorrência como o princípio da organização social exclui certos tipos de intervenção coercitiva na vida econômica, mas admite outros que as vezes podem auxiliar muito consideravelmente no seu funcionamento, e até exige determinadas formas de ação governamental. Mas há boas razões para que as prescrições negativas, os pontos onde a coerção não deva ser usada, tenham sido particularmente acentuadas. É necessário primeiramente que haja liberdade de vender e comprar no mercado a qualquer preço que possa encontrar um interessado na transação, e que todos sejam livres de produzir, vender e comprar qualquer coisa que possa ser produzida e vendida. E é essencial que o acesso às diferentes atividades comerciais seja facultado a todos em igualdade de condições e que a lei não tolere quaisquer tentativas de indivíduos ou grupos para restringir esse acesso por atos de força, manifestos ou ocultos. Qualquer tentativa de controlar os preços ou as quantidades desta ou daquela mercadoria priva a concorrência da sua capacidade de proporcionar uma efetiva coordenação dos esforços individuais, porque então as alterações de preço deixam de registrar todas as alterações importantes das circunstâncias e não mais fornecem uma orientação segura para as decisões do indivíduo” (Hayek, 1977: 35-36).

liberdade humana anterior às relações mercantis ou anterior ao mercado. Portanto, nega-se também qualquer exercício de liberdade enquanto ele puder entrar em conflito com as leis do mercado. Liberdade é mercado, e não pode haver intervenção estatal no mercado em nome da liberdade. Liberdade é a subordinação do homem às leis do mercado, e não se reconhece nenhum direito humano que não seja derivado de uma posição no mercado. *Os direitos humanos se esgotam no direito de propriedade. Assim é a mística das relações mercantis*” (Hinkelammert, 1991: 79).

É preciso levar em conta que, na época em que o neoliberalismo pretende dar confiabilidade à sua doutrina, o capitalismo estava atravessando a fase mais próspera e expansiva da sua história (a chamada “Idade de Ouro” do capitalismo, tal como desenvolvemos no capítulo II), motivo pelo qual não resultavam muito convincentes as “receitas” propostas pelos neoliberais.

Os argumentos dos neoliberais era que a desigualdade era um valor e o novo “igualitarismo” propiciado pelo *Welfare State* destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos (Anderson, 1996). Por outro lado, com os primeiros sinais da crise dos 70, a vertente neoliberal aproveitou a situação para criar a convicção de que ela seria resultante do capitalismo organizado pelo Estado intervencionista. Se, durante as décadas de 50 e 60, tinha-se a expectativa de que o Estado intervencionista criaria as condições de evitar novas crises mundiais no futuro; o neoliberalismo, ante a crise do *Welfare State*, sustenta, mais enfaticamente, e, contra todas as evidências empíricas, precisamente, que é o intervencionismo estatal, a própria causa dessa nova crise do capitalismo mundial.

De acordo com esta concepção, o desemprego seria provocado pela própria política do pleno emprego e de proteção laboral. A precarização seria causada porque a política redistributiva de ingressos destrói os incentivos e leva, portanto, a um produto social menor. A condição do desenvolvimento é colocada como um obstáculo do intervencionismo estatal a toda iniciativa privada. Assim, o Estado intervencionista aparece como o principal culpado pela crise atual do capitalismo e sua saída estaria cristalizada em uma assombrosa capacidade do capital em reciclar-se. As raízes das crises estavam também, segundo a visão neoliberal, no poder excessivo dos sindicatos. Os sindicatos seriam os principais responsáveis pelo

desemprego. O desemprego não seria resultado do mercado capitalista, frente a cujos problemas se constituem os sindicatos, mas é a constituição dos sindicatos que produziria o desemprego e os demais problemas sociais. Nesse sentido, de maneira geral, o movimento operário organizado, teria sido determinante na crise que se desencadeia nos anos 70, na medida em que teria corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e para que o Estado aumentasse, cada vez mais, os gastos sociais. Em síntese, os sindicatos tornaram-se a principal ameaça para a tão propugnada liberdade dos mercados.

Contrariamente ao afirmado pelos neoliberais, a crise contemporânea não teve sua origem no intervencionismo estatal. A existência da crise, contudo, mostrou que o Estado interventor no tinha sido capaz de evitá-la. Dada a incapacidade do Estado capitalista intervencionista em assegurar o pleno emprego, o intervencionismo entrou em crise simultaneamente à crise econômica mundial. Em tal situação, a opção era desenvolver o intervencionismo estatal num grau mais radical como forma de viabilizar medidas efetivas contra o desemprego, ou renunciar simplesmente, ao Estado intervencionista deixando a crise tomar o curso de seu desenvolvimento. As soluções intermediárias perderam todo atrativo e eficácia. O desenvolvimento da eficácia intervencionista colocaria a necessidade de ultrapassar os limites da sociedade capitalista e, portanto, de dar soluções socialistas para a crise. Excluindo decisivamente tal alternativa, os desenhistas burgueses, como saída à crise, optaram por um crescente anti-intervencionismo estatal, o que iria resultar no capitalismo barbarizado em que estamos vivendo nos dias de hoje. A hegemonia do capital realiza-se, mais uma vez, mediante o restauracionismo.

Com efeito, o advento da crise dos 70 propiciou o terreno para pôr à prova as “receitas” propostas pelos neoliberais. O que é preciso salientar é que a programática neoliberal não teria poder de convicção enquanto o *Welfare State* e as experiências societárias alternativas ao capitalismo registrassem êxitos - tanto absolutos, quanto relativos.

A crise do *Welfare State* pareceu colocar em evidência a insustentabilidade de uma economia planejada, máxima defendida pelos neoliberais. Assim, essa primeira crise decisiva

colocou em xeque as funções e intervenções do Estado como propiciadoras do crescimento econômico, como garantidoras de valorização do capital e como promotoras de bem-estar.

Dessa maneira, o papel do Estado passa a ser “abstencionista” e apenas “garantidor” da ordem comandada pelo mercado. Opera-se, assim, uma aparente “despolitização” das relações sociais, na medida em que qualquer regulação política do mercado - mediante o Estado ou outras instituições - é rechaçada como princípio. Isto não significa que o Estado deixa de intervir em outras esferas da vida social fora do mercado. Reformulam-se os termos e os espaços de intervenção do Estado. A “receita” neoliberal para o papel do Estado era manter um Estado forte mas só em sua capacidade de quebrar o poder dos sindicatos e do controle do dinheiro, mas tímido e inoperante em todos os gastos sociais. O papel do governo é o de fazer alguma coisa que o mercado não pode fazer por si só, isto é, “determinar, arbitrar e pôr em vigor as regras do jogo” (Friedman, 1984)⁷⁸. Em definitivo, as intervenções estatais existem em função da concorrência perfeita⁷⁹.

Com efeito, conforme coloca Hinkelammert,

“(…) este anti-intervencionismo necessita, para se tornar possível, uma alta concentração do poder no Estado. Para poder destruir ao Estado

⁷⁸ “Um governo que mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedades; sirva de meio para a modificação dos direitos de propriedades e de outras regras do jogo econômico; julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos; promova a competição; forneça uma estrutura monetária; envolva-se em atividades para evitar monopólio técnico e evite os efeitos laterais considerados como suficientemente importantes para justificar a intervenção do governo; suplemente a caridade privada e a família na proteção do irresponsável, quer se trate de um insano ou de uma criança; um tal governo teria, evidentemente, importantes funções a desempenhar. O liberal consistente não é um anarquista” (Friedman, 1984: 39).

⁷⁹ “A existência de um mercado livre não elimina, evidentemente, a necessidade de um governo. Ao contrário, um governo é essencial para a determinação das ‘regras do jogo’ e um árbitro para interpretar e pôr em vigor as regras estabelecidas. O que o mercado faz é reduzir sensivelmente o número de questões que devem ser decididas por meios políticos- e, por isso, minimizar a extensão em que o governo tem que participar diretamente do jogo. O aspecto característico da ação política é o de exigir ou reforçar uma conformidade substancial. A grande vantagem do mercado, de outro lado, é a de permitir uma grande diversidade, significando, em termos políticos, um sistema de representação proporcional. (...) É a essa característica que nos referimos quando dissemos que o mercado garante a liberdade econômica. Mas tal característica também tem implicações que vão além das estritamente econômicas. Liberdade política significa ausência de coerção sobre um homem por parte de seus semelhantes. A ameaça fundamental à liberdade consiste no poder de coagir, esteja ele nas mãos de um monarca, de um ditador, de uma oligarquia ou de uma maioria momentânea. A preservação da liberdade requer a maior eliminação possível de tal concentração de poder e a dispersão e distribuição de todo o poder que não puder ser eliminado - um sistema de controle e equilíbrio. Removendo a organização da atividade econômica do controle da autoridade política, o mercado elimina essa fonte de poder coercitivo. Permite, assim, que a força econômica se constitua num controle do poder político, então num reforço” (Friedman, 1984:23-24).

intervencionista, é preciso um novo poder estatal mais forte, capaz de neutralizar os reclamos por intervenções estatais. Diminuindo, portanto, as intervenções no campo econômico e social, sobem mais que proporcionalmente as atividades repressivas estatais, os gastos em polícia e exército. *A repressão policial libera, os gastos sociais escravizam*: este é o lema do novo Estado anti-intervencionista, que resulta ser em muitas partes simplesmente um Estado polícia. Nesse contexto Hayek considera inevitável a existência de poderes absolutos” (1991: 83).

V.3.B.e - O AVANÇO GLOBAL DA OFENSIVA NEOLIBERAL

As mudanças qualitativas ocorridas na transição dos anos 60/70 tornam-se evidentes a partir de um novo patamar do desenvolvimento das forças produtivas na economia capitalista mundial, o que demandou modificações nas relações de produção, especialmente nas de propriedade, assim como, no conjunto da superestrutura. Como parte constitutiva desse processo, criam-se características bem diferenciadas entre as economias dos países hegemônicos e as dos países subalternos do capitalismo. No entanto, a partir dessas transformações explicam-se as tendências privatistas e de redefinição do papel do Estado nos contextos societários nacionais.

A pesar da hegemonia do programa político neoliberal ter sido construída ao longo das décadas de 70 e 80, só quando os alvos de ataque dos neoliberais, entram em estado de crise terminal, é que esta vertente começa a mostrar - com maior nitidez - suas ofensivas. Por esta razão que a ofensiva neoliberal começa a se efetivar apenas a partir dos anos oitenta, isto é, quando a crise terminal do *Welfare State* concretiza-se e quando os Países do bloco socialista começam a dar os sinais de seu desabamento. Com efeito, na medida em que o alvo da ofensiva neoliberal é todo e qualquer proposta socialista contra a ordem do capital, o centro de seu ataque passou a ser o Estado de bem-estar.

Em 1979, com o governo Thatcher, realizou-se a experiência pioneira neoliberal em países do capitalismo avançado. No ano seguinte, em 1980, Reagan chegou à presidência dos EUA e pôs em prática o programa neoliberal. Em 1982, na Alemanha, Kohl derrotou o regime social liberal de Schimidt. Em 1983, a Dinamarca, modelo exemplar de estado de bem-estar escandinavo caiu na administração de Schuluter, integrante de uma coalizão claramente

direitista. Logo após, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também seguiram um claro processo de direitização.

O caso britânico foi, ao mesmo tempo, o pioneiro na implementação da política-econômica neoliberal em seu estado mais puro. Segundo Anderson:

“Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente - esta foi uma medida surpreendentemente tardia -, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado” (1996: 12).

Outras eram as particularidades da variante norte-americana:

“Nos Estados Unidos, onde quase não existia um Estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia. Deve-se ressaltar que, na política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria da sua gestão. Mas, decididamente, não respeitou a disciplina orçamentaria; ao contrário, lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes, envolvendo gastos militares enormes, que criaram um déficit público muito maior do que qualquer outro presidente da história norte-americana. Mas esse recurso a um keynesianismo militar disfarçado, decisivo para uma recuperação das economias capitalistas da Europa ocidental e da América do Norte, não foi imitado. Somente os Estados Unidos, por causa de seu peso na economia mundial, podiam dar-se ao luxo do déficit massivo na balança de pagamentos que resultou de tal política” (Ibid.:12-13).

Contudo, argumentos esclarecedores são fornecidos por Chomsky (1996a e 1996b) a respeito da tão propalada crise do *Welfare State* nos EUA. Segundo Chomsky, o *Welfare State* para os ricos funciona muito bem enquanto que as políticas sociais destinadas às camadas pobres se voltam para uma crise que parece não ter solução. O autor mostra que, no caso norte-americano, há uma forte presença do gasto público regulando e orientando o funcionamento dos mercados, além de demonstrar que a pretensa crise do *Welfare State* não

se dá nos termos que sempre são apontados. Com efeito, essa crise é uma ilusão na medida em que o capital e as classes dominantes têm sido permanentemente favorecidos por todo tipo de subsídios, transferências e concessões, o que permitiu efetivar a participação da burguesia no ingresso nacional. Em contrapartida, ela caiu com toda intensidade sobre os pobres, as minorias étnicas, as mulheres e as crianças, e em geral, as famílias norte-americanas que vêm sofrendo esta “guerra aos pobres” desatada desde quando Reagan assumiu, em 1980.

Assim, segundo Chomsky, a ideologia livremercadista de “duplo gume” implica “proteção estatal e subsídio público para os ricos, disciplina de mercado para os pobres”. Os gastos sociais destinados aos pobres são recortados - saúde, previdência social, educação, programas destinados às crianças, assistência social em geral, etc. -, enquanto que as políticas de *bem-estar* para a burguesia aumentam mediante reduções de impostos sobre o capital e os lucros, medidas fiscais regressivas e subsídios diretos (1996: 33).

Análoga dinâmica é produzida no nível global, de acordo com o lugar que os diferentes países ocupem na “nova ordem mundial”. Existem padrões diferentes de ajustes para o Norte e para o Sul. Apesar da ofensiva neoliberal, que tem compreendido políticas de privatizações nos países do capitalismo avançado, seus setores estratégicos ou com estruturas de mercado monopólicas ou oligopólicas tem permanecido com uma participação estatal dominante, que contrasta com a distribuição setorial das privatizações na América Latina, conforme mostraremos logo. Paradoxalmente, enquanto o Estado retira-se da produção na América Latina, de maneira simultânea, capitais estatais europeus são lançados para conquistar os espaços econômicos privatizados, sobretudo nos setores de serviços públicos (Urdaneta, 1997). No mesmo sentido vai a apreciação constatada por Dieterich: “A nível nacional, o livre mercado tem servido como meio para disciplinar e impor rigor aos setores econômicos débeis, enquanto que os principais grupos do capital são protegidos pelo Estado” (1996: 93).

Com outros matizes, foram implementadas as diretrizes neoliberais na maior parte da Europa. Ali, praticou-se um neoliberalismo mais cauteloso no sentido que, como estratégias principais, foi enfatizada a disciplina orçamentaria e as reformas fiscais, tentando evitar, em alguma medida, os ajustes brutais de gastos sociais, assim como, os enfrentamentos abertos

com as organizações sindicais. Não obstante, já era evidente a diferença entre esta “nova” política e as precedentes, peculiares à social-democracia.

Contudo, enquanto em uma grande parte dos países do norte do continente europeu, triunfavam os governos de direita, com seus particulares matizes de política de corte neoliberal, no sul da Europa, foram eleitos governos de esquerda, chamados de euro-socialistas. Tal foi o caso de Mitterrand, na França; González, na Espanha; Soares, em Portugal; Craxi, na Itália; Papandreou, na Grécia. A alternativa euro-socialista, no sul da Europa, apresentava-se como progressista, propugnando as reivindicações dos movimentos populares ou operários, enfatizando uma linha contrastante com as políticas neoliberais de Reagan, Thatcher, Kohl e as demais do norte europeu. Mas, como tentativa de governos social-democratas, a vertente política euro-socialista fracassou. Com efeito, em 1982 e 1983, o governo socialista na França, viu-se obrigado pelos mercados financeiros internacionais e seus aliados internos a reformular sua política drasticamente, voltando-se para uma estratégia tipicamente neoliberal, isto é, estabelecendo prioridades para a estabilidade monetária, a contenção do orçamento, concessões fiscais aos detentores de capital e renúncia à política de pleno emprego. Aos poucos, os países onde a linha chamada de euro-socialista tinha triunfado, foram se incorporando à agenda neoliberal.

As políticas neoliberais foram também acolhidas, de forma ainda mais dramática que as experiências pioneiras, nos países do outro lado do mundo. Tal é o caso da Austrália e da Nova Zelândia, como permite constatar o radical desmonte do seus respectivos Estados de bem-estar.

Já na entrada dos anos 90, momento em que os dois alvos dos neoliberais foram tirados do caminho, é que esta doutrina começa a ver sinais efetivos de recepção, provocando uma onda de direitização tanto em governos social-democratas do capitalismo avançado, em governos de países em vias de desenvolvimento e finalmente, com a queda do Muro de Berlim, a receita neoliberal é bem acolhida pela ex-União Soviética. A chamada crise do *Welfare State*, em um primeiro momento, e, logo em seguida, a do *socialismo real*, foram os determinantes chaves para a efetiva recepção dessa programática.

A agenda neoliberal passou a ser o ideário político dos países autoproclamados como “socialismo real” durante quase todo o século XX. A vitória do Ocidente na Guerra Fria, com o colapso de seu adversário comunista da Europa Oriental e da União Soviética, entre 89 e 91, cristalizou-se no triunfo de uma forma peculiar de capitalismo, aquele hegemônico pelas políticas de Reagan e Thatcher, nos anos 80. Os reformadores do Leste e planejadores da política-econômica pós-comunista eram - e são ainda - seguidores convictos de Hayek e Friedman, manifestando um claro menosprezo pelas políticas keynesianas, pelo Estado de Bem-Estar social e interventor, pela economia mista; enfim, por todo tipo de capitalismo semelhante àquele característico do pós-guerra. Os reformadores da ex-União Soviética estão aplicando programas de ajustes e de privatizações muitos mais cruéis do que aqueles que foram levados a cabo nos países do capitalismo avançado. As conseqüências de aumento da pobreza, da desigualdade e da fragmentação social nos países “pós-revolucionários” saltam à vista.

Segundo dados citados por Dieterich (1996), os Estados da ex-União Soviética, tem sofrido, logo após de sua democratização ocidental e da implementação dos programas neoliberais, um notável processo de “terceromundização”, que tem aproximado suas estruturas sociais e demais parâmetros, ao *status quo* imperante nos países latino-americanos. Por exemplo, os salários reais caíram na Bulgária entre 1990 e 1993, em 30,8%; na Polônia, em 28%; na Rússia, em 35,7% e, na Ucrânia, em 54,2%. O Produto Interno Bruto reduziu-se no mesmo período, na Bulgária, em 25,9%; na Polônia, em 17,5%; na Rússia, em 30,4% e, na Ucrânia, em 24,6%. A contra-revolução ataca fortemente a classe operária: em todos os países que integravam a ex-União Soviética, tem-se recortado, drasticamente, desde 1991, os pagamentos do seguro-desemprego, de tal modo que somente por volta de 30 - 40% dos desempregados têm direito aos pagamentos que por sua vez apenas representam 30% do salário médio. Esses dados são indicativos da expressão de Kiva Maidanik (1996), quando analisa a transformação capitalista da Rússia através da implementação das receitas neoliberais mais ortodoxas, e diz: “Estamos caindo do Terceiro para o Quarto Mundo”.

Outro campo de experiências neoliberais é constituído na América Latina. A crise da dívida externa, que foi a evidência mais dramática da dependência da região em relação aos centros financeiros transnacionais, tornou-se o catalisador da reestruturação neoliberal. Assim,

propugna-se um novo reformismo do capitalismo periférico para fazê-lo compatível com o novo padrão mundial de reprodução do capital.

Embora o neoliberalismo na América Latina tenha se originado a partir de 1973⁸⁰, no Chile administrado pela ditadura de Pinochet (isto significa, quase uma década antes de Thatcher, na Inglaterra); os anos 80 - “década perdida” na América Latina pela imposição dos programas de ajuste estrutural -, e, mais enfaticamente, os 90, são chaves para entender o processo seguido pelo projeto neoliberal na região.

A ditadura de Pinochet no Chile foi a primeira experiência sistemática de neoliberalismo na América Latina. No Chile, o programa neoliberal foi imposto pela mais sangrenta ditadura da sua história. A ditadura de Pinochet começou com um duro programa que se objetivou em desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos estratos mais privilegiados e uma onda de privatizações do patrimônio público. Tudo isto, complementado com a instauração de uma longa, sistemática e cruel ditadura militar.

No Chile, país pioneiro em termos de privatizações na América Latina, elas se realizaram até os anos 80, em duas etapas bem definidas: a primeira compreendeu o período 1974-1981, e a segunda, o período 1985-1989. Durante o primeiro período privatizaram-se, (mediante vendas ou devoluções aos seus antigos donos) mais de 200 empresas de bens negociáveis no mercado internacional e de serviços financeiros. No segundo período, venderam-se entidades, até esse momento, consideradas “estratégicas”, como as grandes empresas de serviços públicos ENDESA e a Companhia de Telefones. Produto disso, o Chile reduziu o número de empresas estatais de 202, em 1973, para só 35 em 1992, e diminuiu sua participação no PIB, de quase 40%, para 14% (Urdaneta, 1997: 72).

Contudo, segundo Borón (1996b), em pelo menos três aspectos cruciais o processo chileno afasta-se das recomendações estipuladas pelo *Consenso de Washington*⁸¹: 1) Não

⁸⁰ Na realidade, poderíamos dizer que as experiências neoliberais começam a ter prática real nos anos 60 e 70 em vários países do Cone Sul, sob ditaduras militares. Mas, a partir dos anos 80, converte-se praticamente na doutrina oficial e sistemática da América Latina.

⁸¹ O *Washington Consensus*, expressão cunhada pelo economista John Williamson, do *Institute for International Economics* (IIE), tornou-se mundialmente conhecida para expressar a proposição da comunidade financeira internacional - sob o comando do FMI e do BIRD - em ajustar as economias dos países periféricos às novas exigências dos países do capitalismo avançado ao processo de reestruturação produtiva e de reordenamento dos mercados, no

privatizou a empresa estatal mais importante do país, que continua gerando, aproximadamente, a metade de todas as rendas, via exportações; 2) ao contrário de reduzir o gasto público e o tamanho do Estado, ampliou-os; 3) estabeleceu rigorosas regulações para impedir o livre fluxo do capital financeiro, razão pela qual pôde prevenir, em grandemedia, o efeito devastador que o chamado “efeito tequila” teve em economias como a argentina e a brasileira, caracterizadas pela grande liberalidade de suas transações financeiras.

A Bolívia foi outra experiência piloto de neoliberalismo na América Latina - com uma variante neoliberal “progressista”, para usarmos a expressão de Anderson - induzida “democraticamente” e justificada para deter a hiperinflação, que chegou ao seu limite em 1985. Com o ex-caudillo Víctor Paz Estenssoro (convertido ao neoliberalismo, assim como Menem na Argentina) e contando com o assessoramento de Jeffrey Sachs - artífice não só do “milagre” econômico boliviano, mas, também, daquele que levara à prática Boris Yeltsin na Rússia - o governo da Bolívia aplicou fielmente as recomendações contidas no *Consenso de Washington*. Assim, a economia boliviana conseguiu controlar a inflação, ao preço de enormes custos sociais para o conjunto da população. O crescimento tem sido muito lento e sem superar os níveis prévios ao colapso da crise da dívida externa. O atraso social e econômico característico de um país como a Bolívia - e sua mínima interferência econômica no contexto latino-americano - impedia que esta experiência, realizada ao contrário do Chile e do México, no marco de uma democracia capitalista, adquirisse traços exemplares em termos propagandísticos, a partir da perspectiva dos ideólogos da comunidade financeira internacional.

plano internacional. Logo de infrutíferos programas de ajustes estruturais aos quais foram submetidas as economias latino-americanas, durante os anos 80, evidenciou-se que o pagamento da dívida externa não podia realizar-se, simplesmente, com o incremento das exportações. No final da década, articulou-se o chamado *Consenso de Washington*, doutrina compartilhada pelos governos dos EUA e dos países capitalistas industrializados, pelos organismos financeiros multilaterais, e evidentemente, pelas elites e burguesias latino-americanas transnacionalizadas, de como enfrentar a reestruturação das economias. A reforma do setor de empresas públicas, e em especial, a privatização, adquirem uma importância central no *Consenso*. O *Consenso de Washington* é, na atualidade, um conjunto abrangente de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, visando obter o apoio político e legitimação econômica dos governos dos países centrais do capitalismo e dos organismos internacionais. Trata-se, também, de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes. Nesse sentido, o *Consenso de Washington* atinge três objetivos fundamentais: 1) plano de estabilização da economia (corte no déficit público, combate à inflação) mediante um processo de dolarização da economia; 2) reformas de caráter estrutural, com redução do Estado através de programas de privatizações, desregulação dos mercados e liberalização financeira e comercial e, 3) abertura internacional da

Tanto o Chile, quanto a Bolívia, eram experiências “neoliberais” isoladas até o final dos anos 80. Porém, a virada latino-americana ao neoliberalismo foi também um claro efeito dominó: ela se efetivou em 1988, no México, com a presidência de Salinas; seguida pela posse de Menen, na Argentina, em 1989; da segunda presidência de Perez, no mesmo ano, na Venezuela; da eleição de Fujimori, no Perú, em 90; e da posse de Collor e, posteriormente, de Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, em 94.

O Chile e o México, os dois casos mais ressaltados pela propaganda neoliberal, estavam fora dos parâmetros da “democracia formal”, condição que se supunha, deveriam caracterizar os governos que pretendiam promover as liberdades econômicas. Portanto, pelo fato de não reunir a condição de estar em um contexto “democrático”, o Chile e o México deixaram de se apresentar, para os organismos disciplinadores internacionais, como casos exemplares, na medida que comprometia seriamente sua capacidade de se tornarem modelos dignos de ser emulados, envolvendo deste modo, também, os próprios princípios do *establishment*.

No México, a reforma neoliberal foi levada a cabo por um governo com rótulo democrático, tão pouco convincente como o que caracterizava Carlos Salinas de Gortari e o Partido Revolucionário Institucional. Os frustrantes êxitos da implementação das receitas neoliberais tornaram-se evidentes com o colapso do peso mexicano, em dezembro de 1994; e a emergência da guerrilha chiapaneca, motivo pelo qual o México deixou de ser outra das experiências bem sucedidas de neoliberalismo, propagandeadas pelos organismos financeiros internacionais.

Não obstante, em termos de redução dos espaços econômicos que o setor produtivo estatal ocupava, é notável e, nesse sentido, o México tem se tornado um referente a respeito dessa questão. O processo de privatizações que tinha começado, de maneira incipiente, no período 1982 - 1988, acelera-se com Salinas de Gortari, de tal maneira que, já em 1991, o montante delas superava os ativos privatizados na Argentina, no Brasil e no Chile, juntos. De 1155 empresas estatais existentes em 1982, se sobraram 221 em 1993. Em 1982, o setor público produtivo gerou 14,3% do PIB e, em 1990, diminuiu sua participação para 12,7%.

economia para atrair investimentos estrangeiros e possibilitar a retomada do crescimento econômico (Ver: Tavares e Fiore, 1996; Urdaneta, 1997; Chomsky, 1996).

Durante 1982-1988, a privatização concentrou-se em empresas médias e pequenas, mas durante o período 1989-1991, 88% das privatizações realizaram-se nos setores bancários, de transporte aéreo e telecomunicações, onde operam firmas de grande tamanho em mercados monopólicos e oligopólicos (Urdaneta, 1997: 68 e ss.).

Segundo Anderson (1996), das quatro experiências viáveis da década de oitenta (aqui não está considerado ainda o Brasil), pode-se dizer que três registraram êxitos (desde o ponto de vista neoliberal, é claro) a curto prazo, tal é o caso de México, Argentina e Peru. A Venezuela teria fracassado na implementação das políticas neoliberais, pois, conforme o autor, a diferença entre Venezuela e os outros três países é significativa:

“A condição política da deflação, da desregulamentação, do desemprego, da privatização das economias mexicana, argentina e peruana foi uma concentração de poder executivo formidável: algo que sempre existiu no México, um regime de partido único, com efeito, mas Menem e Fujimori tiveram de inovar na Argentina e no Peru com uma legislação de emergência, autogolpes e reforma da Constituição. Esta dose de autoritarismo político não foi factível na Venezuela, com sua democracia partidária mais contínua e sólida do que em qualquer outro país da América do Sul, o único a escapar de ditaduras militares e de regimes oligárquicos desde os anos 50. Daí o colapso da segunda presidência de Carlos Andrés Perez” (Ibid.: 21).

Contudo, é preciso salientar que foram poucos os países da América Latina que aplicaram um modelo de ajuste neoliberal tão ortodoxo como aquele que propiciou o governo de Menem, em um contexto político institucional que - apesar dos níveis de corrupção e das múltiplas limitações - pode se caracterizar como um capitalismo “democrático”. A partir do governo de Menem, executa-se o programa de privatização mais ambicioso da América Latina. Conforme dados analisados por Urdaneta (1997), na Argentina, durante 1976-1983, a privatização de empresas públicas constituiu um componente retórico do modelo neoliberal instaurado pela ditadura. Porém, a reforma do setor de empresas públicas foi demasiado contraditória: até 1980, a privatização de empresas equivalia a só 300 milhões de dólares, enquanto que passaram sob controle estatal, no mesmo período, ativos por 3 bilhões. Durante a presidência de Alfonsín, as privatizações não foram uma prioridade e consistiram, fundamentalmente, no retorno de empresas que, antes, haviam sido privatizadas. Entre 1990 e 1992 - sob o governo de Menem, desde 1989 -, privatizaram-se as principais empresas

públicas, que incluíam as de serviços públicos; e, em 1993, Yacimientos Petrolíferos Fiscales. As efetuadas nos setores de transporte aéreo, terrestre e telecomunicações representaram o 62% do total entre 1988-1991.

Segundo Borón (1996a), o que atribui especial transcendência ao caso argentino foi ter despertado o entusiasmo propagandístico da comunidade financeira internacional, isto é, a grande banca credora, o FMI, o Banco Mundial e a todo o conjunto que envolve os intelectuais orgânicos do neoliberalismo. Trata-se, em primeiro lugar, de uma das maiores e mais complexas economias da América Latina, onde, em segundo lugar, um governante - como é o caso de Menem - com impecáveis antecedentes populistas, abraçou o neoliberalismo e aplicou, com uma fidelidade assombrosa, a receita do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, com uma radicalidade e rapidez poucas vezes vistas em qualquer economia do mundo. E, terceiro lugar, conseguiu-se deter a hiperinflação e estabilizar a economia (como na Bolívia) mas, diferentemente desta, com uma vigorosa recuperação no ritmo de crescimento no período 1991-94. Finalmente, a Argentina é a única das maiores economias latino-americanas onde o ajuste neoliberal foi aplicado em um marco democrático, e onde o governo demonstrou que, apesar desse programa, podiam-se seguir triunfando nas eleições, tal como haveria de se verificar em numerosas oportunidades, incluindo a reeleição de Menem em 1995.

Na Argentina, com maior intensidade, as privatizações têm sido utilizadas como instrumento de redução da dívida externa: no período 1990-1992, resgataram-se bônus que equivaliam a 19% da dívida externa do setor público de 1988⁸².

Se fizermos um balanço do neoliberalismo na Argentina, é possível constatar a regressão qualitativa que sofreu a sociedade civil deste país. Segundo dados oficiais do INDEC (Instituto Nacional de Estadísticas y Censos), existe em 1997, um paradoxo aparente que se traduz no fato de que diminuiu o desemprego e, ao mesmo tempo, cresce a pobreza. A questão está em como explicar que este processo “paradoxal” acontece em um contexto de queda da taxa de desemprego aberta que passou de 16,1% em maio de 97 para 13,7% em outubro desse mesmo ano. Assim, o que se apresenta como um paradoxo - maior pobreza com menor desemprego - na verdade, é o resultado das metamorfoses no mercado de trabalho, baseada na precarização

crescente - isto é, contratos temporários entre dois e seis meses, com baixa qualificação, sem cobertura de legislações sociais, e com salários extremamente baixos.

Segundo o informe anual da CEPAL de 1997, a distribuição da renda segue em poucas mãos, e, apesar do crescimento da economia, o desemprego subiu mais ainda desde a crise cristalizada no chamado “efeito tequila”. Este texto indica que: “(...) durante os anos 90 se tem mantido ou acentuado, a alta concentração na distribuição da renda que caracteriza à maioria dos países da América Latina”, o que determina, entre outras coisas que a região seja considerada, no contexto mundial, uma das mais concentradoras de renda e minimizadoras de direitos sociais. De acordo com este informe, a Argentina, não escapa a esta tendência regressiva e é considerada pela CEPAL como “o país em que melhor se cristaliza o efeito dessas reformas”.

A CEPAL considera que existem fatores estruturais que condicionam esta negativa distribuição da renda. Esses fatores são: elevada concentração dos patrimônios, o que determina uma reprodução das desigualdades e uma diferenciação das oportunidades futuras de bem-estar. Se a maior parte da renda são apropriadas por uma pequena franja da população, a concentração da riqueza é ainda mais forte. Enfim, o documento aponta que estes fatores indicam uma quase ausência de mobilidade social ascendente para as classes subalternas na América Latina.

No Brasil, que se somou tardiamente à onda privatizadora neoliberal, entre 1991 e 1994, ingressaram 8607,1 milhões de dólares por privatizações procedentes, fundamentalmente, das vendas de ações e empresas públicas nos setores de produção de aço, petroquímica e fertilizantes. Em 1995, aprovou-se a Lei de concessões que possibilita novos espaços ao investimento privado em Eletricidade, Telecomunicações, Transporte e Aquedutos, e projetou-se um ambicioso programa de privatizações (Urdaneta, 1997). Produto desse projeto, acaba de ser realizada a privatização mais bilionária da história: a da empresa de Telecomunicações, TELEBRAS.

⁸² Cf., para maiores detalhes, Basualdo (1993); citado por Urdaneta (1997: 80).

A partir de estudos realizados sobre o efeito da privatização no aumento da concentração e do poder econômico dos principais grupos privados nacionais, tem-se mostrado que as privatizações têm sido um instrumento poderoso na concentração do poder econômico das maiores empresas privadas nacionais. No caso do México e da Argentina esse fenômeno torna-se bastante evidente.

Em síntese, a partir de alguns exemplos citados é possível constatar o resultado da experiência neoliberal nos países subalternos do capitalismo. Segundo Urdaneta (1997), nos programas de ajustes, a privatização constitui o componente principal da reforma do setor público, com todas as conseqüências que lhe são inerentes. De 1987 em diante, a privatização tornou-se o principal componente dos programas de reestruturação e, já em 1995, não existia praticamente na América Latina um único país que não tivesse empreendido um programa de privatizações.

Todas estas experiências mostram a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia. Em um primeiro momento, somente governos explicitamente de direita radical puseram em prática as idéias da *Société du Mont Pélérin*. Logo, os países de tradição social-democrata abriram mão de suas conquistas e apropriaram-se da agenda neoliberal. Os países que durante quase um século formaram parte do bloco coletivista de Estado foram conquistados para as receitas neoliberais com uma fidelidade assombrosa. Finalmente, os países da América Latina, viram-se forçados a aceitar as diretivas do Banco Mundial e do FMI, aceitando o ajuste estrutural e a nova onda neoliberal em seus territórios. A pouco mais de meio século de distância do Acordo de *Bretton Woods* e, portanto, do nascimento das duas instituições que velam pelo capitalismo mundial, isto é, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, é possível avaliar o papel que estas entidades jogaram na economia global e, muito especialmente, nos países subalternos capitalistas. Essas duas entidades cumpriram, e continuam fazendo nos dias atuais, uma função fortemente “disciplinadora” da economia capitalista internacional. Seu poder, de fato, aumentou consideravelmente a partir da década de 80, quando os países subalternos sucumbiram diante do peso combinado da recessão e da crise da dívida. Foram assim, impostos os famosos programas de austeridade e de ajuste estrutural. O ajuste estrutural está cristalizado em um processo de interação e adaptação das economias

nacionais às novas condições da economia mundial, no qual a reformulação do papel do Estado tem sido um dos eixos da reestruturação econômica. Porém, cabe salientar que tal processo está muito longe de ter um caráter neutro. Ajuste estrutural significa, para América Latina no contexto da “nova/velha” (des)ordem mundial, uma transformação em função de um capitalismo extremo, capaz de transferir aos países do capitalismo desenvolvido um máximo de excedentes. Assim, a intensidade e a composição das reformas estruturais, e o grau de independência na sua execução, têm estado em função das condições peculiares a cada uma das economias nacionais e, sobretudo, do lugar que lhes corresponde na nova ordem mundial. Por esta razão é que a função ideológica e a potencialidade disciplinadora do BM e do FMI foi eficaz, sobretudo, na periferia: na América Latina e na África, muito menor do que na Ásia e nula nas economias do capitalismo desenvolvido. O que pretendemos mostrar nas páginas precedentes é o caráter assimétrico das políticas de ajustes, na medida em que, de fato, políticas de ajuste estrutural têm-sido efetuadas em todos os países: nos países do capitalismo desenvolvido, têm-se implementado de maneira relativamente independente, e, por sua vez, com certo grau de coordenação entre eles; mas, por outro lado, nos países periféricos e subalternos, estas políticas de austeridade foram impostas pelas agências oficiais internacionais de financiamento, e subordinadas aos interesses dos países industrializados e da parte transnacionalizada da burguesia doméstica. Nesse sentido é que a principal peculiaridade do ajuste é seu caráter assimétrico, na medida em que existe um ajuste para o Norte e outro para o Sul.

Conforme coloca Urdaneta (1997), um enfoque convencional do ajuste estrutural é composto basicamente por três preceitos: 1) liberalização e abertura econômica exterior (para bens, serviços, capital, tecnologia e informação); 2) absolutização do mercado e redução da intervenção direta do Estado no processo econômico; 3) privatização de empresas públicas e de atividades desempenhadas pelo Estado, e reforma na gestão das empresas públicas para fazê-las funcionar com critérios similares às privadas.

É possível constatar que o projeto neoliberal ainda continua a demonstrar uma vitalidade e vigor impressionantes, na medida em que sua dinâmica está longe de se manifestar como esgotada.

A prioridade mais imediata das políticas neoliberais era freiar a grande inflação provocada pela crise gestada entre os anos 60 e 70, pois a deflação seria a condição necessária para a recuperação dos lucros. Parece que, nesses aspectos, as receitas surtiram efeitos, embora a estabilidade conseguida fosse só aparente, como é possível constatar no contexto dos países latino-americanos. Nos países da OCDE, a taxa de inflação caiu de 8,8% para 5,2%, entre os anos 70 e 80, e a tendência de queda continua na década de 90. A respeito da taxa de lucro das indústrias dos países da OCDE, ela tinha caído em cerca de 4,2% nos anos 70. Nos anos 80, aumentou 4,7%. Essa recuperação foi notável, se considerarmos os países da Europa Ocidental como com todo, de 5.4 pontos negativos para 5.3 pontos positivos (Anderson, 1996).

O que é preciso salientar aqui é o dramático custo dessa recuperação do capital. O custo das transformações do capitalismo foi bancado pelos trabalhadores, pois levar à prática as receitas neoliberais para a recuperação dos lucros e para conseguir a estabilidade monetária, implicou, decisivamente, a derrota do movimento operário e de suas organizações sindicais, cristalizada na queda drástica do número de greves durante os anos 80, e uma notável contenção dos salários. Eis aqui o terceiro êxito do neoliberalismo: o crescimento incessante das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente. A taxa média de desemprego nos países da OCDE, que havia ficado em torno de 4% nos anos 70, pelos menos duplicou na década de 80. A tendência é o incremento nos anos 90. Como consequência, os níveis de desigualdade aumentaram significativamente nos países da OCDE. A tributação dos salários mais altos caiu 20%, em média, nos anos 80, e os valores das bolsas aumentaram quatro vezes mais rapidamente do que os salários (Ibid.).

Através dos intelectuais orgânicos coletivos do capitalismo contemporâneo - tendo como Comitê Central o G7 (EUA, Alemanha, Japão, Inglaterra, Itália, França e Canadá), e como estrutura jurídica, no aspecto econômico: o BM, o FMI, a OCDE e a OMC; no aspecto político: a ONU e o Conselho de Segurança; no social-ideológico, aqui a ONU também exerce seu papel, a Assembléia Geral, a UNESCO, a PNUMA, o PNUD e a OIT e, finalmente, no aspecto militar, a OTAN - é possível ver o grau de sofisticação que atinge, nos dias de hoje, o controle global da mais-valia. Os países subalternos - tais como a Europa Oriental, a Ásia, a

África e a América Latina - são submetidos à ditadura comandada pelo imperialismo norte-americano. Os programas de ajuste estrutural impostos aos países do Terceiro Mundo são uma clara expressão do domínio político-militar e econômico do totalitarismo imperial. Mediante a direção intelectual e moral das instituições que velam pela nova (des)ordem mundial, os países imperialistas impõem sua estratégia passivizadora - via prolongados programas de austeridade e de ajuste estrutural: recorte nas políticas de saúde, educação, assistência social, seguridade social, etc.; privatizações de empresas públicas, desregulamentação financeira, políticas que comprometem a dinâmica do mercado interno, etc. - visando recompor a subalternidade política dos países dependentes, assim como do conjunto das classes trabalhadoras. A restauração da hegemonia do capital realiza-se, portanto, através de drásticos recortes nos gastos sociais e, o que é proeminente, mediante a recomposição do domínio do capital financeiro transnacional sobre os eventuais rumos autônomos dos diferentes estados nacionais. Com efeito, as estratégias cristalizadas na ofensiva neoliberal constituem um claro mecanismo contra-revolucionário, em escala planetária, que funciona como contratendência às estratégias políticas das classes subalternas. Isto se efetiva na medida em que os programas de ajuste estrutural não somente têm como consequência um processo de empobrecimento acentuado para as classes subalternas do planeta e, em decorrência, um maior abismo entre pobres e ricos, como visa também, neutralizar a capacidade de organização e de resistência das classes trabalhadoras. Recompõe-se, assim, as bases sociais, materiais e simbólicas da subalternidade política das classes trabalhadoras, em escala global.

O processo da barbarização inicia-se quando o Estado se torna totalitário, isto é, absorvendo a Sociedade Civil, tal como aconteceu com o fascismo e o estalinismo, ou quando perde suas funções civilizadoras e reguladoras do bem-estar da coletividade, tornando-se, assim, simples complemento executor de uma instância superior, como o “mercado”, como está acontecendo com a sistemática ofensiva neoliberal de nossos dias.

Um Estado cuja força é posta em prol dos interesses das minorias dominantes, que protege a burguesia dos rigores do mercado e implementa o terror do “mercado livre” contra as classes subalternas está propiciando o caminho à barbárie. Até quando a democracia poderá

resistir a semelhante barbárie, objetivada na crescente exclusão social e iniquidade estrutural do neoliberalismo global, clara forma de exploração atual da burguesia?

O que estas quase duas décadas de hegemonia neoliberal deixa como legado é uma sociedade heterogênea e fragmentada, marcada por profundas desigualdades de todo tipo - classe, etnia, gênero - que foram bruscamente acentuadas pela implementação daquelas políticas. Enfim, uma sociedade onde a análise das classes sociais e dos conflitos entre capital e trabalho, é mais válida do que nunca, na medida em que o capitalismo atinge, nos dias de hoje, a mais sofisticada e a mais selvagem forma de organização econômica-social.

O triunfo do neoliberalismo em resposta à crise do capital neste final de século pode ser entendido, conforme colocamos mais acima, pela crise da estratégia do *Welfare State* e, fundamentalmente, pela crise de direção intelectual e moral do pensamento de esquerda, em decorrência da implosão da ex- União Soviética, como referencial da alternativa socialista. Foram eventos políticos de grande relevância e determinantes do contexto histórico contemporâneo, na medida em que contribuíram decisivamente para efetivar esta nova ofensiva do capital contra as classes subalternas. Perante estes acontecimentos críticos chaves para os que se colocam a alternativa socialista, o neoliberalismo tem mostrado a capacidade de apresentar-se como a única alternativa viável e possível.

Nestas duas décadas de experiência neoliberal, o que ele tem evidenciado é que embora a estratégia do Estado Mínimo para os pobres e Mercado Máximo para os ricos não consiga superar a crise estrutural do capitalismo, esta doutrina tem conseguido fazer conquistar as massas e cooptar os intelectuais, fazendo com que muitos destes, outrora críticos da ordem do capital, passem a acreditar em sua inevitabilidade e em sua inexorabilidade. Portanto, a pretensa inexorabilidade da hegemonia neoliberal global constitui-se, nesse fim de século, na questão mais emblemática engendrada pela proliferação desenfreada do avanço da barbárie - intrinsecamente sacrificial - capitalista sobre as diferentes esferas de seu domínio, tanto intelectual, como moral, assim como, das formas mais flagrantes de seu domínio econômico.

V.3.B.f- A REESTRUTURAÇÃO PASSIVIZADORA DAS FORÇAS PRODUTIVAS

À ofensiva do capital penetrou e continua a penetrar a própria esfera da produção imediata. A constatação de Gramsci de que “*a hegemonia nasce da fábrica*” atualiza-se de maneira assombrosa nos dias de hoje. A articulação complexa entre reestruturação produtiva e reformulação da organização da vida estatal em termos de implementação de políticas neoliberais constituem as facetas fundamentais da restauração do capitalismo contemporâneo. Portanto, o que pretendemos mostrar, ao longo deste estudo, é a unidade orgânica existente entre forças produtivas e aparelhos de hegemonia. De forma mais concreta ainda, entendemos o capitalismo contemporâneo como um complexo onde estão articuladas duas esferas diferenciadas mas, ao mesmo tempo, indissolúveis: a esfera da política, onde se cristaliza a hegemonia neoliberal, e a reestruturação produtiva em curso que se acha identificada à hegemonia no nível das forças produtivas. Esses processos não podem ser separados nem separáveis porque integram - na realidade empírica - a totalidade da forma que assume na contemporaneidade, a reorganização da vida estatal no nível planetário, isto é, a restauração da ordem hegemônica do capitalismo neste fim de século. Constituem-se em esferas integradas, na medida em que a estratégia de recomposição da subalternidade política e econômica das classes trabalhadoras materializa-se nas profundas mutações no interior da esfera do Estado (entendido no sentido gramsciano, sociedade civil + sociedade política); o que leva, por sua vez, a um conjunto de alterações nos processos de produção imediata, mercados de trabalho, composição orgânica da força de trabalho, modalidade de resistência operária, assim como, de suas formas de representação sindical e política, maneiras de intervenção do aparelho estatal, em sentido restrito. Com efeito, a coluna vertebral da atual hegemonia do mercado constitui-se, fundamentalmente, na ofensiva do capital na esfera da produção imediata. Nesse sentido, a reestruturação produtiva em curso só pode ser entendida no contexto mais amplo das estratégias políticas contemporâneas criadas pelas classes dominantes, tais como a crescente desregulamentação dos direitos trabalhistas, a privatização dos patrimônios e empresas estatais, o corte de políticas sociais, a progressiva quebra dos sindicatos, entre outras ofensivas.

É possível constatar que, ao longo da história do capitalismo, nos períodos de crise orgânica, ele dá mostras da sua capacidade de se reciclar de maneira quase impressionante.

Assim, as classes dominantes buscam recompor as bases que dão sustento às formas de subalternidade política, via um conjunto de mudanças que têm um caráter essencialmente reformista.

O capitalismo contemporâneo é produto, fundamentalmente, do conjunto das estratégias privadas de grandes grupos industriais e financeiros que objetiva a recomposição/restauração do capital, perante seu processo de crise orgânica no nível mundial. Nesse sentido, a ordem hegemônica contemporânea - sob a forma de revolução passiva - é cristalizada por duas dimensões da ofensiva do capital que estão plenamente compenetradas entre si, mas podem ser metodologicamente separáveis: uma delas é o recrudescimento das políticas neoliberais; a outra está identificada ao conjunto de mudanças tecnológicas e organizacionais no chamado “mundo do trabalho. Ambas as ofensivas estão flagrantemente focalizadas às classes subalternas. O que faz de ambas as ofensivas uma unidade orgânica é que ela implica, necessariamente, um programa complexo que demanda uma reformulação das formas de organização da vida estatal em seu conjunto.

Recompõem-se as bases de hegemonia do capital a partir de inovações tecnológicas e organizacionais no interior da ordem do capital. Reformula-se o papel do Estado na forma necessária para conseguir sustentar as falhas do mercado. Ao mesmo tempo, o desengajamento do Estado em relação às políticas sociais coexiste com intervenções específicas que, embora seletivas, continuam a ser relevantes para a preservação da institucionalidade capitalista. A implementação de políticas neoliberais objetivam quebrar e deslegitimar as formas de representação sindical e política do movimento operário, restaurando dessa forma, o princípio de universalidade das formas de domínio do capital. Assim, a hegemonia do mercado contemporâneo, que, na atualidade, toma uma clara forma de revolução passiva no sentido gramsciano, tem como suporte fundamental a chamada reestruturação produtiva em curso. Recompõem-se assim, os termos das relações classistas e a relação das classes com o conjunto das formas de organização da vida estatal. Eis aqui a guerra de posição imposta pelo capitalismo contemporâneo ao coletivo das classes subalternas. Nas palavras de Dias:

“A crise geral das décadas 70 e 80 rompeu o compromisso do *welfare state*. Agora, na resposta à esta crise, o capitalismo busca livrar-se das grandes

conquistas sociais que fora obrigado a aceitar face ao avanço da alternativa socialista. Na busca de soluções para a crise, caracterizada de forma multifacetada pelos diversos movimentos em luta, o capitalismo, face ao desmonte objetivo das experiências ditas socialistas, reciclou-se muito mais rapidamente. O capitalismo articula e põe em cena a passivização da Ordem do Capital: trata-se da revolução passiva como conjunto de medidas de contratendências e articulação da “nova”/velha institucionalidade. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva são suas estratégias e constituem uma unidade indissolúvel” (1997 b: 108 - 109).

Braga expressará a mesma idéia nos seguintes termos:

“A reação do capital assume um aspecto essencialmente restauracionista. A principal tarefa das classes dominantes passa a ser a de erigir contratendências para retardar as conseqüências da tendência à queda da taxa de lucros. Nesse processo, deve-se intensificar os métodos de trabalho, modificar as formas de vida operária, multiplicar o desenvolvimento das forças produtivas e, principalmente, engendrar as bases políticas e sociais de uma iniciativa que permita às classes dominantes apresentarem seus interesses particulares como universais, isto é, válidos para todas as classes. A capacidade hegemônica, política e cultural da burguesia radica em sua estratégia de absorver as bandeiras de luta dos adversários históricos, integrando à sua própria racionalidade importantes elementos da concepção e necessidades do novo protagonista, assimilando elementos de seu programa e parte de seus intelectuais, via o processo de *transformismo*” (1997 a: 175).

Desta forma queremos mostrar que a atual ordem hegemônica - cristalizada no neoliberalismo, no nível da organização da vida estatal e política e a reestruturação produtiva em curso, no nível das forças produtivas - é produto de um claro processo de revolução passiva, no sentido gramsciano.

Nas suas notas dos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci tinha indicado de forma clara que a guerra de posição imposta pelas classes dominantes às classes subalternas no “Ocidente” achava-se identificada a elementos e processos tais como a racionalização da esfera produtiva, programação estatal da economia capitalista, desenvolvimento de novas formas de controle das massas, dando lugar, assim, a um processo de recomposição das bases sociais, simbólicas e materiais da subalternidade política. É nesse sentido que a guerra de posição na contemporaneidade objetiva-se em um processo de passivização das conquistas e reivindicações históricas das classes subalternas produzidas em um contexto identificado,

fundamentalmente, pelo antagonismo entre os blocos capitalista e coletivista de Estado, pela emancipação colonial e, em decorrência, pelo horizonte revolucionário no interior dos diferentes Estados capitalistas; tudo isto, combinado a um processo de dinamização do capitalismo como sistema mundial de produção, de intercâmbio e de consumo.

V.3.B.g- A SUBALTERNIDADE OBJETIVA E SUBJETIVA DAS CLASSES TRABALHADORAS DECORRENTES DA RESTAURAÇÃO CAPITALISTA.

O que pretendemos mostrar neste ponto é que a proliferação das tecnologias de base microeletrônica, robótica, etc., combinada com inovações organizacionais no nível da produção imediata, visa - com a mesma lógica de métodos de produção precedentes - restaurar as formas de controle sobre o processo de trabalho, por parte dos capitalistas, para garantir a crescente valorização do capital.

Tal como desenvolvemos no capítulo II, o taylor-fordismo quebrou um tipo de trabalhador: aquele identificado com o trabalhador qualificado de ofício. Antes, a Revolução Industrial tinha, tendencialmente, eliminado o trabalhador-artesão. Com a mesma lógica, são dirigidas as inovações técnico-organizacionais e os níveis de sofisticação na produção. O capital subsume o saber-fazer do trabalhador estabelecendo novas formas de controle sobre o processo de trabalho, revestidas de uma aparência na qual os trabalhadores conseguiram, finalmente, integrar concepção e execução. Isto vai acompanhado de transformações na vida cotidiana e na própria subjetividade dos trabalhadores, tal como Gramsci o constatou com o advento dos métodos de controle taylor-fordistas. Hoje, com muita clareza, os novos métodos de trabalho estão determinando o “novo homem” e a “nova mulher” conforme as novas exigências de valorização do capital. Os novos métodos de trabalho, não podem desligar-se de uma forma determinada de viver e de conceber a vida.

Do mesmo modo, não podemos deixar de considerar as múltiplas facetas que esconde a estratégia de passivização das forças produtivas. Para além das variadas tecnologias introduzidas e as inovadoras reformulações organizacionais no nível do chão-de-fábrica, a ofensiva do capital na produção cristaliza-se na crescente desregulamentação trabalhista; na recomposição da relação salarial; no combate às formas de representação sindical e política em decorrência do debilitamento do poder objetivo da classe operária devido às altas taxas de

desemprego estrutural. Portanto, as mudanças mais relevantes que evidenciam uma guerra de posição orientada contra o conjunto das classes subalternas são: um processo crescente de des-salarização e expansão do trabalho por conta própria; uma maior fragmentação das ocupações em termos de incorporação desigual de conhecimento científico e tecnológico nos postos de trabalho; um recuo na regulação do Estado, no que diz respeito aos sistemas normativos e legais que estruturavam as relações entre capital e trabalho (isto se objetiva em crescente desregulação, flexibilização laboral e precarização da força-de-trabalho); uma distribuição cada vez mais concentrada da renda e a fragmentação do salário no interior de cada setor. É possível constatar uma clara desvalorização da força de trabalho. Vale lembrar que a desvalorização da força de trabalho tem sido uma histórica resposta do capital à queda da taxa de lucros. Este quadro crítico dá conta de uma maior *fragmentação, heterogeneização e complexificação* (para usarmos as expressões de Antunes, 1995) das classes trabalhadoras, decorrentes do caráter multifacetário que assume, na contemporaneidade, o mundo do trabalho. As múltiplas situações tanto de “inclusão”, quanto de “exclusão” no mercado de trabalho são amplamente diversificadas.

Diversos são os indicadores que revelam a estratégia de passivização no nível das forças produtivas. Do apregoado fim do conflito entre capital e trabalho, via aparente “democratização” no interior das diferentes esferas da produção imediata (tal como mostramos, no Capítulo III, no caso do Toyotismo, assim como, em algumas isoladas experiências bem-sucedidas apontadas por Piore e Sabel e, por Kern e Schumann), a mecanismos encobertos e sofisticados de controle tecnológico capitalista sobre o processo de trabalho. A reformulação da composição orgânica da força-de-trabalho em função da legitimação das formas de domínio e de valorização do capital é a consequência mais relevante deste processo. Com efeito, a ofensiva do capital visa apagar a memória histórica em termos de lutas e reivindicações das classes subalternas e, mediante um processo de adesão ideológica de uma parcela dos trabalhadores que conformam a *aristocracia operária* desta fase do capitalismo, o capital incrementa - em uma forma sem precedentes na história mundial - o ritmo de extração de mais-valia. O capital está, assim, em plena busca de um novo patamar de acumulação baseado na

mais-valia relativa, isto é, o aumento da produtividade decorrente de inovações organizacionais e/ou tecnológicas.

O que nós entendemos como fundamental na fase contemporânea do capitalismo é que o sentido fundamental da reestruturação produtiva em curso é fazer o movimento dos trabalhadores - e suas formas de representação sindical e política - recuar para o terreno econômico-corporativo, neutralizando os elementos ético-culturais capazes de sustentar uma nova fase expansiva da construção das classes trabalhadoras como força autônoma; capaz de construir uma nova civilização cimentada em uma racionalidade emancipatória possibilitadora de uma real hegemonia, isto é, desde as bases, desde uma racionalidade mais apropriada às classes subalternas.

Conforme a colocação de Cervantes (1997), na contemporaneidade, o sistema de produção demanda o desenvolvimento de forças produtivas qualitativamente superiores. Do processo de mecanização da indústria tipicamente fordizada, avança-se para a semiautomação, e, em determinados setores, a um processo de automatização plena, com o qual se criam as condições necessárias para “revolucionar” (as aspas são nossas) o processo de produção capitalista; tanto em seu caráter de processo de valorização, quanto em seu caráter de processo de trabalho. Com efeito, a valorização na esfera da produção modifica-se em virtude do crescimento desproporcional das esferas que redistribuem a mais-valia em relação ao que produzem. A automação industrial produz o deslocamento de uma considerável quantidade da força de trabalho da esfera da produção material para a esfera dos serviços, provocando, como consequência, uma saturação nessa área. Simultaneamente, inicia-se um trânsito - embora muito incipiente ainda - para novas formas de organização do processo de produção, caracterizadas pelo fomento de estímulos visando uma motivação dos trabalhadores em relação a seu trabalho, objetivando intensificar sua exploração e aumentar seu rendimento.

A grande mobilidade transnacional do capital desvaloriza a força de trabalho em escala mundial e eleva, consideravelmente, a cota de mais-valia. Aumenta a concentração do capital investido na conformação de um autêntico monopólio sobre a inovação tecnológica e dá lugar a um processo de transnacionalização da mais-valia extraordinária, isto é, da mais-valia que é resultado de uma produtividade do trabalho superior à média social. Em decorrência das

inovações tecnológicas e organizacionais que elas possibilitam, o processo de trabalho sofre significativas alterações no interior das empresas capitalistas, no ciclo de produção e, inclusive, na rotação global do capital. A “revolução” associada à utilização de novos materiais produz um forte impacto na divisão internacional do trabalho chegando a diminuir a importância econômica de setores e de países inteiros. Concomitantemente, produz-se uma transformação nos meios de trabalho, condicionada, em grande medida, pela utilização de novas tecnologias de informação, a engenharia genética e as novas fontes de energia, que potenciam, mais do que nunca, a produtividade do trabalho social. Portanto, a introdução em grande escala da automação revoluciona a produtividade do trabalho social.

Assim, as metamorfoses transnacionais dos monopólios, que incorpora a seu movimento e subordina o progresso da ciência e da tecnologia, conduz a uma transfiguração integral do modo de produção capitalista e das forças produtivas sobre as quais ele descansa. Se levarmos em consideração o domínio virtualmente absoluto que exercem estes monopólios transnacionais sobre a economia mundial e o fato incontestável da crescente internacionalização dos processos produtivos e sociabilizadores a eles vinculada, resulta compreensível que semelhante transfiguração traga consigo importantes mutações no sistema geral de produção e reprodução da vida social, em escala planetária. A mais importante dessas mutações concerne de maneira direta à contradição que constitui o fundamento universal do modo capitalista de produção: a contradição capital-trabalho. Nesse sentido, tal contradição atualizar-se-ia na:

“(...) emergência de uma nova forma de sociabilização autenticamente transnacional, a *sociabilização capitalista marginadora (ou marginalizante)*, caracterizada pela inclusão e, ao mesmo tempo, a exclusão de amplos setores da população economicamente ativa: inclusão - e subordinação - à lógica transnacional das contradições entre o capital e o trabalho; exclusão - subordinada - do processo de produção em qualidade de assalariados” (Ibid.: 191).

Isso significa que, na contemporaneidade, o “exército de reserva” do capital não só está integrado por aqueles que estão provisoriamente desempregados em decorrência das oscilações do capital, mas também ele está composto por um crescente contingente de desempregados permanentes, de homens e mulheres potencialmente trabalhadores aos quais os capitalistas não precisam comprar sua força de trabalho.

É possível constatar o surgimento de processos produtivos um tanto diferentes, se os compararmos aos tradicionais, cristalizados no processo de trabalho com características taylor/fordistas. Cabe esclarecer que longe destes “novos” processos produtivos serem substituídos pela esfera “comunicacional” ou pela “informacional” indicam uma tendência crescente de interrelação entre as atividades produtivas e as improdutivas; entre as atividades fabris e as de serviços; entre as atividades laborativas e as de concepção, determinando assim, os parâmetros de socialização que o trabalho - com estas peculiaridades - tem nos primórdios do século XXI (Antunes, 1998). Portanto, o desafio na análise das mutações na esfera das forças produtivas do capitalismo contemporâneo objetiva-se em tentar desvendar as formas que na atualidade, vai assumindo o trabalho e as novas relações de poder que ele implica.

A tendência de deslocamento de trabalhos qualificados no setor manufatureiro e na indústria pesada, para empregos mal remunerados no setor de serviços, significa que com o atual progresso científico tecnológico capitalista, não haverá uma mobilidade social dos trabalhadores não-qualificados para os estratos mais privilegiados, mas, pelo contrário, uma maior pauperização dos trabalhadores semi-qualificados e um crescimento da classe trabalhadora não-qualificada. Assim, a tendência do capitalismo contemporâneo parece indicar que a lei do valor - para ser preservada - precisa cada vez menos do trabalho estável, formal, e cada vez mais das diversas formas de trabalho parcial, precarizado, informal, assim como, terceirizado. Portanto, as novas tendências que perfila a reestruturação produtiva em curso mostram com nitidez a vigência da lei do valor.

Hoje, mais que em épocas precedentes, a ciência interage em forma sistemática com o trabalho visando a participação preponderante do processo de valorização do capital. Este processo de interação e compenetração entre trabalho intelectual e ciência (via tecnologias de informação), determina ao capital a necessidade de uma força de trabalho ainda mais complexa, polifuncional; a qual, ao mesmo tempo, deve ser explorada de forma mais intensa e sofisticada.

Com a transformação de uma grande parte do trabalho vivo em trabalho morto - via desenvolvimento dos *softwares* onde a máquina informacional passa a desempenhar atividades próprias da inteligência humana -, é possível visualizar um processo de objetivação das atividades cerebrais junto à máquina; um processo de transferência do saber intelectual e

cognitivo da classe trabalhadora qualificada para a maquinaria informatizada (Lojkine, 1995). O trabalhador deve se tornar “sujeito-ativo” da coordenação das diferentes funções da produção no lugar de subordinar-se ao simples comando (Lazzarato, 1992).

Com a reestruturação produtiva em curso, o capital também dinamiza, como tendência, a redução dos níveis de trabalho improdutivo dentro das fábricas. Com efeito, a eliminação de múltiplas funções como supervisão, vigilância, inspeção, gerências intermediárias, etc. - alterações básicas para o caso do toyotismo, assim como, para o conjunto de fábricas baseadas na *Lean Production* -, tem como objetivo transferir e passar para o trabalho *produtivo*, atividades que anteriormente eram efetivadas por trabalhadores *improdutivos*. Dessa forma, na medida que o capital reduz o trabalho improdutivo mediante sua incorporação ao trabalho produtivo, ele des-responsabiliza-se dos trabalhadores que não participam diretamente do processo de criação de valores (Antunes, 1998).

É possível constatar, por outro lado, no contexto das empresas, tanto produtivas, como nas de serviços, uma proliferação crescente do trabalho imaterial⁸³. Para Lazzaratto (1992 e 1993), por exemplo, o trabalho imaterial é o trabalho que produz o conteúdo informacional e cultural da mercadoria. Este conceito, como pressuposto e produto de um alargamento da “cooperação produtiva”, passa a incluir a produção e a reprodução da comunicação e, portanto, seu conteúdo mais importante que é a subjetividade. Pela mesma razão que o fordismo incorporou o consumo ao ciclo de produção do capital, o pós-fordismo integra a comunicação. Na medida em que o trabalho imaterial resulta de uma síntese de diferentes tipos de *savoir faire*, obriga-nos a re-pensar as definições clássicas de “trabalho” e “força de trabalho”. O conceito de trabalho imaterial têm como referência duas fenomenologias diferentes: por um lado, no concernente à dimensão “informacional” da mercadoria, refere-se diretamente às modificações do trabalho operário nas grandes empresas e indústrias e do terciário onde as taxas de trabalho imediato são progressivamente subordinadas à capacidade de processamento da informação e da comunicação horizontal e vertical. Por outro lado, no concernente à atividade que produz a dimensão “cultural” da mercadoria, o autor entende uma série de atividades que, normalmente, não estão codificadas como trabalho. Nesse sentido, a

⁸³ Sobre trabalho imaterial consultar, entre outros, Lazzaratto, (1992 e 1993); Antunes, (1998); Pagotto, (1996).

dimensão “cultural” estaria identificada à todas as atividades que tentam definir e fixar as normas culturais e artísticas, as modas, os gostos, os padrões de consumo e mais estrategicamente, a opinião pública.

Segundo Antunes (1998), a expansão do trabalho em serviços, em esferas não diretamente produtivas, mas que em muitos casos desempenham atividades imbricadas com o trabalho produtivo, aparece como outra peculiaridade notável da noção ampliada de trabalho. A ampliação das formas de trabalho imaterial torna-se, outra característica relevante, na fase atual da reestruturação das forças produtivas; na medida que o sistema produtivo carece progressivamente de atividades de investigação, comunicação e *marketing*, para a obtenção antecipada das informações oriundas do mercado. A compenetração crescente entre trabalho material e imaterial está mostrando a subordinação deles à lógica da produção de mercadorias.

Com a mesma lógica que o taylor-fordismo expropriou o saber-fazer do trabalhador e o transferiu para a esfera da gerência científica, a reestruturação produtiva em curso re-transfere o saber-fazer para o trabalho; mas, o faz, apropriando-se crescentemente de sua dimensão intelectual, de suas capacidades cognitivas, visando envolver ainda mais profundamente a subjetividade operária. Com efeito, na medida em que a máquina inteligente não pode suprimir o trabalho humano, precisa de uma maior interação entre ela e a subjetividade do trabalhador. A máquina reproduz parte das atividades que são transferidas a ela pelo saber intelectual do trabalho. Desta forma, objetiva-se a apropriação do *savoir faire* da subjetividade que trabalha pelo capital (Antunes, 1998)⁸⁴. Portanto, poderíamos dizer que:

“A história do capitalismo é a história da composição de classe e da luta contra a redução da subjetividade operária ao capital variável. Deve-se compreender

⁸⁴ “Do ponto de vista do ‘conteúdo’, o trabalho imaterial pode ser apreendido somente pela ‘implicação da subjetividade’ e a cooperação produtiva do trabalhador coletivo. Implicação da subjetividade e cooperação são duas faces do mesmo processo, pois um aprofundamento e um desenvolvimento da subjetividade são o pressuposto e o resultado de um aprofundamento e um desenvolvimento das formas de cooperação e coordenação do trabalho. Contudo, o trabalhador da grande empresa deve ser capaz de ‘analisar uma situação’, de ‘tomar decisões’, de controlar situações imprevistas e ao mesmo tempo de ter uma capacidade de comunicação e de trabalho coletivo, pois as tarefas prescritas aos operários não concernem mais que operações codificadas previamente, mais a quantidade de fluxo, o fato que, de toda forma, o sistema técnico ‘deve rodar’. O operário, mais que apêndice da máquina, deve se tornar um elo na integração cada vez mais inserida na relação equipe/sistema. O trabalho pode ser definido então como a capacidade de ativar e gerar a cooperação produtiva. O trabalhador deve se tornar ‘sujeito ativo’ da coordenação das diferentes funções da produção no lugar de subordinar-lhe aos simples comando” (Lazzarato, 1992: 55).

que não se trata de uma história natural do capital, mas de um processo de luta e de confronto que, a cada vez, é determinado e singularizado pela constituição da classe operária como sujeito político. A passagem de uma forma de cooperação a outra, não está tão ligada (subordinada) às mudanças tecnológicas e às leis de evolução de um modo de produção capitalista, mas, sobretudo, à modificação da subjetividade coletiva operária que teve uma entrada através da luta pela organização” (Lazzarato, 1992: 57).

As repercussões fundamentais da reestruturação produtiva em curso sobre a força de trabalho são uma redução nos ingressos salariais e uma transformação na composição de classe. Isto está associado a uma maior fragmentação das classes trabalhadoras e, em decorrência, a sérios níveis de desigualdade das classes subalternas.

Uma mudança importante - e que contribui para a reformulação da composição técnica da força de trabalho nos dias de hoje - é a crescente incorporação da mulher ao mercado de trabalho, nas últimas décadas. Ao invés do trabalho de corte taylor-fordista onde se empregava mão de obra predominantemente masculina, houve um considerável aumento da participação feminina no mundo do trabalho. Segundo Harvey, o fato da perda do poder sindical ter reduzido o singular poder dos trabalhadores brancos do sexo masculino nos mercados do setor monopolista, não significa que os excluídos desses mercados de trabalho - negros, mulheres, minoras étnicas - terem adquirido uma súbita paridade (exceto no caso de inúmeros operários homens e brancos, tradicionalmente favorecidos, foram marginalizados, unindo-se aos excluídos do mercado de trabalho). Embora algumas mulheres e algumas minorias terem tido acesso a posições mais privilegiadas, as novas condições do mercado de trabalho de maneira geral reafirmaram a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados. Por exemplo, a presença feminina representa mais de 40% do total da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados. É sabido que, tradicionalmente, a presença feminina no mundo do trabalho, foi dominante no setor têxtil. Atualmente, a mulher ocupa postos de trabalho em outros ramos, tal como a indústria microeletrônica e o setor de serviços. Contudo, é preciso colocar que grande parte do trabalho precarizado está coberto pelo trabalho feminino. Aqui assistimos a um duplo processo de exploração: de classe e de gênero. A mulher ingressa no mercado de trabalho em condições desiguais com respeito ao homem.

O informe anual da CEPAL, correspondente a 1997, como balanço dos últimos 15 anos, indica que o segmento feminino mais dinâmico são as mulheres entre 25 e 49 anos e com 10 a 12 anos de estudo. Isto nos permite analisar o fundamental que é entender a questão da presença feminina na força de trabalho articulando gênero e classe social. Contra um minúsculo grupo de mulheres que ocupam postos de alta ou média qualificação, existe um grande contingente de mulheres que, por não ter qualificação, ocupam cargos na informalidade e na precarização.

Por outro lado, decorrente do fato de que grande parte do trabalho precarizado esteja ocupado pela presença feminina faz com que se registrem escassos números de sindicalização, por parte das mulheres.

Há, também, uma significativa proliferação do setor de serviços e da terceirização. Neste ponto, é preciso ter claro que a terceirização, embora nem sempre seja sinônimo de desqualificação, implica, necessariamente, na perda dos direitos do trabalhador/a e na precarização nas condições de trabalho.

Nestes últimos anos, uma forte tendência de exclusão dos jovens e dos “velhos”⁸⁵ do mercado de trabalho foi produzida. Há, por outro lado, uma crescente inclusão clandestina de crianças no mercado laboral. Segundo dados da OIT (citado em Folha de São Paulo, 28/10/97), o total de crianças entre 5 e 14 anos de idade, trabalhando no mundo, chega a 250 milhões, ou 20% das crianças nessa faixa etária.

Nota-se a vigência e ampliação daquilo que Marx chamou de *trabalho social combinado*. Neste sentido, percebe-se um real desenvolvimento da subsunção do trabalho ao capital. O ser humano permanece subordinado à máquina para a criação de valores de troca.

Enfim, no universo do trabalho está se produzindo um processo dual de intelectualização de alguns setores caracterizados por uma alta qualificação - para o capital -, e, simultaneamente, uma notável desqualificação e desespecialização de outros. Não obstante, é preciso esclarecer que essa “intelectualização” do trabalhador só existe em função da valorização do capital.

⁸⁵ “Velhos” entendidos aqui acima de 40 anos. Nesse sentido, “velhos” para entrar no mercado de trabalho.

Por outro lado, como expressão mais objetiva e como consequência das metamorfoses que está sofrendo o universo do trabalho, destaca-se uma clara tendência à diminuição das taxas de sindicalização, a partir da década de 1980, de acordo com as estatísticas atuais. Nesse sentido, o fato de que as classes trabalhadoras tenham-se fragmentado, heterogenizado e complexificado ainda mais, provocando uma divisão entre os trabalhadores que estão na categoria de estáveis e aqueles que estão na categoria de temporários, precarizados; contribuiu para a configuração de um neocorporativismo de tipo societal que está sendo excludente. A recomposição da força de trabalho nesta fase do capitalismo é produto de um processo crescente de desterritorialização que passa pela desconcentração e o desenraizamento das grandes corporações industriais, dos lugares referentes das classes trabalhadoras, dos grandes colegiados operários e, portanto, das relações sociais de produção capitalistas. Nesse sentido, o maior desafio para o sindicalismo seria aglutinar; integrar - no contexto atual das novas tendências no mundo do trabalho - esse conjunto complexo e heterogêneo formado pelas classes trabalhadoras.

Todas estas mudanças trazem enormes desafios para as lutas reivindicativas da classe trabalhadora que está se tornando ainda mais heterogênea⁸⁶ e multifacetária. Na nossa hipótese, essa fragmentação e complexificação da classe trabalhadora não traz, como consequência, o fim da sociedade do trabalho, como muitos propugnam. Nesse sentido, perceber que o movimento operário e o mundo do trabalho estão sofrendo uma das mais agudas crises deste século não significa afirmar que o trabalho estaria desaparecendo. Muito pelo contrário, ele apresenta desafios que podem se objetivar em estratégias com uma abrangência necessária, que contemple essa heterogeneidade, para uma verdadeira emancipação das classes trabalhadoras.

Nos traços acima apontados, materializam-se as formas de subalternidade renovadas da atual conjuntura no chamado mundo do trabalho. Sugestiva é uma colocação de Negri quando se refere ao que significa - na sua essência - a “reestruturação produtiva” em curso para a restauração da ordem do capital:

⁸⁶ Nesse sentido, não queremos colocar que a estrutura de classes trabalhadoras do fordismo não eram heterogêneas nem fragmentadas. De fato o eram e tinham seu grau de complexidade. Simplesmente indicar que este novo fenômeno de complexificação inaugurado com este novo padrão de acumulação de tipo flexível, este problema se aprofunda.

“(...) muito poucos se deram conta daquilo que essa fase de reestruturação deveria representar (...) um avanço fundamental na relação da forma Estado e da composição de classe. Graças a um esforço de automação e de controle permitido pela automação, o capital se tornou capaz de organizar a força de trabalho social, de colocar em curso seu projeto de comando: ele pôde reagenciar, hierarquizar, quebrar ou bloquear a possibilidade de uma recomposição de classe, fundamento de uma organização revolucionária (...) A Tríade da reestruturação capitalista: automação, desconcentração da grande indústria (desemprego, trabalho clandestino, dispersão territorial da produção) e terceirização visam um objetivo claro: atacar a composição de classe em seu ponto nevrálgico - o operário de linha não qualificado e igualitário, o operário-massa” (Citado por Tude de Souza, 1994: 38).

Nesse sentido, a reestruturação produtiva em curso envolve, fundamentalmente, uma “nova” forma de adesão das classes trabalhadoras à ordem hegemônica. Ao mesmo tempo que opera uma requalificação ocupacional do trabalho operário em torno das atividades de vigilância e de manutenção preventiva, baseada na racionalidade dominante de requalificação política dos grupos de poder e de interlocução no chão da fábrica, recompõe-se o trabalhador coletivo concomitante à reformulação de estatutos trabalhistas precarizados e desregulamentados perante o risco e a ameaça permanente do desemprego estrutural. Esse é processo paradoxal mediante o qual se materializa a revolução passiva no nível das forças produtivas, na ordem do capital, neste final de século.

**“Não existe utopia do futuro, se não há
memória do passado.”**

Michael Löwy

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso de nosso estudo iniciamos um esforço que objetivou, fundamentalmente, apreender o eixo orgânico existente entre crise, reestruturação produtiva e aparelhos de hegemonia do capitalismo contemporâneo. Para tal empreitada consideramos fundamental dotar nosso trabalho de um sentido de historicidade enfatizando, para isto, a necessidade de uma leitura da realidade além dos cânones implícitos pelo economicismo e o determinismo tecnológico que operam um obscurecimento dos processos reais pelos quais aconteceram as mutações nas diversas esferas do capitalismo contemporâneo. Na nossa análise, prestamos especial atenção às mutações ocorridas na organicidade existente entre processos de trabalho e organização da esfera da vida estatal, esta última entendida, no sentido gramsciano, enquanto complexo sociedade política-sociedade civil. Portanto, essa tentativa de historicizar, para tornar inteligível, o devir da realidade contemporânea nos aspectos concernentes a nosso objeto de estudo, pode ser justificada pela necessidade de mostrar que as transformações em curso do capitalismo contemporâneo, no que diz respeito à chamada reestruturação produtiva combinada à reformulação do papel do Estado, no contexto presente catalogado como de “globalização” ou “mundialização do capital” é resultado, sem dúvida alguma, da correlação de forças constituída a partir do período que caracterizamos como ordem hegemônica fordista-keynesiana.

É este, justamente, o sentido pelo qual desenvolvemos ao longo da nossa dissertação as condições de conformação do chamado “padrão de acumulação fordista”, assim como as condições das mudanças ocorridas que alteraram, em alguma medida, esse padrão que

dominara quase meio século do capitalismo. Nesse sentido, longe de pretender fazer um estudo dos processos de trabalho do capitalismo do século XX, o nosso objeto de pesquisa esteve focalizado na historicidade que produziu o devenir da atual reestruturação produtiva em curso e de seus aparelhos de hegemonia. Nesse sentido, tal historicidade é fundamental para compreender a lógica e a dinâmica do capitalismo e, assim, compreender as razões das suas metamorfoses, neste final de século.

Com tal pretensão, começamos tentando trabalhar a concepção gramsciana de hegemonia, articulando um vasto complexo categorial onde privilegiamos os seguintes conceitos: crise orgânica, revolução passiva-guerra de posição, Estado-Sociedade Civil, bloco histórico e intelectuais. Estas, constituem categorias fundamentais, na medida em que são intermediárias e, ao mesmo tempo, analítico-estratégicas na sua forma concreta de historicidade e que, portanto, servem para analisar as condições de consolidação de uma hegemonia. Este primeiro passo da nossa dissertação objetivou fornecer um arcabouço conceptual de Gramsci para logo atualizar e recriar tais categorias para o momento contemporâneo, focalizando na unidade orgânica entre reestruturação produtiva e aparelhos de hegemonia.

A partir daí, começamos indagando acerca dos elementos estruturadores do papel do fordismo no desenvolvimento do capitalismo monopolista. Para possibilitarmos um percurso de caráter, tanto teórico, quanto histórico, em um primeiro momento, tentamos mostrar o contexto capitalista mundial onde se inseriram estes novos métodos de controle da força de trabalho. Em princípio, interessou-nos aprofundar o taylorismo e o fordismo como métodos de controle do trabalho. No contexto desse propósito, estudamos os aspectos intrínsecos a cada um, isto é, os fundamentos da “Gerência Científica” de Taylor e a forma como Ford desenvolve a proposta taylorista. Pareceu-nos fundamental poder vislumbrar de que maneira os princípios do taylorismo foram recriados por Ford através das inovações que ele incorporou para “melhor controlar” a força de trabalho. Pesquisamos também, como consequência, os mecanismos de valorização do capital decorrentes desse “padrão de acumulação”.

Um aspecto que consideramos relevante também considerar neste contexto de implantação dos novos métodos de controle da força de trabalho foi o concernente à subjetividade operária cristalizada na resistência histórica dos trabalhadores ao modo de

produção capitalista. Resistência materializada na organização do coletivo de trabalhadores para manter sua autonomia no processo de trabalho. Esta resistência histórica, por parte dos trabalhadores, explica, em grande medida, as iniciativas, por parte do capital, em renovar constantemente suas formas e estratégias de controle social e de subalternidade política.

Indagamos, logo, a maneira como o fordismo estabeleceu-se como parte de uma estratégia de acumulação do capitalismo, tendo como fundamento um conjunto de medidas de contratendências que teve a ver com decisões institucionais, corporativas e estatais para a consolidação do modo capitalista de produção. Na medida em que o fordismo configurou uma nova forma de intervenção de embates classistas, nosso propósito, neste ponto, foi analisar quais são os aparelhos de hegemonia que o fordismo foi instaurando para consolidar-se; quais as alianças (*New Deal*, Estado-Plano Keynesiano) que o fordismo, para torna-se hegemônico, foi criando em torno dos novos sujeitos emergentes, no contexto desse novo regime de acumulação do capital.

Identificamos o fordismo como a emergência de uma nova conjuntura que instaurou uma nova relação entre economia e política.

Todavia, concebemos o fordismo, na sua forma mais acabada, enquanto ordem hegemônica fordista-keynesiana, ou tipo *Welfare State*, como luta entre as classes e como estratégia planejada do capital em resposta à suas crises, na medida em que foi gestado no contexto histórico marcado por profundas contradições, no marco de uma tensão permanente entre capitalismo e coletivismo de Estado; enfim, pensamo-lo enquanto mecanismo de contratendência às alternativas criadas pela Revolução de Outubro.

Cabe salientar que Gramsci, nos escritos do cárcere, adjudicou uma relevância particular ao problema produtivo e as chamadas “contratendências” que configuravam, fundamentalmente, as estratégias de grande período que as classes dominantes achavam-se obrigadas a desenvolver, perante as grandes alterações históricas (principalmente, identificadas como períodos de crise orgânica), na medida em que estes períodos de fortes alterações históricas, tendem a fraturar a capacidade de direção intelectual e moral das classes dominantes.

Nesse sentido, visando mostrar a unidade orgânica entre forças produtivas e aparelhos de hegemonia, no contexto da ordem hegemônica fordista-keynesiana, mostramos como o capitalismo viu-se obrigado, no pós-guerra, a redistribuir uma parte da mais-valia global e pôr em prática políticas que visavam combinar os métodos tayloristas de controle da força de trabalho com pleno emprego, assistência social, saúde, educação, aposentadoria, etc. Perante a necessidade de contrarrestar a influência da expansão da utopia socialista, o chamado Estado de Bem-Estar Social, através do qual as conquistas históricas sociais dos trabalhadores foram apresentadas como benefícios oferecidos voluntariamente pelo capital ou como peculiaridades de um chamado “capitalismo com face humana”, erigiu seu fundamento real.

Foi fundamental, também, recuperar a concepção gramsciana acerca do fenômeno de *americanismo e fordismo*, entendendo a emergência da ordem hegemônica fordista-keynesiana como produto de um conjunto de mudanças que teve a ver com novas perspectivas ideológicas e políticas do capitalismo do pós-guerra e, que, se tornou-se hegemônica, foi sim dúvida, produto de correlações de força. Esta perspectiva busca superar a visão do fordismo como produto das transformações de caráter puramente econômicas e isoladas das relações sociais e políticas de produção. Resgatando os subsídios de nosso marxista italiano, identificamos a ordem hegemônica fordista-keynesiana enquanto produto de um claro processo de revolução passiva, conforme a argumentação gramsciana.

Visando nosso objeto de pesquisa, avançamos num outro momento, em uma preliminar abordagem acerca do nexos crise contemporânea do capitalismo e “reestruturação produtiva” tentando desvendar a concepção contida no conjunto das teses “pós-fordistas”. Argumentamos - com elementos gramscianos - que teses “pós-fordistas” revelam um notável economicismo teórico.

Para os intelectuais defensores do “pós-fordismo” que trabalhamos aqui, a crise do fordismo, enquanto modelo possibilitador de crescimento econômico auto-sustentado, traria como conseqüência uma crescente fragmentação nas diferentes esferas das sociedades capitalistas, crise que estaria engendrando um novo regime de acumulação “pós-fordista”. As inovações de caráter tecnológico e organizacional viabilizariam mecanismos flexíveis de produção, o que possibilitariam uma retomada do crescimento econômico na medida em que se

instauraria uma nova institucionalidade regulatória, inaugurando, assim - como os teóricos do capitalismo gostam de dizer - um “novo círculo virtuoso”.

Analisamos, embora sucintamente, a concepção de crise formulada pela Teoria da Regulação. De acordo com esta, a crise seria o resultado da intervenção reguladora dos arranjos institucionais que tinham garantido o crescimento auto-sustentado das economias capitalistas durante os “trinta anos gloriosos” no pós-guerra. Avaliamos como economicista o fato desta teoria (claramente presente na obra pioneira de Aglietta) elevar a crise da relação salarial fordista ao nível condicionante da dinâmica do movimento histórico, desconsiderando, assim, o complexo contraditório peculiar ao período estudado. A relação salarial comportaria, para esta escola de pensamento, um modo de remuneração da força de trabalho (o salário) que comanda amplamente o modo de consumo e o modo de vida dos operários, uma forma da disciplina do trabalho que regulamenta o ritmo da produção, e o quadro legal que estrutura a relação de trabalho, isto é, o contrato de trabalho e suas disposições.

Já em Piore e em Sabel é mais flagrante o reducionismo, na medida em que a crise é identificada simplesmente, a um processo que se desenrolaria com a saturação de mercados de bens e de consumo de massa, característicos do regime do pós-guerra. Reduz-se, ao mesmo tempo, uma tendência tida como inexorável dos novos mecanismos reguladores a um conjunto de experiências bem sucedidas que não mostra indícios da generalização desse modelo, com a possibilidade de prosperidade.

Da mesma forma, Kern e Schumann, afirmam que o fim da divisão do trabalho seria produto, também, do esgotamento de um modelo produtivo que tinha como eixo fundamental a divisão do trabalho. Em contrapartida, para estes autores, a crise é reduzida a um modelo produtivo e o novo modelo, por apontar para um encontro entre concepção e execução, estaria isento da divisão do trabalho que teria caracterizado o modelo precedente.

Finalmente tratamos da emergência das condições de gestação do chamado “modelo japonês”, tendo em conta que este se constitui, em grande medida, como “referencial empírico” das argumentações “pós-fordistas”.

Aqui tentamos desmistificar o tão propalado fim da separação entre concepção e execução, assim como, o recorrente obscurecimento acerca da preservação da lei de valor, quando se fala deste modelo.

Em oposição a tais abordagens reveladoras de um flagrante reducionismo economicista, resgatamos as formulações presentes nos *Cadernos do Cárcere*. Notas que nos forneceram outra lente para olhar os “novos” processos produtivos, propiciando uma visão mais crítica. Com efeito, pudemos constatar que o economicismo opera por reduções e reflete, fundamentalmente, a visão burguesa cujo mascaramento dos antagonismos é seu traço mais peculiar.

E, através desse percurso, chegamos ao ponto fundamental da nossa pesquisa: o estudo da crise contemporânea, a reestruturação produtiva em curso e os aparelhos de hegemonia da atual conjuntura.

Pudemos constatar que a crise orgânica contemporânea, na sua dupla dimensão (crise de acumulação e crise do Estado-nação) - crise por sua vez, agravada nos últimos anos pelo contexto do desabamento dos países que conformavam o campo “socialista” -, demanda um processo de ajuste e readequação entre forças produtivas e aparelhos de hegemonia, ao mesmo tempo que reafirma a unidade orgânica existente entre crise e reestruturação produtiva em curso (Tude de Souza, 1994).

Foi possível analisar a chamada reestruturação produtiva em curso, combinada com a hegemonia neoliberal, como uma nova resposta de contratendência do capital perante a crise orgânica desencadeada a partir dos anos 70.

Assim, retomamos o referencial histórico para apreender as atuais mutações em um contexto marcado por profundas contradições entre projetos hegemônicos distintos; entre a permanente tensão que dominou nosso século, entre mercado e planejamento; entre capitalismo e coletivismo de Estado. Sem a consideração do papel desempenhado pela internacionalização do socialismo na modificação da correlação de forças no nível mundial, é impossível compreender o progressivo processo de transnacionalização do capital, assim como, a constituição de alianças duradouras e as estratégias de cooperação (*Bretton Woods*, Plano

Marshall, entre outros), no interior dos blocos militares, visando neutralizar as diferenças por via jurídica e salvaguardar seu destino comum. Assim, também colocamos a questão da institucionalização diversa de interesses econômicos, políticos, ideológicos “globais” (ONU, BM, FMI, etc.) e sua conversão em momentos necessários para a reprodução do capital e de suas formas de subalternidade renovadas.

Com efeito, a incipiente transnacionalização da concentração do capital, nos anos subseqüentes ao pós-guerra, esteve combinada a um processo de transnacionalização político e ideológico que, embora em última instância obedecia aos mandatos imperiosos do capital monopolista, de maneira imediata subordinava-se à urgência de concertar uma sorte de aliança interimperialista global, capaz de enfrentar, de forma multilateral e efetiva, a crescente influência dos ideais comunistas e os êxitos obtidos pelo socialismo. Assim, a expansão do capital no nível planetário vai ser produto de uma “solidariedade conveniente” entre as potências capitalistas, obrigadas a solucionar seus conflitos e contradições internas, sem recorrer a guerras interimperialistas e a articular uma frente internacional única, sob a égide dos EUA, contra os países do bloco coletivista de Estado. Este foi, fundamentalmente, o período dominado pelo contexto da chamada “Guerra Fria”. Período que não dá para ser subestimado, se pensarmos no curso que seguiu a expansão do capital neste século.

Resgatamos logo, o que significou o fim do “socialismo realmente existente” para a consolidação da ordem do capital, neste final de século, tentando assinalar os mecanismos de aperfeiçoamento do processo de mundialização do capital.

Um novo retorno a Gramsci nos permitiu retomar o conceito de hegemonia e identificar as formas como, na atual conjuntura do capitalismo, cristalizam-se alguns elementos históricos da crise recorrendo a velhos mecanismos de sua “reformulação”/ “restauração”. Trabalhamos com a hipótese de que a hegemonia do capitalismo deste final de século é resultado de uma clara estratégia de revolução passiva-guerra de posição, traçada pelas classes dominantes, em ofensiva às classes subalternas. Assim, a hegemonia contemporânea do capital cristaliza-se em duas dimensões que conformam uma unidade orgânica: na estratégia neoliberal, na esfera da política e da reorganização da vida estatal, isto é, na reformulação das relações entre sociedade civil-sociedade política; e na chamada “reestruturação produtiva” com o processo de

restauração do capital e de recomposição da força de trabalho, na esfera das forças produtivas. Nesse sentido, estes dois traços da conjuntura contemporânea revelam uma nova medida de contratendência do capital em resposta à crise orgânica atual.

A estratégia de hegemonia, no nível das forças produtivas, traz consigo uma reformulação na composição técnica das classes trabalhadoras (uma maior heterogenização do conjunto dos assalariados), aprofundando, ainda mais, as desigualdades estruturais das classes subalternas. Isto implica que estamos assistindo a um novo momento de estratificação social provocado pelo novo patamar de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Estas metamorfoses obrigam o capital a reordenar a unidade orgânica entre as forças produtivas do trabalho social e os fundamentos econômico-político e filosóficos da “nova” ordem hegemônica.

Portanto, a restauração da ordem hegemônica neste fim de século - cristalizada na nova (des)ordem mundial que engendra formas renovadas de subalternidade política - pode ser qualificada, de maneira geral, com três traços constitutivos fundamentais:

O primeiro diz respeito às transformações do aparelho produtivo mediante a combinação de inovações de caráter tecnológico com reformulações no nível organizacional das relações sociais de produção. Incorporação, na esfera produtiva, da automação de base microeletrônica e informacional; crescente descentralização da produção a partir das suas múltiplas formas de concreção, isto é, a terceirização; e a ampliação do setor chamado “serviços”, assim como as diferentes formas de flexibilidade nos processos de trabalho (flexibilidade funcional, entendida como campo definido pelo trabalho polifuncional onde um único trabalhador executa múltiplas tarefas; flexibilidade numérica, que implica sujeição, por parte dos trabalhadores a regras de trabalho precário, tais como, o contrato temporário e fim dos direitos trabalhistas; flexibilidade financeira, mediante a redução dos custos fixos; flexibilidade espacial, que significa, fundamentalmente, eliminação de estoques e desconcentração territorial).

A reestruturação produtiva em curso - na sua dimensão organizacional - atinge também a composição orgânica da força de trabalho. É possível constatar, por um lado, uma redução do operariado fabril tradicional e, simultaneamente, um aumento acentuado do trabalho precário. Podemos vislumbrar isto, a partir do perfil do novo quadro de reestruturação produtiva citado

por Harvey. Neste sentido, é notável que a classe trabalhadora herdada do taylor-fordismo esteja sendo reduzida e, ao mesmo tempo, é produzido um processo acelerado de precarização e de desregulamentação das condições de trabalho e uma queda crescente de reivindicação sindical, entre outras coisas. A partir da incorporação da nova “aristocracia” operária intelectualizada e do deslocamento de grandes contingentes de trabalhadores desqualificados para condições de trabalho precarizadas, o capital opera uma desmontagem do trabalhador coletivo.

Nos países capitalistas avançados é possível constatar, um progressivo processo de desproletarização do trabalho fabril, e, em decorrência desse movimento, um significativo processo de desindustrialização. A transformação no mercado de trabalho fez crescer o emprego em setores onde é mais difícil a sindicalização, como, por exemplo, o setor de serviços. Se a isto, somamos a notável redução do número de assalariados industriais, podemos visualizar a magnitude da crise sindical contemporânea.

Segundo um estudo de Martins Rodrigues (citado em Folha de São Paulo, 09/11/98), entre 1970 e 1988, a sindicalização caiu de 35% para 28% nos países da OCDE. Dados da OIT (citados no mesmo jornal), revelam esta queda significativa das taxas de sindicalização, (ou seja, tem decrescido, a relação entre o número de sindicalizados e a população assalariada): No período compreendido entre 1985 e 1995 as taxas de sindicalização passaram de 15% para 12,7%, nos EUA; de 61,4% para 59,7%, na Finlândia; de 11,6% para 6,1%, na França; de 22,6% para 18,6%, no Japão; de 36% para 26,2% na Inglaterra. No período compreendido entre 1985 e 1994, tais taxas passaram de 40,6% para 28,6%, na Austrália; de 7,3% para 11,4%, na Espanha; de 32,9% para 30,6%, na Itália. No período 1985-1993, a taxa de sindicalização passou de 31,2% para 31% no Canadá. E, finalmente, no período 1991-1995, esta percentagem passou de 30,7% para 29,6%, na Alemanha.

É notável que os Países do Terceiro Mundo estão começando a sentir sérias repercussões desta desproletarização, objetivada através do crescente processo de desindustrialização e o decorrente subemprego e desemprego estrutural a que estamos assistindo quotidianamente. Além disso, vale considerar, como já salientado, a complexificação

do trabalho a partir da crescente presença feminina no mercado de trabalho e das múltiplas manifestações de fragmentação dos trabalhadores potenciais.

Estamos assistindo, nos termos de Mattoso (1995), a uma real e verdadeira *desordem do trabalho* - a partir do rompimento do compromisso social do pós-guerra -, através de uma *expansão da insegurança do trabalho* que se dá em diferentes níveis: *insegurança no mercado de trabalho, insegurança no emprego, insegurança na renda, insegurança na contratação e insegurança na representação do trabalho*. Estas formas precarizadas estão determinadas pelas novas normas de “flexibilidade” do trabalho.

Portanto, este conjunto de mutações de caráter tanto tecnológica, quanto organizacional, assim como, as reformulações na composição orgânica da força de trabalho, ou, dito em outros termos, esta reestruturação das relações de produção e das relações na produção objetiva um novo reajuste das formas de subalternidade e de antagonização entre capital e trabalho.

Um segundo traço constitutivo desta “nova” (des)ordem mundial diz respeito ao conjunto de reformulações na esfera institucional, mediante inovações operadas pelos Estados nacionais, obedecendo fielmente aos intelectuais orgânicos coletivos do capitalismo mundial (sendo o FMI, o BIRD e a OCDE, os maiores representantes da autoridade mundial). Estas reformulações, como já salientado em páginas anteriores, consistem, fundamentalmente, no desmonte das conquistas históricas das classes subalternas cujos “benefícios” legitimados pelos Estados nacionais cristalizaram-se no chamado *Welfare State* norte-americano ou sob a figura da *social-democracia* européia. As políticas de corte neoliberal são a expressão mais evidente desta desmontagem do conjunto de legislações trabalhistas e de políticas sociais, através da implementação de políticas de estabilização com reformas estruturais - desregulação dos mercados, privatizações no setor público, programas de ajustes e redução do Estado em termos de propiciar o bem-estar social para seus cidadãos.

O neoliberalismo, enquanto ideologia e como estratégia política-econômica das classes dominantes, cristaliza-se tanto na esfera microeconômica - com a reformulação das relações de produção e na produção que “apagam” o conflito entre capital e trabalho, com a “livre” negociação entre capitalistas e assalariados sem quaisquer parâmetros ou restrições (sobretudo, de remuneração, de tempo de trabalho, de regulamentação trabalhista, etc.), assim como nas

formas atuais que perfilam os organismos de representação sindical e política, cristalizado na forma de sindicato por empresa -, quanto na esfera macroeconômica - através da derrubada de todas as barreiras que impedem a livre mobilidade do capital em qualquer uma de suas formas, bem como a reformulação da intervenção do Estado no sentido de concretizar e otimizar todas as formas de flexibilidade que marcam a organização contemporânea da ordem do capital.

Finalmente, como terceiro traço constitutivo do capitalismo contemporâneo é o crescente processo de financeirização da economia. É possível constatar a completa reorganização e complexificação do sistema financeiro global, isto se traduz na emergência de poderes ampliados de coordenação financeira associados a uma progressiva autonomização destes grupos. Por outro lado temos a reformulação da economia global como sistema mundial de produção. Temos, assim, uma hegemonia da produção, das trocas imateriais e do capital fictício⁸⁷.

A explosão do capital especulativo tem jogado um papel preponderante no capitalismo contemporâneo. Segundo Chomsky (1998), em 1970, 90% do capital proveniente de transações internacionais era produtivo e somente 10% podia ser considerado especulativo; em 1995, esses números invertem-se e quase 95% desse capital era especulativo.

Estas metamorfoses do capitalismo é o amadurecimento daquelas previsões feitas por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* e, mais tarde, no *Manifesto do Partido Comunista*. Nessas obras, Marx e Engels indicam a vocação planetária do movimento do capital, assinalando, como tendência intrínseca do modo de produção capitalista, a liberação do poder burguês de seu contexto nacional, do caráter cosmopolita de produção e do consumo e, em decorrência disso, a transcendência do capital dos limites determinados pelos Estados nacionais:

“Espoliada pela necessidade de dar cada vez maior saída a seus produtos, a burguesia recorre o mundo inteiro. Precisa aninhar em todas partes, estabelecer-

⁸⁷ O capital fictício “ (...) é definido como capital que tem valor monetário nominal e existência como papel, mas que, num dado momento do tempo, não tem lastro em termos de atividade produtiva real ou de ativos físicos. O capital fictício é convertido em capital real na medida em que são feitos investimentos que levem a um aumento apropriado em ativos úteis (por exemplo, instalações e equipamentos que possam ter emprego lucrativo) ou mercadorias úteis (bens e serviços que possam ser vendidos como lucros)” (Harvey, 1996: 171).

se em todas partes, criar vínculos em todas partes. Mediante a exploração do mercado mundial, a burguesia tem dado um carácter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Com grande sentimento dos reacionários, tem retirado à indústria sua base nacional. As antigas indústrias nacionais tem sido destruídas e estão destruindo-se continuamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna em questão vital para todas as nações civilizadas, por indústrias que já não empregam matérias primas vindas das mais lejanas regiões do mundo, e cujos produtos não só se consomem no próprio país, mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas com produtos nacionais, surgem necessidades novas, que reclamam para sua satisfação produtos dos mais apartados e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento e a autarquia das regiões e nações, se estabelece um intercâmbio universal, uma interdependência universal das nações. E isto se refere tanto à produção material, como à intelectual. A produção intelectual de uma nação se converte em patrimônio comum de todas. A estreites e o exclusivismo nacionais resultam cada dia mais impossíveis (...)" [A burguesia] "obriga a todas as nações, se não quiserem sucumbir, a adotar o modo burguês de produção, obriga-as a introduzir a chamada civilização, isto é, a fazer-se burgueses. Numa palavra: forja-se um mundo a sua imagem e semelhança" (Marx/ Engels, 1968: 36).

As palavras precedentes escritas por Marx e Engels há mais de um século e meio mostram impressionante atualidade para revelar o chamado processo de "globalização" ou "mundialização". Uma constatação mais "realista" na contemporaneidade do que no incipiente capitalismo de 1848, quando o *Manifesto* foi escrito. Com efeito, este processo têm raízes muito antigas e foi-se desenvolvendo ao longo da história do capitalismo. Não obstante, é possível identificar dois aspetos novos que marcam uma certa peculiaridade do processo de globalização em curso: por um lado, os instrumentos e veículos através dos quais se verifica esta expansão planetária do capitalismo, diferentes dos tradicionais e centrado, em nossos dias, na vertiginosa mundialização dos fluxos financeiros. Por outro lado, podemos constatar uma amplitude geográfica sem precedentes desse processo, que o tem levado a construir um espaço capitalista genuinamente mundial, incorporando à sua égide, inclusive países com uma organização econômica e social distinta, como é o caso da China. Para o desenvolvimento desse segundo aspecto, o desabamento do bloco "socialista" da ex- União Soviética foi fundamental. A história, neste fim de século, parece estar nos revelando que o capitalismo domina o Planeta e que já não tem adversários

geopolíticos a quem aniquilar, ou ditos em outros termos, os adversários políticos podem ser pensados em um outro sentido.

Conforme indica Cervantes (1998), nos dias atuais é possível identificar dois processos simultâneos, ligados entre si. O primeiro deles desenvolve-se dentro do ciclo econômico transnacional e conduz à configuração de três grandes blocos econômicos e políticos dominantes no mundo: América do Norte, a União Européia e o constituído por Japão e os chamados “tigres asiáticos”; o segundo tem lugar nos ciclos econômicos do capitalismo dependente - levando em conta a heterogeneidade econômica que o peculiarizam. A integração do ciclo do capital transnacional estimula a concorrência monopolista e sua tendência é assimilar os capitais do setor não-monopolizado. Por sua parte, a integração dentro do ciclo do capital não-monopolizado, própria aos países subdesenvolvidos, embora constitua uma resposta consciente perante o perigo iminente de absorção dos blocos econômicos dominantes, não pode eludir a subordinação às normas impostas por eles e, de fato, cria condições objetivas para sua absorção pelo capital monopolista transnacional.

A realidade parece mostrar que há uma partilha do mundo sobre novas bases. Durante o período de formação do capital monopolista e o ulterior processo de fusão desse capital com os aparatos estatais nacionais, o domínio das colônias e as neocolônias tinha como fundamento a conquista econômica e política da maior quantidade possível de território, objetivando garantir o controle monopolista sobre os recursos naturais e a força de trabalho barata. A voracidade monopolista estende-se sobre áreas cuja exploração ainda não era rentável, mas que constituíam reservas para uma eventual futura expansão. Diferentemente disto, embora o imperialismo transnacional necessite estender e manter a dominação e subordinação política de todo o globo, a concorrência econômica interimperialista desenvolve-se, fundamentalmente, pelo controle das áreas do mundo subdesenvolvido que formam parte do ciclo do capital transnacional, tais como os chamados “paraísos fiscais” e “plataformas exportadoras”, os territórios com importantes reservas de matérias primas e com recursos naturais estratégicos, e os mercados regionais relativamente grandes (Ibid.).

O processo de redistribuição das “zonas de influência”, destinado a criar espaços maiores de integração, agudiza as contradições interimperialistas e as contradições existentes entre os

capitais monopolistas transnacionais e os capitais não-monopolistas a ele subordinados. O desenvolvimento dessas contradições parece conduzir à agudização do enfrentamento econômico, político e militar entre os países imperialistas, por um lado, e entre estes e as neocolônias do capital transnacional, por outro lado. Na tensão existente entre o projeto estadunidense de criação da Área Hemisférica de Livre Comércio das Américas e os interesses da União Européia - que recentemente firmou um acordo com o Mercosul - por exemplo, se manifestam muitas das contradições aludidas acima. O resto do mundo, subdesenvolvido - populações, setores econômicos, regiões, países e até continentes - ficam marginalizados da rotação do capital global, mas seguem subordinados a ele por uma série de mecanismos de dominação econômica, política, militar e ideológica (Ibid.).

Isto revela a forma como a globalização do capital é intrinsecamente excludente, na medida em que estas contradições são produto do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo mundializado.

Concluindo, esta “nova/velha” (des)ordem mundial traz consigo uma contração progressiva do capital em escala global, o cativo dos fluxos de inversão nos ciclos de reprodução do capital transnacional e a exclusão de um grande contingente de homens e mulheres como assalariados potenciais da esfera da produção imediata; a conversão da especulação financeira em um momento decisivo da reprodução ampliada do capital e a progressiva anulação dos Estados nacionais, na medida em que obstaculizam a reprodução dele; a crescente brecha entre o desenvolvimento do capitalismo nas metrópoles imperialistas e o desenvolvimento do capitalismo periférico e dependente nas neocolônias do capital transnacional; a constituição de mecanismos supranacionais do poder político capazes de garantir a hegemonia imperialista em espaços cada vez mais amplos e diversos da vida social, em escala planetária, e concertar o exercício da violência como instrumento necessário de dominação extraeconômica; e o domínio sem fronteiras dos meios transnacionais de comunicação massiva sobre o processo de reprodução espiritual, em particular, ideológica, da civilização. Eis aqui o resultado mais objetivo da globalização excludente do capital.

BIBLIOGRAFIA

- ACANDA, J. L. G. "La idea de sociedad civil y la interpretación del comunismo como proyecto moral". *In: Revista de Análisis de la Realidad Actual*. Centro de Estudios del Consejo de Iglesias de Cuba. La Habana 1997a.
- _____. "Epílogo". *In: Gramsci y la filosofía de la praxis*. Editorial de Ciencias Sociales. La Habana, 1997b.
- ANDERSON, P. "Balanço do neoliberalismo". *In: SADER, E./ GENTILI, P. (Org.) Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Paz e Terra. São Paulo, 1996.
- AGLIETTA, M. *Regulación y crisis del capitalismo*. Siglo XXI. Madrid, 1979.
- ALONSO, A. "El concepto de sociedad civil en el debate contemporáneo: los contextos." *In: Marx Ahora*, No. 2. La Habana, 1996.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?*. Cortez/ Editora da UNICAMP. São Paulo, 1995.
- _____. "La centralidad del trabajo hoy". (Trabalho apresentado no Seminário Internacional Complutense). Madrid, 1998.
- ANNUNZIATO, F. R. "Il fordismo nella critica di Gramsci e nella realtà statunitense contemporanea". *In: Critica Marxista*, No. 6. 1989.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Contraponto/Unesp. São Paulo, 1996.
- _____. "A desigualdade mundial na distribuição de renda e o futuro do socialismo." *In: SADER, E. (Org.) O mundo depois da queda*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1995
- BALIBAR, E. "Da luta de classes à luta sem classes?". IFCH-UNICAMP. *Textos didáticos*, No. 20. Campinas, fevereiro de 1996.
- BARSOTTI, P./ PERICÁS, L. B. (Org.) *América Latina: Histórias, idéias e revolução*. NET/ Xamã. São Paulo, 1998.
- BEAUD, M. *História do capitalismo*. Brasiliense. São Paulo, 1989.
- BECCARIA, L./ LÓPEZ, N. (Org.) *Sin trabajo: Las características del desempleo y sus efectos en la sociedad argentina*. UNICEF/LOSADA. Buenos Aires, 1996.

- BERMUDEZ, I.** “Informe anual de la CEPAL - Aumenta la brecha entre ricos y pobres en América Latina”. *Jornal Clarín*. Buenos Aires, 4/6/98.
- BOLOGNA, S.** “A composição de classe e a teoria do partido na origem do movimento dos Conselhos de Trabalhadores”. *In: Processos de Trabalho e Estratégias de Classe*. Zahar. Rio de Janeiro, 1992.
- BORÓN, A.** “La globalización, fase superior del imperialismo?”. *In: La sociedad global*. Oficina de Publicaciones. Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, 1996a.
- _____ “A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal”. *In: SADER, E./ GENTILI, P. (Org.) Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Paz e Terra. São Paulo, 1996b.
- BOYER, R.** *A teoria da regulação. Uma análise crítica*. Nobel. São Paulo, 1990.
- BUCCI-GLUCKSMANN, C.** *Gramsci e o Estado*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1985.
- _____ “Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva”. *In: FERRI, F. (Org.) Política e História em Gramsci*. Vol. I. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1978.
- BRAGA, R.** *A Restauração do Capital: Um estudo sobre a crise contemporânea*. Xamã. São Paulo, 1997a.
- _____ “Gramsci e a regulação: Para uma sociologia da crise dos intelectuais”. Relatório de pesquisa. Mimeo. Campinas, 1997b.
- BRAVERMAN, H.** *Trabalho e capital monopolista*. Zahar. Rio de Janeiro, 1981.
- BURAWOY, M.** “A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado”. *In: Revista Brasileira em Ciências Sociais*, No. 13. Junho de 1990.
- CASTEL, R.** *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Vozes. Petrópolis, 1998.
- CASTELLS, M.** *A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.
- CASTILLO, J. J.** “El paradigma perdido de la interdisciplinariedad: volver a los clásicos.” *In: Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, No. 5. São Paulo, 1997.
- CERVANTES, R. M. et. alli** “La metamorfosis del capitalismo monopolista”. *In: América Libre*, No. 12. La Habana, 1997.
- CHESNAIS, F.** *A mundialização do capital*. Xamã. São Paulo, 1996.-

- CHOMSKY, N. / DIETERICH, H.** *La sociedad global. Educación, mercado y democracia.* Oficina de Publicaciones. Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, 1996a.
- CHOMSKY, N.** *Novas e velhas ordens mundiais.* Scritta. São Paulo, 1996b.
- CORIAT, B.** *Ciencia, técnica y capital.* H. Blume. Madrid, 1976.
- _____ *El taller y el cronómetro. Ensayo sobre el taylorismo, el fordismo y la producción en masa.* Siglo XXI. Madrid, 1985.
- _____ “Ohno e a Escola Japonesa de gestão da produção. Um ponto de vista de conjunto”. In: **HIRATA, H. (Org.)** *Sobre o ‘modelo’ japonês.* EDUSP/Aliança Cultural Brasil-Japão. São Paulo, 1993.
- _____ *El taller y el robot. Ensayos sobre el fordismo y la producción en masa en la era de la electrónica.* Siglo XXI. México, 1996.
- _____ *Pensar pelo avesso. O modelo japonês de trabalho e organização.* Revan/UFRJ. Rio de Janeiro, 1994.
- CLARKE, S.** “Crise do fordismo ou crise da social democracia?”. In: *Lua Nova*, No. 24. São Paulo, Setembro, 1991.
- _____ “New utopias for old: Fordist dreams and Post-Fordist fantasies”. In: *Capital & Class*, No. 42. Londres, Winter, 1990.
- DE ANGELIS, M.** “Beyond the Technological and the Social Paradigms: A Political Reading of Abstract Labour as the Substance of Value”. In: *Capital & Class*, No. 57. Londres, Autumn 1995.
- DE FELICE, F.** “Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci”. In: **FERRI, F. (Org.)** *Política e História em Gramsci.* Vol. I. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1978.
- DELUIZ, N.** “É possível uma formação que atenda aos interesses dos trabalhadores?”. In: *Tempo e Presença (Koinonia)*, No. 293. Rio de Janeiro, Maio/junho de 1997.
- DIAS, E.** “As transformações do mundo do trabalho: revolução científico-tecnológica e/ou nova dominação?”. Mimeo. Campinas, 1995.
- _____ “Cidadania e racionalidade de classe”. In: *Universidade e Sociedade*, No. 12. São Paulo, Junho de 1996a.
- _____ “Hegemonia, racionalidade que se faz história” In: *O Outro Gramsci.* Xamã. São Paulo, 1996b.

- _____. "Americanismo e Revolução Russa: formas da revolução passiva". In: *Universidade e Sociedade*, No.13. São Paulo, Julho de 1997.
- DIETERICH, H.** *Noam Chomsky habla de América Latina*. Casa Editora Abril. La Habana, 1998.
- DRUCK DE FARIA, M. da G.** *Terceirização: (Des)fordizando a fábrica. Um estudo do Complexo Petroquímico da Bahia*. Tese de Doutorado/UNICAMP. Campinas, Setembro de 1995.
- EVANGELISTA, J. E.** *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. Cortez. São Paulo, 1992.
- FILGUEIRAS, L. A. M.** "A desestruturação do mundo do trabalho e o 'mal-estar' desse fim de século". In: *Cadernos do CEAS*, No. 171. Salvador BA, Setembro/Outubro, 1997.
- FORD, H.** *Minha vida e minha obra*. Companhia Editora Nacional. Rio-São Paulo, 1926.
- FREDERICO, C.** *Crise do socialismo e movimento operário*. Cortez. São Paulo, 1994.
- FREYSSINET, M.** "Formas sociais de automatização e experiências japonesas". In: **HIRATA, H. (Org.)** *Sobre o 'modelo' japonês*. EDUSP/Aliança Cultural Brasil-Japão. São Paulo, 1993.
- FRIEDMAN, M.** *Capitalismo e liberdade*. Abril Cultural. São Paulo, 1984.
- FRIEDMAN, M. & R.** *Liberdade de escolher*. Record. Rio de Janeiro, 1980.
- GORZ, A.** *Adeus ao proletariado*. Forense Universtária. Rio de Janeiro, 1982.
- GRAMSCI, A.** *Concepção dialética da história*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1995.
- _____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1976.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Civilização Brasileira,. Rio de Janeiro, 1978.
- _____. *Pasado y presente*. Granica. Buenos Aires, 1982.
- GRUPPI, L.** *O conceito de hegemonia em Gramsci*. GRAAL. Rio de Janeiro, 1980.
- HABERMAS, J.** "A nova intransparência". In: *Novos Estudos CEBRAP*, No. 18. São Paulo, Setembro de 1987.
- _____. *O discurso filosófico da modernidade*. Publicações Dom Quixote. Lisboa, 1990.

- HARVEY, D.** *Condição pós-moderna. Parte II.* Loyola. São Paulo, 1994.
- HAYEK, F.** *O Caminho da servidão.* Globo. Porto Alegre, 1977.
- HINKELAMMERT, F.** *Crítica a la razón utópica.* DEI. San José, 1991.
- _____ *La deuda externa de América Latina. El automatismo de la deuda.* DEI. San José, 1990.
- HIRATA, H.** “Trabalho, família e relações homem/mulher. Reflexões a partir do caso japonês”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, No. 2, Vol. 1. São Paulo, Outubro de 1986.
- HOBBSAWM, E.** “A crise atual das ideologias”. In: **SADER, E.** (Org.) *O mundo depois da queda.* Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1995a.
- _____ *Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991.* Companhia Das Letras. São Paulo, 1995b.
- _____ *Mundos do trabalho.* Paz e Terra. São Paulo, 1987.
- _____ “Maio 68. O ano em que os profetas falharam”. *Folha de São Paulo* (10/05/98)
- IANNI, O.** *Teorias da globalização. Civilização Brasileira.* Rio de Janeiro, 1996.
- JAMESON, F.** *Pós-Modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio.* Atica. São Paulo, 1996.
- KATZ, C. et alli,** *Novas tecnologias: Crítica da atual reestruturação produtiva.* Xamã. São Paulo, 1995.
- KERN, H./ SCHUMANN, M.** *El fin de la división del trabajo. Racionalización en la producción industrial.* Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. Madrid, 1988.
- KURZ, R.** *O colapso da modernização (Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial).* Paz e Terra. São Paulo, 1992.
- LAZZARATO, M.** “Le concept de travail immatériel: la grande entreprise”. In: *Futur Antérieur*, No. 10. Paris, 1992.
- _____ “Le cycle de la production immatérielle”. In: *Futur Antérieur*, No. 16. Paris, 1993.
- LEBORGNE, D. / LIPIETZ, A.** “Ideas falsas y cuestiones abiertas sobre el Postfordismo”. In: *Trabajo*, No. 8, 1992.
- LEITE, M. DE P.** *O futuro do trabalho. Novas tecnologias e subjetividade operária.* Scritta. São Paulo, 1994.

- LINHART, R. *Lenin, os camponeses, Taylor*. Marco Zero. Rio de Janeiro, 1983.
- LIPIETZ, A. *Audácia: Uma alternativa para o século 21*. Nobel. São Paulo, 1991.
- LOJKINE, J. *A revolução informacional*. Cortez. São Paulo, 1995.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. Nova cultural. São Paulo, 1985.
- MARTINEZ, O. et alli "Internacionalismo de los oprimidos vs. Capitalismo transnacional".
In: Contracorriente, No. 8. La Habana, 1997.
- MARX, K. *O capital*. Vol. I - Livro Primeiro. Nova Cultural. São Paulo, 1985.
- _____ *Capítulo VI Inédito de O'Capital*. Moares. São Paulo, 1969.
- _____ "O trabalho alienado". *In: MARX/ENGELS. História*. (Org. F. Fernandes). ATICA. São Paulo, 1989.
- _____ *Para a crítica da economia política*. Abril Cultural. São Paulo, 1982.
- _____ "El dieciocho brumario de Luis Bonaparte". *In: MARX/ENGELS. Obras Escogidas*. Progreso. Moscú, 1968.
- _____ *Miseria de la filosofía. Respuesta a la filosofía de la miseria del Señor Proudhon*. Progreso. Moscú, 1979.
- MARX/ENGELS "Manifiesto del Partido Comunista". *In: MARX/ENGELS. Obras Escogidas*. Progreso. Moscú, 1968.
- MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*. Scritta. São Paulo, 1996.
- MOARES NETO, B. *Marx, Taylor, Ford. As forças produtivas em discussão*. Brasiliense. São Paulo, 1989.
- MONTENEGRO, M. "La torta cada vez se reparte peor". *Jornal Página 12*. Buenos Aires, 10/8/98.
- MOUTET, A. "La Première Guerre mondiale et le taylorisme". *In: MONTMOLLIN et Pastré, Le Taylorisme (Actes du Colloque)*. La Découverte. Paris, 1984.
- MURRAY, F. "The decentralisation of production -the decline of the mass-collective worker?". *In: Capital & Class*, No. 19. Londres, Spring 1983.
- NEGRI, A. "John M. Keynes e la Teoria Capitalística dello Stato nel'29". *In: Operai e Stato. Lotte operaie e riforma dello stato capitalistico tra rivoluzione d'Ottobre e New Deal*. Feltrinelli Editore. Milano, 1980.

- _____. "Valeur-travail: crise et problemes de reconstruction das le post-moderne". In: *Futur Anterieur*, No. 16. Paris, 1993.
- NELSON, D. "Le taylorisme dans l'industrie américaine, 1900-1930". In: MONTMOLLIN et Pastré, *Le Taylorisme (Actes du Colloque)*. La Découverte. Paris, 1984.
- _____. *Managers and Workers. Origins of the New Factory System in the United States (1880-1920.)*. The University of Winconsin Press. Madison, 1975.
- NETTO, J. P. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. Cortez. São Paulo, 1993.
- OFFE, C. "Trabalho: a categoria sociológica chave?". In: *Capitalismo desorganizado*. Brasiliense. São Paulo, 1994.
- OLIVEIRA, F. de "Políticas do antivalor, e outras políticas". In: HADDAD, F. (Org.) *Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. Editoras: Fundação Perseu Abramo/Vozes. São Paulo/Petrópolis, 1998.
- OSAWA, M. "Transformação estrutural e relações industriais no mercado de trabalho japonês". In: HIRATA, H. (Org) *Sobre o 'modelo' japonês*. EDUSP/Aliança Cultural Brasil-Japão. São Paulo, 1993.
- PAGOTTO, Ma. A. "Sobre o significado da emergência do trabalho imaterial na atual reestruturação produtiva". In: *Universidade e Sociedade*, No. 13. São Paulo, Julho de 1997.
- PALLOIX, C. "O processo de trabalho do fordismo ao neofordismo". In: *Processos de Trabalho e Estratégias de Classe*. Zahar. Rio de Janeiro, 1992.
- PETRAS, J. *Ensaio contra a ordem*. Scritta. São Paulo, 1995.
- PIORE, M. J./ SABEL, CH. F. *The Second Industrial Divide. Possibilities for Prosperity*. Basic Books. New York, 1984.
- RAMONET, I. *Geopolítica do caos*. Vozes. Petrópolis, 1998.
- RAWICK, G. "Anni Venti: Lotte operaie USA". In: *OPERAI E STATO. Lotte operaie e riforma dello stato capitalistico tra rivoluzione d'Ottobre e New Deal*. Feltrinelli Editore. Milano, 1980a.
- _____. "Anni Trenta: Lotte operaie USA". In: *OPERAI E STATO. Lotte operaie e riforma dello stato capitalistico tra rivoluzione d'Ottobre e New Deal*. Feltrinelli Editore. Milano, 1980b.
- RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. Makron Books. São Paulo, 1995.

- ROLLE, P. *Introdução à sociologia do trabalho. A regra do Jogo*. Lisboa, 1971.
- SMITH, T. "Flexible Production and the Capital/Wage Labour Relation in Manufacturing". *In: Capital & Class*, No. 53. Londres, Summer 1994.
- SADER, E. (Org.) *O mundo depois da queda*. Paz e Terra. São Paulo, 1995.
- SCHAFF, A. *A sociedade informática*. UNESP/Brasiliense. São Paulo, 1996.
- SCHURMAN, D. "Una paradoja argentina, baja la desocupación y crece la pobreza". *Jornal Página 12*. Buenos Aires, 6/7/98.
- _____ "Más pobres que los pobres del mundo". *Jornal Página 12*. Buenos Aires, 8/7/98.
- SKLAIR, L. *Sociologia do sistema global*. Vozes. Petrópolis, 1995.
- SOHN-RETHEL "A economia dual da transição". *In: Processos de Trabalho e Estratégias de Classe*. Zahar. Rio de Janeiro, 1992.
- TAVARES, M. C. / FIORI, J. L. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1996.
- TAVARES, M. C. "Poder, dinheiro e vida intelectual". *In: HADDAD, F. (Org.) Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. Fundação Perseu Abramo/Vozes. São Paulo/Petrópolis, 1998.
- TAYLOR, F. *Princípios de administração científica*. Atlas. São Paulo, 1980.
- TEIXEIRA, F. et alli *Neoliberalismo e reestruturação produtiva. As novas determinações do mundo do trabalho*. Cortez/UECE. São Paulo, 1996.
- TOSEL, A. "Centralité et non-centralité du travail ou la passion des hommes superflus". *In: BIDET, J/ TEXIER, J. La crise du Travail*. Paris, 1995.
- TRONTI, M. *Operários e capital*. Afrontamento. Porto, 1976.
- _____ "Operários e capital". *In: Processos de Trabalho e Estratégias de Classe*. Zahar. Rio de Janeiro, 1992.
- TUDE DE SOUZA, A. "Sobre o americanismo e fordismo de Antonio Gramsci". IFCH-UNICAMP. *Textos didáticos*, No. 5. Campinas, Fevereiro de 1992.
- _____ "A crise contemporânea e a nova ordem mundial". *In: Universidade e Sociedade*, No. 6. Fevereiro 1994.
- URDANETA, L. G. *El ajuste del Estado empresario en América Latina*. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1997.

- VAKALOULIS, M. "Modernité avancée et modernisation 'post'-moderne: notes théoriques d'une recherche". In: *L'home et la Société*, No. 113. Paris 1994.
- WALLERSTEIN, I. *O capitalismo histórico*. Brasiliense. São Paulo, 1985.
- _____. "La reestructuración capitalista y el sistema-mundo". (Conferencia Magistral en el XX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología). México, Octubre de 1995.
- _____. "Social Change? Change is eternal. Nothing ever changes". (Address at Sessão Solene de Abertura of the III Congresso Português de Sociologia). Lisboa, Fevereiro de 1996.
- WANDERLEY, L. E. "Educação e globalização: é rima, não uma solução!". In: *Tempo e Presença (Koinonia)*, No. 293. Rio de Janeiro, Maio/Junho de 1997.
- WOMACK, J. et alli. *A máquina que mudou o mundo*. Campus. 1992.
- WOOD, S. "O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo?". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, No. 17. Outubro de 1991.
- _____. "Toyotismo e/ou Japonização". In: HIRATA, H., (Org.) *Sobre o 'modelo' japonês* EDUSP/Aliança Cultural Brasil-Japão. São Paulo, 1993.
- ZARIFIAN, P. "Por uma sociologia da confrontação (a propósito da interdisciplinariedade)". In: *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, No. 5. São Paulo, 1997.